

Nº

01757



**ESTADO DO PARANÁ**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**

**DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL**

**DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES**

**DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES REFERENTES A:**

GREVE DOS PROFESSORES

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO E JUSTIÇA - 1980

PT 10695.130



Secretaria de Estado da Segurança Pública  
Polícia Civil

' Delegacia de Polícia do Município de Loanda-PR '

Of.nº425/80-

PROTÓCOLO	18 de outubro de 1980.
Nº 1470/80	
DATA 23/10/80	

Senhor Delegado:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V.Sª., que os Professores da Rede Estadual de Ensino, 1º e 2º grau, desta cidade, realizaram uma Passeata, no dia 17 do corrente, iniciando-se às 17,00 horas, e terminando por volta das 19,30 horas, de forma ordeira, percorrendo as ruas centrais, culminando com uma concentração na Praça da República, onde vários Professores fizeram uso da palavra, no sentido de esclarecerem a população sobre o seu movimento, fala essa sem ofender aos Poderes Constituídos, destacando-se entre eles, afora os residentes nesta cidade, o Sr. Tadeu França, da Universidade Federal de Maringá.

O movimento iniciou-se no Salão Paroquial, e foram transportadas faixas com dizeres alusivos às suas reivindicações, sem qualquer algazarra, e também seus escritos não visavam ofensa aos poderes constituídos.

Durante o seu curso, os manifestantes, distribuíram aos presentes, o panfleto que segue anexo.

Após a concentração dantes aludida, os manifestantes retornaram às suas casas, sempre de forma ordeira e pacífica, não havendo a necessidade de interferência policial em qualquer momento.

Sem mais, apresento a V.Sª, os protestos de elevada estima e distinta consideração.

*Lair da Costa*  
Lair da Costa

' Delegado de Polícia do Município '

Ilmo.Sr.Dr.

Delegado de Polícia Titular da -  
Delegacia de Ordem Política - ( Política )  
Curitiba-PR-

PT 10696.130

A 287

~~F~~

a

91

91 23/10/80



A S. Inf. para ciência e agradecer  
a colaboração do colega no tempo  
do Ordenamento Político e Social do  
Estado.

A S. Inf. para anotação e arquivo.

Le 24/10/80.



Feito of. ne 620/80 em  
D.P. de Ponta

PASTA - GREVE DOS PRO-  
FESSORES (MOV. EDUC. E  
JUSTIÇA - 1980). -

AVO. TADO EM 10/11/80.





Curitiba, 29 de outubro de 1980.

Of. 1871/80 - ATG

Senhor Presidente:

Nesta oportunidade em que recebo, para novo diálogo, as lideranças do Magistério Estadual, quero inicialmente reafirmar o profundo apreço do Governo do Estado por essa operosa Classe, a cuja dedicação e trabalho está confiada parcela de tão fundamental importância no universo das obrigações da Administração Pública para com a comunidade.

Estou certo de haver consciência de que o apreço a que me refiro vem sendo retratado, ao longo destes 19 meses de minha gestão, em persistente esforço no sentido de conferir-se ao professorado um tratamento condigno dentro das possibilidades estaduais, havendo já sido obtida a concretização de medidas que, se não representam ainda a totalidade do que é desejado por todos e gostaríamos de conseguir, traduzem, efetivamente, o limite do que o Estado tem possibilidade de oferecer.

Ilustríssimo Senhor  
Professor ISAIAS OGLIARI  
Digníssimo Presidente da  
Associação dos Professores do Paraná  
N/Capital



Dentre essas medidas, são de especial relevo as destacadas a seguir:

- . a 3.500 professores aprovados em concurso realizado em 1978 foi dada oportunidade de retornarem aos seus Municípios de origem;
- . 6.500 suplementaristas foram enquadrados;
- . 3.300 professores puderam ingressar no Quadro Próprio, com a realização de concurso;
- . foi implantada a gratificação de regência e posto em dia seu pagamento;
- . ingressaram no Quadro, 350 professores leigos, estando ou tras 1.000 realizando cursos de habilitação para conseguirem o mesmo benefício;
- . será concedido aumento de 72% a partir de janeiro de 1981, bem como aumento de 100% na gratificação de regência a par tir da mesma data;
- . foram assinados Decretos regulamentando as promoções por a vanço diagonal e mediante avanço vertical por habilitação;
- . o Governo do Estado concederá um abono, em dezembro deste ano, de 30% àqueles que percebem até Cr\$ 15.000,00, como sa lário base, e Cr\$ 4.500,00, fixos, para os que ganham salá rios-base superiores a essa importância, conforme Antepro- jeto de Lei já remetido à Assembléia Legislativa;
- . o Governo concederá piso salarial de dois salários mínimos regionais, a partir de janeiro de 1981;
- . o Governo assegura promoção vertical da Classe A, nível de Vencimentos 1, para a Classe B, Nível de Vencimento 2, aos professores do Quadro Próprio do Magistério que comprovem



- possuir habilitação legal;
- será enviada mensagem aditiva ao Anteprojeto de Lei relativo ao Plano de Classificação do Funcionalismo Público, propondo melhoria de remuneração aos professores ocupantes de Cargos do Quadro Único do Pessoal.

Quero lembrar que o Governo não deixou, em momento algum, de reconhecer como justas — num plano ideal de viabilidade — as aspirações do Magistério, assim como justas consideramos as postulações de todos os que trabalham e buscam melhores condições de vida e de desempenho de suas funções.

No entanto, as peculiaridades da função pública, por sua alta relevância para o atendimento às necessidades da comunidade, fazem com que se configure como inaceitável, mesmo abstraindo-se da existência de disposição legal a respeito, a cessação da atividade de trabalho ou a redução de seu ritmo normal, como forma de pressão para a obtenção de benefícios.

No caso específico de nosso relacionamento com a classe, têm os senhores professores comprovado que procuramos levar o diálogo ao extremo de nossas possibilidades, pois reconhecemos, como já afirmei, a importância da mesma, no contexto social. Porém, preocupa-nos a posição aparentemente inarredável das decisões tomadas em assembléia, que constituem enorme oposição a esse diálogo que tanto prezamos. Têm, tais decisões, o tempero do não reconhecimento do esforço até agora realizado pelo Governo

estadual em favor do Magistério, além de — o que é muito mais grave — imporem aos principais beneficiários do sistema educativo, os estudantes e suas famílias, as consequências negativas da paralisação das aulas.

Necessário se faz, porque acreditamos que a confiança mútua que une o Governo e grande maioria dos professores paranaenses sobrevive ao presente impasse, que haja imediato restabelecimento da normalidade do trabalho, a fim de que as condições de diálogo sejam as mais favoráveis e continuemos, professores e Governo, a discussão permanente em torno de interesses comuns que, por certo, haverá de conduzir, como vem acontecendo desde o primeiro dia de nossa administração, à também permanente conquista de benefícios para a classe.

As constantes reuniões que nossos órgãos específicos vêm realizando com as representações da classe, dirigidas por vários Secretários de Estado, têm demonstrado, exaustivamente, a disposição do Governo em atingir o máximo de concessões possível, sempre de maneira coerente com a política de execução orçamentária a que nos obrigamos e que, por minha determinação pessoal, atribui, pela lei de meios do próximo ano, parcela equivalente a cerca de trinta por cento das receitas próprias para a Educação, Saúde e Bem-Estar.

Assim sendo, dentro do quadro atual, na da mais resta ao Governo do Estado senão insistir no apelo





jã formulado para o retorno às atividades normais do sistema educacional, evitando o prolongamento dos prejuízos já ocasionados, e com vistas a um sempre melhor entendimento para a superação das dificuldades com que nos defrontamos.

Certo de contar com a compreensão e o apoio do ilustre Presidente, renovo minhas expressões da mais alta consideração.

NEY BRAGA

Governador do Estado





**ASSUNTO: MOVIMENTO DOS PROFESSORES**

Será realizada amanhã dia 30, às 9:00 horas, no Estádio Couto Pereira, uma Assembléia Estadual dos professores, a qual será seguida de passeata até o Palácio do Governo, onde os mesmos permanecerão até conseguirem audiência com o Governador do Estado.

Foram realizadas votações para volta às aulas, em diversos colégios pertencentes ao conglomerado Colégio Estadual do Paraná, as quais tiveram os seguintes resultados:

**Colégio Estadual do Paraná:**

Votos a favor da volta às aulas: 96  
 Votos contra.....: 95

**Grupo Tiradentes:**

Votos a favor da volta às aulas: 36  
 Votos contra.....: 23

**Grupo Xavier:**

Votos a favor da volta às aulas: 19  
 Votos contra.....: 36

**Grupo Brandão:**

Votos a favor da volta às aulas: 24  
 Votos contra.....: 17

**Grupo Zacarias:**

Votos a favor da volta às aulas: 07  
 Votos contra.....: 34

**Grupo Carola:**

Votos a favor da volta às aulas: 20  
 Votos contra.....: 15

**Grupo Aline:**

Votos a favor da volta às aulas: 20  
 Votos contra.....: 14

**Grupo Amancio:**

Votos a favor da volta às aulas: 25  
 Votos contra.....: 09

Os elementos que estão mais atuantes no movimento grevista são os seguintes:

IZAIAS OGLIARI: Conselho do Magistério

DINO ZAMBENEDETTI: Londrina - à disposição do Conselho do Magistério

O DESTINATARIO É RESPONSÁVEL  
 PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA  
 DOCUMENTO (Art. 12-Decc. n.º 79099/77 Regu-  
 lamento para Selos de Assuntos Sigilosos)

RUBEN DE OLIVEIRA: Professor do Colégio Lizimaro da Costa - Avenida Iguaçú nº 1234.

CLETO TOMANINI: Professor em licença prêmio - APP.

TADEU BENTO FRANÇA: Vereador, professor à disposição da Universidade Estadual de Maringá - UEM.

WAGNER D'ANGELIS: Não é professor; é representante da Comissão de Justiça e Paz-CJP e fala em nome do Clero.

SEBASTIÃO PAULA VIEIRA: Professor (localização não identificada), auxiliar do Presidente Izaias Ogliari.

PLÍNIO CAMPOS: Professor em Licença - ligado a APP.

WALDIR DALAGNOL: Professor - ligado a APP e Secretário das Assembleias realizadas, até o momento.

EDUARDO TAVARES: Professor do Colégio Estadual.

ELIUD JOSÉ BORGES: Advogado chefe do Departamento Jurídico da APP. Não é Professor.

JULIO CESAR MANSO VIEIRA: Aluno do Colégio Estadual, Presidente do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual.

ROMEU GOMES DE MIRANDA: Professor da Escola Nossa Senhora da Luz da Prefeitura Municipal.

\*\*\*\*\*

B13/B15.



O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS (art. 1º, Dec. nº 79099/77 Regulamento para o Sigilo de Assuntos Sigilosos)



**CONFIDENCIAL**

ESTADO DO PARANÁ

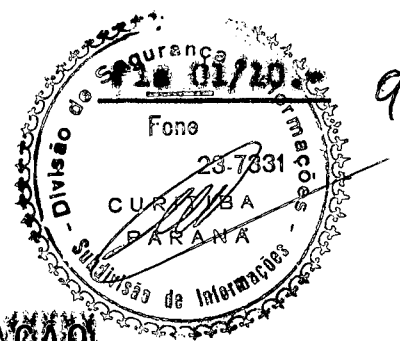
SESP — POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA DE INGENIERIA POLICIAL E SOCIAL

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO

SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES



DATA, 04 11 77

- 1 ASSUNTO : MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA
- 2 ORIGEM : SI/031/77/07.-
- 3 CLASSIFICAÇÃO : A-1
- 4 DIFUSÃO : SI/031/77/07.-, SI/2/DIRA/DE-, DUT/PR-, CI/SESP/PR-, OSEP-
- 5 REFERÊNCIA

INFORME.....NO 452/77.-

~~INFORMAÇÃO~~

O DESTINATARIO É RESPONSÁVEL  
PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DE  
ESTE DOCUMENTO (Art. 12-Dec. n.º 79099/77 Regu-  
lamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

O Movimento dos Professores por melhores condições econômicas e de ensino, teve início no dia 05/10/77, nas salas do Clube Curitiba na cidade de Ponta Grossa/PR, quando recebeu o denominação de "MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA".

Fizeram-se presentes nessa reunião, representantes de 90 localidades do Estado. Foi escolhido da mesa o primeiro orador o professor Izabel Ogliari.

O Ex-governador Jaime Cortesão Sr., Hoy Braga e o Secretário de Educação Edson Fachado, foram criticados muitas vezes pelo não cumprimento das promessas feitas.

Ficou acordado nessa reunião a paralização das aulas a partir do dia 08, tendo sido anunciada a seguinte frase "Entre morrer de fome trabalhando e sem trabalhar, preferimos morrer de fome sem trabalhar".

A partir do dia 06 começaram a ser distribuídas impressos explicativos aos pais e à comunidade em geral referentes aos motivos e às razões que levaram os professores a entrar em greve.

Durante o "Movimento Educação e Justiça"

**CONFIDENCIAL**

["segue"]

PT 1069 5.180

Quotado

Em 19-11-80

Quys

Pasta: Movimento de Ed.  
e Justiça.



ESTADO DO PARANÁ

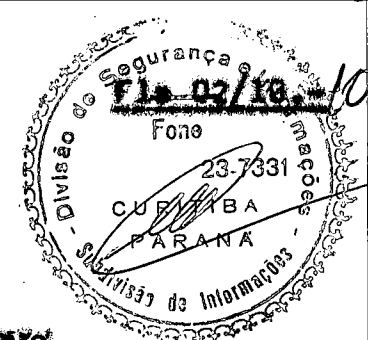
SESP — POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA DE COMANDO POLÍCIA POLÍCIA SOCIAL

**DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES**

**SERVIÇO DE INFORMAÇÃO**

**SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES**



DATA, 04 / 11 / 80, -

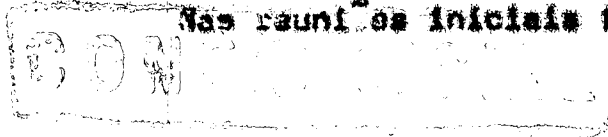
- 1 ASSUNTO .....
- 2 ORIGEM .....
- 3 CLASSIFICAÇÃO .....
- 4 DIFUSÃO .....
- 5 REFERÊNCIA .....

CONTINUAÇÃO DO INFORM. Nº 402/80.-  
INFORMAÇÃO\*\*\*\*\*

foram realizadas várias reuniões e Assembleias Gerais em diversos locais cu seja:

- Dia 08/10/80- reunião no Colégio Estadual do Paraná ( Manhã ).
- Dia 09/10/80- assembleia na Igreja de Guadalupe ( tarde ).
- Dia 09/11/80- reunião na Associação dos Professores do Paraná.
- Dia 10/10/80- assembleia na Igreja de Guadalupe.
- Dia 14/10/80- assembleia na Igreja de Guadalupe.
- Dia 15/10/80- assembleia em Londrina seguida de passeata.
- Dia 16/10/80- assembleia na Casa de Estudante Universitário, Curitiba/Paraná.
- Dia 17/10/80- passeata por ruas centrais da Capital.
- Dia 18/10/80- Concentração em Campo Largo.
- Dia 21/10/80- assembleia no Estádio Couto Pereira seguida de passeata até o Palácio do Governo.
- Dia 27/10/80- assembleia em Maringá.
- Dia 27/10/80- assembleia na Associação dos Professores do Paraná.
- Dia 30/10/80- assembleia no Estádio Couto Pereira e após, na Associação dos Professores do Paraná.

Nas reuniões iniciais ficou decidido que a



[\*SEQUE\*]

PT 1069 b.130



ESTADO DO PARANÁ

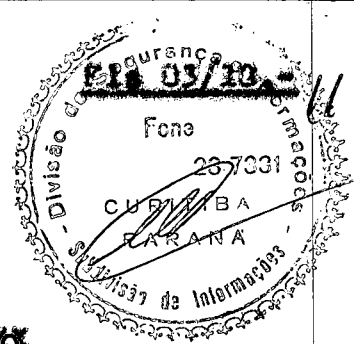
SESP — POLÍCIA CIVIL

DEPARTAMENTO DE CONDENADO POLÍTICA SOCIAL

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO

SUB-DIVISÃO DE INFORMAÇÕES



DATA, 04 / 11 / 69.

- 1 ASSUNTO .....
- 2 ORIGEM .....
- 3 CLASSIFICAÇÃO .....
- 4 DIFUSÃO .....
- 5 REFERÊNCIA .....

~~CONTINUAÇÃO DO INTER. Nº 452/69.~~  
~~INFORMAÇÃO XXXXXXXX~~

numero de divulgar a greve seria a publicação em jornais e confecção de impressos explicativos aos pais, alunos e comunidade em geral.

Furto fornecido Comissões e sub-comissões com a finalidade de condenar a greve, levantar fundos, visitar colégios e localidades onde os professores não tivessem aderido ao movimento.

A cada Assembleia realizada, eram confeccionados novos documentos explicativos sobre o porquê de continuidade do movimento, pedindo que os pais não mandassem seus filhos às escolas e solicitando o apoio da comunidade em geral.

A partir do dia 14, decidiram fazer o movimento mais aberto à população, pois os professores percebiam que as portas fechadas como estava sendo levado, dificilmente atingiria seus objetivos.

O "Movimento Educação e Justiça" conseguiu a maior participação a partir do dia 15 na Assembleia de Londrina, pois naquela região eram poucas as escolas que tinham aderido ao movimento.

~~CONFIDENCIAL~~

PT 10696.130

["segue"]



ESTADO DO PARANÁ

SESP — POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA DE INGENIERIA POLICIA EN SOCIAL

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

SERVICHO DE INFORMACAO

SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES

DATA, 04 / 11 / 80

CONFIDENCIAL



- 1 ASSUNTO .....
- 2 ORIGEM .....
- 3 CLASSIFICAÇÃO .....
- 4 DIFUSÃO .....
- 5 REFERÊNCIA .....

CONTINUAÇÃO DE INFLUÊNCIA NO 602/80 -  
INFORMAÇÃO

Na Assembleia do dia 21, realizada no Estádio Couto Pereira, em Curitiba, participaram representantes de 172 municípios paranaenses de grande importância para a continuidade do greve. Após a assembleia seguiram em caminhada até o Palácio do Governo. Uma comissão composta por alguns professores foi reunida com os Secretários de Educação, de Planejamento e Recursos Humanos, para discutirem nova proposta governamental.

Depois de apresentadas as novas propostas, os professores decidiram que a continuação ou não do movimento seria decidida na assembleia do Paraná no dia 27.

Na maioria os mestres decidiram continuar com a greve, apesar de várias cidades manifestarem-se a favor de voltar às aulas.

Um representante do magistério do Rio Grande do Sul e o representante da Associação Paulista do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, professora Escevar Pavan Franco, estiveram presente nessa assembleia.

Na Assembleia do dia 30, no Estádio Couto Pereira, ficou decidido o prosseguimento do movimento com o retorno

PT 10695.130

CONFIDENCIAL

["segue"]

2- GERALDO BORTNIK

81e

PT 10696.130





ESTADO DO PARANÁ

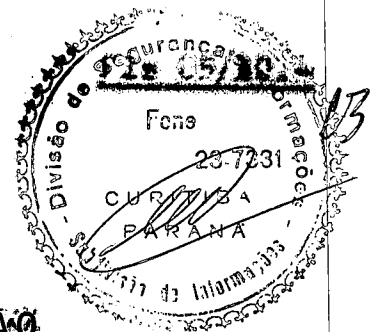
SESP — POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA DE ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO

SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÃO



DATA 04 / 11 / 80

- 1 ASSUNTO .....
- 2 ORIGEM .....
- 3 CLASSIFICAÇÃO .....
- 4 DIFUSÃO .....
- 5 REFERÊNCIA .....

CONTINUAÇÃO DO INFORME..... Nº 402/80.-

INFORMAÇÃO XXXXXXX

de aulas a partir de segunda-feira, dia 03/11/80. Os mestres irão manter reuniões constantes com o governador, ficando ressaltado, por diversas vezes, que se o governo não atender as reivindicações da classe, elas voltarão mais fortes ainda, não iniciando o próximo ano letivo.

Incluiu-se nesse movimento, um aperfeiçoamento das técnicas de mobilização de classe, o conhecimento de novas lideranças, principalmente em cidades do interior, e uma participação ativa dos professores no movimento.

Desde o início da greve, os mestres destacaram que o movimento não tinha cunho político e que não aceitariam participação de políticos isoladamente na greve.

Nesse sentido, foram notadas participações esporádicas, de elementos alheios à classe do magistrado e também dos professores que estavam à frente do movimento que são conhecidos por suas atuações e participações em outros movimentos, que relacionamos abaixo.

Romeu Gomes de Miranda professor; atua em movimentos reivindicatórios e contestatórios. É conhecido por suas

CONFIDENCIAL

["segue"]

PT 10596.130



ESTADO DO PARANÁ

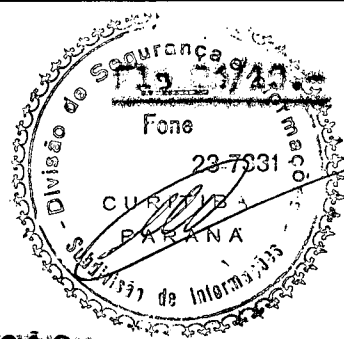
SESP — POLÍCIA CIVIL

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DE INVESTIGAÇÃO

DIVISÃO DE CONTROLE DE INFORMAÇÕES

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES



DATA, 04 / 11 / 80.-

- 1 ASSUNTO .....
- 2 ORIGEM .....
- 3 CLASSIFICAÇÃO .....
- 4 DIFUSÃO .....
- 5 REFERÊNCIA .....

CONTINUAÇÃO DO INFORME..... Nº 432/80.-

INFORMAÇÃO:XXXXXXXX

atuações e ligações com elementos conhecidos dos Uis.

Elto Zanardini professor; ligado ao Comitê Acadêmico pela Anistia de Curitiba; articulador de nome públicos, passantes e reuniões de caráter clandestino.

Iraias Galinari professor; participou do movimento previsto dos pro-  
fessores em 1976. É presidente da Associação dos  
Professores do Paraná; ligado a outros professores  
radicais que estão à frente dos movimentos reivindi-  
catória.

Sebastião de Paula Viziari professor; foi membro de comissão que  
elaborou a nota oficial, apoiando as pro-  
postas de "operação" tartaruga e passa-  
tas em 77.

Oliem Zétolai professor; foi instaurado em 67, sindicância contra o  
comitê para averiguar eventuais atividades subversivas  
e atentatórias ao Decreto nº 314; Tumultuou em 73, al-  
gumas reuniões de prestações de contas da Associação  
dos Professores do Paraná.

Eliúde José Borges Advogado chefe do Departamento Jurídico da Asap

PT 10696-130

CONFIDENCIAL

[segue]



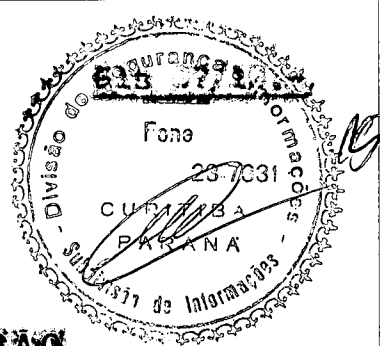
ESTADO DO PARANÁ

SESP — POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

DIVISÃO DE PROTEÇÃO E INFORMAÇÕES

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO



CONFIDENCIAL

DATA: 04 / 11 / 80

- 1 ASSUNTO .....
- 2 ORIGEM .....
- 3 CLASSIFICAÇÃO .....
- 4 DIFUSÃO .....
- 5 REFERÊNCIA .....

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

ciação dos Professores de Paraná; participou ativamente do "Movimen-  
to Educação e Justiça"; Tem licenciaturas em Pedagogia.

Silvio Lombardi; residente de Leópolis; Professor Licenciado  
de Paraná por várias gestões; simpaticamente do  
grupo Petista (Londrina); atua no Comitê Londri-  
ense pela Anistia e Direitos Humanos; contatos  
com outros professores esquerdistas que pelo  
seu apoio facilitou a ação do DSI/SPUL e infiltrou  
o movimento estudantil junto aos Externos Estuda-  
ntes do Colégio Vicente Hildebrandt em dois liceus radi-  
cais dos professores; Foi candidato a deputado  
estadual pelo PSD em 73; Foi um dos líderes da  
greve de 1972.

Ruben de Oliveira professor; Faz reuniões em 72, para estudos e li-  
nha política de ação popular em sua residência;  
participa da montagem e orientação de comissões  
que percorrem os estabelecimentos de ensino nos  
movimentos da classe, que procuram levar ao co-  
nhecimento dos demais professores, as reivindica-

PT 10696-130

CONFIDENCIAL [segue]



ESTADO DO PARANÁ

SESP — POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO

CONTINUAÇÃO DE INFORMações

DATA 04 11 80



- 1 ASSUNTO .....
- 2 ORIGEM .....
- 3 CLASSIFICAÇÃO .....
- 4 DIFUSÃO .....
- 5 REFERÊNCIA .....

CONTINUAÇÃO DE INFORMações N.º 412/80

INFORMAÇÃO N.º

rou agitar em alguns momentos as reuniões e assembleias realizadas quando dessa "Movimento Educação e Justiça", as conclusões das algumas decisões consistentes tomadas por outros professores, em virtude da grande maioria ter se manifestado a favor.

Edasina da Lima Silveira professora de Lendas; esquerdista, ligada ao PT, possui laços estreitos com Gabriel e Virgílio Mesquita; militante ativa do movimento esquerdista lundinense; participou do grupo dos professores em 1973.

Tadeuberto Franco militante em Leningrad; participou da Assembleia do dia 27/13 nessa cidade; nos discursos feitos nessa ocasião, influiu decisivamente para a continuidade da greve por tempo indeterminado, ao fazer dos discursos feitos conseguiu "remover" os professores presentes que até aquela altura dos acontecimentos manifestaram indiferença às reivindicações manifestações da Assembleia.

Wagner Rocha Silveira esquerdista; presidente da Comissão de Justiça e Paz do Paraná; participou

PT 10636-130

CONFIDENCIAL

!seguro!



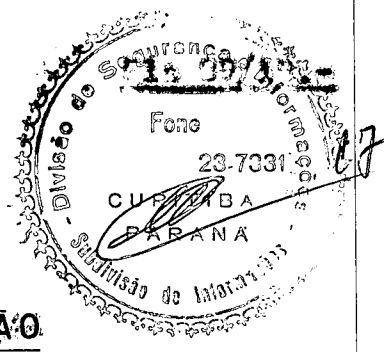
ESTADO DO PARANÁ

SESP — POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA DE JORNALISMO, POLÍTICA E SOCIAL

DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO E INVESTIGAÇÃO

**CONFIDENCIAL**



**SERVIÇO DE INFORMAÇÃO**

RESUMO DE INVESTIGAÇÃO

DATA, 02 / 11 / 60, -

- 1 ASSUNTO .....
- 2 ORIGEM .....
- 3 CLASSIFICAÇÃO .....
- 4 DIFUSÃO .....
- 5 REFERÊNCIA .....

Assessoria de Imprensa - Associação de Pais e Mestres - APM

**INFORMAÇÃO**

ativamento das reuniões, alegando que a Igreja do Paraná estava se ligando ao movimento; disse também que a direção da Igreja é destinada aos movimentos como estes, visando a melhoria do ensino, visando na melhoria do ensino melhores condições de vida.

Agostinho José Sartori, diretor de Imprensa; também conhecido por representante da corrente progressista da Igreja do Paraná; atuando em apoio de 32 cidades do interior para o movimento "Associação e Cultura".

Otávio Roberto dos Santos, presidente da Associação dos Vendedores de Curitiba; Recordista; ligado ao Comitê Brasileiro pela Anistia, Associações de Bairros, CUB, participando de reuniões e movimentos contestatórios e reivindicatórios ocorridos na nossa Capital; esteve distribuindo panfletos na caminhada dos professores da dia 21/10/60.

Pedro Chaves; ligado ao PT e Associações de Bairros; faz críticas à

**CONFIDENCIAL**

PT 10656-130

["segue"]



ESTADO DO PARANÁ

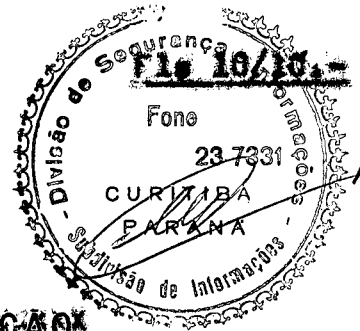
SESP — POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA DE EXERCÍCIO DE FUNÇÕES EXERCÍCIO

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO

SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES



DATA, 06 / 11 / 00.-

- 1 ASSUNTO .....
- 2 ORIGEM .....
- 3 CLASSIFICAÇÃO .....
- 4 DIFUSÃO .....
- 5 REFERÊNCIA .....

CONTINUAÇÃO DO IMPRIME..... Nº 402/80.-  
INFORMAÇÃO\*\*\*\*\*

severas ao governo, tendo participado de vários movimentos contestatórios e reivindicatórios no Brasil; no dia 16/10/80, discursou na Assembleia dos Profensores na Casa de Estudos da Universidade/Curitiba, dizendo que falava em nome do PT e que esse partido estava ao lado do movimento dos ceatras.

Ivan Hibari Advogado; ligado ao Comitê Brasileiro pela Libertação dos Trabalhadores da Construção Civil contra a Imprensa e a Polícia; participa de movimentos contestatórios nos casos Apuleia, Rômulo, Inocentinho e espontâneos; advogado clandestino; estava distribuído panfletos na presença dos professores no dia 12/10/80.

Moacyr João Barrozo Acadêmico; participa e apóia todos os movimentos contestatórios; ligado ao Comitê de Defesa da Amazônia e Meio Ambiente, associações de Outros Comitê de Solidariedade, PMSB, vice-presidente do CDA; Foi notada sua presença na Assembleia dos Professores da Colégio Santa Marcelina dia 30/10/80, o qual mantém contatos com vários professores.

PT 1069 b. 130

B13/B15

**CONFIDENCIAL**



ESTADO DO PARANÁ

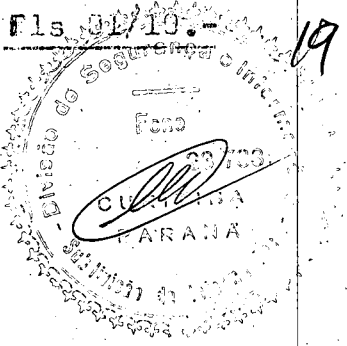
SESP — POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

SERVICIO DE INFORMACAO

SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES



DATA 04 / 11 / 80

- 1 ASSUNTO: "MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA".-
- 2 ORIGEM: SI/DST/PC/PR.-
- 3 CLASSIFICAÇÃO: A-1
- 4 DIFUSÃO: SNI/ACT-, E/2/SARM/DE-, DPF/PR-, CI/SESP/PR-, PMP-,
- 5 REFERÊNCIA

INFORME.....Nº 402/80.-

~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~

O DELEGADO É RESPONSÁVEL  
 PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESSE  
 DOCUMENTO (C. 113, § 1º, 1999/77 Regu-  
 mento para a Polícia Civil - Assuntos Sigilosos)

O Movimento dos Professores por melhores condições econômicas e de ensino, teve início no dia 05/10/80, nos salões do Clube Guaíra na cidade de Ponta Grossa/Pr, quando recebeu a denominação de "MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA";

Fizeram-se presentes nessa reunião, representantes de 70 localidades do Estado. Foi presidente da mesa e primeiro orador o professor Izaías Ogliari.

O Ex-governador Jaime Canet Jr., Ney Braga e o Secretário da Educação Edson Machado, foram criticados muitas vezes pelo não cumprimento das promessas feitas.

Ficou acertado nessa reunião a paralização das aulas a partir do dia 08, tendo sido anunciada a seguinte frase: "Entre morrer de fome trabalhando e sem trabalhar, preferimos morrer de fome sem trabalhar".

A partir do dia 06 começaram a ser distribuídos impressos explicativos aos pais e à comunidade em geral referentes aos motivos e às razões que levaram os professores a entrar em greve.

Durante o Movimento Educação e Justiça"

"segue"

PT 1069 b. 130



ESTADO DO PARANÁ  
 SESP — POLÍCIA CIVIL  
 DELEGACIA DE ORDEM PUBLICA E SOBRIA  
 DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

Fls 02/10.-

20

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO

= SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =

DATA, 04 / 11 / 80.-

- 1 ASSUNTO .....
- 2 ORIGEM .....
- 3 CLASSIFICAÇÃO .....
- 4 DIFUSÃO .....
- 5 REFERÊNCIA .....

CONTINUAÇÃO DO INFORME..... Nº 402/80.-

~~INFORMAÇÃO XXXXXXXX~~

foram realizadas várias reuniões e Assembleias Gerais em diversos locais ou seja:

- Dia 08/10/80- reunião no Colégio Estadual do Paraná (manhã).
- Dia 08/10/80- assembleia na Igreja do Guadalupe (tarde).
- Dia 09/10/80- reunião na Associação dos Professores do Paraná.
- Dia 10/10/80- assembleia na Igreja do Guadalupe.
- Dia 14/10/80- assembleia na Igreja do Guadalupe.
- Dia 15/10/80- assembleia em Londrina seguida de passeata.
- Dia 16/10/80- assembleia na Casa do Estudante Universitário, Curitiba/Pr.
- Dia 17/10/80- passeata por ruas centrais da Capital.
- Dia 18/10/80- Concentração em Campo Largo.
- Dia 21/10/80- assembleia no Estádio Couto Pereira seguida de passeata até o Palácio do Governo.
- Dia 27/10/80- assembleia em Maringá.
- Dia 29/10/80- assembleia na Associação dos Professores do Paraná.
- Dia 30/10/80- assembleia no Estádio Couto Pereira e após, na Associação dos Professores do Paraná.

Nas reuniões iniciais ficou decidido que a

PT 10696-130

"SEGUE"





ESTADO DO PARANÁ

SESP - POLÍCIA

GENÉRAL

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO

= SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =

Fls 03/10

DATA 04 / 11 / 80

- 1 ASSUNTO .....
- 2 ORIGEM .....
- 3 CLASSIFICAÇÃO .....
- 4 DIFUSÃO .....
- 5 REFERÊNCIA .....

CONTINUAÇÃO DO INFORME..... Nº 402/80

~~XXXXXXXXXXXXXXXXXX~~

maneira de divulgar a greve seria a publicação em jornais e confecção de impressos explicativos aos pais, alunos e Comunidade em geral.

Foram formadas Comissões e sub-comissões com a finalidade de coordenar a greve, levantar fundos, visitar colégios e localidades onde os professores não tivessem aderido ao movimento.

Em cada Assembleia realizada, eram confeccionados novos documentos explicativos sobre o porquê da continuidade do movimento, pedindo que os pais não mandassem seus filhos às aulas e solicitando o apoio da comunidade em geral.

A partir do dia 14, decidiram fazer o movimento mais aberto à população, pois os professores percebiam que as portas fechadas como estava sendo levado, dificilmente atingiria seus objetivos.

O "Movimento Educação e Justiça" começou a ter maior participação a partir do dia 15 na Assembleia de Londrina, pois naquela região eram poucas as escolas que tinham aderido ao movimento.

PT 1069 b-130



ESTADO DO PARANÁ

GESP — POLÍCIA CIVIL

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO

SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES

DATA 04 / 11 / 88

- 1 ASSUNTO .....
- 2 ORIGEM .....
- 3 CLASSIFICAÇÃO .....
- 4 DIFUSÃO .....
- 5 REFERÊNCIA .....

CONTINUAÇÃO DO INFORME..... Nº 402/88

~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~

Na Assembléia do dia 21, realizada no Estádio Couto Pereira, em Curitiba, participaram representantes de 172 municípios paranaenses os quais decidiram pela continuação da greve. Após a assembleia seguiram em caminhada até o Palácio do Governo. Uma comissão composta por alguns professores foi reunir-se com os Secretários da Educação, do Planejamento e Recursos Humanos, para discutirem nova proposta governamental.

Depois de apresentadas as novas propostas, os professores decidiram que a continuação ou não do movimento seria decidida na assembleia de Maringá no dia 27

Na Maringá os mestres decidiram continuar com a greve, apesar de várias cidades manifestarem-se a favor da volta às aulas.

Um representante do magistério do Rio Grande do Sul e a representante da Associação Paulista do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, professora Rosever Pavan Franco, estiveram presente nessa assembleia.

Na Assembléia do dia 30, no Estádio Couto Pereira, ficou decidido o prosseguimento do movimento com o retorno

PT 1069.6-130



ESTADO DO PARÁ

SESP

DELEGACIA

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO

= SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =

DATA 04/11/80

- 1 ASSUNTO .....
- 2 ORIGEM .....
- 3 CLASSIFICAÇÃO .....
- 4 DIFUSÃO .....
- 5 REFERÊNCIA .....

CONTINUAÇÃO DO INEORME..... Nº 402/80

~~XXXXXXXXXXXX~~

às aulas a partir de segunda-feira, dia 03/11/80. Os mestres irão manter reuniões constantes com o governador, ficando ressaltado, por diversas vezes, que se o governo não atender as reivindicações da classe, eles voltam mais fortes ainda, não iniciando o próximo ano letivo.

Percebeu-se nesse movimento, um aperfeiçoamento nas técnicas de mobilização da classe, o aparecimento de novas lideranças, principalmente em cidades do interior, e uma participação maciça dos professores no movimento.

Desde o início da greve, os mestres destacaram que o movimento não tinha cunho político e que não aceitarão participação de políticos isoladamente na greve.

Mesmo assim, foram notadas participações esporádicas, de elementos alheios à classe do magistério e também dos professores que estavam à frente do movimento que são conhecidos por suas atuações e participações em outros movimentos, que relacionamos abaixo.

Romeu Gomes de Miranda: professor; atua em movimentos reivindicatórios e contestatórios. É conhecido por suas

PT 10696-130



ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO

Fls 06/10. 24

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES;  
~~SERVICÓX DE INFORMAÇÃO~~  
= SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =

DATA, 04, 11, 80, -

- 1 ASSUNTO .....
- 2 ORIGEM .....
- 3 CLASSIFICAÇÃO .....
- 4 DIFUSÃO .....
- 5 REFERÊNCIA .....

CONTINUAÇÃO DO INFORME..... Nº 402/80.  
INFORMAÇÃOXXXXXXXXXX

atuações e ligações com elementos conhecidos dos Ols.

Cleto Jamanini: professor; ligado ao Comitê Brasileiro pela Anistia de Curitiba; participou de Ato Público, passeatas e reuniões de caráter contestatório.

Izaias Galiari: professor; participou do movimento grevista dos professores em 1978. É presidente da Associação dos Professores do Paraná; ligado a outros professores radicais que estão à frente dos movimentos reivindicatórios.

Sebastião de Paula Vieira: professor; foi membro da comissão que elaborou a nota oficial, apoiando as propostas de "operação" tartaruga e passeatas em 77.

Oliu Zetola: professor; foi instaurado em 67, sindicância contra o nominado para apurar eventuais atividades subversivas e atentatórias ao Decreto nº 314; Tumultuou em 73, algumas reuniões de prestações de contas da Associação dos Professores do Paraná.

Eliúde José Borges: Advogado chefe do Departamento Jurídico da Asso

PT 1069 6/130

CONFIDENCIAL

Fls 07/10



ESTADO DO PARANÁ

SESP - POLÍCIA

~~SECRETARIA DE SEGURANÇA PÙBLICA~~

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

~~SERVIÇO DE INVESTIGAÇÃO~~

= SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =

DATA 04 / 11 / 80

- 1 ASSUNTO .....
- 2 ORIGEM .....
- 3 CLASSIFICAÇÃO .....
- 4 DIFUSÃO .....
- 5 REFERÊNCIAS .....

CONTINUAÇÃO DO INFORME.....INP 402/80

~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~

ciação dos Professores do Paraná; participou ativamente do "Movimen-  
to Educação e Justiça"; Tem tendências esquerdistas.

Dino Zambenedetti: Presidente da Associação Professores Licenciados do Paraná por várias gestões; simpatizante do grupo Poeira (Londrina); atua no Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos; destaca-se entre os professores esquerdistas que pelo seu apoio facilita a ação do DCE/FUEL a infiltrar o movimento Estudantil junto aos Grêmios Estudantis do Colégio Vicente Rijo; Um dos líderes radicais dos professores; Foi candidato a deputado estadual pelo MDB em 78; Foi um dos líderes da greve de 1978.

Rubem de Oliveira: professor; Fez reuniões em 72, para estudos e li- nha política da ação popular em sua residência; participa da montagem e orientação de comissões que percorrem os estabelecimentos de ensino nos movimentos da classe, que procuram levar ao conhecimento dos demais professores, as reivindicações dos mesmos e pedir suas adesões; Procura

PT 1069 b. 130



ESTADO DO PARANÁ

SESP — POLÍCIA CIVIL

~~XDEMOGADIA DE XORBEM KOLNICA XE XSOAMX~~

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

~~SERVIXOXXDEXXINFORMAXOXX~~

= SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =

DATA, 04 / 11 / 80.-

1 ASSUNTO .....

2 ORIGEM .....

3 CLASSIFICAÇÃO .....

4 DIFUSÃO .....

5 REFERÊNCIA .....

CONTINUAÇÃO DO INFORME..... Nº 402/80.-

~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~

rou agitar em alguns momentos as reuniões e assembleias realizadas quando desse "Movimento Educação e Justiça", só concordando com algumas decisões sensatas tomadas por outros professores, em virtude da grande maioria ter se manifestado a favor.

Edesina de Lima Oliveira: professora em Londrina; esquerdista, ligada ao PT, Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos; militante ativa do movimento esquerdista Londrinense; participou da greve dos professores em 1978.

Tadeu Bento França: vereador em Maringá; participou da Assembleia do dia 27/10 nessa cidade; nos discursos feitos nessa ocasião, influenciou decisivamente pela continuidade da greve por tempo indeterminado, em face dos discursos feitos; conseguiu "remotivar" os professores presentes que até aquela altura dos acontecimentos mantinham-se indiferentes às reduzidas manifestações da Assembleia.

Wagner Rocha D'Angelis: advogado; esquerdista; presidente da Comissão de Justiça e Paz do Paraná; participou

PT 10596-130

"segue"



ESTADO DO PARANÁ

SESP - Polícia

SECRETARIA

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

**SERVIÇO DE INFORMAÇÃO**

= SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =

DATA 04 / 11 / 90

- 1 ASSUNTO .....
- 2 ORIGEM .....
- 3 CLASSIFICAÇÃO .....
- 4 DIFUSÃO .....
- 5 REFERÊNCIA .....

CONTINUAÇÃO DO INFORME..... Nº 402/90

~~INFORMAÇÃO XXXXXXXXXX~~

ativamente da assembleia, dizendo que a Igreja do Paraná estava se ligando ao Movimento; Disse também que a missão da Igreja é "estimular movimentos como estes, ampliar a palavra de todos, buscando a melhoria do ensino melhores condições de vida".

Agostinho José Sartori: Bispo de Palmas/Pr; é o mais notório representante da corrente progressista da Igreja do Paraná; Conseguiu o apoio de 32 cidades do interior para o "Movimento Educação e Justiça",

Otávio Barbosa dos Santos: Presidente da Associação dos vendedores Ambulantes de Curitiba; Esquerdista; ligado ao Comitê Brasileiro pela Anistia, Associações de Bairros, PMDB, participando de quase todos os movimentos contestatórios e reivindicatórios eclodidos nessa Capital; Estava distribuindo panfletos na caminhada dos professores do dia 21/10/90.

Pedro Chaves: Ligado ao PT e Associações de Bairros; faz críticas

PT 1069 b. 130

"segue"



ESTADO DO PARANÁ

SESP

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

~~SECRETARIA DE DEFESA NACIONAL~~

= SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =

DATA 04 / 11 / 80

Fls 10/10  
Fol. 28  
CURITIBA  
PARANÁ

- 1 ASSUNTO .....
- 2 ORIGEM .....
- 3 CLASSIFICAÇÃO .....
- 4 DIFUSÃO .....
- 5 REFERÊNCIA .....

CONTINUAÇÃO DO INFORME..... Nº 402/80

~~INFORMAÇÃO XXXXXXX XXXXX~~

severas ao governo, tendo participado de vários movimentos contestatórios e reivindicatórios na Capital; No dia 16/10/80, discursou na Assembléia dos Professores na Casa do Estudante Universitário/Curitiba, dizendo que falava em nome do PT e que esse partido estava esolidario ao movimentos dos mestres.

Ivan Ribas: Advogado; ligado ao Comitê Brasileiro pela Anistia; incitou os trabalhadores da Construção Civil contra a imprensa e a policia; participou de movimentos contestatórios nessa Capital; Elemento inescrupuloso e oportunista; advogado chicaneiro; Esteve distribuindo panfletos na passeata dos professores no dia 21/10/80.-

Moacyr Reis Ferraz: Comunista; participa e apoia todos os movimentos contestatórios; ligado ao Comitê de Defesa da Amazônia e Meio Ambiente, associações de Bairros Comitê de Solidariedade, PMDB, vice-presidente do CBA; Foi notada sua presença na Assembléia dos professores no Estádio Couto Pereira dia 30/10/80, o qual mantinha contatos com vários professores.

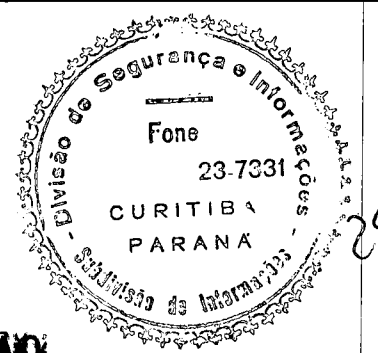
PT 10696-130





ESTADO DO PARANA  
SESP — POLÍCIA CIVIL

**CONFIDENCIAL**



~~XX~~  
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

~~XX~~

= SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =

DATA 10 / 11 / 80.-

- 1 ASSUNTO: "MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA"
- 2 ORIGEM: SI/DSI/PC/PR.-
- 3 CLASSIFICAÇÃO: A-1
- 4 DIFUSÃO: SNI/ACM-, E/2/SARM/DE-, DPF/PR-, CI/SESP/PR,- PMEP.-
- 5 REFERÊNCIA: INFORME Nº 402 de 04/NOV/80-SI.-

INFORME.....Nº 402/80.-

~~XX~~

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL  
PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA  
DOCUMENTO (Art. 12-Det. n.º 79099/77 Regu-  
lamento para Sig. Especial de Assuntos Sigilosos)

Complementando o Infe. de referência, re-  
lacionaremos os professores que estiveram liderando o "Movimento  
Educação e Justiça", e um estudante do Colégio Estadual do Paraná  
conhecido dos O.I. que também teve participação no movimento.

Regina Ogliari: Esposa do professor Izaías Ogliari; participou do  
movimento grevista dos professores em 1978, sendo  
punida com a supressão das aulas suplementares.

Valdir Dallagnol: professor; em 73 tumultuou uma reunião de pres-  
tação de contas da Diretoria da Associação dos  
Professores do Paraná; participou do movimento  
grevista dos professores em 1978.

Julio Cesar Manso Vieira: Aluno do Colégio Estadual; ligado ao  
CBA e PMDB; participou de várias reuni-  
ões, Atos Públicos e movimentos contes-  
tatórios ocorridos nessa Capital.

Eduardo Tavares: professor do Colégio Estadual, sem registro de an-  
tecedentes neste O.I.

Plínio Campos: professor em licença, ligado a APP; sem registro  
de antecedentes neste O.I.

34.579  
37.586  
PT 1069 b. 130

**CONFIDENCIAL**

"segue"

1. A S.F.A para anotar.
2. Abrir fichas para os que ainda não têm, colocando que sua participação no "movimento Educação e Justiça" não foi de cunho político-ideológico.
3. Arquivar na pasta "movimento Educação e Justiça".

S. info. em 18/11/80.  
Albuquerque

Anetado

Em 19.11.80

Quef



ESTADO DO PARANÁ

**CONFIDENCIAL**

F16 02.-

30

SESP — POLÍCIA CIVIL

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
**SERVICÓ DE INFORMAÇÃO**

SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES

DATA, 10 11 80.-

- 1 ASSUNTO .....
- 2 ORIGEM .....
- 3 CLASSIFICAÇÃO .....
- 4 DIFUSÃO .....
- 5 REFERÊNCIA .....

CONTINUAÇÃO DO INFORME..... Nº 402/80.-

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
INFORMAÇÃO.....N.

Os professores de cidades do interior  
abaixo relacionados não possuem registros de antecedentes neste  
Órgão.

- Ponta Grossa: Renato Fustemberg, Francisco Pires Machado, Izolda <sup>37.643</sup> <sup>37.648</sup> <sup>37.685</sup>
- Andreatã: Henriqueta Kubiak Tozetta <sup>37.686</sup>
- Ivaiporã: Pedro Franzão e Mário Preto. <sup>37.687</sup>
- Marinópolis: Agostinho C. Coutinho e Reul Pimenta <sup>37.688</sup> <sup>37.689</sup>
- Cascabel: Ivo Cordeiro Lopes <sup>37.690</sup>
- Araucarias: Ludovico Suzuki. <sup>37.691</sup>
- Jacarezinho: Antonio João Pinto. <sup>37.692</sup>
- Diamante do Norte: Mário Sérgio Ferreira de Souza. <sup>37.693</sup>
- Toledo: Judith Maria Colombelli. <sup>37.694</sup>
- Assis Chateaubriand: Homero da Silva Pinto.

Robson de Oliveira declarou na rádio Capital, no dia 21/10/80, que Chico Anísio doou Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) para o "movimento Educação e Justiça", quando de sua estada em nossa Capital.



**CONFIDENCIAL**

PT 10596.130

CONFIDENCIAL

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ  
ESTADO MAIOR  
2.ª SEÇÃO

INFORME N.º 658/80

Data : 01 DEZ 80  
 Assunto ; MOVIMENTO DO MAGISTÉRIO  
 Referência : -.-  
 Origem : 2ª. SEÇÃO PMPR  
 Avaliação : A-1  
 Difusão Anterior : -.-  
 Difusão : 2ª./5ª.RM/DE - SNI - CI/SESP - DSI - DPE  
 Anexos : -.-

Divisão de Segurança e Informações  
 Subdivisão de Informações  
 PRO. COLO  
 Nº 16481/80  
 DATA 12/12/80

Durante Assembléia realizada na Associação dos Professores do Paraná, ao final do movimento "Educação e Justiça", foram delineados os seguintes eventos:

- a) Realização de Assembléia Geral na cidade de CASCAVEL/PR, na primeira sexta-feira de março/81;
- b) Organização de um "fundo de greve", visando enfrentar melhor um provável movimento grevista no próximo ano, caso não sejam atendidas todas as reivindicações feitas pelo movimento "Educação e Justiça";
- c) Reuniões periódicas das lideranças regionais, para apreciação de sugestões;
- d) Constituição de uma chapa integrada somente de professores, para concorrer às próximas eleições para a Diretoria da Associação dos Servidores Públicos do Paraná (ASPP), visando impedir a reeleição do atual presidente.

QUALQUER PESSOA QUE TOMAR  
 CONHECIMENTO DE ESTE DOCUMENTO  
 FICA AUTOMATICAMENTE RESPONSÁVEL  
 POR ESTE DOCUMENTO.

Art. 12 - Regulamento de Segurança do  
 Assuntos Sigiloso - Decreto nº 78099/77

ESTADO DO PARANÁ  
 POLÍCIA MILITAR

CONFIDENCIAL

1) A. L. Sup. - para tomar con-  
sultas

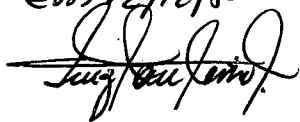
2) A. L. A. para arquivos.

Do 11/12/80.



Ciente

Em 12/12/80



INFORME nº 241/80 - ASI/FUEL

DATA: 17.12.80  
ASSUNTO: RELAÇÃO DOS COORDENADORES DA GREVE DOS PROFS. DA REDE OFICIAL DE  
ORIGEM: Asi/Fuel DO PARANÁ (ÁREA DE LONDRINA)  
AVALIAÇÃO: A.1  
DIFUSÃO ANTERIOR: -  
DIFUSÃO ATUAL: ACT/SNI - DSI/SSP/PR -  
REFERENCIA: Infe nº 234/80 - ASI/FUEL de 20.11.80  
ANEXO:



1.

Em complementação ao infe de referência, esta ASI encaminha dados de qualificação e registros de atividades dos nominados:

01-

NOME: FERNANDA JIRAN ✓  
FILIAÇÃO: João Jiran  
Octacília Jiran  
DATA E LOCAL DE NASC.: 19.06.31 - São Paulo/SP  
C. IDENTIDADE: 370.121 - PR  
PROFISSÃO: Professora  
ENDEREÇO: Rua Souza Naves, 119 - Centro - Londrina  
CONOTAÇÃO POLÍTICA: Tendência Esquerdista  
PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Militante da AFLP, tomou parte ativa em várias greves deflagradas no Magistério Oficial do Paraná;
- É elemento de oposição ao Governo, participa de várias entidades, ligadas à elementos esquerdistas.
- Na última greve dos Professores eclodida em outubro de 1980, a nominada participou da coordenação do movimento junto ao Colegió Professor Vicente Rijo de Londrina.

02-

NOME: VANOLY ACOSTA FERNANDES ✓  
FILIAÇÃO: Aristides de Castro Fernandes  
Maria J. I. A. Fernandes  
DATA E LOCAL DE NASC.: 17.05.36 - Santa Maria/RS  
C. IDENTIDADE: 636.972 - PR  
ESTADO CIVIL: solteiro  
ENDEREÇO: Edifício Tóquio - Centro - Londrina -Pr.  
PROFISSÃO: Professor  
CONOTAÇÃO POLÍTICA: Esquerdista

Divisão de Segurança e Informações  
Subdivisão de Informações  
PROTOCOLO  
Nº 16.991/80  
DATA 29/12/80

ARQUIVADO

O conteúdo deste documento é de caráter reservado e não deve ser divulgado para terceiros sem a autorização expressa do Assessor de Segurança e Informações.

PT 10695.130

"segue"

A S.F.A. a anotar e organizar  
Pasta: Monumento Educacional e Jurídico  
(fazenda paulista) 180

Em 30-12-80

*[Handwritten signature]*

ANOTADO EM 15/01/81

*[Handwritten signature]*

Continuação do infº nº 244/80 - ASI FUEL



Confidencial

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Ligado ao ME, através do Grupo Estudantil Poeira;
- Ativo na APLP - Associação dos Prof. Licenciados do Paraná;
- Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos;
- Critica sistematicamente o sistema educacional brasileiro;
- Pertence ao Sindicato dos Professores de Londrina;
- É ligado a um grupo de Médicos Esquerdistas que atuam no Hospital Universitário da FUEL, liderados por José Luiz da Silveira Baldy, militante da Ação Popular e Núcleo do PT de Londrina.
- Na última greve dos professores eclodida em outubro de 1980, o nominado participou da coordenação do movimento junto ao Colégio Prof. Vicente Rijo de Londrina.

03-

NOME: DINO ZAMBENEDETTI ✓

FILIAÇÃO: José V. Zambenedetti

Maria M. T. Zambenedetti

DATA E LOCAL DE NASC.: 26.07.28 - Guaporé-RS

C. IDENTIDADE: 408.515 - PR

ENDEREÇO: Rua Moreira Cabral, 385 - Jardim Londrilar - Londrina

ESTADO CIVIL: Casado

PROFISSÃO: Professor

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- É presidente da APLP;
- É um dos grandes líderes de oposição junto as Entidades e Associações de Professores do Paraná;
- Ex-Irmão Marista, simpatizante do Clero Progressista, atuando junto ao Movimento Familiar Cristão;
- É militante do PMDB, tendo sido candidato ao cargo de Deputado Estadual pelo extinto MDB;
- Na última greve dos professores eclodida em outubro de 1980 o nominado foi o principal líder do movimento.

04-

NOME: BENEDITA MARQUES DE ARAUJO X

FILIAÇÃO: José Marques de Almeida

Maria Gonçalves Marques

DATA E LOCAL DE NASC.: 02.05.43 - Lins/SP

C. IDENTIDADE: 468.588 - SP

ESTADO CIVIL: Casada

PROFISSÃO: Professora do Ensino Médio

PT 1069 b. 130

Confidencial

"segue"

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento. (Art. 12 Dec. nº 79.099/77 Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sigilados)



Continuação do Infe nº 241/80 - ASI/FUEL

**Confidencial**



34

ENDEREÇO: Rua Moreira Cabral, 247 - Aeroporto

CONOTAÇÃO POLÍTICA: Tendência Esquerdista

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Secretária do Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos;
- Ligada a APLP e Grupo Estudantil Poeira
- Milita no Sindicato dos Professores de Londrina;
- É ativista na Frente Democrática da Mulher Londrinense;
- É militante ativa no Núcleo do PT de Londrina;
- Tem participado de várias manifestações contra o regime constituído.
- Na última greve dos professores, em outubro de 1980, realizada em Londrina, foi uma das principais coordenadoras do movimento.

05-

NOME: VANDER RODRIGUES ✓

FILIAÇÃO: Antonio de Paula Rodrigues  
Catarina Nogueira Rodrigues

DATA E LOCAL DE NASC.: 06.02.50 - Apucarana/PR

C. IDENTIDADE: 712.035 - PR

ESTADO CIVIL: Solteiro

PROFISSÃO: Professor do Ensino Secundário

CONOTAÇÃO POLÍTICA: Tendência Esquerdista

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Militante da APLP;
- Representante do PT, junto a classe dos Profesosres do Ensino Secundário, juntamente com Edezina de Lima Oliveira;
- Simpatizante do Grupo Estudantil Poeira;
- Tem participado ativamente de várias manifestações (greves, passeatas e atos públicos), realizados contra o regime constituído, em Londrina
- Na última greve dos Professores, ocorrida em outubro de 1980, o nominado foi um dos principais coordenadores do movimento.

06-

NOME: SEBASTIÃO DE PAULA VIEIRA X

FILIAÇÃO: Harlário de P. Vieira  
Leonidas P. Vieira

DATA E LOCAL DE NASC.: 05.12.58 - Sertanópolis/PR

C. IDENTIDADE: 432.438/PR

ESTADO CIVIL: Casado

**Confidencial**

PT 1069 b. 130

Confidencial



35

Continuação do Infe nº 241/80 - ASI/FUEL

CONOTAÇÃO POLÍTICA: Não avaliadaENDEREÇO: Edifício Gloria, 61 - 6º andar - Centro - LondrinaPROFISSÃO: ProfessorPRINCIPAIS ATIVIDADES:

- É presidente da Associação dos Professores do Paraná;
- Foi um dos líderes da greve eclodida em outubro de 1980;
- Participou de um ato público de protesto, promovido pela UNE, DCE/LIVRE, APLP e Sindicato dos Professores de Londrina no dia 12.09.80
- Na última greve dos professores ocorrida em outubro de 1980 em Londrina, foi um dos coordenadores do referido movimento.

07-

NOME: LIDIA MEGUMI SAIKI ✓FILIAÇÃO: Isamu Saiki e Chie SaikiDATA E LOCAL DE NASC.: 20.05.53 - Londrina/PrC. IDENTIDADE: 816.114 - PRESTADO CIVIL: SolteiraENDEREÇO: Rua Antonina, s/nPROFISSÃO: ProfessoraCONOTAÇÃO POLÍTICA: Tendência EsquerdistaPRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Ex-militante do Grupo Estudantil Poeira;
- Militante do Núcleo do PT de Londrina;
- Militante ativa da APLP;
- É associada da SBPC (secretaria Regional de Londrina).
- Tem participado de varias manifestações (greves, passeatas e atos públicos), realizados em Londrina, contra o regime constituido.
- Na última greve dos professores, ocorrida em outubro de 1980, a nominada foi uma das principais coordenadoras do movimento.

08-

NOME: MARIA JOVITA REBELLO MACHADO KAISER \*FILIAÇÃO: José Rebello Machado

Maria A. de L. Machado

DATA E LOCAL DE NASC.: 06.04.32 - São Paulo/SPC. IDENTIDADE: 1.347.798 -SPPROFISSÃO: ProfessoraENDEREÇO: Rua Tupi, 521 - Centro - LondrinaESTADO CIVIL: CasadaCONOTAÇÃO POLÍTICA: Sem informação

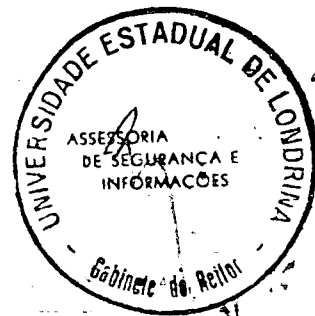
PT 1069 b. 130

Confidencial

Confidencial

Confidencial

Continuação do Infe nº 241/80 - ASI/FUEL



PRINCIPAIS ATIVIDADES:

Confidencial

- Militante da APLP;
- Frente Democrática da Mulher Londrinense;
- Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos;
- Tem tido participação ativa em várias manifestações (greve, passeatas e atos públicos) realizadas em Londrina, contra as autoridades constituídas.
- Na última greve dos professores, ocorrida em outubro de 1980, a nominada foi uma das principais coordenadoras do movimento.

09-

NOME: EDEZINA DE LIMA OLIVEIRA ✓

FILIAÇÃO: Otavio de Campos e Maria Angelica de Lima

DATA E LOCAL DE NASC.: 05.10.42 - Tamarana - PR

C. IDENTIDADE: 424.540 - PR

ESTADO CIVIL: Casada

PROFISSÃO : Professora

CONOTAÇÃO POLÍTICA: Esquerdista

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Militante ativa no Movimento esquerdista em Londrina;
- Ex-Presidente do Núcleo da APLP de Londrina;
- Quando estudante militou no ME, integrando grupos esquerdistas simpatizante do Grupo Estudantil Poeira;
- Atua no Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos;
- Atualmente integra o Núcleo Regional da Secretaria da SBPC em Londrina;
- Integrante do PT de Londrina;
- Tem tido participação ativa em várias manifestações (greves, passeatas, atos públicas) realizadas em Londrina contra as autoridades constituídas.
- Na última Greve dos Professores, ocorrida em outubro de 1980, a nominada foi uma das coordenadoras do movimento.

10-

NOME: AVANI MATTOS CEZAR ✗

FILIAÇÃO: Augusto Bernardino de Mattos

Judith Carvalho Mattos

DATA E LOCAL DE NASC.: 13.12.42 - Itararé - SP

C. IDENTIDADE: 429.526 - PR

PROFISSÃO: Professora

ESTADO CIVIL: Casada

PT 10595.130

Confidencial

Confidencial

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (Art. 12 Dec. nº 79.099/77 Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

**Confidencial**



Continuação do Infe nº 24J/80 - ASI/FUEL

**Confidencial**

CONOTAÇÃO POLÍTICA: Simpatizante da Esquerda

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- É casada com o advogado esquerdista Délio Nunes Cezar;
- Militante da APLP;
- Tem participado de movimentos contestatórios ao regime político;
- Foi ativista no Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos;
- Na última Greve dos Professora, ocorrida em outubro de 1980, a nominada foi uma das coordenadoras do movimento.

11-

NOME: TEREZINHA DAGMAR ROSSI RAMOS

FILIAÇÃO: Oswaldo Rossi

Georgina de Lima Rossi

DATA E LOCAL DE NASC.: 15.12.50 - Londrina - Pr.

C. IDENTIDADE: 841.255-PR

ESTADO CIVIL: Casada

PROFISSÃO: Professora

CONOTAÇÃO POLÍTICA: Simpatizante de Esquerda

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Militante da APLP;
- Casada com o Professor Miguel Antonio Ramos, um dos líderes esquerdistas que atua na APLP;
- Tem participado de vários movimentos contestatórios ao regime político (greves, passeatas e atos públicos) realizados em Londrina.
- Na última Greve dos Professores, ocorrida no mês de outubro de 1980, a nominada foi uma das coordenadoras do movimento.

12-

NOME: JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA MOTA

FILIAÇÃO: Ivanir Pascolati de Oliveira Mota

Lazaro Leme de Oliveira

DATA E LOCAL DE NASC.: 09.11.44 - Assis-SP.

C. IDENTIDADE: 505.986 - PR

ENDEREÇO: Rua Passos, 66 - Parque Alvorada - Pr.

PROFISSÃO: Professor

ESTADO CIVIL: Casado

CONOTAÇÃO POLÍTICA: Esquerdista

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Militante da APLP;

**Confidencial**

**Confidencial**

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento" (Art. 12 Dec. 79.099/77 Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

PT 10696-130

- Tem participado de várias manifestações (greve, passeatas e atos públicos) realizados em Londrina, contra o regime político do país.
- Na última Greve dos Professores, ocorrida em outubro de 1980, o nominado foi um dos coordenadores do movimento.

13-

NOME: LELIANI ZAMBENEDETTI X

FILIAÇÃO: Anaurelino Albuquerque Costa  
Noemia Rabello Costa

DATA E LOCAL DE NASC.: 22.10.29 - Passo Fundo/RS

ESTADO CIVIL: Casada

PROFISSÃO: Professora

C. IDENTIDADE: 2.306/PR

CONOTAÇÃO POLÍTICA: não avaliada

ENDEREÇO: Rua Moreira Cabral, 385 - J. Londrilar - Londrina

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Militante da APLP;

- Na última Greve dos Professores ocorrida em outubro de 1980, a nominada foi uma das coordenadoras do movimento.

14-

NOME: ANAVALY NOBREGA PELLEGRINI X

FILIAÇÃO: Domingos Pelegrini

Maria Fernandes Nobrega Pellegrini

DATA E LOCAL DE NASC.: 19.01.47 - Londrina - Pr.

C. IDENTIDADE: 601.623-PR

ESTADO CIVIL: Solteira

PROFISSÃO: Professora

CONOTAÇÃO POLÍTICA: Tendência Esquerdista

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Militante da APLP,

- " Frente Democrática da Mulher Londrinense;

- " do Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos

- Tem participado ativamente de vários movimentos contestatórios contra o regime político do país, através de passeatas, greves e atos públicos;

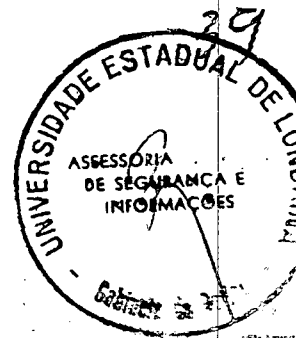
- Na última Greve dos Professores ocorrida em outubro de 1980, a nominada foi uma das coordenadoras do movimento.



O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (Art. 12, Dec. n.º 79.099/77 Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

15-

NOME: MARIA TEREZINHA OLIVATO DEL...



Continuação do infº nº 241/80 - ASI/FUEL

DATA E LOCAL DE NASC.: 10.12.48 - Arapongas - PR

C. IDENTIDADE: 642.368-PR

PROFISSÃO: Professora

ESTADO CIVIL: solteira

CONOTAÇÃO POLÍTICA: Não avaliada

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Militante da APLP;

- Na última Greve dos Professores ocorrida em outubro de 1980, a nominada foi uma das coordenadoras do movimento.

Confidencial

16-

NOME: OLGA LEPRE CARVALHO E SILVA X

FILIAÇÃO: Primo Lepre e Antonia Montini

DATA E LOCAL DE NASC.: 08.05.40 - Pres. Bernardes - SP

C. IDENTIDADE: 307.715 - PR

PROFISSÃO: Professora

ESTADO CIVIL: casada

CONOTAÇÃO POLÍTICA: não avaliada

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Militante da APLP;

- Na última Greve dos Professores ocorrida em outubro de 1980, a nominada foi uma das coordenadoras do movimento

17-

NOME: ELSA DE LOURDES FURTADO ALEXANDRE X

FILIAÇÃO: José Furtado Filho

Maria de Lourdes

DATA E LOCAL DE NASC.: 30.12.43 - Sertãoópolis/PR

C. IDENTIDADE: 837.672 - PR

PROFISSÃO: Professora

ESTADO CIVIL: Casada

CONOTAÇÃO POLÍTICA: não avaliada

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Militante da APLP;

- Na última Greve dos Professores, ocorrida em outubro de 1980, a nominada foi uma das coordenadoras do movimento em Londrina.

18-

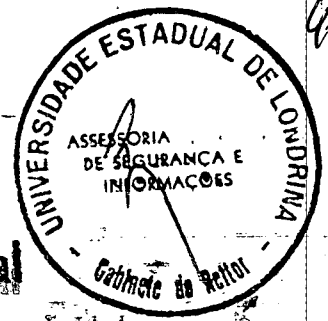
NOME: NADIR FURTADO X

FILIAÇÃO: José Furtado Filho

Confidencial

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (Art. 12 Dec. nº 79.099/77 Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

PT10596.130



DATA E LOCAL DE NASC.: 15.09.45 - Londrina - Pr.  
ESTADO CIVIL: solteira  
PROFISSÃO: Professora  
CONOTAÇÃO POLÍTICA: não avaliada  
PRINCIPAIS ATIVIDADES:

**Confidencial**

- Militante da APLP;
- Na última Greve dos Professores, ocorrida em outubro de 1980, a nominada foi uma das coordenadoras do movimento.

19-

NOME: RINA MARIA DE JESUS FRANCOVIG X  
FILIAÇÃO: Vittorio Francovig e Palmira Rosse  
DATA E LOCAL DE NASC.: 16.07.44 - Londrina - Pr.  
C. IDENTIDADE: 427.381/PR  
ESTADO CIVIL: solteira  
PROFISSÃO: Professora  
CONOTAÇÃO POLÍTICA: não avaliada  
PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- militante da APLP;
- Na última Greve dos Professores, ocorrida em outubro de 1980, a nominada foi uma das coordenadoras do movimento.

20-

NOME: ODILIA DE OLIVEIRA YOKOZAWA X  
FILIAÇÃO: Idelfonso de Oliveira  
Joaquina Carrilho de Oliveira  
DATA E LOCAL DE NASC.: 09.05.47 - Ponta Grossa/Pr.  
C. IDENTIDADE: 550.898 - PR  
PROFISSÃO: Professora  
C. POLÍTICA: não avaliada  
ESTADO CIVIL: Casada  
PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Militante da APLP;
- Na última Greve dos Professores ocorrida em outubro de 1980, a nominada foi uma das coordenadoras do movimento.

21

NOME: ROSA MARIA LEÃO REGO BASSO X  
FILIAÇÃO: Murilo Leão Rego  
Auristela Pradines Leão Rego  
DATA E LOCAL DE NASC.: 04.04.49 - Sertanópolis - PR  
C. IDENTIDADE: 643.401 - PR  
PROFISSÃO: Professora

**Confidencial**

PT 10596.130

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento - (Art. 12 Dec. n.º 79.099/77 Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).



Continuação do Infe nº 24/80 - ASI/FUEL

ESTADO CIVIL: Casada

CONOTAÇÃO POLÍTICA: não avaliada

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Militante da APLP,
- Na última Greve dos Professores ocorrida em outubro de 1980, a nominada foi uma das coordenadoras do movimento.

22-

NOME: AMÉLIA FOGGIA GOMES X

FILIAÇÃO: Felipe Foggia  
Costanza Benzi

DATA E LOCAL DE NASC.: 22.09.25 - Ribeirão Preto - SP

C. IDENTIDADE: 488.103 - PR

ESTADO CIVIL: Casada

PROFISSÃO: Professora

C. POLÍTICA: não avaliada

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Militante da APLP;
- Na última Greve dos Professores ocorrida em outubro de 1980 a nominada foi uma das coordenadoras do movimento.

23-

NOME: ZILDA TELLES X

FILIAÇÃO: Adelardo da Fonseca Telles  
Deolinda Carvalho Telles

DATA E LOCAL DE NASC.: 17.05.27 - Ourinhos-SP

C. IDENTIDADE: 276.961 - PR

PROFISSÃO: Professora

ESTADO CIVIL: solteira

C. POLÍTICA: não avaliada

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Militante da APLP;
- Na última Greve dos Professores ocorrida em outubro de 1980 a nominada foi uma das coordenadoras do movimento

24-

NOME: MANOEL DE SOUZA X

FILIAÇÃO: Joaquim Pereira de Souza  
Monica Dutra de Souza

DATA E LOCAL DE NASC.: 15.09.31 - Jacuí/MG

C. IDENTIDADE: 436.292 - PR

PROFISSÃO: Professor

PT 10696.130

Confidencial

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (Art. 12. Dec nº 79.099/77 Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).



Continuação do Infe nº 241/80 - ASI/FUEL



42

CONOTAÇÃO POLÍTICA: não avaliada

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Militante da APLP;
- Na última Greve dos Professores ocorrida em outubro de 1980, o nominado foi um dos coordenadores do movimento.

25-

**Confidencial**

NOME: MARIA ESTER GALVÃO DE SOUZA X

FILIAÇÃO: João Galvão

Ana Maria Galvão

DATA E LOCAL DE NASC.: 25.10.42 - Crisólia/MG

C. IDENTIDADE: 512.950 - PR

ESTADO CIVIL: casada

PROFISSÃO: Professora

CONOTAÇÃO POLÍTICA: não avaliada

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Militante da APLP;
- Na última Greve dos Professores ocorrida em outubro de 1980, a nominada foi uma das coordenadoras do movimento.

26-

NOME: ELIZABETH DOROTY FIORI GRADIA X

FILIAÇÃO: Primo Fiori

Elizabeth Fiori

DATA E LOCAL DE NASC.: 27.09.44 - Londrina - Pr.

C. IDENTIDADE: 424.519 - PR

ESTADO CIVIL: casada

PROFISSÃO: Professora

CONOTAÇÃO POLÍTICA: Simpatizante da Esquerda

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Militante da APLP;
- Na última Greve dos Professores ocorrida em outubro de 1980, a nominada foi uma das coordenadoras do movimento.

27-

NOME: MARIA AP. DE PAIVA RAAB ITEN X

FILIAÇÃO: Ernesto De Paiva

Maria Aparecida de Paiva

DATA E LOCAL DE NASC.: 19.08.43 - Santa Cecília - SP

C. IDENTIDADE: 429.071

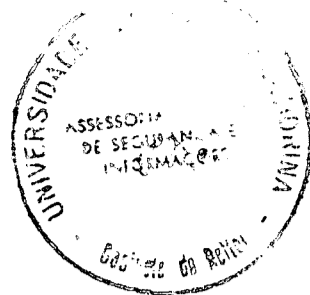
ESTADO CIVIL: casada

PROFISSÃO: Professora e Advogada

**Confidencial**

PT 10696.130

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (Art. 12 Dec. nº 79.099/77 Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).



Continuação do Informe 101/80 - Ass. Inf.

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Militante da APLP;
- Na última Greve dos Professores, ocorrida em outubro de 1980, a nominada foi uma das coordenadoras do movimento.

28-

NOME: JOAQUIM CANICEIRO X  
 FILIAÇÃO: Jacintho Caniceiro  
 Thereza Rolim Caniceiro

Confidencial

DATA E LOCAL DE NASC.: 09.08.37 - Gralha/SF

C. IDENTIDADE: 1.028.307 - PR

ESTADO CIVIL: Casado

PROFISSÃO: Casado

PROFISSÃO: Professor

CONOTAÇÃO POLÍTICA: Não avaliada

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Militante da APLP;
- Na última Greve dos Professores, ocorrida em outubro de 1980, o nominado foi um dos coordenadores do movimento.

29-

NOME: MIGUEL ANTONIO RAMOS X  
 FILIAÇÃO: Francisco Ramos e Cecília Pampani Ramos

DATA E LOCAL DE NASC.: 27.11.44 - Ivaí-SF

C. IDENTIDADE: 488.528 - PR

ESTADO CIVIL: Casado

PROFISSÃO: Professor

CONOTAÇÃO POLÍTICA: Tend. Esquerdista

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Militante da APLP;
- Tem participado ativamente de várias manifestações promovidas em Londrina contra o regime político no país, através de passeatas, greves e atos públicos;
- Na última Greve dos Professores, ocorrida em outubro de 1980, o nominado foi um dos coordenadores do movimento.

30-

NOME: TAMAR LEAL MARTINELLI X  
 FILIAÇÃO: Antenor Leal e Ivone Cacilde Leal

DATA E LOCAL DE NASC.: 11.08.44 - Londrina - Pr.

C. IDENTIDADE: 427.868 - PR

C. IDENTIDADE: 404.999 - PR

PROFISSÃO: Professor

CONOTAÇÃO POLÍTICA: não avaliada

Confidencial

Confidencial

Confidencial

"segue"

"segue"

PT 10696.130

PT 10696.130

PT 10696.130

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (Art. 12 Dec. nº 79.099/77 Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).


A S.F.A. p/ anotar e  
arquivar

Pasta: movimento e Edu-  
cação e justiça

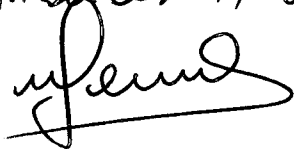
Em 26-03-81

Fato INFE n° 140181 ao  
CI/ESPIPR

Em 28/04/81

  
Pasta: movimento Educação  
e justiça

Ano da data: 30/04/81



Continuação do Infe nº 020/81 - ASI/FUEL



47

Após a missa o Padre ALberto fez uma palestra de profundidade filosófica de sentido existencial.

Na parte da tarde foram abordados assuntos relativos ao Estatuto do Magistério e da Classe dos Professores em Geral, destacando-se os seguintes:

- Instalação da Sub-sede da APP, APLP, APML, na cidade de Ivaiporã;
- Realização da Assembléia Estadual do Movimento Educação e Justiça (MEJ) na cidade de Cascavel, no dia 17.05.81;
- Formação da Comissão de Negociações e Estudos;
- Voto de Solidariedade e Apoio ao Professor Miraldo de Carli (Diretor do Colégio Estadual de Palmas);
- Voto de Repúdio a Professora Eny Ap, Milla Tives (Inspetora Regional de Ensino - Palmas/PR);
- Voto de Repúdio a Professora Deusima Lara Sampaio (Palmas)
- Voto de Estranheza ao Secretário de Educação Prof. Edson Machado, por sua atitude de "apoio irrestrito" concedido as Professoras Eny Ap, Milla Tives e Deusima Lara Sampaio;
- Comemoração do dia de mobilização nacional dos professores (25.03.81);
- Fusão das três entidades dos Professores (APP, APLP e APML).
- Seminário Nacional dos Professores previsto para o período de 17 a 21 de abril de 1981, Blumenau/SC
- Elaboração e discussão do Estatuto da nova Associação dos Professores, a ser criada com a fusão da APP, APLP, APMP.
- Apoio a chapa "Ação Renovadora", indicada para concorrer às eleições na Associação dos Servidores Públicos do Paraná, prevista para 5 de abril de 1981.
- Apoio ao movimento dos Professores Inativos para elevação de nível.

1.5

PRINCIPAIS TÓPICOS ABORDADOS:

- A Subsede da APP, APLP, APML, na cidade de Ivaiporã, contará com uma diretoria eleita pelos Professores da região do Vale do Rio Ivaí, através de eleição a ser coordenada pelo Professor Paulo Maia de Oliveira.
- Assembléia Estadual do Movimento Educação e Justiça (MEJ), prevista para o dia 17.05.81 na cidade de Cascavel, deverá avaliar as conquistas até agora obtidas através do MEJ, não sendo descartada a possibilidade de se pressionar o Governo, através de uma nova greve no magistério se até lá algumas das

Comissão de Assessoria de Segurança e Informações  
 do Conselho de Administração (In. 12, Doc. nº  
 79.055/77 Regulamento de Segurança de  
 Assuntos Sérios)

PT 10696-130

Confidencial

"segue"

Continuação do Infe nº 020/81 - ASI/FUEL

48

reivindicações como: Reajuste Semestral, Avanço Diagonal e Vertical, Hora-Permanência, não forem atendidas.

- Em atenção ao ofício do Secretário de Educação, propondo a formação de uma "Comissão de Estudos e Negociação", foi constituída durante o 1º ERPROVALE, a seguinte comissão:

Membros Efetivos:

- Prof. Dino Zambenedetti;
- Prof. Sebastião de Paula Vieira;
- Prof. Eurides Rosseto;
- Prof. Paulo Maia de Oliveira



Suplentes:

- Prof. Ivo Pitz;
- Prof. Rubem de Oliveira;
- Prof. Albino de tal;
- Prof. Renato Fürstenberger

A Comissão será paritaria, com quatro representantes do Governo (Secretaria de Educação, Recursos Humanos, Finanças e Planejamento) e quatro Professores representando as Associações.

O principal objetivo da comissão será no sentido de estudar uma possível reformulação do quadro próprio do magistério e das normas que o regem (lei complementar nº 7/76 e edição de normas complementares) afim de se atender as reivindicações da classe.

- Com relação ao problemas de Palmas envolvendo a pessoa do Prof. Miraldo de Carli e a Professora Eny Ap. Milla Tives, Inspetora Regional de Ensino, após a assembléia ter debatido amplamente o assunto foi decidido a elaboração de um manifesto, dirigido às autoridades e ao povo, no qual ficou consignado um voto de solidariedade e apoio do Prof. Miraldo de Carli, voto de repúdio às Professoras Deusima Lara Sampaio e Eny Ap. Milla Tives, voto de estranheza ao Sr. Secretário de Educação Prof. Edson Machado, por sua atitude de "apoio irrestrito" concedido as referidas professoras.

- Sobre o dia nacional de mobilização dos Professores (25/3/81), foi aprovada por unanimidade a seguinte proposta: divulgação ampla do evento, através de radio, televisão, jornal e carta circular aos pais de alunos.

Foi dada ampla liberdade para cada região, sendo sugerido na ocasião que poderia ser realizado passeatas, atos públicos e até mesmo a paralização das aulas naquele dia.

- Sobre as eleições prevista para a renovação da diretoria da Associação dos Servidores públicos do Paraná, foi pedido aos membros presentes para que apoiassem a chapa "Ação Renovadora", encabeçada pe

O destinatário é responsável pela manutenção do arquivamento deste documento (Art. 12 Dec. nº 73.024/77 - Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sensitive).

PT 20696.120

Confidencial

"segue"

49

Continuação do Infe Nº 020/81 - ASI/FUEL

lo Professor Eduardo Tavares Pereira, ex-presidente da Associação dos Professores do Paraná APP, sendo esclarecido também que a eleição será para renovar 50% dos membros do Conselho Deliberativo e Fiscal, sendo muito importante a vitória da chapa da oposição, pois é o novo conselho que vai eleger a diretoria executiva da Associação para o próximo triênio.

Foi destacada a importância de se conquistar a Associação dos Servidores Públicos do Paraná, pois até agora ela esteve ao lado do governo e sempre ausente das lutas reivindicatórias.

- Outro assunto debatido e aprovado foi a necessidade e a importância da fusão das três entidades representativas dos Professores, pois <sup>até</sup> agora o governo vem torpedeando o movimento dos professores, aproveitando-se da divisão existente entre a classe dos professores, divisão essa facilitada pela existência de três entidades, ao final foi debatido e aprovado a sugestão para a formação de uma entidade única, bem como seu estatuto.

- Com referência a realização do Seminário Nacional previsto para Blumenau/SC, no período de 17 a 21/04/81, foi informado aos presentes, que o evento será um debate à nível nacional, abordando a seguinte pauta:

- A Lei de Diretrizes e Base e a realidade Nacional;
- O Município e o Ensino de 1º grau;
- A Educação da 1a. a 4a. série;
- A Educação Pré-Escolar;
- A Educação da 5a. a 8a. série
- O Ensino de 2º grau;
- O Ensino Profissionalizante;
- A situação do Prof. 1º e 2º graus;
- A Universidade e a Lei de Diretrizes e Bases.



- Ficou decidido também que as entidades de classe, irão apoiar o movimento encetado pelos professores inativos, para que também tenham seus níveis elevados, de acordo com a promoção diagonal e vertical, este assunto ficará a cargo da comissão paritária, que irá dialogar com os representantes das secretarias do Governo.

1.6

Durante a realização do encontro teve destacada atuação o Professor Fernando de tal de Curitiba, representante da APP, o qual por diversas vezes ao fazer uso da palavra, defendia o regime comunista de Cuba, fazendo alusão ao Governo Cubano, país onde impera a verdadeira democracia, e onde também não existe analfabetos.

O referido Professor falou também sobre a necessidade de da eclosão de uma nova greve, no que foi apoiado pelo Prof. Ru

O destino do documento em referência do sigilo desta Portaria Dec. nº 79.099/77 Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos.

PT 10696.130

Confidencial

"segue"

Confidencial



Continuação do Infe nº 020/81 - ASI/FUEL

bens de Oliveira .

1.7

Foi muito comentada a palestra proferida pelo Padre Bertino (Alberto Martins, da Diocese de Apucarana) o qual abordou o tema: Sociedade em Transição, na qual afirmou que o professor constitui-se num dos principais "agente de mudança".

Os principais líderes do movimento Educação e Justiça, ficaram hospedados no Hotel Alvorada, local onde na noite do dia 14, fizeram uma reunião fechada, da qual participaram somente as principais lideranças, destacando-se o Prof. Dino Zambenedetti, Sebastião de Paula Vieira, Prof. Fernando de tal (Curitiba) , Prof. Rubens de Oliveira, Profa. Ademilda de tal (Secretária do Prof. Sebastião de Paula Vieira), Prof. Paulo Maia de Oliveira , que coordenou a nível local o 1º ERPROVALE.

1.8

Estiveram presentes e foram identificados os seguintes Professores:

- Dino Zambenedetti;
- Sebastião de Paula Vieira;
- Rubens de Oliveira;
- Paulo Maia de Oliveira;
- Ademilda de tal;
- Fernando de tal;
- Izaias Ogliari;
- Eliud José Borges;
- Eduardo de tal;
- Helena Thonson;
- Neide Brambilla;
- Deise Maia;
- Valter Cover;
- Francisco de Assis Lemos de Sousa; (Pres. do Sind. Prof. de Ldn)
- Paulo Palmas;
- Vander Rodrigues; (militante do PT)
- Vanoly ACosta Fernandes;
- Edezina de Lima Oliveira; (militante do PT)
- Mirian Saiki; (militante do PT)
- Paulo Roberto Gutierrez (Sindicato dos Prof. de Londrina)
- Maria Ap. Venci (Maringá)
- Eürides Rosseto;

1.9

O Prof. Izaias Ogliari, comunicou aos presentes, que esteve presente a realização do XIV CONGRESSO NACIONAL DE PROFES-

Confidencial

O destinatário é responsável pelo  
 do sigilo deste documento (Art.  
 79.099/77 Regulamento de Salv.  
 Assuntos Sigilados).

PT 1069 b.130

"segue"

Confidencial

Continuação do Infe nº 020/81 - ASI/FUEL

51

SORES, realizado em Fortaleza no período de 24 a 30 de janeiro de 1.981, coordenado pela Confederação dos Professores do Brasil, na ocasião, em reunião da Assembléia de Delegados da Confederação de Professores do Brasil, foi eleita a nova diretoria da entidade e aprovada a reforma dos estatutos da CPB, estabelecendo uma nova estrutura em sua organização, qual vai implicar na total reformulação da dinâmica de trabalho de sua diretoria. Ao final informou aos presentes que foi eleito para o cargo de 1º Vice-Presidente da Confederação dos Professores do Brasil, para um mandato de dois anos e que a nova diretoria ficou constituída pelos seguintes professores:

- Presidente - HERMES ZANETI
- 1º Vice-Pres. - IZAIAS OGLIARI
- 2º Vice-Pres. - MANOEL BARBOSA DE LUCENA (RN)
- Vice-Pres. Região Sul - ELVIO PREVEDELLO (SC)
- Vice-Pres. Região Sudoeste - MYRTHES B. CORRADI (ES)
- Vice-Pres. Região Nordeste - DULCINÉIA BIBIANO (AL)

1.10

Durante a realização do Encontro, foram divulgados os seguintes panfletos, jornais e boletins: (anexos)

- Boletim da Confederação dos Professores do Brasil;
- Boletim do Partido dos Trabalhadores - Núcleo de Rolândia
- Jornal Hora do Povo, edição de 09/01 a 16/01/81
- Boletim Especial do 1º ERPROVALE
- Propaganda da Chapa "Ação Renovadora" diretoria da A.S.P.P.
- Mensagem de D. Romeu Alberti;
- Manifesto do 1º ERPROVALE
- Manifesto de Apoio da Subsede da APP de Palmas.

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (Art. 12 Dec. nº 79.099/77 Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).



Confidencial

PT 10696.130



CONFIDENCIAL

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ  
ESTADO MAIOR  
2.ª SEÇÃO

INFORME N.º 170/81

Data : 19. MARÇO. 1981  
Assunto ; I ENCONTRO REGIONAL DOS PROFESSORES DO VALE DO  
IVAÍ ( ERPROVALE) - IVAIPORÃ/PR  
Referência : -  
Origem : 2ª SEÇÃO PMPR  
Avaliação : A.1  
Difusão Anterior : -  
Difusão : 5ª RM/DE - SNI/ACT - DPF/PR - DSI/PR - CI/SESP  
Anexos : CÓPIA DE LIVRETO SOBRE O ENCONTRO

Div.	...
S	...
F	...
Nº	378/81
DT	08/04/81

1. O I ENCONTRO REGIONAL DOS PROFESSORES DO VALE DO IVAÍ (ERPROVALE), foi realizado, na cidade de IVAIPORÃ/PR, nos dias 14 e 15 MAR 81, o qual reuniu cerca de 150 (cento e cinquenta) professores. No primeiro dia foram utilizadas as dependências do CINE IVAIPORÃ e no segundo as do COUNTRY CLUB IVAIPORÃ.
2. Principais temas debatidos:
  - a) Instituto de Previdência do Estado, palestra proferida por NELSON JORGÉ;
  - b) Estrutura física da educação no Paraná, a cargo de ROBERVAL ELI PEREIRA;
  - c) O papel do professor na sociedade, proferida pelo Padre ALBERTO MARTINS;
  - d) Estatuto do Magistério, encarregado o professor ISAIAS OGLIARI.
3. Entidades que participaram do encontro, através de representantes:
  - ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ (APP);
  - ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES LICENCIADOS DO PARANÁ (APLP);
  - ASSOCIAÇÃO DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO DO PARANÁ (APMP);
  - FUNDEPAR.

CONTINUA...

QUALQUER PESSOA QUE TOMAR  
CONHECIMENTO NESTE ASSUNTO  
FICA AUTOMATICAMENTE RES-  
PONSÁVEL PELO SEU SIGILO.

Art. 12 - Regulamento da Subsecretaria de  
Assuntos Sigilados - Lei nº 7009/77

CONFIDENCIAL



PT 10595-130

À S.F.A. Planotas e  
Arguias

Em 09.04.81

*[Handwritten signature]*

53

CONFIDENCIAL

## 4. Proposições levantadas e decididas:

- Haverão assembleias de professores, no terceiro domingo do mes de MAI 81, às 09:00 horas, nas cidades de IVAIPORÃ e CASCAVEL/PR;
- Paralisação de aulas, a partir do dia 25 MAR 81, na cidade de PALMAS/PR, porque existe, naquela cidade, uma diretora de estabelecimento de ensino, que recebe apoio do Secretário da Educação;
- Criação de uma Subsede da ASSOCIAÇÃO DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO DO PARANÁ (APMP), em IVAIPORÃ/PR, cuja direção será eleita no dia 05/ABR/81, na sede da APP, em Curitiba/PR.

## 5. - Relação das pessoas identificadas que participaram do evento:

- RUBENS DE OLIVEIRA, professor;
- ALBERTINA FERRARI, professora;
- ROBERTO GALO, professor, APP;
- EDA FRANÇA, professora;
- IZAIAS OGLIARI, Presidente da APP;
- DINO ZAMBENEDETTI, Presidente da APLP;
- SEBASTIÃO DE PAULA VIEIRA, Presidente da APMP;
- IVO PITZ, professor;
- PAULO MAIA, encarregado do I ERPROVALE;
- MANOEL FERNANDES SILVA - Prefeito Municipal de IVAIPORÃ;
- Presidente da Camara Municipal de IVAIPORÃ;
- RENATO CROCETA - Vice Prefeito de IVAIPORÃ;
- NELSON JORGE - Diretor do IPE - CURITIBA/PR;
- ROBERVAL ELOY PEREIRA - Fundepar - CURITIBA/PR;
- ALBERTO MARTINS - Padre de APUCARANA.

=====

QUALQUER PESSOA QUE TOMAR  
CONHECIMENTO DESTA CARTA  
FIGA AUTOMATICAMENTE RES-  
PONSÁVEL POR SEU FATO.

Art. 12 - Regulamento para a guarda de  
Assuntos Sigilosos - Decreto nº 7.099/77



CONFIDENCIAL

PT L059 6-130

CONFIDENCIAL

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ  
ESTADO MAIOR  
2.a SEÇÃO

Divisão de Segurança e Informações  
Subdivisão de Informações  
PROTOCOLO  
Nº 379 / 81  
DATA 08/04/81

INFORME N.º 175/81

Data Nº 379 / 81 23 MAR 81

Assunto DATA 08/04/81 I ENCONTRO REGIONAL DOS PROFESSORES DO VALE DO IVAÍ (ERPROVALE) - IVAIPORÃ/PR.

Referência : INFORME Nº 170/81 - 2a. SEÇÃO PMPR

Origem : 2a. SEÇÃO PMPR

Avaliação : A-1

Difusão Anterior : -.-

Difusão : 2a./5a.RM/DE - SNI/ACT - CI/SESP/PR - DSI/PR - DPF/PR

Anexos : -.-

1. Complementando o Informe referenciado, ficou marcado para o dia 17 MAI 81, às 09:00 horas, em CASCAVEL/PR, uma Assembléia Geral de Professores, denominada "AÇÃO E JUSTIÇA". Também ventilou-se a possibilidade de realizar-se um SIMPÓSIO NACIONAL, entre os dias 17 a 21 ABR 81, na cidade de BLUMENAU/SC.

2. Da cidade de LONDRINA/PR, foram identificados os seguintes participantes:

- DINO ZAMBENEDETTI; ✓
- HELENA THONSON; ✓
- NEIDE BRAMBILLA; ✓
- FRANCISCO DE ASSIS LEMOS; ✓
- EDEZINA DE LIMA OLIVEIRA;
- EREDY PAULO PALMAS;
- VANDER RODRIGUES;
- ELENICE PIMENTEL PELEGRINI;
- JACIRÁ DE OLIVEIRA VENÂNCIO;
- SHIRLEY PRESTES DE CASTRO;
- WALTER GROVER; ✓
- DEISE MAIA;
- JUKIE KIOSEN.

QUANTO ÀS ATIVIDADES QUE TOMAR  
CORPO... RES-  
POL...  
Art. 12 - Reg...  
Ass... nº 78099/77



CONFIDENCIAL

À S.F.A. p/ anotar e  
requerer.

Em 09.04.81

ff

59

PLINIO FERNANDES DE CAMPOS

CAMPOS

Nome do Eleitor

Sobrenome

18.10.1937

JACAREZINHO / PR

SOLTEIRO

Data do Nascimento

Naturalidade

Estado Civil

ANTONIO FERNANDES DE CAMPOS

Filiação

MARIA LEAL DE CAMPOS

ESTUDANTE

RUA LUIZ LEÃO Nº. 1 CENTRO

Profissão

Residência

Inscrito na 2ª Zona Eleitoral (CURITIBA) em

Município

Data da Inscrição 01.07.1963

Vota na 106 Secção Título Nº. 39.854

Documento de Identidade Transf. de titulo nº.3.805, 24a. Zona, 15a. SEC. DE JACAREZINHO/PR. Em 16.06.58.

MOD. T-6

PT 10696.130

# ASSEMBLÉIA

17 DE AGOSTO

# ESTADUAL

## PROFESSOR:

O Governo PROMETEU que nos daria uma resposta até à data acima, sobre as reivindicações fundamentais da classe.

## Não Falte:

Venha marcar posição. Some com os que lutam pelos SEUS direitos.

## EXIJA:

- a- Reajustes salariais semestrais, a partir de julho de 1980, de acordo com o índice inflacionário e mais 15% a todos os professores, inclusive aos inativos.
- b- Piso salarial de 3 maiores salários mínimos vigentes no País.
- c- Elevação do nível PA1 para o PB2 dos Professores Normalistas que já tenham cumprido o estágio probatório.
- d- Cumprimento pleno do Estatuto do Magistério.

Local: COLÉGIO ESTADUAL **AS 9 HORAS**

PT 10635.130

MOVIMENTO

" E D U C A Ç Ã O e J U S T I Ç A "

de LOANDA

SENHORES PAIS,

Nós, os Professôres da rede estadual de ensino de Loanda, vimos a público, expôr os motivos pelos quais resultou na paralização das aulas nas escolas públicas, o que tem trazido no seio das famílias, um clima de indagações e incertezas.

De há muito tempo, o Magistério Público vêm apontando falhas na sistemática de ensino para os tempos atuais, vêm propondo melhores condições de ensino educando, mais verbas para a educação, melhor remuneração para o Educador, aplicação plena do Estatuto do Magistério, o que viria trazer maiores benefício à classe, e isto não vem merecendo a devida atenção dos homens públicos.

Propomos algumas reivindicações que reputamos as / mais justas, de acordo com os índices inflacionários e a situação de cada docente nos Quadros Próprio e Único do Magistério, e que são:

- Reajustes semestrais a partir de julho de 1980
- Piso salarial de 3 (três) salários mínimos vigentes no País
- Elevação do nível PA<sub>1</sub> para o nível PB<sub>2</sub> para professores normalistas já com estágio probatório.
- Cumprimento pleno do Estatuto do Magistério, sem mais demora.

Por esses fatos e direitos, tomamos uma corajosa posição em defesa de nossa dignidade profissional, hoje dilimida pela inoperância e omissão dos poderes públicos, no setor da Educação, por anos a fio.

Assim sendo, pedimos aos pais de nossos alunos e aos estudantes que nos compreendam e nos apoiem nesta luta, cuja vitória final virá beneficiar a todos.

MUITO OBRIGADO !

ass: PROFESSORES DE LOANDA

PT10696.130

57



1º - Educadores uni-vos!

A experiência do passado seja mestra da vida presente e futura. A unidade dos Educadores do Paraná é absolutamente necessária para se evitarem manipulações e para se realizar plenamente a missão educadora.

2º - Educadores, uni-vos pela causa da educação!

E Educação é a vossa vocação, o vosso serviço, a vossa missão.

Todas as vocações são nobres. Todos necessitamos de todos.

Sois chamados a servir na construção de pessoas. Eis a grandeza incalculável da vossa vocação.

3º - Educadores, uni-vos pelo vosso próprio! bem dentro do bem comum da comunidade de vosso Município, deste Estado, de nosso Brasil.

Por causa da educação deveis, como cidadãos, prover à vossa vida e à de vossa família e, como educadores, a vossa capacitação progressiva em todos os aspectos.

Oxalá a unidade dos educadores vos faça crescer para que cresçam os vossos educandos e com eles cresça o Brasil, chamado a realizar, dentro da Família das Nações, a vocação histórica que Deus, na sua providência, reservou à nossa Pátria.

Dom Romeu Alberti - Bispo da Igreja em Apucarana.

DECRETO DE ATO DA SUBSEDE DA A.P.P. DE PALMAS  
PROFESSOR MIRANDA DE CARLI

A Associação dos Professores do Paraná, filiada da Subsede de Palmas, em reunião realizada no dia 07 de março de 1981, às 14:00 horas, discutiu e aprovou por unanimidade o que segue:

a) Considerando que o Movimento Educação e Defesa dos Professores do Paraná tem por objetivo principal defender, através das associações, os legítimos interesses da educação e do magistério;

b) Considerando o Ato de Repúdio dos Professores de Palmas à Inspeção da 50ª Inspeção Regional de Ensino, Profª Vera Ely Aparecida Nilla Tives, em 23 de outubro de 1980, pelas constantes interferências altamente negativas à educação;

c) Considerando o Memorial enviado ao Sr. Prefeito Municipal de Palmas, Sr. José F. de Almeida, em 23 de outubro de 1980, pelas autoridades, solicitando a deferência de serem consultados na escolha de novos diretores;

d) Considerando o desrespeito ao Memorial acima referido, no início do presente ano letivo, quando dois diretores de escolas estaduais de Palmas foram ilegalmente substituídos;

e) Considerando que a nomeação da Professora Deusina de Jesus Lara Sampaio, conselheira da Inspeção Regional de Ensino, desobedeceu o Regulamento do Magistério Palmeno, conforme Resolução publicada na Gazeta Oficial do Estado do Paraná, em 24 de fevereiro de 1981;

f) Considerando que em reunião realizada no dia 18 de fevereiro de 1981, convocada pela 50ª Inspeção Regional de Ensino, o Professor Miranda De Carli, em nome da Subsede da Associação dos Professores do Paraná, solicitou um prazo no início da referida reunião para demonstrar o desagrado do Magistério Palmeno pela nomeação da nova diretora da Escola Sebastião Paraná, Professora Deusina de Jesus Lara Sampaio;

g) Considerando que no dia 19 de fevereiro de 1981, a Professora Deusina requereu a instauração

... Mairaldo De ...  
...  
...;

h) Considerando o ...  
... do Município de Paraná, Dr. Edmundo ...  
... 25 de fevereiro de 1981, à Professora ...  
... a seguinte teor: "Acuso ...  
... 23 faltas. Indica ...  
... a qualidade ...  
... episódios ...  
... do Registério Palmense";

i) Considerando que tal tele-  
... no Registério ...  
... à Professora ...  
... no ano letivo de 1980, pois possui 112 faltas,  
... Livro Ponto;

j) Considerando o ...  
... administrativa" ...  
... que sempre tem sido exemplar no ...  
...;

l) Considerando que o Professor Mairaldo  
... "se diz", mas é legítimo representante  
... do Registério Palmense"; conforme Ata de Elei-  
... de 03 de outubro de 1980;

m) Considerando que todos estes problemas  
... de Palmas originam-se na política ...  
... da 50ª Inspeção, Professora Fay Apareci-  
... Aires.

Os Professores do ...  
... da Associação dos Prof. ...  
... total apoio ao Professor Mairaldo De Car-  
... por ter traduzido o real pensamento da Classe, por  
... injustamente acusado de crimes que não come-  
... pela responsabilidade, ...  
... no ...  
... da educação.

Até quando a perseguição, a política ...  
... incompetência falarão mais alto que os nobres interes-  
... da educação? Até quando a verdade terá de ser cala-  
... pela voz dos que, por falta de ...  
... a oposição? Até quando as autoridades continuarão sur-  
... aos nossos apelos e denúncias?

61

Vote Certo

# Associação Renovadora

Oposição

ELEIÇÕES NA ASSOC. DOS SERV. PÚBLICOS DO PR.

A.S.P.D.

DIA 05 DE ABRIL/51 - DAS 8,00 ÀS 18,00 H.  
 RUA 24 DE MAIO, Nº 248 - CURITIBA  
 LEVE CONTRA-CHEQUE E UM DOC. PESSOAL

A.S.P.P.

Esta chapa é formada por funcionários altamente capacitados e por professores. Vai merecer, portanto, a preferência de você em mais esta caminhada decisiva.

Ela é encabeçada pelo Prof. EDUARDO TAVARES PEREIRA, ex-presidente da Assoc. dos Prof. do Paraná - A.P.P., onde deu prova de luta autêntica, abnegada, de fidelidade e de bons propósitos.

Unidos venceremos. *E.T. Pereira*  
 20 de 3

SERVIDORES PÚBLICOS, DIRETORES E PROFESSORES:

A Assoc. dos Serv. Públicos do Paraná - A.S.P.P., fará eleições no dia 05-04-1981, para renovar 50% dos membros do Conselho Deliberativo e Fiscal, cujo Conselho vai eleger a Diretoria Executiva para o próximo triênio.

VOCE BEM CONHECE A A.S.P.P. DE HOJE :

- + ausente das lutas reivindicatórias;
- + sem Assembléias livres para ouvir os funcionários;
- + não representativa das diversas categorias dos Servidores;
- + meramente assistencial (e ainda, com muita discriminação);
- + e o ROL é grande ...

POR QUE ? POR QUE VOCE NAO É ATENDIDO PLENAMENTE? PORQUE S US DIRIGENTES:

- + eternizaram-se no poder, não houve renovação;
- + não atenderam as apirações dos funcionários público;
- + mantêm um Estatuto fechado, ditatorial;
- + impedem a participação ampla dos Servidores;
- + defendem interesses de grupos;
- + procuram entorpecer as consciências e acomodá-las, alardeando o patrimônio, conseguido com o silêncio e ausência nas lutas do func.;
- + e o ROL vai longe ...

O QUE FAZER ? A RESPOSTA É "AÇÃO RENOVADORA"

- |   |                                   |
|---|-----------------------------------|
| + ação reivindicadora;  | + ação educativa                  |
| + ação democrática;   | + ação reformadora dos Estatutos; |
| + ação assistencial;  | + ação patrimonial;               |
| + ação conjunta com os funcionários e demais entidades de Classe; |                                   |
| + e o ROL vai longe ... o funcionário vai ser ouvido.             |                                   |

QUEM SAO OS COMPONENTES DA CHAPA "AÇÃO RENOVADORA" ?

- + Membros efetivos: - Eduardo Tavares Pereira, candidato à Presidencia, Daniel Sebastião Mikowski, Edno Aramis Costa Côrtes, Francisco Alfredo Stanke, Izabel Moreira Fortes, Marilu Cordeiro Bianco, Nedy Ferreira Escouto, Joel M. J. Guardiano, Miguel Berberi, Dony Bindo, Fernando Borato, Nide Alexandre Klosiensi, Carlos Renato Fustemberger, Zophia P. Socoloski Sade, Afonso Locks, Mamede Assim Zauith, Adelaide - Guedes dos Santos, Emílio Schulz, Gabriele A. Fachini, Mário Gabriel Choinski.
- + Membros suplentes: - Neuza Pinto Staropravo, Cecília Canteri Menon, Mirian Centurion, Danilo Chyla, Ap. Ma. Izabel de Souza, Terezinha B. Bertolin, Bernardo Vidal Pinto, Maria F. Rosa Cunha, Marlene R. Góes, Maria José C. Motta.

*E. Pereira*  
doc. 2

Os professores participantes do Primeiro Encontro Regional de Professores do Vale do Rio Ivaí - 1º ERPROVALE, que nos dias 14 e 15/03/81 debateram assuntos atinentes à Educação e ao ensino, após tomarem conhecimento, através de documentos, ouvirem e discutirem os relatos sobre os recentes acontecimentos que envolvem os professores de Palmas e, especificamente, o Professor Miraldo de Carli, vêm a público, visto que público é o descaso das autoridades para com o ensino no Paraná e para com os mestres palmenses, manifestar seu voto de repúdio à inspetora regional de ensino, professora Eny Ap, Milla Tives que, num total desrespeito e descaso para com os educadores palmenses, usa e abusa de expedientes e até de pessoas, para manter-se no poder e para dar continuidade às suas manobras e interesses políticos em detrimento da Educação, do Educador e da justiça humana.

Outrossim, os professores deste Encontro manifestam surpresa e estranheza ante o "irrestrito apoio" que o senhor secretário de Educação e Cultura deu, através de telegrama, que já foi divulgado pela imprensa, à professora Deusima Lara Sampaio, por esta ter requerido abertura de inquérito administrativo contra o professor Miraldo de Carli, acusando-o injustamente de desacato à autoridade bem como outras acusações, as quais sabemos, descabidas e injustas.

Assim sendo, as três associações dos professores do Paraná - APP, APLP e APMP, encampando esta decisão do Encontro, levam às autoridades e ao povo mais esta denúncia, evidenciando que, no Paraná, os educadores e a Educação não estão merecendo o tratamento devido, mas, ao contrário, sendo tratados com descaso e injustiça.

Por isso, renovamos apoio que já deram na prática ao professor Miraldo de Carli e repudiam as atitudes da inspetora regional de ensino, professora Eny Aparecida Milla Tives, as da professora Deusima Lara Sampaio, bem como a do senhor secretário de Educação, que as apóia nas suas arbitriedades, e endossam, assim as três entidades, o que decidiram, por unanimidade, os encontristas reunidos em Ivaiporã.

1º ERPROVALE - 14/15/03/81 - IVAIPORÃ/PR.

25 DE MAIÇO



DIA NACIONAL

DE MOBILIZAÇÃO

*Reajustes Semestrais*

*13% Salário*

*Aposentadoria aos 25 anos*

*12% das verbas Federais para a*

*Educação - Piso Salarial de*

*3 Salários Mínimos*

JORNAL: FOLHA DE LONDRIANA

DATA : 18-3-72

65

## **Professores discutirão Estatuto do Magistério**

Neste último final de semana, os professores do Paraná promoveram um encontro em Ivaiporã, a fim de escolher elementos representativos da classe para integrarem a comissão que irá estudar a possível reformulação do Quadro Próprio do Magistério e das normas que o regem. Ou seja, uma revisão parcial do Estatuto do Magistério (Lei complementar, n. 7/76) e edição de normas complementares, a fim de se atender às reivindicações da classe.

O Encontro do Vale do Ivaiporã — como foi chamado — não indicou apenas um elemento representativo, conforme solicitava o Secretário da Educação em ofício enviado, às entidades da classe: APP, APLP e APMP.

Usando o argumento que a comissão de estudo das reformulações deve ser paritária, os professores decidiram escolher igualmente 4 professores para se fazerem representar diante do Governo, que também colocou 4 técnicos à disposição.

Essa comissão visa, em primeira instância, estudar as modificações propostas pela classe, numa tentativa de se chegar a um acordo comum entre professores e governo. Os 4 representantes da classe governamental serão das Secretarias de Educação, Recursos Humanos, Finanças e Planejamento.

### **EM IGUALDADE**

Outra argumentação usada pelos professores, para que o Secretário aceite que a comissão seja paritária, é que ela não tem poder decisório cabendo apenas a esta representação a discussão das possíveis mudanças. "Não deve haver impedimento quanto à participação de quatro representantes de nossa classe, ao invés de um — disse Dino Zambenedetti, presidente da APLP — já que o poder de aprovação ou não das reformulações é feito pela Assembléia. Queremos apenas participar em igualdade da comissão que vai estudar a viabilidade das mudanças".

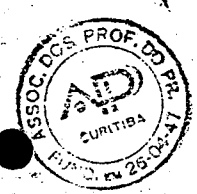
Os 4 professores escolhidos são: Sebastião de Paula Vieira e Dino Zambenedetti, de Londrina; Paulo Maia, de Ivaiporã; e Eurides Rosseto, de Palmas.

Esses professores já se encontram à disposição "para agir imediatamente". A intenção é que até julho já esteja tudo decidido, para que a partir do segundo semestre as reformulações possam ser implantadas" comentou Zambenedetti.



66

Associação dos Professores do Ensino  
Médio do Paraná



# 25 DE MARÇO DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO

*Reajustes Semestrais*

*13º Salário*

*Aposentadoria aos 25 anos*

*12% das verbas Federais para a*

*Educação - Piso Salarial de*

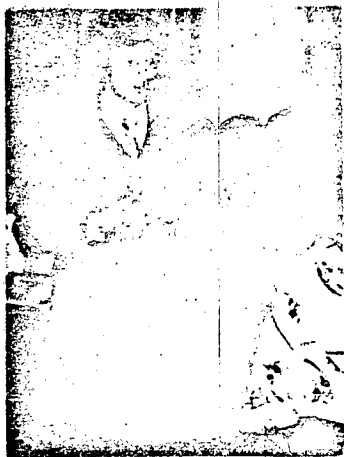
*3 Salários Mínimos*

# CPB — nova estrutura organizacional

No dia 31 de janeiro p.p. a Assembleia de Delegados da Confederação de Professores do Brasil, elegeu, em Fortaleza-CE, a atual Diretoria da entidade, ao mesmo tempo em que aprovava a reforma dos Estatutos da CPB, estabelecendo uma nova estrutura em sua organização, que implica na total reformulação da dinâmica de trabalho da sua Diretoria.

A Diretoria, que foi eleita para um mandato de até 2 (dois) anos, ficou assim constituída:

- Presidente — HERMES ZANETI (RS)
- 1º Vice-Pres. — IZAIAS OGLIARI (PR)
- 2º Vice-Pres. MANOEL BARBOSA DE LUCENA (RN)
- Vice-Pres. Região Sul — ELVIO BEVEDELLO (SC)
- Vice-Pres. Região Sudeste — MYRTHES B. CORRADI (ES)
- Vice-Pres. Região Nordeste — DULCINEIA BIBIANO (AL)



Hermes Zaneti, presidente eleito da CPB

- Vice-Pres. Região Norte — MA-NOEL PACÍFICO DA COSTA (AC)
- Vice-Pres. Região Centro-Oeste — NISO PREGO (GO)

Com base na estrutura criada pela recente Reforma Estatutária, todos os membros da Diretoria estão reunindo dados para um planejamento global com vistas à operacionalização das políticas e das campanhas reivindicatórias, respeitadas as peculiaridades regionais.

## SEMINÁRIO DE BLUMENAU

### — 10 Anos da Lei nº 5692/71 —

CPB apóia e assume convocação

"A deficiência no setor educacional não é exclusiva do Brasil. Por toda parte, de alguma forma, a escola está em crise, devido à feição desumana que a sociedade moderna vai assumindo, à perda do sentido correto do relacionamento humano, à asfíxica atmosfera dos meios de comunicação. No Brasil, contudo, esta crise assume aspectos peculiares. Todo o magistério brasileiro vem apontando na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Nº 5.692/71), que completa 10 ANOS DE VIGÊNCIA EM 1981, parte ponderável da responsabilidade por esta crise. Em consequência, a Prefeitura Municipal de Blumenau, Santa Catarina, decidiu promover um debate, A NÍVEL NACIONAL, sobre os resultados até agora obtidos com esse diploma legal, com especial ênfase na qualidade do ensino ministrado."

O Seminário, que se estenderá de 17 a 21 de abril, compreenderá sessões solenes de abertura e encerramento, conferências plenárias sobre o tema geral — A Lei de Diretrizes e Bases e a Realidade Nacional — e painéis sobre os subtemas O Município e o Ensino de

1º Grau; A Educação Pré-Escolar; A Educação da 1ª à 4ª Série; A Educação da 5ª à 8ª Série; O Ensino de 2º Grau; O Ensino Profissionalizante; A Situação do Professor de 1º e 2º Graus e A Universidade e a Lei de Diretrizes e Bases. Estes Painéis serão presididos por uma autoridade em Educação e terão por Coordenador de Debates um professor, devendo, ao final, apresentar um relatório específico.

As inscrições para o Seminário estarão abertas de 1º de março a 15 de abril, na Secretaria Executiva (Rua Angelo Dias, 195 — Blumenau) e nas Associações de Professores de todo o País, sendo a taxa de inscrição no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros).

Os trabalhos a serem apresentados durante o Seminário poderão ser encaminhados à Secretaria Executiva até 1º de abril de 1981, sendo classificados em comunicação, proposição e recomendação.

Encerrado o Seminário, a Secretaria Executiva fará publicar os Anais, a serem enviados às autoridades competentes e a cada participante.

#### EXPEDIENTE

Boletim de divulgação da CONFEDERAÇÃO DE PROFESSORES DO BRASIL.

- Presidente: Hermes Zaneti — RS
- 1º Vice-pres.: Izaias Ogliari — PR
- 2º Vice-pres.: Manoel Barbosa de Lucena — RN

Correspondência para Rua dos Andradas, 1.234, conj. 2.309 — 90.000 — Porto Alegre — RS

## Proposição aprovada pelo XIV CONGRESSO NACIONAL DE PROFESSORES — Fortaleza-CE. 24 a 30 de janeiro 81

Dia Nacional de Mobilização — 25 de março — por percentuais mínimos de 12% e 25% para a educação, reajustes semestrais, piso salarial unificado, 13º Salário e aposentadoria aos 25 anos de serviço.

### ACONTECE PELO BRASIL

A União dos Professores do Espírito Santo — UPES, de conformidade com seus Estatutos e atendendo a determinação de uma Assembleia Geral dos Professores, decidiu que no dia 20 de cada mês do corrente ano será discutida, com os pais dos alunos e demais membros da comunidade, a situação de deficiência em que se encontra o ensino de 1º e 2º graus, especialmente nas escolas da rede oficial, em consequência da falta de verbas para a educação e da não incorporação do abono de 70 por cento concedido no ano passado pelo governador Eurico Rezende. Os professores juntamente com sua entidade de classe elaboraram uma programação prevendo a paralisação das aulas nesses dias para discussão dos problemas da classe do magistério em todo o Espírito Santo. Eles debaterão também as formas de pressionar o Governo para o atendimento das suas reivindicações.

As paralisações têm caráter preparatório para as reivindicações que serão encadeadas e discutidas pelo professorado nas assembleias a serem realizadas nos dias 3 de abril e 19 de maio. Os professores redigirão um documento que será entregue ao Governo, do Estado, relatando as dificuldades enfrentadas pelo magistério estadual devido à baixa remuneração.

Já no dia 20 de fevereiro, cerca de 90 por cento das escolas da rede estadual da Grande Vitória paralisaram suas atividades letivas durante todo o dia, quando professores e pais de alunos se reuniram para debater, em cada estabelecimento, problemas relativos à área educacional. Segundo a presidente da UPES, Profª Myrthes B. Corradi, o resultado foi "excelente, apesar das ameaças da Secretaria da Educação" de cortar o ponto dos professores. Nas reuniões levadas a efeito foram debatidas as reivindicações levantadas a nível nacional, como aposentadoria aos 25 anos, pagamento do 13º salário, reajuste semestral e mais verbas para a educação, bem como as lutas estaduais a respeito do Estatuto do Magistério e da incorporação do abono de 70% ao salário mensal dos professores.

Realizou-se em Campinas, no período de 18 a 20 de fevereiro, o I Congresso Nacional das Associações de Docentes Universitários com a presença de associações de docentes de todo o país.

O presidente Hermes Zaneti participou dos trabalhos, representando a Confederação de Professores do Brasil.

Durante o Congresso foi criada a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior — ANDES.

Os professores da rede oficial do Rio de Janeiro estão em plena campanha salarial unificada e o funcionalismo público daquele Estado. As reivindicações do magistério são: aumento de 108% para 1981, enquadramento por formação, incorporação ao piso da gratificação de regência de turma, paridade para os aposentados, fim da intervenção no CEP. Os professores fluminenses juntam-se também ao magistério e ao funcionalismo de todo o país na campanha por reajustes semestrais e 13º salário. Além disso, as insatisfações e imposições do sistema de ensino oficial, federal e estadual levaram os professores do Rio a desencadear, paralelamente à campanha salarial, uma vigorosa CAMPANHA EDUCACIONAL contra a burocracia e o caos administrativo da Secretaria de Educação, contra a redução da carga horária das disciplinas do 2º grau, pela participação do professorado na reforma da Lei 5.692 e pela valorização, do ensino público e gratuito.

A mobilização vai de vento em popa, já tendo sido realizadas reuniões com frequência maciça nas escolas da capital do Estado e assembleias nos municípios do interior. A primeira Assembleia Geral será realizada no dia 7 de março.

Neste momento, está sendo feito um movimento de pressão sobre os parlamentares estaduais, através da solicitação para que se comprometam por escrito a apoiar a reivindicação de 108% de aumento.

Nos meses de outubro e novembro de 1980, os professores do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina levantaram-se em movimentos reivindicatórios, junto aos governos de seus Estados, e, para a consecução dos objetivos propostos, foram forçados à paralisação das aulas por muitos dias.

O primeiro movimento foi do Paraná, denominado "Educação e Justiça", desenvolveu-se de 08/10 a 03/11. O Rio Grande do Sul esteve paralisado de 30/10 a 19/11; Santa Catarina entrou em greve a 17/11 e voltou às aulas no dia 19 de dezembro.

As conquistas alcançadas pelos professores paranaenses e gaúchos foram mais significativas do que as obtidas pelos catarinenses. Porém, a principal vitória conseguida foi a união dos três Estados sulinos, que farão as próximas reivindicações em conjunto e estão prontos a mobilizar-se, caso o governo de algum dos Estados deixe de cumprir com as promessas ou de atender às suas reivindicações prioritárias.

A Vice-Presidente da Região Sudeste convocou os representantes das entidades sediadas naquela região para um primeiro encontro em Vitória, a 22 de fevereiro.

Reuniram-se, sob a presidência da Professora Myrthes Bevilacqua Corradi, professores do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Além da avaliação do XIV Congresso e da Reforma Estatutária da CPB, foram estabelecidos alguns pontos importantes para a atuação da Vice-Presidente na região Sudeste. Sobre atividades já programadas, como o Dia de Mobilização Nacional (25/03) e o Seminário de Blumenau, foi enfatizada a necessidade da colaboração de todos. Manifestaram-se, também, muitos representantes da região a favor do entrosamento da CPB com a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

Nova reunião foi marcada para o dia 15 de março, no Rio de Janeiro.

Os professores aposentados do Rio de Janeiro, participantes do XIV Congresso Nacional de Professores, conclamaram todos os funcionários aposentados do país a se unirem na luta pela paridade de seus proventos aos vencimentos dos colegas em atividade.

No Rio de Janeiro realizou-se a 17/02 a I Grande Assembleia dos Funcionários Aposentados do Estado e do Município, organizada pela Comissão de Aposentados do Rio de Janeiro, coordenada pela professora Lúbia Cleo Conforto.

Dentre as reivindicações prioritárias, citamos as seguintes: — paridade simples, com vigência a partir de 28/11/80, semelhante à concedida pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro aos procuradores em 26/11/80; — mobilização da Administração com o intuito de criar as condições necessárias à implantação da paridade tão logo a nova lei seja assinada pelos governos do Estado e do Município do RJ; — implantação definitiva do Plano de Classificação de Cargos e Vencimentos, única fórmula capaz de solucionar a situação de ativos e aposentados, uma vez que a maioria dos funcionários em atividade ainda não teve acesso sequer ao enquadramento provisório; — estabelecimento de diploma legal que assegure a paridade aos aposentados, na mesma ocasião e nas mesmas proporções em que forem concedidas quaisquer vantagens aos servidores em atividade.

# Congresso de Fortaleza

O XIV Congresso Nacional de Professores realizou-se de 24 a 30 de janeiro na cidade de Fortaleza, Ceará, promovido pela Confederação de Professores do Brasil e executado pela entidade local — a APEOC — sobre o tema "EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA."

Foi satisfatória a participação quantitativa dos professores de quase todos os Estados e Territórios do Brasil, bem como do Distrito Federal, cujo número elevou-se a mais de dois mil. Quanto à qualidade das palestras, dos debates, das intervenções e deduções, revestiu-se o Congresso de grande êxito, levando o professorado à conclusão de que a democratização é fundamental para a educação brasileira, que deve voltar-se para os legítimos interesses da população.

O tema central foi desenvolvido através de conferências e painéis, que enfocaram, a cada dia, um subtema. Depois, analisado e debatido nos grupos de estudo, possibilitou excelente resultado na definição e encaminhamento das metas da categoria em 1981 e contribuiu para a conscientização de um maior número de professores em todo o Brasil, que, confirmando posicionamento anterior da CPB através de seu Conselho Administrativo, firmaram moção de apoio a uma Assembleia Nacional Constituinte, como forma de se chegar à democratização do Brasil.

O subtema 1 foi apresentado pelo conferencista Luiz Antônio Cunha, professor da UNICAMP: — Que tipo de Democracia temos e que tipo de Democracia queremos? — Que tipo de Educação temos e que tipo de Educação pretendemos? — O autoritarismo na educação brasileira e suas fontes inspiradoras.

O subtema 2, exposto pelo Sociólogo Eder Bader e pela professora Irad Dorniciliano Poletti, denunciava-se A redemocratização da educação brasileira a partir dos movimentos democráticos populares: a) movimentos de classe e educação — sindicatos e associações; b) movimentos comunitários e educação; c) partidos políticos e educação; d) movimento feminista e educação; e) movimento estudantil e educação.

Através de um painel foi desenvolvido o subtema 3 — As Associações de professores e seu papel político. A professora Theresia Noronha Carvalho (ex-Presidente da CPB e ex-Vice-Presidente da CMOPE) apresentou os itens a) A prática da democracia nas entidades: um treino que se impõe e c) A relação das Associações de professores com as demais associações de classe. O professor João Barros, da Universidade Federal do Piauí e Assessor Jurídico da APEOC, foi o apresentador do item b) A relação das Associações com os diferentes Poderes — Executivo, Legislativo, Judiciário (Os Sindicatos patronais). Coube ao professor Hermes Zanet — Presidente da Confederação de Professores do Brasil, desenvolver o item d) O movimento dos professores e a luta da categoria.

A conferência da professora Círcia Cunha, do Rio Grande do Sul, sobre o subtema 4 — A vivência democrática nas relações escolares e interestaduais foi excelente. Abordou com propriedade as relações: professor-aluno, direção-professor, direção-professor-aluno, funcionários-professor-aluno, pais-professores e os desníveis de recursos econômicos e culturais, segundo as situações sócio-econômicas das famílias e seus reflexos nos critérios de aprovação e sucesso escolar.

### CONCLUSÃO

Das inúmeras conclusões tiradas pelos grupos de professores, selecionamos uma boa parte para publicação neste boletim. No aspecto SOCIAL destacamos:

- 1.) A escola brasileira não é democrática, porque reflete o sistema social vigente no País.
- 2.) O professor é agente social de mudança e, por isso, responsável pela prática democrática no seu relacionamento com o educando, com os agentes da Educação e com a comunidade.
- 3.) Há uma pressão social irreversível no sentido de modificar a sociedade.
- 4.) Direito de socialização, de greve, de livre organização, de liberdade de expressão — são as principais aspirações de uma democracia.

- 5.) A democratização social deve começar na escola e se estender aos círculos de pais e mestres, às famílias e à comunidade.
  - 6.) A Educação e o professor não podem estar a serviço das classes dominantes, em detrimento dos interesses da maioria do povo.
  - 7.) A Comunidade consciente ajuda e apóia a Escola.
  - 8.) A Escola deve ter participação em todas as decisões na vida comunitária.
  - 9.) Há necessidade imperiosa da criação de creches para as professoras e funcionárias deixarem seus filhos.
  - 10.) Os professores devem unir-se para a criação de grupos de estudo, através das associações de bairros e dos movimentos populares, para debater sobre a democratização do ensino e demais assuntos que visem o bem-estar da comunidade.
- No plano EDUCACIONAL e PROFISIONAL as críticas dirigiram-se principalmente à Lei 5692/71, que defasou o ensino frente à realidade social, e aos meios de comunicação que, da maneira como são usados, destroem a qualidade do ensino.
- Algumas conclusões e recomendações apresentadas:
- 1.) A Lei 5692/71 forma apenas mão-de-obra barata ou subempregados.
  - 2.) Deve-se preparar o educando para uma consciência crítica e não permanecer na consciência ingênua.
  - 3.) Há necessidade de diminuir o número de alunos na sala de aula, bem como a carga horária do professor, para melhorar o ensino.

1. Mínimo de 12% do Orçamento da União para a Educação e mínimo de 25% dos Estados e Municípios, com melhor aplicação das verbas.
  2. Melhores condições de trabalho.
  3. Novo modelo econômico, conforme os interesses do povo brasileiro, e nova política salarial.
  4. Correção na defasagem do salário mínimo.
  5. Redistribuição equitativa da renda nacional, auferida das riquezas geradas pela Sociedade.
  6. Salários que permitam condições dignas de sobrevivência, com oportunidades de atualização cultural do professor.
  7. Piso salarial unificado de 3 (três) salários mínimos maiores do País.
  8. Estabilidade.
  9. Reajustes semestrais.
  10. 13º Salário.
  11. Paridade para os aposentados.
  12. Garantia de ensino público gratuito para todos.
  13. Disciplinamento e fiscalização do sistema de bolsas de estudo e da compra de vagas em colégios particulares.
- Para completar, manifestaram-se contra:
- a Educação voltada exclusivamente para os interesses econômicos;
  - o ensino pago comercializado;
  - a política governamental de deterioração

9. Que o Congresso seja o órgão máximo das decisões da nossa entidade maior — a CPB.
- Outras resoluções:**
10. Maior participação do povo nas decisões políticas, culturais, econômicas e sociais.
  11. Repúdio ao sistema de valores que coloca os interesses pessoais acima dos interesses coletivos.
  12. Organização do povo em associações, sindicatos e partidos políticos, para que dessas instituições receba orientação.
  13. Apoio às entidades estudantis.
  14. Organização dos professores por unidades escolares.
  15. Estimulo à unidade da categoria através de Encontros, Assembléias, Reuniões, Seminários etc.
  16. Realização de Encontros Estaduais preparatórios aos Congressos Nacionais e de Encontros Regionais para dinamização das entidades de base.
  17. Unificação das associações de professores dentro do mesmo Estado; a unidade da classe influi positivamente na educação.
  18. Buscar um projeto alternativo para a educação, através da integração das associações de professores com as associações representativas da comunidade.
  19. Fortalecimento, democratização e dinamização da CPB e das entidades a ela filiadas.
  20. Criação de Departamentos femininos nas diferentes associações para discussão de problemas específicos.
  21. Que as entidades promovam assembléias gerais para maior integração do magistério, defesa de seus direitos e conscientização.
  22. Que as entidades busquem uma participação mais efetiva de seus associados e a colaboração do magistério em geral nas lutas reivindicatórias que encaminha.
  23. Que os professores se integrem em todos os movimentos reivindicatórios e populares, como agentes de transformação social.
  24. Que a CPB se faça mais presente nos Estados.
  25. Que a CPB incentive as entidades cujo poder de mobilização não satisfaz os reais interesses da categoria.
  26. Que a CPB, em busca de uma imprensa aberta para o professor, organize formas capazes de denunciar acontecimentos que o governo procura ocultar.
  27. Que se denuncie a falta de diálogo entre governos e educadores.
  28. Que os professores, em suas reivindicações, usem também o diálogo com o governo.
  29. Que o magistério exerça, junto ao poder legislativo, pressão através do voto.
  30. Que surjam candidaturas classistas ao poder legislativo (federal, estadual e municipal) em defesa da educação e com o comprometimento e apoio da classe magisterial.
  31. Luta pela autonomia das entidades de trabalhadores frente ao Estado e aos partidos políticos.
  32. Direito de greve para todos os trabalhadores, inclusive os funcionários públicos, e extinção da lei de greve.
  33. Mais especificamente do âmbito escolar, destacamos as seguintes:
  33. Eleições de diretor de escola pela congregação do corpo docente, através de lista tríplice.
  34. Que os meios de comunicação sejam colocados a serviço da educação.
  35. Necessidade de perder o medo da repressão e ensinar a verdade.
  36. Fim da influência político-partidária na escola e na vida profissional do professor.
  37. Necessidade de politização do professor, levando-o a assumir um posicionamento, inclusive político-partidário, sem que isto signifique atrelar as entidades ou a atividade diária do professor à sua opção.
  38. Que os professores de Educação Moral e Cívica possam desempenhar sua profissão sem necessidade de atestados de ideologia fornecidos pelo DOPS.
  39. Que o professor conheça a legislação atinente à sua profissão.
  40. Repúdio ao cerceamento da liberdade de expressão dentro da escola.



- 4.) Participação de professores regentes nos Conselhos Estaduais para reformulação dos currículos de acordo com as regiões geográficas do Brasil.
  5. Prioridade para a formação de professores primários, reestudando os currículos e a organização das escolas normais e preparando melhor os professores normalistas.
  6. Participação constante do professor em debates, encontros, conferências, simpósios e seminários, aperfeiçoando seu conhecimento didático, técnico e pedagógico, bem como seu relacionamento humano.
  7. Que a CPB, como órgão representativo, tenha uma função consultiva, quando se tratar de qualquer modificação a ser efetuada na legislação educacional e trabalhista que afete os professores.
  8. Necessidade de criar um Código de Ética Profissional.
  9. Necessidade de estabelecer uma filosofia educacional brasileira.
  10. A educação deve ser entregue a educadores e não a leigos.
- Quanto ao aspecto ECONÔMICO, concluíram os congressistas que os professores devem criar mecanismos capazes de levar a os alunos, aos pais e à comunidade em geral, o conhecimento das suas reivindicações, decorrentes das injustiças sociais.
- Essas reivindicações podem ser assim enunciadas:

- a falta de recursos e oportunidades para todos;
- o arrocho salarial;
- a economia concentrada nas mãos de poucos.

### RESOLUÇÕES POLÍTICAS DO CONGRESSO DE FORTALEZA

1. Eleições livres e diretas em âmbito nacional.
2. Liberdade de organização e expressão, liberdade sindical para todos os trabalhadores e direito à livre sindicalização dos funcionários públicos.
3. Repúdio ao regime militar autoritário, a serviço das multinacionais, dos grandes grupos monopolistas nacionais e do latifúndio.
4. Exigência de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, meta de todos os sindicatos, associações e partidos políticos de oposição.
5. Participação da CPB e suas entidades filiadas na Unidade Sindical e na I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras a realizar-se, em junho.
6. Ampla campanha nacional pela reabertura do Centro de Professores do Rio de Janeiro (CEP/RJ).
7. Eleições diretas para a CPB.
8. Eleições diretas para representantes de entidades.

PT LOG B. 130

# 25 de MARÇO DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO

O dia 25 de março do corrente ano foi estabelecido como um marco nas lutas unificadas pela CPB, em nível nacional, e pelas associações, em nível estadual.

Este Dia Nacional de Mobilização concentrará as reivindicações da categoria nos seguintes pontos básicos:

- 1 — Percentuais mínimos de 12% do orçamento federal e de 25% nos orçamentos estaduais e municipais, para a Educação.
- 2 — Piso salarial unificado correspondente a 3 vezes o maior salário mínimo vigente no país.
- 3 — Reajuste semestral.
- 4 — 13º Salário.
- 5 — Aposentadoria integral aos 25 anos de serviço.

Sendo assim é fácil dimensionar a importância de estabelecer e concretizar, no dia 25 de março, uma mobilização geral do magistério em todo o país. Para a consecução de tal objetivo, essa mobilização deverá ser liderada pela CPB, dando-lhe um caráter de unidade nacional a fim de fortalecerla no momento em que se cumpre uma decisão de seu Congresso Nacional. Avulta, assim, a importância de um trabalho coordenado em nível nacional

pelo Presidente da CPB e em nível regional pelos respectivos Vice-Presidentes, tomando realidade efetiva a nova estrutura da CPB.

É imprescindível a colaboração de todos os membros da Diretoria para que sejam desenvolvidas, nas cinco regiões, as seguintes atividades:

- 1 — Desencadear uma intensa divulgação através das rádios, TVs e jornais, capaz de marcar publicamente a data de 25 de março como DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO do Magistério em todo o país.
- 2 — Programar e realizar, na data de 25 de março, grandes Assembleias da categoria, nas capitais e nas cidades de maior expressão do interior, em todos os Estados, Territórios e no Distrito Federal.
- 3 — Ao término de cada Assembleia deverão ser entregues, em cada caso, aos Governadores, secretários de Educação e Prefeitos municipais, documentos contendo as reivindicações, na forma que a própria Assembleia decidir.

No dia 25 de março será entregue, pela Diretoria da CPB, às autoridades federais, um memorial contendo as reivindicações acima citadas.

## 12% do orçamento da União para a Educação é luta conjunta de professores e estudantes

Um dos momentos mais importantes do Congresso da CPB, foi a presença em plenário do Presidente da UNE — Aldo Rebelo, que, em seu longo e muito aplaudido discurso, ressaltou a identidade de uma série de reivindicações do estudante universitário e do magistério.

Como resultado disso, a UNE e a CPB emitiram o seguinte:

### COMUNICADO CONJUNTO

A Confederação de Professores do Brasil e a União Nacional dos Estudantes, considerando as reivindicações e lutas comuns dos professores, estudantes e de todo o povo brasileiro, pela democratização do ensino e por uma nova ordem social que a sustente, resolvem, de comum acordo, emitir o presente Comunicado Conjunto, onde acertam e afirmam o seguinte:

1) A CPB e a UNE, considerando a Carta dos Direitos Humanos da ONU, que declara ser a educação um direito do cidadão e uma obrigação do Estado, levarão até o fim a luta por uma educação livre e democrática, acessível a todo o povo, e não privilégio de uma minoria.

2) A dotação de 12% do orçamento da União e de 25% do orçamento dos Estados para a educação será outro objetivo comum da luta de professores e estudantes, através de suas entidades representativas, aqui firmadas.

3) Os estudantes brasileiros, através da UNE, apoiarão resolutamente as reivindicações dos professores: pelo reajuste semestral, pelo 13º Salário; pelo piso sa-

lário unificado de três vezes o maior salário mínimo do país; pela aposentadoria integral dos professores aos 25 anos de serviço; pelo direito de greve e livre sindicalização.

4) Os professores brasileiros, através da CPB, apoiarão com igual empenho as reivindicações dos estudantes: pela suplementação de verbas para as escolas públicas; por nada além de 39,4% de aumento nas anuidades, no ano de 1981; reajuste, do crédito educativo de acordo com o salário mínimo regional, anistia e transformação em bolsa; eleições diretas para Reitores e cargos de direção na universidade, e participação estudantil de 1/3 nos órgãos colegiados; reconhecimento da UNE e demais entidades estudantis.

5) Finalmente, a CPB e a UNE afirmam que a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana, é o caminho capaz de abrir horizontes rumo à conquista da liberdade, da soberania nacional, e da justiça, aspirações de professores, estudantes e de todo o povo brasileiro.

Fortaleza, 29 de janeiro de 1981.

(a) HERMES ZANETTI  
Presidente CPB

a) ALDO REBELO  
Presidente UNE

## Reforma do Estatuto: Eleições Diretas, Congresso Ampliado e Diretoria Fortalecida Democratizam CPB

A democratização da CPB tem sido uma das preocupações mais relevantes nos últimos dois anos. É claro que democratizar uma entidade federativa consiste, principalmente, em proporcionar a participação do maior número de professores na vida dessa entidade.

Para que isto pudesse ocorrer, a CPB alterou fundamentalmente a composição de seus órgãos, através de recente reforma estatutária.

O atual Estatuto diz, em seu art. 8º: São órgãos da CPB a) Congresso Nacional; b) Conselho de Entidades; c) Diretoria; d) Conselho Fiscal.

Art. 9º — O Congresso Nacional é o órgão soberano da CPB e é integrado por representantes das entidades, credenciados, observada a proporcionalidade...

Exemplo: até 1.000 associados — 40 representantes

de 1001 a 2000 — 60 representantes  
de 2001 a 4000 — 80 representantes  
de 4001 a 8000 — 100 representantes  
de 8001 a 16000 — 120 representantes  
de 16001 a 32000 — 160 representantes  
de 32001 a 64000 — 200 representantes, etc

O parágrafo único do art. 9º acrescenta: O Congresso Nacional é aberto à participação de todos os professores sócios das entidades afiliadas, com direito a voz, tendo os Congressistas representantes, direito a voz e voto.

Art. 10 — Atendendo o disposto no artigo anterior, as entidades deverão enviar a relação dos Congressistas representantes, escolhidos em Assembleia Geral, mediante ofício para credenciamento, em cada Congresso que se realizar.

Art. 11 — Ao Congresso Nacional compete: a) definir a política educacional, cultural, social, econômica e associativista da CPB;

b) fixar as campanhas reivindicatórias a nível nacional; c) aprovar relatório de atividades, tomada de contas e avaliação da implantação das políticas e das campanhas fixadas no Congresso anterior; d) eleger o Conselho Fiscal; e) apreciar e aprovar reforma estatutária.

Art. 16 — O Conselho de Entidades compor-se-á pelos Presidentes das Entidades afiliadas, ou seus substitutos legais, e reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano...

Citemos, agora, algumas das competências do Conselho de Entidades.

Art. 17 — Ao Conselho de Entidades compete:

— apreciar, aprovar e avaliar os planos de operacionalização das políticas e das campanhas aprovadas pelo Congresso Nacional e elaboradas pela Diretoria;

— apreciar, aprovar e avaliar outros planos de campanhas reivindicatórias;

— apreciar, aprovar e avaliar as demais decisões políticas e administrativas da Diretoria;

— preparar junto à Diretoria os Congressos Nacionais;

— programar a realização de Seminários, Simpósios, Encontros regionais e estaduais, no interesse específico da Educação, do educador e da categoria profissional.

Art. 18 — A Diretoria e o órgão executivo da CPB, composta pelo Presidente, 1 Vice-Presidente e 5 Vice-Presidentes Regionais, eleitos por voto direto e secreto, e empossados no Congresso Nacional, todos não remunerados.

Par. único — Os Vice-Presidentes Regionais previstos neste artigo terão jurisdição nas regiões em que foram eleitos, obedecida a divisão geográfica oficial: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Art. 19 — O mandato dos membros da Diretoria é de 2 (dois) anos, podendo seus membros serem reeleitos somente por mais um período, nos mesmos cargos.

Alguas das competências da Diretoria:

Art. 22 — A Diretoria compete: — elaborar planos de operacionalização das políticas e das campanhas reivindicatórias aprovadas pelo Congresso Nacional, submetendos a aprovação do Conselho de Entidades;

— coordenar a execução, a nível nacional, através das entidades afiliadas, dos planos de operacionalização das políticas e das campanhas reivindicatórias;

— criar comissões para promover estudos no que concerne à educação, ao ensino e ao interesse da categoria;

— propor plano de ação da CPB em consonância com as decisões do Congresso Nacional;

— manter publicação informativa da CPB;

— promover anualmente o Congresso Nacional;

— prestar anualmente relatório de suas atividades ao Congresso Nacional.

Art. 29 — O Conselho Fiscal é integrado por três membros e igual número de suplentes, eleitos pelo Congresso Nacional, com mandatos renováveis, a cada ano, sendo incompatível o exercício das funções do mesmo com as da Diretoria e do Conselho de Entidades.

Sobre as eleições para a Diretoria da CPB, citaremos quatro artigos do atual Estatuto.

Art. 31 — O Presidente e o Vice-Presidente da CPB serão eleitos através do voto universal, direto e secreto dos professores associados das entidades afiliadas, em eleições a se realizarem no mês de outubro, em todo o território nacional, desde que comprovem ser associados de uma entidade afiliada à CPB há mais de um ano.

Art. 32 — Os Vice-Presidentes Regionais serão eleitos por voto universal, direto e secreto, na mesma oportunidade do Presidente e do Vice-Presidente...

Art. 33 — Qualquer professor poderá candidatar-se aos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Vice-Presidente Regional, desde que obedecido o interstício de um ano de filiação de sua respectiva entidade à CPB e que requiera o registro de sua candidatura, pelo menos noventa dias antes das eleições.

Art. 36 — Qualquer candidatura só será homologada, mediante comprovação da situação do professor diante da sua entidade e da entidade diante da CPB.

## ENTIDADES AFILIADAS À CPB

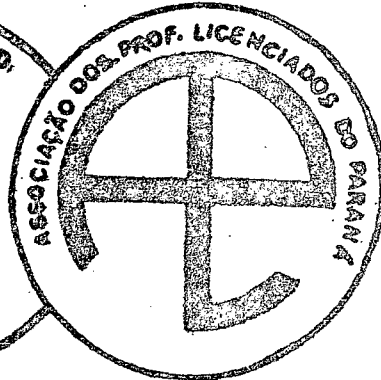
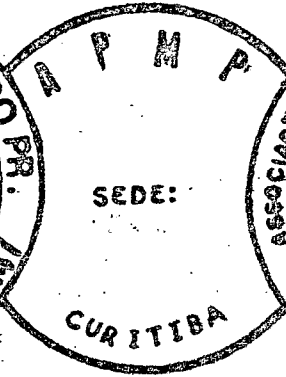
Sociedade Amazonense de Professores — SAP  
Associação dos Professores do Acre — ASPAC  
Associação Rondoniense de Professores — ARP  
Associação dos Professores do Amapá — APA  
Associação dos Professores do Estado do Maranhão — APEMA  
Centro de Estudos e Recreação do Magistério Piauiense — CERMAP  
Associação dos Professores do Estado do Piauí — APEP  
Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará — APEOC  
Associação dos Professores do Rio Grande do Norte — APRN  
Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba — AMPEP  
Centro dos Professores de Pernambuco — CPP  
Associação dos Professores de Alagoas — APAL  
Sociedade Unificadora de Professores da Bahia — SUP  
Associação Matogrossense de Professores — AMP  
Associação de Professores de Goiás — CPG  
Centro de Professores do Espírito Santo — UPES  
União dos Professores do Rio de Janeiro — UPRJ  
Associação dos Professores Primários de Minas Gerais — APPMG  
Associação dos Professores do Paraná — APP  
Associação dos Professores Licenciados de Santa Catarina — ALISC  
Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul — CPERs

A partir de próxima terça-feira, a União Nacional dos Estudantes terá o voto direto dos professores associados das entidades afiliadas.

70



SEDE: CURITIBA



SEDE: LONDRINA

Especial

**1º ERPROVALE**

Ivaiporã

**1981**

00704

PT 1059 b. 130

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ-APP

Rua Voluntários da Pátria, 475 - Ed. ASA

14º Andar - Fone: PABX(041) 234-8480

80.000 - CURITIBA - PARANÁ - BRASIL



ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES LICENCIADOS DO PARANÁ-APLP

Rua Souza Naves, 09 - 7º Andar - Sala 709 -

Fone (0432) 23-2662

86.100 - LONDRINA - PARANÁ - BRASIL

ASSOCIAÇÃO DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO DO PARANÁ-APMP

Rua Voluntários da Pátria, 475 - Ed. ASA

14º Andar - Fone: 234-3144

80.000 - CURITIBA - PARANÁ - BRASIL



PT 10596.130

ÍNDICE

	Pág.
Decreto 2.007 .....	03
Índice do Senhor Secretário (592/81) .....	09
Documento de Palmas .....	11
Prof. Izaías, Presidente da CPB .....	12
Ar que Associação? .....	14
Clube de Praia .....	15
Documento de Maringá .....	16
5/03 Dia de Mobilização Nacional .....	18
Expediente .....	19

DISTRIBUIÇÃO DE AULAS

EXTRAORDINÁRIAS

DECRETO Nº 2009

72

O Governador do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, item II, da Constituição Estadual, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 76 da Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976,

DECRETA:

Art. 1º - Aulas extraordinárias são as de cunho eventual ou esporádico, atribuíveis a professores que integram o Quadro Próprio do Magistério ou o do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, para a regência de classe no ensino regular, a partir da quinta (5ª) série do 1º Grau, inclusive, até a última série do 2º Grau (Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976), e a partir do terceiro período do Ensino Supletivo, séries estas regidas pela Lei Federal nº 5.692-71, e, ainda, nas remanescentes regidas pela Lei Federal nº 4.024-61.

Art. 2º - Quando a soma das horas-aula da jornada semanal obrigatória for inferior ao número total de horas-aula semanais necessárias ao cumprimento da grade curricular do estabelecimento, a diferença será suprida mediante aulas extraordinárias.

Art. 3º - Compete ao Secretário de Estado da Educação expedir atos de designação para ministrar aulas extraordinárias, observando o disposto neste Decreto.

Art. 4º - Salvo disposição expressa em contrário, as designações efetivas com base neste Decreto serão para um ano letivo, incluídas as respectivas férias regulamentares.

§ 1º - O valor da aula extraordinária será fixado conforme previsto no art. 76 da Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976.

§ 2º - Somente terá direito a pagamento por aulas extraordinárias, quem, após ter cumprido a carga horária obrigatória, for designado para ministrá-las.

PT 10696.150

§ 3º - É vedado autorizar aulas extraordinárias que não sejam para o fim previsto neste Decreto.

Art. 5º - As designações para aulas extraordinárias serão feitas para atendimento exclusivo das necessidades de cada estabelecimento de ensino, observando-se para tanto:

- a) - mínimo de 35 alunos por turma, na 1ª série do 2º grau ou 1ª série do 2º ciclo; na 5ª do 1º grau ou na 1ª série do 1º ciclo, e na 3ª período do ensino supletivo, não se aplicando tal exigência às turmas únicas das séries subsequentes mencionadas;
- b) - a grade curricular aprovada pelo órgão competente;
- c) - a carga horária obrigatória dos professores efetivos lotados no estabelecimento.

Art. 6º - Os professores que se afastarem do exercício de suas funções, nos casos previstos em lei, ensejarão a designação de substituto, desde que o afastamento ultrapasse o limite de quinze (15) dias.

Parágrafo Único. Ocorrida a hipótese aventada neste artigo, o substituto terá direito a perceber apenas o valor correspondente às aulas que efetivamente ministrará.

Art. 7º - Os professores aludidos no art. 1º deste Decreto poderão ministrar até o máximo quarenta e quatro (44) horas-aula semanais, incluídas neste total as aulas a que estejam obrigados.

§ 1º - Os professores interessados em ministrar aulas extraordinárias deverão inscrever-se nas Inspetorias Regionais de Ensino, por intermédio da direção do Estabelecimento onde pretendem ministrá-las.

§ 2º - As inscrições aludidas no parágrafo anterior deverão efetivar-se nos meses de dezembro e janeiro anteriores ao correspondente ano letivo.

Art. 8º - Compete exclusivamente ao Diretor do Estabelecimento de Ensino:

73  
I - efetuar o levantamento das necessidades da respectiva unidade, tendo em vista as exigências do art. 5º deste Decreto;

II - encaminhar a proposta de aulas extraordinárias, devidamente justificada, à Inspetoria Regional a que estiver jurisdicionado, até o décimo quinto dia subsequente ao início das aulas.

§ 1º - Deverão ser anexadas à proposta mencionada no inciso II deste artigo, comprovante de maior habilitação profissional dos professores propostos, bem como declaração dos mesmos de que aceitarão as designações.

§ 2º - A declaração de aceitação das designações a que alude o parágrafo anterior implica necessariamente na aceitação das condições, requisitos e critérios estabelecidos neste Decreto.

§ 3º - As Inspetorias Regionais encaminharão as propostas devidamente visadas, responsabilizando-se pela veracidade das informações ali contidas, aos respectivos Núcleos Regionais, no prazo de oito dias após o recebimento das mesmas.

Art. 9º - A distribuição de aulas extraordinárias será processada de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

I - Professores com habilitação específica para a disciplina, observada dentro destes a seguinte ordem de preferência:

a) - Professores com licenciatura plena:

1º - do Quadro Próprio do Magistério, de nível de atuação III a V;

2º - do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo;

3º - do Quadro Próprio do Magistério, de nível de atuação I e II;

b) - Professores com licenciatura curta;

1º - do Quadro Próprio do Magistério



Executivo;

3º - do Quadro Próprio do Magistério, de nível de atuação I e II;

c)- Professores portadores de registro "D" do Ministério da Educação e Cultura, na ordem estabelecida nas letras "a" e "b" deste inciso;

III- Professores sem habilitação específica para a disciplina, observando-se dentre estes a mesma ordem de preferência prevista no inciso anterior, e o disposto no parágrafo único deste artigo;

III- Professores acadêmicos de Curso superior de formação pedagógica, integrantes:

1º - do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo;

2º - do Quadro Próprio do Magistério, de nível de atuação I e II;

IV- Professores com formação pedagógica até 2º grau;

V - Os integrantes do Grupo Ocupacional MPE-200, do Quadro Próprio do Magistério.

Parágrafo Único. Quando concorrerem, em igualdade de condições, dois ou mais professores sem habilitação específica para determinada disciplina, terá preferência:

- a)- o que for portador de diploma de curso no qual se ministre a disciplina em questão;
- b)- o que teve treinamento especial na disciplina pretendida;
- c)- o que teve pelo menos um ano de experiência docente na referida disciplina.

Art. 10 - Observadas as prioridades estipuladas no artigo anterior, e ocorrendo empate, prevalecerá:

- I - entre professores do mesmo estabelecimento;
- a)- o de maior habilitação;
- b)- o que tiver mais tempo de serviço público prestado ao Estado do Paraná, na área da educação;

- c)- o que tiver mais tempo de serviço no estabelecimento;
  - d)- a data da conclusão do Curso de Licenciatura, prevalecendo o mais antigo;
  - e)- o mais idoso;
- II- entre professor lotado no estabelecimento e outro não lotado:
- a)- o de maior habilitação;
  - b)- o lotado no estabelecimento;
- III- entre professores não lotados no estabelecimento, a preferência será determinada conforme os itens "a", "b", "d" e "e" do inciso I.

Art. 11 - Ressalvado o caso do substituto, a que se refere o parágrafo único do artigo 6º deste Decreto, os professores não perderão direito ao pagamento correspondente às aulas extraordinárias nos afastamentos que perdurarem até noventa (90) dias.

Art. 12 - Não poderão ser designados para ministrarem aulas extraordinárias:

- a)- os que estiverem em gozo de licença para tratamento de interesses particulares;
- b)- aqueles cujo desempenho profissional ou cujo comportamento funcional não tenha correspondido, no ano letivo imediatamente anterior, aos objetivos e interesses do ensino, devidamente comprovado o fato, através de registro de ocorrências em livro próprio;
- c)- os que apresentarem trinta (30) ou mais faltas no decorrer do ano letivo precedente ao de possível designação.

Art. 13 - Compete às Inspetorias Regionais exercer permanente e severa fiscalização nos estabelecimentos sob sua jurisdição, comunicando as Chefias de Núcleos Regionais respectivos, da Secretaria de Estado da Educação, a ocorrência de irregularidades, no que tange a fiel observância das nor-

mas contidas neste Decreto.

Art. 14 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o Decreto nº 1.495, de 16 de janeiro de 1976, e demais disposições em contrário.

Curitiba, em 03 de março de 1980, 159 da Independência e 92ª da República.

WEY BRAGA

Governador do Estado

Edson Machado de Souse

Secretário de Estado da Educação

Segismundo Morgenstern

Secretário de Estado dos Recursos Humanos.

OFÍCIO DO SENHOR SECRETÁRIO

OF. Nº 592/81

Curitiba, 11 de março de 1981.

Senhor Presidente:

Tendo em vista o interesse demonstrado pelos Presidentes das APP, APLP, APMP de receberem uma manifestação oficial a propósito das questões apresentadas em memorial datado de 15 de janeiro último e entregue ao Senhor Governador do Estado, por ocasião de audiência concedida por Sua Excelência a representantes da classe do magistério, venho apresentar os seguintes comentários e informações.

Preliminarmente, devo ratificar o que já foi afirmado pessoalmente a representantes das Associações mencionadas, em contatos que tivemos oportunidade de manter em diferentes ocasiões, relativamente aos estudos que vêm sendo procedidos por esta Secretaria visando uma possível reformulação do Quadro Próprio do Magistério e das normas que o regem, ou seja, uma revisão parcial do Estatuto do Magistério (Lei Complementar nº 7/76) e edição de normas complementares.

De fato, considera o Governo que existem imperfeições na atual sistemática do Estatuto do Magistério que poderão melhor ser superadas através de ampla e profunda análise, abrangendo tanto os pontos que estão sendo ora objeto de reivindicação por parte das Associações como outros. A consideração global e simultânea de todos esses pontos, evitará o desgaste de discussões de aspectos que, apesar de tratados isoladamen

te, têm certamente implicações em outros.

Assim é que questões como piso salarial, avanços vertical e diagonal, hora permanência, regimes de trabalho, expansão do número de cargos no Quadro Próprio e outros devem ser tratados globalmente no contexto dos mencionados estudos.

Considerando que é de todo interesse que tais estudos sejam devidamente acompanhados pela classe do magistério, convido a Associação presidida por Vossa Senhoria a indicar um dos seus associados para, juntamente com representantes das demais entidades, tomar conhecimento do andamento dos trabalhos, transmitir às respectivas Associações e delas receber as observações e sugestões pertinentes.

Louvo o ensejo para manifestar a Vossa Senhoria meus protestos de consideração e apreço.

EDSON MACHADO DE SOUSA,  
Secretário de Estado da Educação

Ao Ilustríssimo Senhor  
PROFESSOR ISAIAS OGLIARI  
Mui Digno Presidente da Associação  
dos Professores do Paraná  
NESTA CAPITAL  
mcf.

Palmas, 07 de março de 1981.

DOCUMENTO DE APOIO DA SUBSEDE DA APP DE PALMAS AO PROFESSOR MIRALDO DE CARLI

A Associação dos Professores do Paraná, através da Subsede de Palmas, em reunião realizada no dia 07 de março de 1981, às 14:00 horas, discutiu e aprovou por unanimidade o que segue:

a) Considerando que o Movimento Educação e Justiça dos Professores do Paraná tem por objetivo permanente defender, através das associações, os legítimos interesses da educação e do magistério;

b) Considerando o Ato de Repúdio dos Professores de Palmas à Inspetora da 50ª Inspetoria Regional de Ensino, Professora Eny Aparecida Milla Tivez, em 23 de outubro de 1980, pelas constantes interferências altamente negativas à educação;

c) Considerando o Memorial enviado ao Sr. Prefeito Municipal de Palmas, Dr. José Ferreira de Almeida, em 23 de outubro de 1980, pelos Professores, solicitando a deferência de serem consultados na escolha de novos diretores;

d) Considerando o desrespeito ao Memorial acima referido, no início do presente ano letivo, quando dois diretores de escolas estaduais de Palmas foram sigilosamente substituídos;

e) Considerando que a nomeação da Professora Deusima de Jesus Lara Sampaio, comadre da Inspetoria Regional de Ensino, desgostou sobremaneira ao Magistério Palmense, conforme denúncia publicada em Carta Aberta, no Estado do Paraná, em 24 de fevereiro de 1981;

f) Considerando que em reunião realizada no dia 18 de fevereiro de 1981, convocada pela 50ª Inspetoria Regional de Ensino, o Professor Mirando De Carli, em nome da Subsede da Associação dos Professores do Paraná, solicitou um aparte no início da referida reunião para demonstrar o desagrado do Magistério Palmense pela nomeação da nova diretora da Escola Sebastião Paraná, Professora Deusima de Jesus Lara Sampaio;

g) Considerando que no dia 19 de fevereiro de 1981, a Professora Deusima requereu a instaura-

to de Inquérito Policial contra o Professor Miraldo De Carli, acusando-o caluniosamente de tê-la desacatado na pra-citada reunião;

h) Considerando o telegrama do Sr. Secretário de Educação do Paraná, Dr. Edson Machado de Sousa, em 25 de fevereiro de 1981, à Professora Deusima de Jesus Lara Sampaio, no seguinte teor: "Acuso recebimento seu requerimento datado 24 corrente. Independente adoção medida administrativa ali solicitada deseja desde já expressar Vossa Senhoria irrestrito apoio face lamentáveis episódios provocados por quem se diz representar a classe do Magistério Palmense";

i) Considerando a decepção que tal telegrama causou ao Magistério Palmense pelo "irrestrito apoio" dado à Professora mais relapsa da Escola Sebastião Paraná no ano letivo de 1980, pois somou 112 faltas conforme o Livro Ponto;

j) Considerando o absurdo da "adoção de uma medida administrativa" contra o Professor Miraldo De Carli que sempre tem sido exemplar no cumprimento de seu dever;

l) Considerando que o Professor Miraldo não apenas "se diz", mas é legítimo representante da "Classe do Magistério Palmense"; conforme Ata de Eleição realizada em 03 de outubro de 1980;

m) Considerando que todos estes problemas no ensino de Palmas originam-se na politicagem da Inspectora Regional da 50ª Inspeção, Professora Eny Aparecida da Milla Tives.

Os Professores de Palmas, através da Sub-sede da Associação dos Professores do Paraná, hipotecam seu irrestrito e total apoio ao Professor Miraldo De Carli por ter traduzido o real pensamento da Classe, por estar sendo injustamente acusado de crimes que não cometeu, pela responsabilidade, competência e assiduidade que sempre demonstrou no desempenho de suas atividades em prol da educação.

Até quando a perseguição, a politicagem e a incompetência falarão mais alto que os nobres interesses da educação? Até quando a verdade terá de ser calada pela voz dos que, por falta de argumentos, convencem pela opressão? Até quando as autoridades continuarão surdas aos nossos apelos e denúncias?

44-c  
PROF. IZAÍAS, PRESIDENTE DA CPB

Por motivo de viagem a Portugal, França e Suíça, do professor Hermes Zanetti, o professor Izaías Ogliari, presidente da APP é também o presidente da CPB, durante a ausência do professor Hermes.

O professor Hermes seguiu a Portugal, a convite, para participar do Congresso de Professores de Lisboa, de um Congresso de Professores da França e da reunião do Comitê Executivo da CMOPE na Suíça.

O professor Izaías, dando continuidade ao trabalho da CPB, já oficiou ao Ministro da Educação, Gal Ruben Ludwig, solicitando um pronunciamento oficial do Ministério sobre as promessas e colocações feitas por ocasião da audiência dada aos professores Hermes e Niso Prego, Presidente e Vice-Presidente da Região Centro-Oeste, respectivamente. Convocou também a diretoria, para uma reunião em Brasília nos próximos dias 30 e 31. Nesta reunião será analisado a nível nacional, o 25 de março: Dia Nacional de Mobilização.

Enviou também Circular aos Vice-Presidentes Regionais, pedindo que preparem, em suas regiões o 25 de março, Dia Nacional de Mobilização.

Solicitou aos Vice-Presidentes Regionais, que convoquem uma reunião com os presidentes das Entidades da Região, para avaliar o 25 de março, a fim de levarem esses resultados para a reunião Nacional em Brasília nos dias 30 e 31 de março.

**Proposição aprovada pelo XIV CONGRESSO**

**NACIONAL DE PROFESSORES —**

**Fortaleza-CE. 24 a 30 de Janeiro 81**

**Dia Nacional de Mobilização — 25 de março — por percentuais mínimos de 12% e 25% para a educação, reajustes semestrais, piso salarial unificado, 13º Salário e aposentadoria aos 25 anos de serviço.**

Todos sabemos das conquistas do Magistério paranaense nos últimos anos. É claro, dentro do contexto global, as reivindicações conseguidas são poucas ainda. Há muito que fazer para que o Magistério seja elevado ao nível que realmente merece. Há muito que lutar para pôr a Educação no lugar que lhe cabe neste País. Todas as vitórias conseguidas até aqui, não são nada, se as compararmos com a maior de todas: a união e coesão do Magistério paranaense. Esta união e suas consequentes vitórias são fruto do trabalho e interesse de cada associado da APP, APLP ou APMP. O trabalho e a contribuição de cada um somam um resultado muito grande. Quanto mais professores se associarem, maior e mais poderosa se tornará a Associação, mais chances ela terá de ajudar a resolver os problemas de cada um e de todos. Associe-se, professor!

ASSOCIATIVISMO É O ÚNICO CAMINHO.

# UNIÃO

DIA 05/04/81 - NA ASPP - VOTE "CHAPA AÇÃO RENOVADORA"

44-d

Em Assembléia conjunta APP e Clube do Professor Paranaense, realizada em janeiro de 1981, foi decidido o início do CLUBE DE PRAIA.

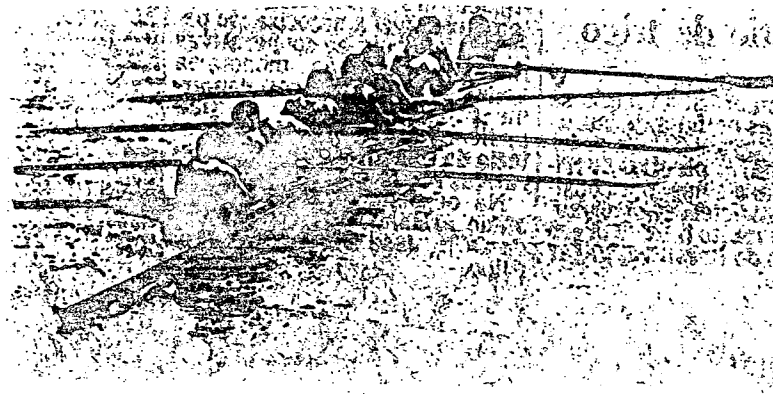
Primeiramente serão construídos quatro apartamentos e duas quitinetes, ao lado de uma casa já existente, de propriedade da APMP, em Itapoá, SC.

A segunda etapa será num terreno em Guartuba. Este terreno é doação do Estado, mas houve prazo para construir, caso contrário, caducaria a doação. Esse prazo esgotou-se em 1975. Atualmente estão sendo feitas gestões junto aos senhores deputados, para que o terreno volte à Associação dos Professores do Paraná (APP). Se isto não ocorrer, a segunda etapa será em Itapoá, em dez lotes de propriedade da APP.

A previsão é de que até o início da temporada 81/82, a primeira etapa já esteja concluída. As obras deverão ser iniciadas em abril, visto que a parte burocrática já está sendo providenciada.

A idéia de um CLUBE DE PRAIA surgiu para beneficiar, principalmente, os professores do interior do estado, visto que para eles a dificuldade de frequentar a praia, sem o Clube é maior.

Entre em contato com as lideranças, para saber de maiores detalhes.



25 de março: Dia Nacional de Mobilização.

PT/1069b.130

Eleições da Diretoria da Sub-Sede de Maringá da APMP, APP e APLP

PRÓ-MEMÓRIA DA REUNIÃO DOS PRESIDENTES DA APMP, APLP  
E APP com a Diretoria da Subsede da APMP de Maringá,  
ex-APP - 4ª Região

Regulamento das eleições da subsede

1. Dentro de sessenta dias, a contar desta data, será realizada eleição da Diretoria definitiva da subsede da APMP, APP e APLP da Região de Maringá, correspondente à ex-Região da APP-4ª Região.
2. Neste ato fica como Diretoria provisória a atual Diretoria da Subsede da APMP de Maringá (ex-APP-4ª Região), até à posse da diretoria definitiva a ser eleita.
3. O edital de convocação das referidas eleições deve ser publicado na "página da Educação" pelo menos quinze dias anteriores às mesmas eleições.
4. Podem votar todos os professores sócios de, pelo menos, uma das três entidades em pauta que residam na Ex-4ª Região da APP, desde que apresentem no ato canhoto de pagamento e respectivo documento de identidade.
5. No caso de "Chapa" única, a votação será feita por aclamação do plenário da Assembléia de eleições que deve ser realizada na cidade de Maringá em local predeterminado no Edital.
6. Havendo mais de uma "Chapa", a votação será secreta com urnas no local da Assembléia que iniciará às nove horas com término às vinte horas do dia especificado no Edital.
7. A chapa eleita representará as três aludidas associações, cujos membros serão empossados imediatamente ao término da apuração dos votos.

- 16 -

8. Cada "Chapa" deve conter os cargos de Presidente, Vice-presidente, Tesoureiro e Secretário, cujos concorrentes deverão assinar o requerimento de inscrição da "Chapa" e entregarem-no na Subsede de Maringá até cinco dias antes da realização das eleições para ser aprovado mediante a assinatura do presidente da Subsede da APMP de Maringá e do seu presidente.
9. Os casos omissos serão resolvidos pelos quatro presidentes que, ao mesmo tempo, compõem a Comissão de eleições.
10. Obs.: Ante o pacto ora firmado, o Presidente da APMP enviará, a partir do momento da assinatura do Edital das eleições, a verba necessária à manutenção da Subsede da APMP de Maringá, nos mesmos moldes como vem ocorrendo com as demais subsedes.

Maringá, 08 de março de 1981.

Assinaturas:

*Stênio*  
*Amadeu*  
*Luiz*  
*Roberto*  
*Roberto*  
*Rogério*  
*Roberto*  
*Roberto*

*Rogério*  
*José de S. Kendrick*  
*Ruato Clooski*  
*Baldunstein*  
*Clayton*

PT 10555-130

- 17 -

14-2

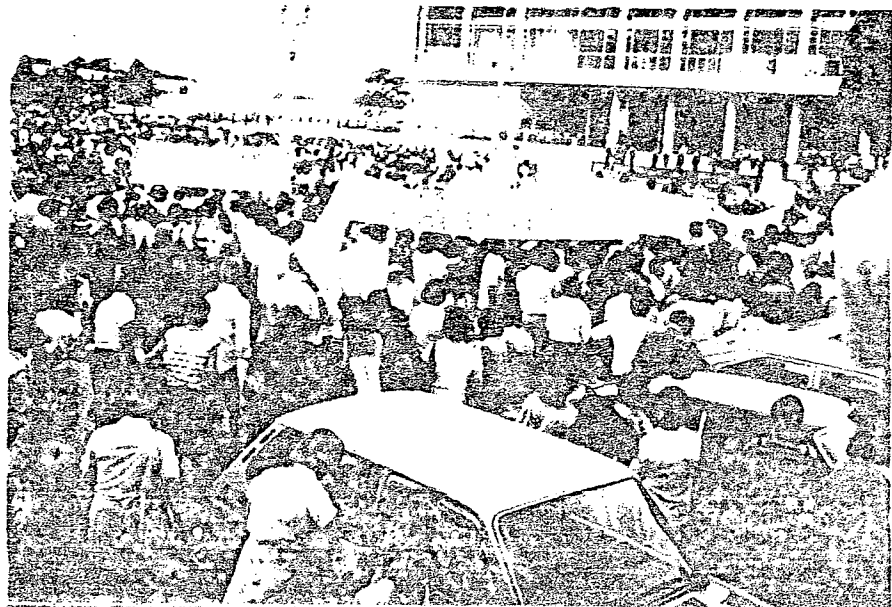
25/03: DIA DE MOBILIZAÇÃO NACIONAL

A Confederação dos Professores do Brasil -CPB, após definir, no Congresso Nacional de Fortaleza, as principais bandeiras de luta do Magistério Brasileiro, entregou-as, no dia 10 do corrente mês, ao Senhor Ministro da Educação, que as recebeu muito bem, dizendo que são justas e prometendo estudá-las. Ei-las:

Por percentuais mínimos de 12% e 25% para a educação, reajustes semestrais, piso salarial unificado, 13º Salário e aposentadoria aos 25 anos de serviço.

No entanto, promessas são promessas e sabemos que só serão cumpridas se continuarmos a nossa mobilização. Por isso que o XIV Congresso Nacional estabeleceu o dia 25 próximo como "DIA DE MOBILIZAÇÃO NACIONAL". E o Paraná não pode ficar alheio ao evento, ainda mais que está, neste momento, com a Presidência da CPB. Deve dar, isso, sim, o exemplo. Para tanto, vamos conscientizar os alunos, os pais e a comunidade em geral, a respeito dessa Mobilização, que poderá ser a paralisação de aulas por um dia, e ou passeatas, e ou atos públicos, e ou tudo ao mesmo tempo, a ser decidido na próxima Assembleia.

Professor conscientizado é professor mobilizado.



7 \* IZAIAS OGILIARI - PRESIDENTE DA APP \*

7 \* DINO ZAMBENEDETTI - PRESIDENTE DA APLP \*

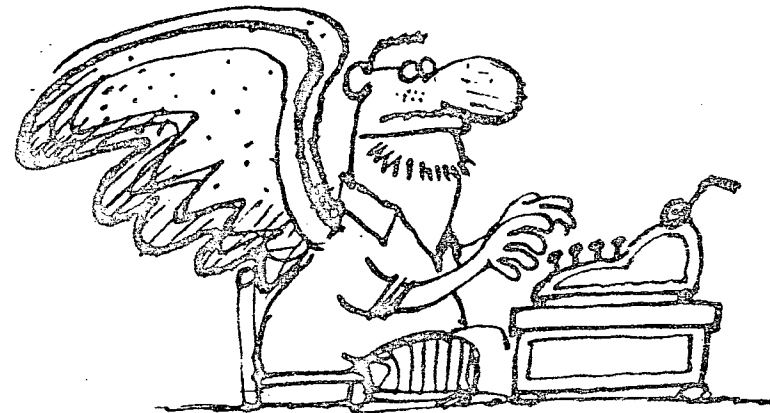
7 \* SEBASTIÃO DE PAULA VIEIRA - PRESIDENTE DA APMP \*

Redação e Administração:

Ivo Pitz e Veldir Dallagnol

Colaboradores:

Doralice Lobo de Almeida, Mario José Zanatta, Bernadete Lobo de Almeida, Desolina Veloso de Souza e Cleto Tamanini.



24-1

# HORA DO POVO

ANO III — DE 09/01 a 16/01 de 1981 — N.º 69 — Cr\$ 25,00  
Jornal da Família Brasileira

# BRAGA BRASILEIRA ESMAGOU A ALEMANHA

Saqueio canarinho da verdadeira pátria no Mundialito — Maratona não deu nem para o Brasil — Contra Alemanha espanta agourentos — Vinte e mil mil...  
Essencial — BRASIL PARA neste sábado — P. 6

## Ditadura não emplaca 82:

# ESTÁ COMEÇANDO O

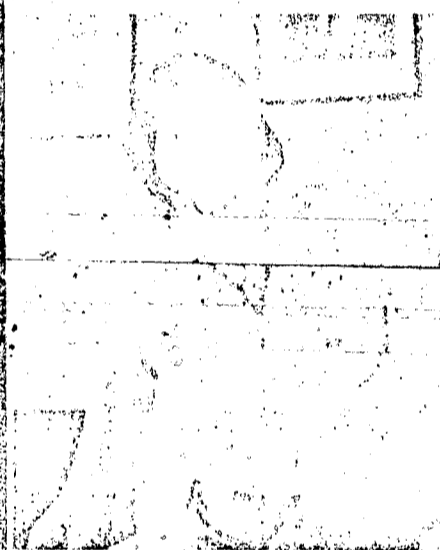
# ANO DA LIBERTACÃO!

**Governo está desmoronando — Política econômica de Figueiredo leva país à bancarrota — Quer raspar a panela para entregar às multinacionais e ao FMI — Militares protestam — PDS confessa que situação vai piorar — Constituinte e democracia vão pôr ordem na casa — País se livrará dos parasitas**

(Pág. 2)

## Figueiredo quer submissão incondicional dos militares!

**Sujeitinho pretensioso — Puniu Gal. Serpa e outros militares que repudiaram leilão do país ao estrangeiro — Empresários também condenam — Insatisfação nos quartéis — Pág. 3.**



### Maluf prende Coronel FM que cumpria o dever!

**Gang de corruptos prende coronel destemido que denuncia corrupção — Punição injusta gera mais revolta entre a polícia — A solidariedade é geral — Leia na pág. 3.**

DO OLGA WERNER

### Negão derrota golpistas por 380 a zero!



**Delfim quer entregar**

## Brasil tem a maior mina de ouro do mundo!

**É Serra Pelada. Revelação é da CPMM. Gringos de olho no nosso ouro. PMDB exige CUNOBRAS para impedir o saque (pág. 2)**

## Querem matar brasileiro no ventre da mãe!

**Mulheres paulistas organizam seu terceiro congresso — Repúdio geral ao projeto do governo, Demtam e a carestia — Entidades à frente (pág. 4)**

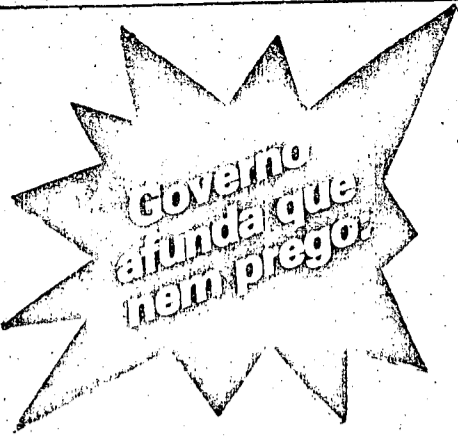
## Junta no fim em El Salvador!

**Patriotas fazem a ofensiva final. Está nascendo o governo popular (pág. 7)**

## Preses: "Só se luta bem pelo que se ama"







Os urubus rondam os palácios e a águia da liberdade confraterniza com o povo. Ditadura não emplaca 82. Constituinte vem aí.

Está chegando ao fim o regime que durante tanto tempo infelicitou o povo brasileiro. Que entregou aos centros espoliadores internacionais o controle de nossa economia...

Está começando o ano da libertação!

Divisionismo gorou

Padrasto estéril e falido, não se contenta mais em matar de fome os filhos do Brasil. Criou o Benfaim para matá-los no ventre das próprias mãos.

Manter-se vivo lhe custa um esforço extremo. Suas vitórias têm cada vez mais o gosto amargo das baixas crescentes que tem que suportar.

Para sobreviver, tentou dividir os que se lhe opunham. E, contrariando as profecias dos ignorantes bem pensantes da imprensa dele dependente...

Tenta se apoiar nos renegados, nos fracos e nos ingênuos para pulverizar o movimento sindical do país. E a cada dia que passa cresce vertiginosamente

a Unidade Sindical, cresce em amplitude, em solidariedade, em capacidade de mobilização política e econômica. Camponeses tomam as estradas e trabalhadores agrícolas se encontram na luta com seus irmãos das cidades.

O ABC se lança na mais importante luta sindical do país depois de várias décadas. Foi derrotado. Mas chegou muito perto da vitória, e o moribundo sabe disso.

Repúdio é geral

Presentindo a tempestade e o naufrágio, os ratos começam a abandonar o navio. O esquema de sustentação política do governo desmorona a olhos vistos.

Secularmente apoiados pela Igreja, já não a conseguem envolver. E tem sua

condição pecaminosa identificada por ela.

Repudiado pela sociedade civil, exige submissão incondicional dos militares. Mas é cada vez mais difícil mostrar-lhes o que teriam a ganhar com a corrupção dos áulicos...

Depois de produzir a maior carestia de nossa história, avisa, sófrego, que 1981 será pior, que precisa sugar mais. É que não tem coragem de suspender a "dívida" monstruosa que as alquimias contábeis do imperialismo impõe ao país.

Mudanças à vista

Incapaz de romper com a pirataria multinacional, quer ganhar mais alguns dias raspando a panela, entregando o pouco que resta ao saque do FMI.

Tem razão o Senador Teotônio Vilela: em algum mês do ano de 1981 não será mais possível conter a onda de angústia e revolta do povo brasileiro.

Governo teme militar paulista

Militares repudiam leilão de nosso país - Governo só gosta de militar vendido - Comparsas não são punidos

O governo Figueiredo puniu, através da portaria arbitrária do ministro do Exército, Ernane Ayrós, no último dia 26, os generais Antônio de Andrade Serpa e Euler Bentes Monteiro...



crístans dos brasileiros e seu comparsa, o general Antônio Bandeira, que destilou sandices de cubho político contra os liberais comprometidos com as lutas do povo.

GOVERNO NÃO REPRESENTA MAIS NINGUÉM

Com uma breve leitura dos nomes dos assinantes do documento, fica caracterizado o total isolamento do governo Figueiredo diante da sociedade brasileira...

Ainda que a desonestidade seja o prato predileto da corralia encastelada no Palácio do Planalto, o descaramento chegou a tal ponto que não puniram — há apenas algumas semanas atrás — o general Coelho Netto atacando a Igreja e agredindo os sentimentos

Em que pesem as ameaças agourentas dos desonestos e safados habitantes palacianos, o povo não permitirá que arbitrariedades deste porte contra a defesa intransigente da dignidade nacional sejam cometidas contra a ativa categoria dos militares.

Suborno do PDS saiu pela culatra

Numa desesperada tentativa de auferir vitórias para o PDS, o comerciante pernambucano José Batista dos Santos, confundindo o vereador Henrique Fenelon de Barros Filho (PMDB) com os pelessistas, ofereceu ao parlamentar oposiçãoista um cheque no valor de 200 mil cruzeiros...

anunciou que entregará o cheque do comerciante José Batista à polícia. Segundo o vereador peemedebista, desde o ano passado o prefeito de Goiânia, Osvaldo Kabele, e o comerciante José Batista vêm tentando convencê-lo a desistir dessa candidatura...

Em resposta, o combativo oposiçãoista foi para a tribuna da Câmara e com o eloquente nas línguas, comerciante e o prefeito Osvaldo Kabele Filho, pretendiam fazer, acusando ainda o mesmo comerciante de ter-lhe oferecido, no final do ano passado, 500 mil cruzeiros para voltar no vereador do PDS José Tavares de Melo.

O PDS aumenta a cada dia mais e só vem comprovar a mediocridade e a ambição daqueles que, mesmo sem admitir claramente, sabem que seus dias estão contados e seus atos são a maior prova disso. Não tem choro, não veia, pois o PDS já não tem como engordar suas fileiras às custas dos cofres públicos.

Erasmus voltou maravilhado com progresso da URSS

Depois de 10 dias de visita à União Soviética, quando integrou a comitiva de parlamentares brasileiros que visitou esse país, o coronel e deputado federal do PDS Erasmo Dias voltou declarando que "apesar de muita gente estar brava comigo, não vou mentir: gostei".

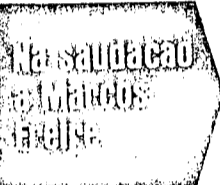
SINCERIDADE DO CORONEL

O deputado Erasmo Dias continuou suas considerações, falando que "a sociedade soviética é digna de estudos. Nos campos científico e assistencial tem coisas que poderiam ser adaptadas ao Brasil. Os cientistas não estão trancados entre quatro paredes, mas são valorizados, ao contrário daqui, onde os mandados para fora do país."

Por que o deputado Erasmo Dias, um anticomunista notório fez essas declarações? A oposição, sempre acusou-o de insinceridade. O deputado sempre se fez notar por ser um homem convicto do que pensava.

GOVERNISTAS APELAM FEIO

Não é de hoje que o coronel Erasmo vem dando mostras de reflexo. Quando a recente onda de atentados terroristas assolou o país e a imprensa governista especulava sobre os autores dos atentados, insinuando sordidamente que eles podiam ser obra da oposição...



"O Nordeste está sendo assassinado lenha e saticamente, só não podemos saber até que mês de 1981 nós poderemos conter essa onda de angústia e revolta do cidadão nordestino". Dessa forma, o 2º Vice-Presidente da Oposição, o valoroso senador Teotônio Vilela previu para breve



a queda da ditadura e a libertação do povo brasileiro. A previsão foi feita no ato público realizado pelo povo de Pernambuco, no passado dia 30, em homenagem ao Senador Marcos Freire.

Figueiredo deturpa Jesus

Em sua mensagem de fim de ano, o general Figueiredo deixou comprovada a má fé desse governo para com o povo brasileiro, quando, ao citar textos evangélicos deturpou descaradamente as citações bíblicas, atribuindo a Jesus Cristo as palavras "Confiai e orai", no penúltimo parágrafo de sua mensagem distribuída pelo Planalto...

Adulteração teve como finalidade dar outra conotação ao descalabro em que se encontra a atual situação sócio-político-econômica do país, de acordo com o que tão bem afirmou o deputado Otacílio Queiroz (PMDB-PB): "até o texto evangélico foi adulterado pelos autores da mensa-

Oposição anuncia fim dos agourentos

entre outros leis combatentes da democracia. Marcos Freire prestou contas dos seus 10 anos de parlamentar ao povo que o elegeu e conclamou "os estudantes, camponeses, operários, militares e o empresariado nacional a se unirem para lutar pela liberdade, por uma democracia como nunca houve neste país e não mais permitir que o trabalhador morra de fome".

O NEGÓCIO É ACABAR COM O ARBITRÁRIO

"A manifestação foi também organizada de povo do nordeste", disse o secretário-geral da UNE, Luis Azeiteiro. Ao que Miguel Arraes acrescentou: "há uma mudança no poder central pode acabar com a miséria e resolver o problema nordestino e brasileiro", chamando "o povo a se unir para uma democracia que realmente ponha o povo no poder".

O comandante-em-chefe do povo brasileiro esclareceu, na ocasião, que o PMDB já tem o seu candidato nas ruas: "É a Assembléia Nacional Constituinte". O Presidente Ulysses assegurou que "O PDS é o retrato do arbítrio, um partido sem eleitores. Basta acabar com o arbítrio e isto que está aí acaba".

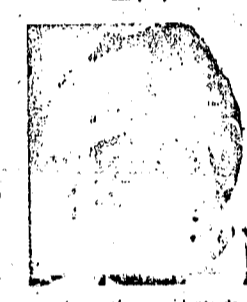
PDS vai Implodir

Depois das recentes declarações do Presidente Figueiredo de que os membros do Partido do Governo deviam explicar ao povo as dificuldades caso perdessem as eleições para que se compusessem com os vencedores, não resta outra alternativa ao PDS senão autodissolver-se.

Interpretando o sentimento do povo, foi isto o que concluiu o ex-deputado Maurílio Ferreira Lima, que disse que, se fosse do PDS, "um partido que tem seus filiados tratados dessa maneira teria vergonha de sair de casa e encerrar o eleitorado". Depois de resultar a "franqueza e a sinceridade" do Presidente Figueiredo, Maurílio afirmou que ele apontou o "único caminho que resta a essa gente": a autodissolução.

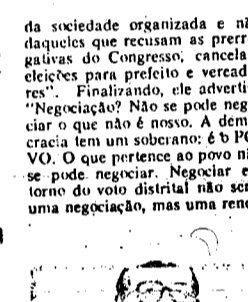
PALACIANOS VIVEM MONTADOS EM TRÊS APOSENTADORIAS

"Se o Presidente, que é o chefe,



senador e até a presidente da república, mas tudo é meio. O objetivo é a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. As vezes se diz que é preciso explorar ao povo o que é uma Assembléia Nacional Constituinte. Não é preciso explicar nada. Claro, pode-se explicar a técnica de uma Assembléia Nacional Constituinte: significa sindicatos sem interferência do Estado, eleições livres, melhores salários, etc."

Repelindo as levianas acusações de Figueiredo e seus assecas, Ulysses reafirmou que "o presidente da República diz que nós não temos propostas. Ao contrário, a nossa proposta é deixar a sociedade se manifestar. A abertura, as conquistas democráticas são frutos



da sociedade organizada e não daqueles que recusam as prerrogativas do Congresso, cancelam eleições para prefeito e vereadores". Finalizando, ele advertiu: "Negociação? Não se pode negociar o que não é nosso. A democracia tem um soberano: é o Povo. O que pertence ao povo não se pode negociar. Negociar em torno do voto distrital não seria uma negociação, mas uma rendição."

ção. Nosso remédio para a inflação é abrir, democratizar, deixar a sociedade falar. Este é um país sem gerente. Neste país é preciso ter competência para tudo, até para servir café. Mas na hora de escolher o presidente da República coloca-se gente que pode ser competente em outras atividades, mas não para gerenciar um país".

TRECHOS DO MANIFESTO "Em defesa da nação ameaçada"

dentes na História. Não estamos sendo submetidos à ação, exploratória que seja, de uma ou outra Nação. Estamos sendo submetidos a uma pluralidade de ações econômicas e sociais comandadas por interesses imediatistas, geradas no exterior e sem quaisquer compromissos com a vida nacional. (...) Sem-lhes os interesses estrangeiros autorizados a elaborar propostas e projetos ofensivos à dignidade nacional porque se acostumaram a tolerância excessiva que tem caracterizado a sociedade brasileira, à negligência e permissividade com que nossa sociedade vem cuidando de seus próprios interesses e autonomia capital alienígena a apresentar propostas lesivas à economia brasileira e ofensivas à dignidade nacional. (...) Tudo esse conjunto de ações vem sistematicamente e de maneira crescente minando o poder de barganha e o de defesa dos interesses nacionais, agora já substancialmente enfraquecidos. O processo da capitulação em curso e consubstanciado no início da aplicação ao nosso país, de algumas medidas preconizadas pelo Fundo Monetário Internacional — FMI — cuja ação intervencionista retirará da Nação, parcela da nossa soberania. (...) Desta forma, sem outra conotação ideológica além do tradicional patriotismo brasileiro, convocamos homens e mulheres deste país, acima de posições partidárias, sob a proteção de Deus, ao esforço conjunto em defesa dos direitos da nacionalidade".

PMs de São Paulo não tolerarão a punição ao Coronel

O Coronel Sydney Gimenez Palácios foi punido com prisão de 20 dias por ter cumprido exemplarmente com seu dever de polícia. Apenas denunciou a lanterna de Detran paulista e o "jogo do bicho", praticados diariamente por Miguel da Silva, o "Miguelzinho", com a complicity do chefe da Casa Civil do governador Maluf e outros tubarões da quadrilha que assaltam os cofres públicos de São Paulo e interior. (...) Ainda que o Coronel Palácios tenha notado seu trabalho de moralização administrativa segundo o princípio de que "todos são iguais perante a lei", não há dúvida que o Maluf e seus seguidores querem desviar a brisa PM de seu papel de combater e erradicar os ladrões e corruptos, pois punindo-o, e, em seguida tentando processá-lo, através de uma apresentação "calbônica e difamatória" na Procuradoria Geral de Justiça do Estado contra o coronel, o sr. Estácio Eidl deixa claro o seu horror à verdade e à ordem administrativa. (...) "NENHUMA SINDICANCIA FECHARA SUA BOCA!" Enquanto esperava a transferência de cargo do comando da Unidade de Serviços Integrados-Sul, no último dia 6, o Cel. Palácios decidiu inaugurar um insonso painel na entrada do seu quartel com os dizeres: POLICIA MILITAR - Reserça Moral do Estado. No que foi logo secundado por um capítulo que trabalhou com o Cel. punido: "O coronel é bem conhecido de longo tempo. Nenhuma sindicância fechará sua boca. Remoção de cargo e prisão de nada adiantarão, pois polícia é polícia em qualquer lugar, seja em burocracia ou na linha-de-frente. Só se fez está todo mundo revoltado com essa injustiça! E desabafou: "por que é que os ladrões do Palácio do Bandeira não são punidos? A casa, pra turma do Maluf, funciona na base de corrupção e de tudo mais".

Novamente não caiu para ninguém a alegação de que o Coronel fez declarações políticas, como pretende fazer crer o sr. Calim Eidl. Ninguém é burro pra acreditar nestas safadezas verbais! Como se não bastasse a punição do coronel Coronel Palácios, o chefe da Casa Civil instalou representação contra o do PMDB na Assembléia Legislativa de São Paulo, porque este pediu a renúncia daquele, baseado nas legítimas declarações do Cel. Palácios. Imediatamente, o líder do PMDB, Luis Máximo, garantiu que a petição contra o deputado não será aceita, devido sua imunidade parlamentar. Já em seu novo cargo de encarregado da manutenção dos bens do OC da Polícia Militar, o Cel Palácios tem recebido a solidariedade de diversos batalhões da PM, através de telegramas, visitas de militares e telefonemas, que lhes informam que a tropa está firme e se mantém ao seu lado. O HP repudia veementemente esta punição de covardes e se solidariza com o Coronel Sydney Palácios e todos os militares que desviam lutar a garra de combater os crimes dos réus.

Governo transforma calote em lei

O deputado federal do PMDB de Alagoas, Murilo Mendes, denunciou que o Governo está criando "a instituição do calote, da inadimplência e do desassossego", ao vincular o sistema de correção das prestações da casa própria ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC — "mantendo os funcionários públicos e outras categorias com apenas um salário mínimo".

centavo de seus lucros, e só enriquecem às custas dos trabalhadores que são discriminados não recebendo o reajuste semestral. O General Figueiredo disse que quer fazer com que o povo poupe e consuma menos em 81, mas esqueceu de dizer que a classe média não pode fazer nem uma coisa, nem outra, porque, com esta lei, quem ganha dinheiro é o dinheiro do povo.

Quem sai ganhando com isso, como sempre faz o Governo, são os grandes empresários exploradores que não abrem mão de um

# HP-4

## Natal sangrento na penitenciária vai ser apurado!

Presos foram covardemente provocados — Sociedade quer responsabilidades apuradas

No último domingo, no primeiro dia de visita aos presos da Penitenciária do Estado de São Paulo, após o momento do Natal é que se pôde ver uma idéia da extensão das violências cometidas contra os detentos naquele dia.

Muitas mães saíram estarecidas com os ferimentos e com o estafado de seus filhos, muitos deles com várias mordidas de cachorro espalhadas pelo corpo e marcas de pancadas por todo o lado. O filho de Laura Barbosa Moraes, por exemplo, estava com um braço quebrado e a mão inchada por uma mordida de cachorro.

### Natal sangrento

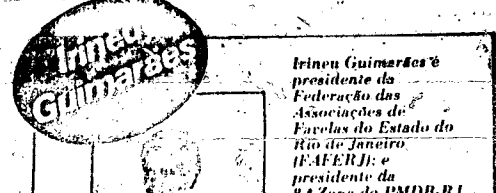
Na verdade, isso foi fato corriqueiro no Natal Sangrento da Penitenciária do Carandiru — vítima de uma arbitrariedade de alguns guardas que interromperam uma partida de futebol e espancaram-nos em seguida, os presidiários se rebelaram, exigindo o fim das violências. A partir daí, o massacre

## Menores rebeldes contra maus tratos na FEBEM

(SP) — Cento e setenta e sete menores da Unidade Educacional Experimental Sorocaba da FEBEM se rebelaram na última sexta-feira, exigindo o atendimento de antigas reivindicações, como melhoria geral da higiene — banho diário, sabonete e pasta de dentes, fim dos maus tratos e dos longos confinamentos nas solitárias, melhoria na alimentação, maior contato com os familiares durante as visitas e fim da censura à correspondência. A essas reivindicações, o diretor Etienne Xavier Lopes lançou as mãos.

### Nus com água no peito

O presidio de Sorocaba não encontra apoio para alguma para continuar existindo. Aliado a isso, ele é um verdadeiro inferno para os menores, que lá se encontram — não é preciso muito para que eles sejam submetidos aos piores suplícios e humilhações que alguém pode suportar, como ser mantido no dia a dia, à pão e água, em "cubículos cheios d'água até a cintura".



## Todos ao grande Encontro Estadual de Favelas!

Após os votos dos Desembargadores em favor da unidade da Federação Estadual das Favelas, a FAFERJ, a Justiça entrou às tentativas de dividir a nossa entidade. Ficou provado que a nossa luta era justa e prosseguimos na intenção de unir FAFERJ cada vez mais forte e unida levando à frente as reivindicações dos favelados de todo o estado.

Agora, estamos convidando a todos aqueles que antes não tinham compreendido a justiça de nossas posições, para que cerrem fileiras junto conosco.

Foi sempre uma linha de conduta da Federação — dirigida por mim — não considerar adversários todos aqueles que não estavam percebendo o lado correto da questão. Agora com a decisão judicial, convidamos estes companheiros a se juntarem à Federação para desenvolvermos este grande Encontro Estadual de Favelas, que realizaremos dia 29 de março no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio.

### Saneamento e posse da terra!

Até a realização do Encontro, as delegações da FAFERJ vão organizar assembleias de moradores em todas as favelas, onde os próprios favelados vão dizer quais são suas necessidades e a partir daí vão organizar o Encontro. A Federação se deslocará todo domingo para cada favela com faixas, carro de som e diretores para convocar o Encontro.

Assim, poderemos uniformizar as reivindicações dos favelados, saber quais são suas principais lutas. Desde já prevenimos a luta pela propriedade efetiva da terra pelos favelados, para que sejam donos do local onde moram e criamos nossos filhos. Outra luta importante será pelo saneamento básico das favelas, sua urbanização. Inclusive como forma primeira de melhorarmos as condições de saúde deste povo, cerca de dois milhões de habitantes.

### Maior poder às Associações

Será importante também tirarmos uma posição no sentido de conseguirmos maiores poderes às associações e seus presidentes. A personalidade máxima dentro de uma favela é o presidente da associação, junto com sua diretoria. Não há mais espaço para políticos que atuam em favelas, não trabalhem de acordo com as Associações.

O Departamento Jurídico da FAFERJ está elaborando um projeto que estipula 3% da renda bruta do estado para ser usado em favelas do estado do Rio de Janeiro.

Esta verba iria para a Secretaria de Desenvolvimento Social que distribuiria aos presidentes das associações de favelados, sendo esta distribuição fiscalizada pela FAFERJ. Assim cada favela teria verbas para realizar obras sociais, e cada associação saberia que obra seria mais útil para os moradores. Através deste projeto se faria justiça à grande mão de obra gasia pelos favelados, e ao grande imposto que sai das favelas e que nunca é gasto nas favelas.

### Democratas em ação

Este Encontro Estadual de Favelas será fruto da ação de democratas do Brasil inteiro, MinasGerais, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia, entre outros estados, mandando representantes de federações de favelas. Do interior do estado, estamos mantendo contatos com Campos, Volta Redonda, Cabo Frio, Duque de Caxias, Niterói e outras cidades.

Contaremos, sem dúvida, com o apoio de importantes entidades como a ABL, a IAB, a Unidade Sindical, a FAFAC, o Sindicato dos Médicos (RJ) e o Sindicato dos Engenheiros (RJ) — estes dois, importantes sindicatos que em muito podem ajudar os favelados.

Com o fim do Encontro, entregaremos um documento com nossas reivindicações ao Prefeito e ao Governador. Os dois estão convidados e espero que compareçam.

# CINEMA

## CONTRA 120 MILHÕES



O programa de planejamento familiar do governo — já chamado em outras ocasiões de "Gravidez de alto risco" — já comprovou ser realizado de forma mais desordenada possível. No Nordeste, a distribuição indiscriminada de pílulas, que representa um sério risco para a saúde da mulher, está provocando verdadeiras aberrações. Com o consumo de pílulas, a mulher tende a engravidar, devido a alterações hormonais. Devido a isso, muitas mães resolveram dar pílulas aos filhos para compensar a subnutrição.

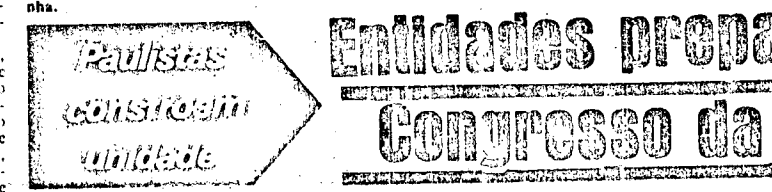
Todo mundo contra

Não é à toa, portanto, que os planos ministeriais venham encontrando a mais vigorosa oposição dos setores mais sadios de nossa sociedade. O secretário geral da CNBIA, Dom Luciano Mendes colocou que a Igreja é francamente contrária à adoção da ridícula medida. O Bispo de Itaboraí, Dom Mário Gurgel citou as palavras de D. Paulo VI na ONU para comprovar o absurdo: "O importante não é diminuir o número de comensais, mas procurar uma distribuição equitativa de renda".

Já Dom Eugênio Salles, o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, classificou a esterilização de "imoral e como uma afronta à consciência cristã de nosso povo". O próprio código de ética médica condena a esterilização, que só pode ser realizada em "condições especialíssimas", e não a torto e a direito como vem sendo ventilado pelos porta-vozes governamentais.

Copiaram Hitler

A absurda proposta governamental tem por trás de si o visado de que para diminuir a pobreza, a solução é acabar com os pobres, de vez que a esterilização se destina em sua essência às famílias de baixa renda. Ao invés de promover a distribuição de rendas, o aumento geral dos salários e a reforma agrária para elevar o nível de vida da população, a atual proposta do governo procura realizar exatamente o contrário. Esta proposta lembra muito as idéias de Hitler, que queria acabar com os judeus para fazer uma "raça pura" na Alemanha.



## Mulheres se unem contra a carestia — Granfinas desenturmadas querem melar encontro para não ficar de fora

Entidades sindicais, sociedades de amigos de bairros, Movimento Contra a Carestia, entidades estudantis, partidos de oposição e grupos feministas, já começaram os preparativos para o 3º Congresso da Mulher Paulista, a ser realizado no próximo dia 8 de março.

Márcia Campos, representante do departamento feminino do Conselho Coordenador das Sociedades de Amigos de Bairro de SP, que reúne mais de 1500 sociedades, diz que "o objetivo do Congresso será ampliar a crescente participação das mulheres nas lutas do povo brasileiro, em especial na luta contra a carestia, contra o indecente sistema educacional e contra as medidas fascistas de controle de natalidade, com que o governo ameaça a população", entre outras reivindicações também de grande importância. Para Márcia, as mulheres sentem mais profundamente estes problemas, que são de todo o povo brasileiro.

CRESCENTE PARTICIPAÇÃO

As entidades de bairro, já começaram a promover os encontros preparatórios para o Congresso. Na zona sul inclusive, já se programou uma grande festa na praça Marechal Floriano, no Largo 13, em Sto. Amaro. Também na zona Norte os trabalhos se encontram avançados e a 1ª reunião contou com um grande número de entidades. Estão marcadas reuniões nas Zonas Leste, Oeste e Centro.

Nos sindicatos é grande a movimentação. As mulheres gráficas organizam o seu Congresso para o final de fevereiro, as metalúrgicas e as bancárias de S. Paulo, que já contam com departamentos femininos, promoverão encontros que precederão o Congresso Paulista.

Maria, diretora dos gráficos, diz que "tudo isto vem sendo possível graças à crescente participação que as mulheres vem tendo na vida sindical e a atenção que os diri-

gentes sindicais vem dispensando à organização dos departamentos femininos". Maria declara ainda que o Congresso deverá contar com delegados, de milhares de entidades de todo o estado e que esta será uma excelente oportunidade para se unificar o movimento feminino. Por fim, ela conclui, afirmando que a idéia da organização de departamentos femininos será levada para os quatro cantos de S. Paulo.

## DI A DIA

### Governo abre as pernas e libera caça à baleia!

Brasília — O governo pressionado pelas companhias pesqueiras do Nordeste, resolveu revogar a portaria da Sudepe (Superintendência para o desenvolvimento da Pesca), que proibia a caça à baleia no litoral brasileiro a partir do último dia 1º de janeiro.

Este fato beira as raias do grotesco, uma vez que no meio do ano passado, um projeto de lei de igual teor do senador Nelson Carneiro foi arquivado a pedido do senador Jarbas Passari, sob a alegação de que a Sudepe já baixara portaria neste sentido. Nesta semana, a Sudepe, numa medida estapafúrdica, resolveu revogar a portaria.

Agora, o senador paraense Leite Chaves, do PMDB, irá pedir o desarquivamento do projeto de lei, que impede a caça daquele cetáceo. Segundo Luis Roberto Tommasi, do Instituto de Oceanografia da USP, várias espécies de baleias correm o risco de extinção a curto prazo, razão pela qual con-

servam os departamentos femininos". Maria declara ainda que o Congresso deverá contar com delegados, de milhares de entidades de todo o estado e que esta será uma excelente oportunidade para se unificar o movimento feminino. Por fim, ela conclui, afirmando que a idéia da organização de departamentos femininos será levada para os quatro cantos de S. Paulo.

Algumas grá-finhas que nada entendem dos problemas do povo brasileiro não querem fazer o Congresso, que já se tornou tradição entre as mulheres paulistas. Pretendem as madames, que no dia 8 de março, em vez de um grandioso Congresso, seja feita apenas uma reunião, para que as mulheres tenham conhecimento de algumas reivindicações específicas "consensuais".

# CONDIÇÕES DE VIDA

## Governo quer Brasil totalmente estéril!

### Discipulo de Hitler quer operar pobres para evitar filhos

Genival Rabelo é veterano jornalista especializado em política e economia.

## O sucesso da BENFAM

As explicações que o presidente do IBGE deu sobre a queda dos índices de crescimento demográfico no Brasil não convencem — migrações internas não afetam índices nacionais. Observe-se que o presidente do IBGE teve o cuidado de não fazer a menor referência ao trabalho, pelo visto bem sucedido, que, nos últimos 15 anos, a Benfam vem desenvolvendo, particularmente no Nordeste. Em que consiste esse trabalho, eufemisticamente chamado de planejamento familiar? Na farta distribuição de pílulas e, a título de assistência social, na manutenção de uma rede hospitalar que se especializou na esterilização em massa de homens e mulheres. O objetivo pode ser traduzido naquele conhecido trecho de relatório de uma comissão norte-americana de estudos demográficos da América Latina, na altura de 1967, apresentado ao presidente Johnson:

"Aos índices de crescimento demográfico dos anos 50 (3,6 por cento), o Brasil chegaria a 1985 com uma população em torno de 155 milhões de habitantes. Mas, graças à farta distribuição gratuita de pílulas que estamos promovendo, principalmente entre as populações carentes do Nordeste, o Brasil terá apenas 138 milhões. Ganhamos para a nossa causa 17 milhões de brasileiros a menos".

### MANOBRA DOS GRINGOS

Outro relatório, com base no censo de 1980, poderia comunicar ao presidente Reagan, no próximo ano, que o Brasil deverá chegar a 1985 ainda com menos habitantes do que os previstos no relatório de 1967 para Johnson. Talvez não alcance os 135 milhões. Novos milhões de brasileiros a menos eles terão ganho para sua causa.

É óbvio que o presidente do IBGE sabe disso. Sabe também que a Benfam é financiada por doações que chegam dos Estados Unidos, da Europa e do Japão, países reunidos pela Comissão Trilateral, da qual é proibido falar nos meios oficiais brasileiros. Mas, não é aceitável que tente tapar o sol com a peneira acanhando argumentos capciosos para justificar a brutal queda dos índices de crescimento demográfico de um país que possui 8,5 milhões de km<sup>2</sup> e com grandes vazios geográficos que urge ocupar como meio de preservação da própria integridade territorial.

### INCENTIVAR O CRESCIMENTO

Que isso caiba na cabeça de um estrategista do Pentágono e que os agentes da CIA recebam a incumbência de ajudar a Benfam a ceifar vidas humanas através da esterilização das populações carentes do Nordeste, pode parecer repulsa do próprio povo norte-americano; mas se compreende como peça de um plano de dominação a longo prazo. Mas que os responsáveis pelos destinos do povo brasileiro silenciem diante do trabalho da Benfam e busquem tapar o sol com a peneira dando explicações cavilosas sobre a brutal queda dos índices de crescimento demográfico no Brasil não só é inaceitável, como chega às raias do deboche. O trabalho da Benfam está obtendo pleno sucesso, segundo o comprovam os resultados do Censo 80, para satisfação dos estrategistas do Hudson Institute e para tristeza dos verdadeiros bons brasileiros. Não podemos, portanto, permanecer indiferentes diante de trabalho conduzido de fora para dentro visando a incofessáveis interesses de dominação econômica e exploração de nossas riquezas básicas. Cumpre incentivar e não limitar o crescimento demográfico, se se quiser pensar a sério em termos de país grande e próspero.

## Planos de aprochar classe média em governo Unidos da terra do aluguel

"O problema de inquilinato precisa da presença do governo com mão de ferro: tabelamento e congelamento dos aluguéis e estipulação de um Plano de Locação Padronizado, criado por lei, que impeça os proprietários de abusarem".

Foi o que afirmou em entrevista exclusiva ao HP o Sr. Pedro Roxo, presidente da Associação Nacional dos Inquilinos, O.S.R. Roxo tem 87 anos de idade, exerceu o jornalismo durante 35 anos e fundou a ANI em 1967, com sede no Rio de Janeiro.

Depois das últimas medidas econômicas do governo, traçadas pelo ministro do "planejamento" Delim Neto, os aluguéis serão aumentados de acordo com o INPC, e os analistas já calculam o aumento em cerca de 100% para este ano que se inicia. Esta situação, que Pedro Roxo considera "um quadro tétrico para a família brasileira", é reflexo da política governamental de entregar a qualquer custo o país ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Este anúncio de agiotas internacionais tem como política o arrocho descarado da população. Comentam os observadores que o alvo dos vampiros estrangeiros agora é a classe média, por isso o resolução aumento dos aluguéis — que atinge a cerca de 70% da população brasileira, segundo Pedro Roxo.

### "Máfia de ratos famintos"

Para Pedro Roxo a solução para o inquilino é a Lei do Inquilinato "ser elaborada pelas entidades de classe". Diz que a proposta da ANI é o tabelamento, o congelamento e o Contrato de Locação Padronizado.

Para Pedro Roxo a solução para o inquilino é a Lei do Inquilinato "ser elaborada pelas entidades de classe". Diz que a proposta da ANI é o tabelamento, o congelamento e o Contrato de Locação Padronizado.

### "Lei do Inquilinato é uma colcha de retalhos"

Por que a Lei do Inquilinato não funciona? PR — A Lei do Inquilinato foi transformada numa colcha de retalhos. Através de leis e decretos-leis foi montada sempre em favor das imobiliárias. E também não existe um órgão que fiscalize a aplicação da lei. O que existe é o inquilino devendo ao Judiciário, mas depois de altos custos ele na prática não pode ir à Justiça.

Explica o Sr. Pedro Roxo que "a taxa judiciária mínima era Cr\$ 627,00 e passou para 5 mil cruzeiros com o novo regulamento" aprovado no Rio por Chagas Freitas. "Então o pobre foi expulso do direito à Justiça" — concluiu o presidente da Associação Nacional dos Inquilinos.

### "Antes de 64 não havia este assalto"

Lembrou ainda o presidente da Associação dos Inquilinos que antes da lei 4449, de 1964, somente existiam duas localoras de imóveis:

— Depois dessa lei surgiram mais de 800 administradoras de imóveis só no Rio. A situação em Porto Alegre, São Paulo, Salvador também é grave. Depois de 64 a coisa se agravou, tornou-se uma indústria. Antes não havia este assalto — declarou Pedro Roxo.

## Construtores de Brasília na rua!

Brasília — 2.400 famílias desta cidade cujos chefes, em 1960, suaram camisas e caeteram suas mãos para construir a capital federal, vivem até hoje em casebres de madeira e telhas de zinco. Até que a Companhia de Eletricidade de Brasília, proprietária do terreno onde estão localizados os barracos, decidiu expulsar estas famílias, que perfazem mais de 8 mil pessoas, das terras que ocupam há vinte anos, para construir um clube no local.

Durante o período de construção da cidade, os barracos serviram de alojamento aos funcionários do Departamento de Força e Luz (antigo nome da CEB).

Os favelados receberam a intimação da Administração Municipal, para desocuparem o local em 30 dias. Isso inclui a escola construída no local, onde estudam 2.000 crianças, que ficaram sem

## Ribeiro Eletrônica

Entregue seu TV - rádio - gravador - vitrolinha toca fitas - etc. para conserto COM GARANTIA. Compra - venda - troca. Estrada de Jacarepaguá, 7473 bl. 23/102 - Freguesia - Rio de Janeiro - RJ.

## Dr. EDNEI FREITAS

Médico Psiquiatra. Consultório: Avenida Treze de Maio, nº 13. Sala 1.910 - Fone: 240-8594. Diariamente de 14 às 19 horas e sábados das 9 às 12 horas. Rio de Janeiro. Consultas com hora marcada.



# Aprendiz de pelego passa o maior vexame!

## Na maior assembleia dos petroquímicos de Caxias até hoje, golpistas levaram lavagem de 360 a zero!

Reunidos em frente aos portões da Petroflex, única fábrica da categoria, 380 trabalhadores petroquímicos de Duque de Caxias, realizando a mais concorrida assembleia sindical de sua história, varreram definitivamente as pretensões golpistas dos Srs. César Viviani e Luis Valadão, ao confirmarem POR UNANIMIDADE — e com voto de louvor — na presidência do Sindicato da classe o combativo dirigente João Carlos "Negão".

Enfrentando diversas tentativas de intimidação contra a realização da Assembleia — memorandos do SNI, ameaças, viaturas policiais postadas em frente à reunião — a ativa categoria não arredou pé do local, fazendo questão de deixar claro o seu repúdio à ação dos golpistas.

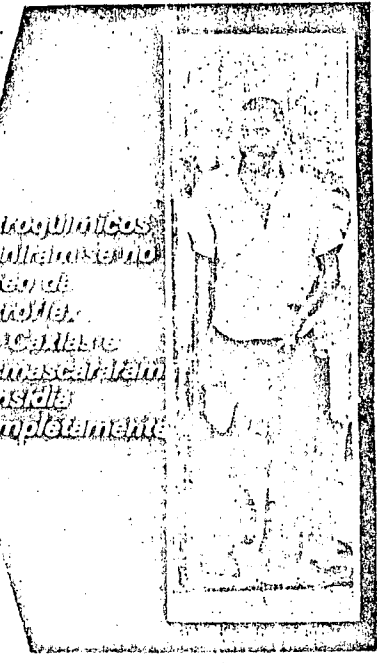
**O golpe**

Os Srs. Viviani e Valadão, esmagados pelas dificuldades da luta sindical, haviam decidido abrir as pernas para os patrões, e propunham, confesionalmente, PARALISAR TODAS AS ATIVIDADES DO SINDICATO. É por isso que sonhavam derrubar da Presidência da entidade o destemido Negão, inimigo intrínseco do plano nefasto.

Percebendo a categoria de surpresa, os golpistas haviam simulado uma farsa no interior do Sindicato. Para isso, haviam chamado a polícia, impedindo a entrada de associados, reunido meia dúzia de chefes da empresa e dedos-duros, bem como alguns poucos elementos desavisados. Nessas condições, e arvorando-se em representantes da categoria, tinham "deliberado" a "paralisação das atividades" e o "rodízio" entre o Presidente e o Vice-presidente.

**A quem serviam**

Evidenciando quais os interesses que estavam por trás dos golpistas, no dia seguinte à farsa — totalmente ilegal, não só pelos motivos já relatados, como também porque a fim de pegar a classe de surpresa, nenhum edital convocava a categoria para esse tipo de assunto, que, além disso, só pode ser decidido em eleição ou por consenso — o cartão de ponto do Negão já havia sido afixado na fábrica, e era freneticamente vistado pelos homens da chefia, na louca expectativa de que o Presidente do Sindicato se submetesse à palhçada. Além disso, a direção da fábrica revogou a punição que havia imposto, há algum tempo atrás, ao vice-presidente golpista, pela sua tentativa de abusar da esposa de um companheiro de trabalho. O cancelamento correspondia evidentemente a uma tentativa de melhoria a lamentável imagem do golpista junto à categoria. Por outro lado, a Delegacia do Trabalho concedeu imediatamente autorização ao vice-presidente golpista para que ele movimentasse as contas do Sindicato.



**Esmagados na assembleia**

Mas o sonho desesperado dos fariseus durou pouco. A assembleia do dia 19 passado jogou por terra suas delirantes pretensões. Os petroquímicos demonstraram mais uma vez que estão fadados ao fracasso todas as tentativas patronais de torpedear seu combativo Sindicato. Na ocasião, os petroquímicos receberam o apoio de praticamente todos os setores democráticos contra o golpe pró-patrão. A Unidade Sindical, parlamentares do PMDB, a Comissão Municipal Provisória do PDT, os líderes sindicais Athaide, Pimentel, Alemão (do ABC), Zaratini, Pedro de Andrade e outros fizeram questão de retribuir à impressionante contribuição que o Sindicato dos Petroquímicos vem prestando ao fortalecimento do conjunto da luta dos trabalhadores e do povo por seus direitos e pela democracia.

**Campanha salarial**

João Carlos Negão foi entusiasticamente saudado por seus companheiros de fábrica, que se rejubi-

lavam pelo que, conscientes, afirmavam ser a "noessa vitória".

Esta nova e acachapante derrota imposta aos golpistas, agora pelos petroquímicos de Caxias, deixou também claro qual é o verdadeiro caráter do pretense "radicalismo" de certas publicações divisionistas, como os de dez-em-quadrantes "Em Tempo" e "Companheiro" e o semanário "Movimento", que apoiaram descaradamente o golpe pró-patrão, e tiveram sua alegria liquidada em três tempos pela laboriosa categoria petroquímica.

Desfeita a nutreta, revigorado pelas novas forças e pela consciência conquistadas durante a batalha, o Sindipetro se prepara agora para vitórias ainda maiores na próxima campanha salarial.

## Unidade vencerá em Osasco Chapa Um é Força Operária

Os metalúrgicos de Osasco irão às urnas dia 29 e 30 de Janeiro para eleger uma nova diretoria para seu sindicato. Duas chapas concorrem às eleições. A chapa 1, presidida por Antonio Tosqui, e que reúne quase toda diretoria anterior, é a que possui melhores condições para dirigir o sindicato durante os próximos três anos. A chapa, que é apoiada pela grande maioria dos ativistas sindicais de Osasco, defende a Unidade Sindical, a CUT e quer que os metalúrgicos de Osasco se integrem na luta de todo o povo brasileiro pela democracia. Antonio Tosqui conta com o apoio de grande parte dos setores oposicionistas de S. Paulo.

Por outro lado, a chapa dois, presidida por José Pedro, que só a pouco tempo

veio reconhecer a importância do sindicato na vida dos trabalhadores, peca pela falta de experiência e programa, bastando insetar, para a tradicional forma, não toca nas questões fundamentais que dizem respeito à classe operária. É "aquele" — a luta pela unidade sindical, contra o descalce econômico em que vive o a nossa situação política — fim os desmandos do governo.

Entre os apoiadores de José Pedro se encontram aqueles que defendem intrinsecamente a divisão da categoria, ao mesmo tempo em que Henos Amador atual presidente, que se dispôs a compor com Pedro, não foi sequer incluído para integrar a chapa oposicionista.

## Trabalhadores rurais arregaçam as mangas: máfia do PDS será derrotada

### Grileiros e mafiosos não terão vez — Chapa 1 vencerá os jaguns em Manga

Já está pegando fogo a campanha eleitoral onde 6 mil ruralistas elegerão dia 18 de janeiro a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manga. Cidadão do norte de Minas, aliado ainda mais a sua arma contra os grileiros e latifundiários que dominam a região.

O brilhante presidente da atual gestão, o líder Anísio Pereira Soares, que vem se destacando pelos inconfundíveis serviços prestados à construção da Unidade Sindical-MG, é candidato à reeleição contando com o apoio massivo dos trabalhadores. Anísio já avisou que sua chapa, a Chapa 1, dará continuidade à luta que encabeçou no sindicato, contra a exploração dos latifundiários, que têm levado os ruralistas a situações absurdas de miséria.

UNIDADE ACABARÁ MISÉRIA

Artísio denunciou as terríveis condições em que os trabalhadores rurais dos fazendeiros como a fazenda Lagoinha de Pernambuco se encontram. O senhor de fazenda que paga a miséria de seus empregados, enviando a carteira e Dona Omeira que destrói os pilares dos possesores para grilar terras. Para acabar com essa situação vergonhosa que os ruralistas, a Chapa 1 já vai arregaçam as mangas das grêguas aos exploradores do grileiro. Para isso, conta com o apoio dos trabalhadores rurais e com a solidariedade de todos os sindicatos da Igreja e de várias organizações democráticas. Como já foi claro na greve dos trabalhadores rurais de Pernambuco e de Minas, só mesmo a luta e a resolução dos trabalhadores, por fim à miserável vida trabalhada no campo.

**PREFEITO DO PDS É GRILEIRO**

Com claro intuito de retirar a entidade deste rumo certo, um indivíduo mal intencionado chamado Messias Lopes da Mota, apoiado pelo prefeito do PDS daquela cidade, o sr. Sílvaro Pereira Gonçalves, vem inutilmente tentando ludibriar os trabalhadores rurais ao registrar a mentirosa chapa 2. Utilizando-se do dinheiro público com que o prefeito vem financiando toda a campanha, colocando vários carros à disposição da Barra, e cerca de 200 moradores, tentando em vão calanjar a luta de Anísio. O que ocorre é que o prefeito Sílvaro, dono de terras na região e que é conhecido como um grileiro desalmado, conseguiu dobrar o candidato Messias, que já tendo sido secretário do sindicato, resolveu passar para o outro lado e relembrar seu passado de

## SENALBASP Trabalhador desmascara presidente salgado

Os trabalhadores, do Senalba, reunidos em assembleia, deram um basta aos desmandos do irresponsável presidente de seu sindicato.

O Sr. Ezevaldo Freitas Stupp, querendo aplicar um golpe em toda a categoria, convocou, sem nem mesmo o conhecimento da diretoria da entidade, em edital publicado no jornal "Notícias Populares", no dia 24 de dezembro, uma assembleia para o dia 30 do mesmo mês, às 14 horas (horário de trabalho). Seu objetivo: "Receber autorização para picileitar junto aos patrões reajuste salarial" e, "se necessário instaurar distúlio coletivo".

Planejava o mau dirigente, uma assembleia fantasma para assim não realizar nenhum tipo de campanha salarial.

que não compactuam com suas falcatruas e que lutam pela categoria, desenvolvam normalmente suas atividades.

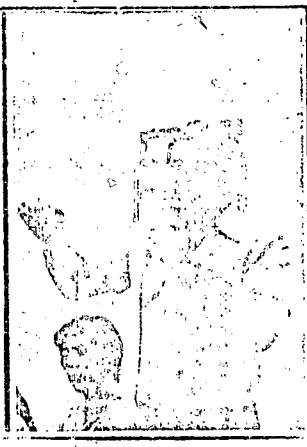
Assim o travestido, pretende ter as mãos livres para fazer seus indecentes conchavos com os patrões. "Até o afastamento de diretores de seu trabalho profissional, para se dedicar exclusivamente ao sindicato, não tem mais como critério as atribuições de cargo, a capacidade de trabalho, a competência e a dedicação, mas passou a ser um prêmio àqueles que são cúmplices de seus atos e que se calam diante dos desmandos e de sua prepotência", declarou-nos Pedro de Andrade.

**A justiça falou mais alto**

O que não estava nos planos de Ezevaldo, é que a categoria que deveria dirigir, tem muita disposição de luta e conta com dirigentes honestos e vigilantes. Foi assim que, comandados por Pedro de Andrade (1º secretário), Luis Mardos (2º secretário) e Antonio Ferreira (Diretor cultural), apesar da data e do horário, 70 trabalhadores compareceram a assembleia e repudiaram a traição do pelego.

Por unanimidade, os presentes procuraram organizar a campanha salarial; exigiram esclarecimentos, no jornal do sindicato sobre todos os gastos autorizados pelo Sr. Ezevaldo; determinaram que as reuniões de diretoria passem a ter calendário regular marcaram uma nova assembleia para escolher os dirigentes que devem ser afastados e como serão remunerados. Por fim, os trabalhadores reivindicaram mais moralidade e dedicação de seu presidente.

O Sr. Ezevaldo, mostrando que é mesmo incorrigível e que não quer nada com a ca-



Pedro de Andrade, um dos dirigentes honestos, denunciou na assembleia as manobras do presidente pelego.



## Povo resistiu à remoção ilegal

### Ameaças, prisões, nada domovou o ânimo dos moradores no Rio

Nem mesmo a ameaça de metalhadores, prisões, queima de seus barracos, intimidou os 180 famílias moradores na Favela do Cachoeirinho, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, dia 5 de janeiro, que barraram a ação de despejo empreitada pela 18ª Vara Cível, favorecendo a Empresa Intro-Instalações, rickox e grileiros da região.

A área onde se localiza a Favela do Cachoeirinho, é extremamente valorizada, pois fica em frente ao Hanhangá Golf Clube, frequentado por magistratas, moradores nas proximidades, que têm interesses imobiliários na região. A ação de despejo chegou sem nenhuma notificação anterior, como conta o presidente da Associação dos Moradores da Floresta da Barra da Tijuca, Mauro Gonçalves Vieira, que acusa o oficial de Justiça que esteve no local, (que se recusou a se identificar), de ter oferecido 5 mil cruzeiros a cada família para que desocupassem o local sem resistência.

Moradores derrotário facinorosa

Como as famílias não aceitavam a sordida proposta trazida pelo oficial de justiça, em nome da Empresa Intro-Instalações, que já tem pronto projeto de utilização do local, dois barracos foram destruídos, sob a garantia de dois camburões, com maus policiais militares que praticaram arbitrariedades contra os moradores. A reação de protesto foi imediata, tendo os policiais militares e o oficial de justiça se retirado do local sem lograr realizar seu intento.

Com o apoio da FAFERJ, presidida por Irineu Guimarães, a Pastoral de Favelas, o Diretório do PMDB da 7ª Zona, a Associação dos Moradores da Floresta da Barra, e cerca de 200 moradores, foi realizado no dia 6, ato de protesto em frente ao Fórum, na rua do juiz da 18ª Vara Cível, João Luis Teixeira de Aguiar, voltasse atrás de sua decisão de despejar a favela. O Juiz manteve-se irredutível não dando atenção aos clamores dos favelados, que portavam faixas apelando para o Papa João Paulo. Mesmo com a ação mantida, os moradores pretendem continuar a luta, e já entraram com mandato de segurança para garantir sua permanência na terra, que já ocupam há mais de 20 anos.

**Ezevaldo já é manjado**

Este não é o 1º golpe de Sr. Ezevaldo. O agente patronal, há algum tempo, não tem medo de afrontar para dividir e paralisar o sindicato. Na recente campanha salarial do SENAC, que é antes do restante da categoria, o falso presidente, firmou acordo, sem ao menos consultar a categoria. Segundo Pedro de Andrade, um dos mais destacados e respeitados dirigentes do estado, "Ezevaldo recusa-se até mesmo fazer reuniões da diretoria para prestar contas de seus atos. A situação é tão absurda, que precisei recorrer aos estatutos, para que fossem reafirmados".

O que fica evidente é que o Sr. Ezevaldo não quer mobilizar a categoria, nem prestar contas de seus atos. Quer evitar, utilizando inclusive formas fraudulentas, que os diretores

## Bancários exigem o dissídio na marra! Gorou a farsa dos penetras em Minas

Em dezembro passado a Delegacia Regional do Trabalho julgou o dissídio dos bancários do Rio de Janeiro, onde ficaram firmados, entre outros pontos: o 4% de produtividade e o reajuste do Anuário. O pagamento do dissídio, que se refere a setembro de 80, até agora não foi efetivado. Visando garantir o cumprimento do acordo, a diretoria do sindicato dos bancários interviu junto ao presidente do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, solicitando a abertura de uma ação de execução de sentença, para garantir o pagamento do acordo.

Mais uma vez elementos infiltrados em combativas categorias, agora comandados por um tal Wilson Carlos Pedra, principal articulador de uma pretensa chapa de "oposição" que iria concorrer ao Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Belo Horizonte e Contagem, estão tentando tumultuar as eleições marcadas para os dias 12, 13, 14 e 15 de fevereiro.

Os trabalhadores não registraram sua chapa no prazo determinado pela Diretoria — de 30/10 a 19/11 — pois dos 16 elementos que a compunham, 10 destes não tinham condições de concorrer ao pleito, pois não eram sindicalizados e não havia tempo hábil para a vinculação dos mesmos à categoria. Sendo assim, o respectivo presidente do Sindicato, José Teodoro Guimarães, os informou de sua situação irregular para tentar barrar a decisão que se cumpriria e que a "comissão" seria suspensiva, até que fossem resolvidos os pontos em discussão.

Os membros do pagamento não se limitam a isso. O Sindicato está tentando impedir o cumprimento do acordo até fevereiro.

Que não brigamos com a paciência, pois a categoria já tem a ação de execução de sentença, para garantir o pagamento do acordo.

**Manobras serão expurgadas**

Desesperados com sua própria incapacidade de cumprir os objetivos legais, Wilson Carlos Pedra, que na Viação Capivari, outra categoria, realizou um ato de fraude, para obter a aprovação de sua chapa, não hesitou em recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, solicitando a abertura de uma ação de execução de sentença, para garantir o pagamento do acordo.



José Teodoro Guimarães, o presidente



Os metalúrgicos de Ri-beirão Preto e Sertãozinho, cidades do interior paulista, realizaram grande festa no...

to, por vontade da esmagadora maioria dos trabalhadores, é o líder met...

## A Longa Noite da Prisão

de Carlos Amorim

Este livro é um alerta àqueles que se esqueceram e que se deixam esmagar frente à força sábia do fascismo. Esmagamento que vários combatentes do povo nas prisões a combateram com o inimigo, trazindo seus compromissos ideais.

Do prefácio de Nelson...

*Diretor Geral do PT* *Genézio* *27*

# PARTIDO DOS TRABALHADORES

*Cidade de Fúria*

ROLÂNDIA, março de 1981 - boletim nº 1

## SEJA TAMBÉM PARTE DO PT

O PARTIDO DOS TRABALHARES nasceu junta com as greves dos metalúrgicos do Estado de São Paulo que viram e sentiram na pele como estão os patrões: protegidos pelo Governo e pelos partidos políticos, se sentiam à vontade para fazer e desfazer de todos.

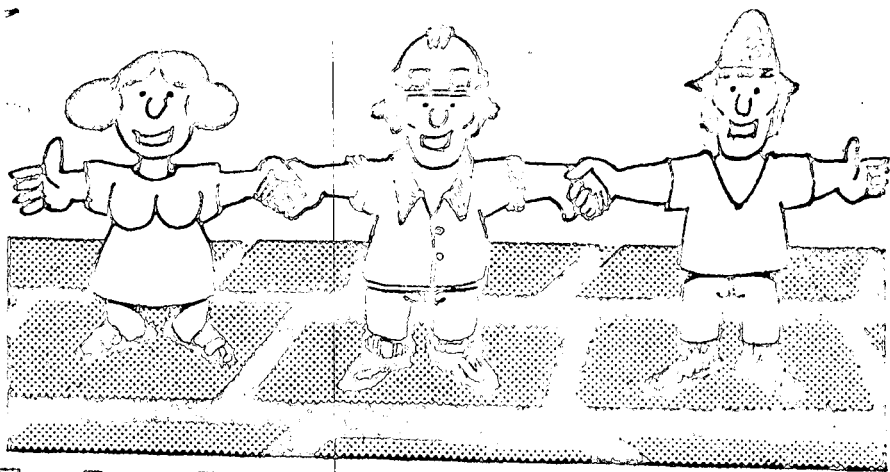
A resposta foi o PT: um partido feito pelos trabalhadores que, organizando-se nas fábricas, na roça, nos sindicatos nas associações, criam sua própria ferramenta política para enfrentar e vencer os patrões e o governo dos dos patrões.

É um partido que não quer sô votos. Quer principalmente a organização do povo brasileiro para se defender da fome, do desemprego e da opressão.

Hoje, o PT já está organizado legalmente em 15 Estados e presente em todos os outros.

Seu Presidente Nacional é o metalúrgico LULA o líder sindical mais respeitado na história do Brasil, que foi casado pela ditadura militar e está esndo precessado por causa de sua força e combatividade.

PT 10696.130



# PT de Rolândia solidário com Lula e sindicalistas

O PT de Rolândia enviou uma carta de solidariedade ao líder metalúrgico LULA e os demais sindicalistas que foram processados na Lei de Segurança Nacional. Abaixo a mesma carta na íntegra.

O Partido dos Trabalhadores, através do núcleo de Rolândia, solidariza-se com o seu presidente e os demais sindicalistas em seus julgamentos.

Estamos certos de que os anseios dos trabalhadores não sobrepõem as jogadas antidemocráticas que o atual regime vem nos submetendo, tentando intimidar-nos em nossa luta pela liberdade e condições de vida mais humanas.

Prosseguiremos juntos e cada vez mais unidos até a vitória final.

---

POLITICA X POLITICAGEM

---

É muito comum hoje, ao conversarmos a respeito de política com as pessoas ouvirmos as seguintes palavras : -"Política é sujeira", -"Não gosto de conversar sobre política porque é muito enrolado".

Então, porque isso? Vamos fazer uma pequena comparação tentando dar uma explicação às frases acima. Se procurarmos num dicionário o significado do termo "POLITICO", vamos encontrar o seguintes: "Ato de governar um povo com sabedoria, voltado exclusivamente para os interesses destes", e se olharmos logo abaixo no mesmo dicionário vamos encontrar termos como "politicagem", "politiqueiro", que significam: Políticamesquinha, uso da Política em favor de seus interesses particulares.

Muito bem, a explicativa para as frases ouvidas com respeito à Política deve-se em primeiro, lugar ao fato de que estamos acostumados a votar em pessoas que se enquadram nos termos que se acham logo abaixo do termo "Política", ou seja politicagem, politiqueiros que nos confundem a Política com a Politicagem, tomando desta maneira o primeiro termo como sinonimo de algo sujo, corrupto.

É então necessário que se mude esta visão, pois o homem é por natureza um ser social, e como tal deve participar da vida pública, dos seus problemas e também das soluções.

É por isso que o PT não fica apenas propondo soluções, mas trabalha para levar ao povo um programa que esclareça o caminho para acabar de vez com a miséria e o sofrimento no Brasil.

SUSPIRO

155070

DE  
FERIAS  
DU  
DESEMPREGADO?

Cica

A próxima reunião do PT (Partido dos Trabalhadores) será realizada no dia 22 de março, domingo, às 9:30 horas (da manhã) no Clube dos Jovens, na Vila Oliveira.

Os assuntos a serem tratados são:

- a filiação partidária;
- o próximo boletim
- demais assuntos.

Leia no próximo boletim: O QUE É LEI DE SEGURANÇA NACIONAL - LSN.

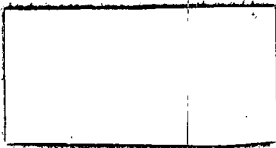
Este boletim é aberto a participação de todos.

**PARTICIPEM!**

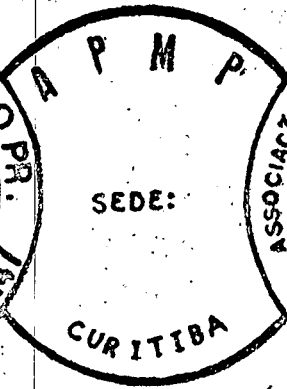
# PT

**PROCURE CONHECER NOSSO PROGRAMA**





SEDE: CURITIBA



SEDE: LONDRINA

Especial

1º **ERPROVALE**

Ivaiporã

**1981**

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ-APP

Rua Voluntários da Pátria, 475 - Ed. ASA

14º Andar - Fone: PABX(041) 234-8480

0.000 - CURITIBA - PARANÁ - BRASIL

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES LICENCIADOS DO PARANÁ-APLP

Rua Souza Naves, 09 - 7º Andar - Sala 709 -

Fone (0432) 23-2662

86.100 - LONDRINA - PARANÁ - BRASIL

ASSOCIAÇÃO DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO DO PARANÁ-APMP

Rua Voluntários da Pátria, 475 - Ed. ASA

14º Andar - Fone: 234-3140

80.000 - CURITIBA - PARANÁ - BRASIL

# ÍNDICE

	Pág.
Decreto 2.009 .....	03
Ofício do Senhor Secretário (592/81) .....	09
Documento de Palmas .....	11
Profa. Izaias, Presidente da CPB .....	12
Por que Associação? .....	14
Tubo de Praia .....	15
Documento de Maringá .....	16
25/03 Dia de Mobilização Nacional .....	18
Expediente .....	19

# DISTRIBUIÇÃO DE AULAS

## EXTRAORDINÁRIAS

### DECRETO Nº 2009

O Governador do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, item II, da Constituição Estadual, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 76 da Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976,

#### DECRETA:

Art. 1º - Aulas extraordinárias são as de cunho eventual ou esporádico, atribuíveis a professores que integram o Quadro Próprio do Magistério ou o do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, para a regência de classe no ensino regular, a partir da quinta (5ª) série do 1º Grau, inclusive, até a última série do 2º Grau (Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976), e a partir do terceiro período do Ensino Supletivo, séries estas regidas pela Lei Federal nº 5.692-71, e, ainda, nas remanescentes regidas pela Lei Federal nº 4.024-61.

Art. 2º - Quando a soma das horas-aula da jornada semanal obrigatória for inferior ao número total de horas-aula semanais necessárias ao cumprimento da grade curricular do estabelecimento, a diferença será suprida mediante aulas extraordinárias.

Art. 3º - Compete ao Secretário de Estado da Educação expedir atos de designação para ministrar aulas extraordinárias, observando o disposto neste Decreto.

Art. 4º - Salvo disposição expressa em contrário, as designações efetivas com base neste Decreto serão para um ano letivo, incluídas as respectivas férias regulamentares.

§ 1º - O valor da aula extraordinária será fixado conforme previsto no art. 76 da Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976.

§ 2º - Somente terá direito a pagamento por aulas extraordinárias, quem, após ter completado a carga horária obrigatória, for designado para ministrá-las.

§ 3º - É vedado autorizar aulas extraor-  
dinárias que não sejam para o fim previsto neste De-  
creto.

Art. 5º - As designações para aulas ex-  
traordinárias serão feitas para atendimento exclusi-  
vo das necessidades de cada estabelecimento de ensi-  
no, observando-se para tanto:

- a) - mínimo de 35 alunos por turma, na  
1ª série do 2º grau ou 1ª série do  
2º ciclo; na 5ª do 1º grau ou na  
1ª série do 1º ciclo, e no 3º perí-  
odo do ensino supletivo, não se a-  
plicando tal exigência às turmas ú-  
nicas das séries subseqüentes às  
mencionadas;
- b) - a grade curricular aprovada pelo ór-  
gão competente;
- c) - a carga horária obrigatória dos pro-  
fessores efetivos lotados no esta-  
belecimento.

Art. 6º - Os professores que se afasta-  
rem do exercício de suas funções, nos casos previs-  
tos em lei, ensejarão a designação de substituto,  
desde que o afastamento ultrapasse o limite de quin-  
ze (15) dias.

Parágrafo Único. Ocorrida a hipótese a-  
ventada neste artigo, o substituto terá direito a  
perceber apenas o valor correspondente às aulas que  
efetivamente ministrará.

Art. 7º - Os professores aludidos no art.  
1º deste Decreto poderão ministrar até o máximo de  
quarenta e quatro (44) horas-aula semanais, inclui-  
das neste total as aulas a que estejam obrigados.

§ 1º - Os professores interessados em  
ministrar aulas extraordinárias deverão inscrever-  
se nas Inspetorias Regionais de Ensino, por intermé-  
dio da direção do Estabelecimento onde pretendem mi-  
nistrá-las.

§ 2º - As inscrições aludidas no pará-  
grafo anterior deverão efetivar-se nos meses de de-  
zembro e janeiro anteriores ao correspondente ano  
letivo.

Art. 8º - Compete exclusivamente ao Di-  
retor do Estabelecimento de Ensino:

I - efetuar o levantamento das necessidades da respectiva unidade, tendo em vista as exigências do art. 5º deste Decreto;

II - encaminhar a proposta de aulas extraordinárias, devidamente justificada, à Inspeção Regional a que estiver jurisdicionado, até o décimo quinto dia subsequente ao início das aulas.

§ 1º - Deverão ser anexadas à proposta mencionada no inciso II deste artigo, comprovante de maior habilitação profissional dos professores propostos, bem como declaração dos mesmos de que aceitarão as designações.

§ 2º - A declaração de aceitação das designações a que alude o parágrafo anterior implica necessariamente na aceitação das condições, requisitos e critérios estabelecidos neste Decreto.

§ 3º - As Inspeções Regionais encaminharão as propostas devidamente visadas, responsabilizando-se pela veracidade das informações ali contidas, aos respectivos Núcleos Regionais, no prazo de oito dias após o recebimento das mesmas.

Art. 9º - A distribuição de aulas extraordinárias será processada de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

I - Professores com habilitação específica para a disciplina, observada dentro destes a seguinte ordem de preferência:

a)- Professores com licenciatura plena:

1º - do Quadro Próprio do Magistério, de nível de atuação III a V;

2º - do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo;

3º - do Quadro Próprio do Magistério, de nível de atuação I e II;

b)- Professores com licenciatura curta;

1º - do Quadro Próprio do Magistério, de nível de atuação III a V;

2º - do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo;

3º - do Quadro Próprio do Magistério, de nível de atuação I e II;

c)- Professores portadores de registro "D" do Ministério de Educação e Cultura, na ordem estabelecida nas letras "a" e "b" deste inciso;

II- Professores sem habilitação específica para a disciplina, observando-se dentre estes a mesma ordem de preferência prevista no inciso anterior, e o disposto no parágrafo único deste artigo;

III- Professores, acadêmicos de Curso superior de formação pedagógica, integrantes:

1º - do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo;

2º - do Quadro Próprio do Magistério, de nível de atuação I e II;

IV- Professores com formação pedagógica até 2º grau;

V - Os integrantes do Grupo Ocupacional MPE-200, do Quadro Próprio do Magistério.

Parágrafo Único. Quando concorrerem, em igualdade de condições, dois ou mais professores sem habilitação específica para determinada disciplina, terá preferência:

a)- o que for portador de diploma de curso no qual se ministre a disciplina em questão;

b)- o que teve treinamento especial na disciplina pretendida;

c)- o que teve pelo menos um ano de experiência docente na referida disciplina.

Art. 10 - Observadas as prioridades estipuladas no artigo anterior, e ocorrendo empate, prevalecerá:

I - entre professores do mesmo estabelecimento;

a)- o de maior habilitação;

b)- o que tiver mais tempo de serviço público prestado ao Estado do Paraná, na área da educação;

- c)- o que tiver mais tempo de serviço no estabelecimento;
  - d)- a data da conclusão do Curso de Licenciatura, prevalecendo o mais antigo;
  - e)- o mais idoso;
- II- entre professor lotado no estabelecimento e outro não lotado:
- a)- o de maior habilitação;
  - b)- o lotado no estabelecimento;
- III- entre professores não lotados no estabelecimento, a preferência será determinada conforme os itens "a", "b", "d" e "e" do inciso I.

Art. 11 - Ressalvado o caso do substituto, a que se refere o parágrafo único do artigo 6º deste Decreto, os professores não perderão direito ao pagamento correspondente às aulas extraordinárias nos afastamentos que perdurarem até noventa (90) dias.

Art. 12 - Não poderão ser designados para ministrarem aulas extraordinárias:

- a)- os que estiverem em gozo de licença para tratamento de interesses particulares;
- b)- aqueles cujo desempenho profissional ou cujo comportamento funcional não tenha correspondido, no ano letivo imediatamente anterior, aos objetivos e interesses do ensino, devidamente comprovado o fato, através de registro de ocorrências em livro próprio;
- c)- os que apresentarem trinta (30) ou mais faltas no decorrer do ano letivo precedente ao da possível designação.

Art. 13 - Compete às Inspetorias Regionais exercer permanente e severa fiscalização nos estabelecimentos sob sua jurisdição, comunicando as Chefias de Núcleos Regionais respectivos, da Secretaria de Estado da Educação, a ocorrência de irregularidades, no que tange a fiel observância das nor-



mas contidas neste Decreto.

Art. 14 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o Decreto nº 1.495, de 16 de janeiro de 1976, e demais disposições em contrário.

Curitiba, em 03 de março de 1980, 159º da Independência e 92º da República.

NEY BRAGA

Governador do Estado

Edson Machado de Sousa

Secretário de Estado da Educação

Segismundo Morgenstern

Secretário de Estado dos Recursos Humanos.

OFÍCIO DO SENHOR SECRETÁRIO

OF. Nº 592/81

Curitiba, 11 de março de 1981.

Senhor Presidente:

Tendo em vista o interesse demonstrado pelos Presidentes das APP, APLP, APMP de receberem uma manifestação oficial a propósito das questões apresentadas em memorial datado de 15 de janeiro último e entregue ao Senhor Governador do Estado, por ocasião de audiência concedida por Sua Excelência a representantes da classe do magistério, venho apresentar os seguintes comentários e informações.

Preliminarmente, devo ratificar o que já foi afirmado pessoalmente a representantes das Associações mencionadas, em contatos que tivemos oportunidade de manter em diferentes ocasiões, relativamente aos estudos que vêm sendo procedidos por esta Secretaria visando uma possível reformulação do Quadro Próprio do Magistério e das normas que o regem, ou seja, uma revisão parcial do Estatuto do Magistério (Lei Complementar nº 7/76) e edição de normas complementares.

De fato, considera o Governo que existem imperfeições na atual sistemática do Estatuto do Magistério que poderão melhor ser superadas através de ampla e profunda análise, abrangendo tanto os pontos que estão sendo ora objeto de reivindicação por parte das Associações como outros. A consideração global e simultânea de todos esses pontos, evitará o desgaste de discussão de aspectos que, apesar de tratados isoladamen

Palmas, 07 de março de 1981.

DOCUMENTO DE APOIO DA SUBSEDE DA APP DE PALMAS AO PROFESSOR MIRALDO DE CARLI

A Associação dos Professores do Paraná, através da Subsede de Palmas, em reunião realizada no dia 07 de março de 1981, às 14:00 horas, discutiu e aprovou por unanimidade o que segue:

a) Considerando que o Movimento Educação e Justiça dos Professores do Paraná tem por objetivo permanente defender, através das associações, os legítimos interesses da educação e do magistério;

b) Considerando o Ato de Repúdio dos Professores de Palmas à Inspectora da 50ª Inspeção Regional de Ensino, Professora Eny Aparecida Milla Tives, em 23 de outubro de 1980, pelas constantes interferências altamente negativas à educação;

c) Considerando o Memorial enviado ao Sr. Prefeito Municipal de Palmas, Dr. José Ferreira de Almeida, em 23 de outubro de 1980, pelos Professores, solicitando a deferência de serem consultados na escolha de novos diretores;

d) Considerando o desrespeito ao Memorial acima referido, no início do presente ano letivo, quando dois diretores de escolas estaduais de Palmas foram sigilosamente substituídos;

e) Considerando que a nomeação da Professora Deusima de Jesus Lara Sampaio, comadre da Inspectora Regional de Ensino, desgostou sobremaneira ao Magistério Palmense, conforme denúncia publicada em Carta Aberta, no Estado do Paraná, em 24 de fevereiro de 1981;

f) Considerando que em reunião realizada no dia 18 de fevereiro de 1981, convocada pela 50ª Inspeção Regional de Ensino, o Professor Miraldo De Carli, em nome da Subsede da Associação dos Professores do Paraná, solicitou um aparte no início da referida reunião para demonstrar o desagrado do Magistério Palmense pela nomeação da nova diretora da Escola Sebastião Paraná, Professora Deusima de Jesus Lara Sampaio;

g) Considerando que no dia 19 de fevereiro de 1981, a Professora Deusima requereu a instaura-

te, têm certamente implicações em outros.

Assim é que questões como piso salarial, avanços vertical e diagonal, hora permanência, regimes de trabalho, expansão do número de cargos no Quadro Próprio e outros devem ser tratados globalmente no contexto dos mencionados estudos.

Considerando que é de todo interesse que tais estudos sejam devidamente acompanhados pela classe do magistério, convido a Associação presidida por Vossa Senhoria a indicar um dos seus associados para, juntamente com representantes das demais entidades, tomar conhecimento do andamento dos trabalhos, transmitir às respectivas Associações e delas receber as observações e sugestões pertinentes.

Louvo o ensejo para manifestar a Vossa Senhoria meus protestos de consideração e apreço.

EDSON MACHADO DE SOUSA,  
Secretário de Estado da Educação

Ao Ilustríssimo Senhor  
PROFESSOR ISAIAS OGLIARI  
Mui Digno Presidente da Associação  
dos Professores do Paraná

NESTA CAPITAL

mcf.

de Inquérito Policial contra o Professor Miraldo De Carli, acusando-o caluniosamente de tê-la desacatado na supra-citada reunião;

h) Considerando o telegrama do Sr. Secretário de Educação do Paraná, Dr. Edson Machado de Sousa, em 25 de fevereiro de 1981, à Professora Deusima de Jesus Lara Sampaio, no seguinte teor: "Acuso recebimento seu requerimento datado 24 corrente. Independente adoção medida administrativa ali solicitada deseja desde já expressar Vossa Senhoria irrestrito apoio face lamentáveis episódios provocados por quem se diz representar a classe do Magistério Palmense";

i) Considerando a decepção que tal telegrama causou ao Magistério Palmense pelo "irrestrito apoio" dado à Professora mais relapsa da Escola Sebastião Paraná no ano letivo de 1980, pois somou 112 faltas, conforme o Livro Ponto;

j) Considerando o absurdo da "adoção de uma medida administrativa" contra o Professor Miraldo De Carli que sempre tem sido exemplar no cumprimento de seu dever;

l) Considerando que o Professor Miraldo não apenas "se diz", mas é legítimo representante da "Classe do Magistério Palmense"; conforme Ata de Eleição realizada em 03 de outubro de 1980;

m) Considerando que todos estes problemas no ensino de Palmas originam-se na politicagem da Inspectora Regional da 50ª Inspeção, Professora Eny Aparecida Milla Tives.

Os Professores de Palmas, através da Subseção da Associação dos Professores do Paraná, hipotecam seu irrestrito e total apoio ao Professor Miraldo De Carli por ter traduzido o real pensamento da Classe, por estar sendo injustamente acusado de crimes que não cometeu, pela responsabilidade, competência e assiduidade que sempre demonstrou no desempenho de suas atividades em prol da educação.

Até quando a perseguição, a politicagem e a incompetência falarão mais alto que os nobres interesses da educação? Até quando a verdade terá de ser calada pela voz dos que, por falta de argumentos, convencem pela opressão? Até quando as autoridades continuarão surdas aos nossos apelos e denúncias?

## PROF. IZAIAS, PRESIDENTE DA CPB

Por motivo de viagem a Portugal, França e Suíça, do professor Hermes Zanetti, o professor Izaias Ogliari, presidente da APP é também o presidente da CPB, durante a ausência do professor Hermes.

O professor Hermes seguiu a Portugal, a convite, para participar do Congresso de Professores de Lisboa, de um Congresso de Professores da França e da reunião do Comitê Executivo da CMOPE na Suíça.

O professor Izaias, dando continuidade ao trabalho da CPB, já oficiou ao Ministro da Educação, Gal Rüdiger Ludwig, solicitando um pronunciamento oficial do Ministério sobre as promessas e colocações feitas por ocasião da audiência dada aos professores Hermes e Niso Prestgo, Presidente e Vice-Presidente da Região Centro-Oeste, respectivamente. Convocou também a diretoria, para uma reunião em Brasília nos próximos dias 30 e 31. Nesta reunião será analisado a nível nacional, o 25 de março: Dia Nacional de Mobilização.

Enviou também Circular aos Vice-Presidentes Regionais, pedindo que preparem, em suas regiões o 25 de março, Dia Nacional de Mobilização.

Solicitou aos Vice-Presidentes Regionais, que convoquem uma reunião com os presidentes das Entidades da Região, para avaliar o 25 de março, a fim de levarem esses resultados para a reunião Nacional em Brasília nos dias 30 e 31 de março.

### **Proposição aprovada pelo XIV CONGRESSO**

### **NACIONAL DE PROFESSORES —**

### **Fortaleza-CE. 24 a 30 de Janeiro 81**

**Dia Nacional de Mobilização — 25 de março — por percentuais mínimos de 12% e 25% para a educação, reajustes semestrais, piso salarial unificado, 13º Salário e aposentadoria aos 25 anos de serviço.**

## POR QUE ASSOCIAÇÃO?

Todos sabemos das conquistas do Magistério paranaense nos últimos anos. É claro, dentro do contexto global, as reivindicações conseguidas são poucas ainda. Há muito que fazer para que o Magistério seja elevado ao nível que realmente merece. Há muito que lutar para pôr a Educação no lugar que lhe cabe neste País. Todas as vitórias conseguidas até aqui, não são nada, se as compararmos com a maior de todas: a união e coesão do Magistério paranaense. Esta união e suas consequentes vitórias são fruto do trabalho e interesse de cada associado da APP, APLP ou APMP. O trabalho e a contribuição de cada um somam um resultado muito grande. Quanto mais professores se associarem, maior e mais poderosa se tornará a Associação, mais chances ela terá de ajudar a resolver os problemas de cada um e de todos. Asocie-se, professor!

ASSOCIATIVISMO É O ÚNICO CAMINHO.

# UNIÃO

---

DIA 05/04/81 - NA ASPP - VOTE "CHAPA AÇÃO RENOVADORA"

## CLUBE DE PRAIA

Em Assembléia conjunta APP e Clube do Professor Paranaense, realizada em janeiro de 1981, foi decidido o início do CLUBE DE PRAIA.

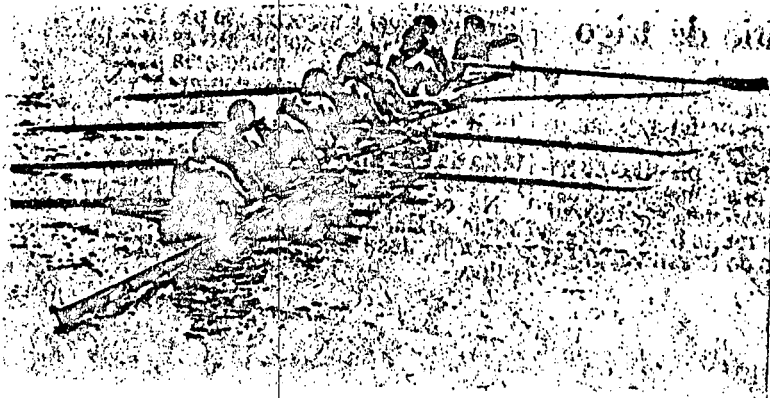
Primeiramente serão construídos quatro apartamentos e duas quitinetes, ao lado de uma casa já existente, de propriedade da APMP, em Itapoá, SC.

A segunda etapa será num terreno em Guaratuba. Este terreno é doação do Estado, mas houve prazo para construir, caso contrário, caducaria a doação. Esse prazo esgotou-se em 1975. Atualmente estão sendo feitas gestões junto aos senhores deputados, para que o terreno volte à Associação dos Professores do Paraná (APP). Se isto não ocorrer, a segunda etapa será em Itapoá, em dez lotes de propriedade da APP.

A previsão é de que até o início da temporada 81/82, a primeira etapa já esteja concluída. As obras deverão ser iniciadas em abril, visto que a parte burocrática já está sendo providenciada.

A idéia de um CLUBE DE PRAIA surgiu para beneficiar, principalmente, os professores do interior do estado, visto que para eles a dificuldade de frequentar a praia, sem o Clube é maior.

Entre em contato com as lideranças, para saber de maiores detalhes.



25 de março: Dia Nacional de Mobilização.



Eleições da Diretoria da Sub-Sede de Maringá da AFMP, APP e APLP

PRO-MEMÓRIA DA REUNIÃO DOS PRESIDENTES DA AFMP, APLP E APP com a Diretoria da Subsede da AFMP de Maringá, ex-APP - 4ª Região

Regulamento das eleições da subsede

1. Dentro de sessenta dias, a contar desta data, será realizada eleição da Diretoria definitiva da subsede da AFMP, APP e APLP da Região de Maringá, correspondente à ex-Região da AFMP-4ª Região.
2. Neste ato fica como Diretoria provisória a atual Diretoria da Subsede da AFMP de Maringá (ex-APP-4ª Região), até a posse da diretoria definitiva a ser eleita.
3. O edital de convocação das referidas eleições deve ser publicado na "página da Educação" pelo menos quinze dias anteriores às mesmas eleições.
4. Podem votar todos os professores sócios de, pelo menos, uma das três entidades em pauta que residam na Ex-4ª Região da APP, desde que apresentem no ato canhoto de pagamento e respectivo documento de identidade.
5. No caso de "Chapa" única, a votação será feita por aclamação do plenário da Assembléia de eleições que deve ser realizada na cidade de Maringá em local predeterminado no Edital.
6. Havendo mais de uma "Chapa", a votação será secreta com urnas no local da Assembléia que iniciará às nove horas com término às vinte horas do dia especificado no Edital.
7. A chapa eleita apresentará as três aludidas associações, cujos membros serão empossados imediatamente ao término da apuração dos votos.

6. Cada "Chapa" deve conter os cargos de Presidente, Vice-presidente, tesoureiro e secretário, cujos concorrentes deverão assinar o requerimento de inscrição da "Chapa" e entregarem-no na Subseção de Maringá até cinco dias antes da realização das eleições para ser aprovado mediante a assinatura do presidente da Subseção de Maringá e do seu presidente.

9. Os casos omissos serão resolvidos pelos quatro presidentes que, ao mesmo tempo, compoem a Comissão de eleições.

10. Obs.: Ante o pacto ora firmado, o Presidente da ARAF enviará, a partir do momento da assinatura do Edital das eleições, a verba necessária à manutenção da Subseção de Maringá de Maringá, nos mesmos moldes como vem ocorrendo com as demais subseções.

Maringá, 08 de março de 1981.

Assinaturas:

*Elvino*

*Amadeu Ten*

*Luiz Carlos*

*Luiz Carlos*

*Luiz Carlos*

*Luiz Carlos*

*Luiz Carlos*

*Favos de S. Leopoldo*

*Baldun Stuermer*

*Luiz Carlos*

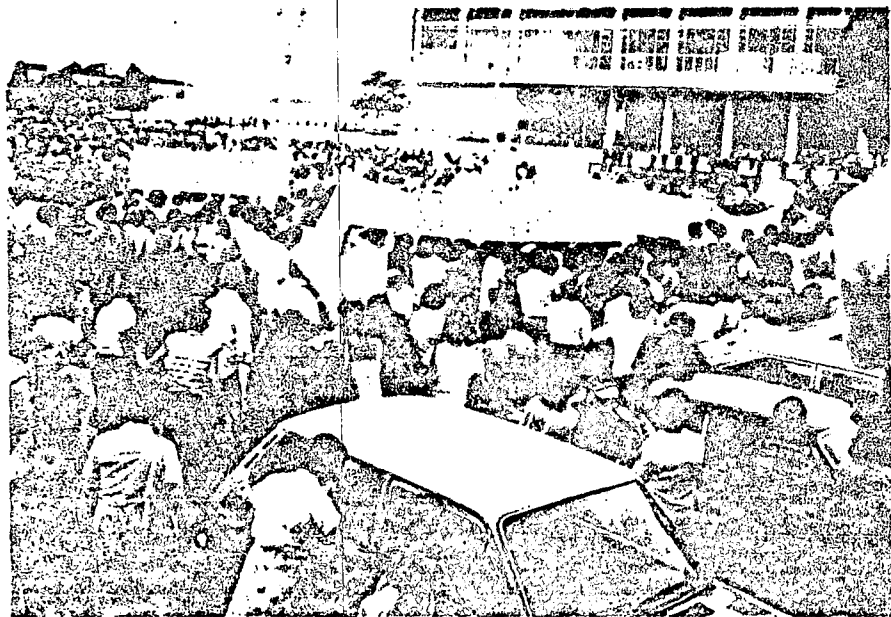
## 25/03: DIA DE MOBILIZAÇÃO NACIONAL

A Confederação dos Professores do Brasil -CPB, após definir, no Congresso Nacional de Fortaleza, as principais bandeiras de luta do Magistério Brasileiro, entregou-as, no dia 10 do corrente mês, ao Senhor Ministro da Educação, que as recebeu muito bem, dizendo que são justas e prometendo estudá-las. Ei-las:

Por percentuais mínimos de 12% e 25% para a educação, reajustes semestrais, piso salarial unificado, 13º Salário e aposentadoria aos 25 anos de serviço.

No entanto, promessas são promessas e sabemos que só serão cumpridas se continuarmos a nossa mobilização. Por isso que o XIV Congresso Nacional estabeleceu o dia 25 próximo como "DIA DE MOBILIZAÇÃO NACIONAL". E o Paraná não pode ficar alheio ao evento, ainda mais que está, neste momento, com a Presidência da CPB. Deve dar, isso, sim, o exemplo. Para tanto, vamos conscientizar os alunos, os pais e a comunidade em geral, a respeito dessa Mobilização, que poderá ser a paralisação de aulas por um dia, e ou passeatas, e ou atos públicos, e ou tudo ao mesmo tempo, a ser decidido na próxima Assembléia.

Professor conscientizado é professor mobilizado.



\* IZAIAS OGLIARI - PRESIDENTE DA APP \*

\* DINO ZAMBENEDETTI - PRESIDENTE DA APLP \*

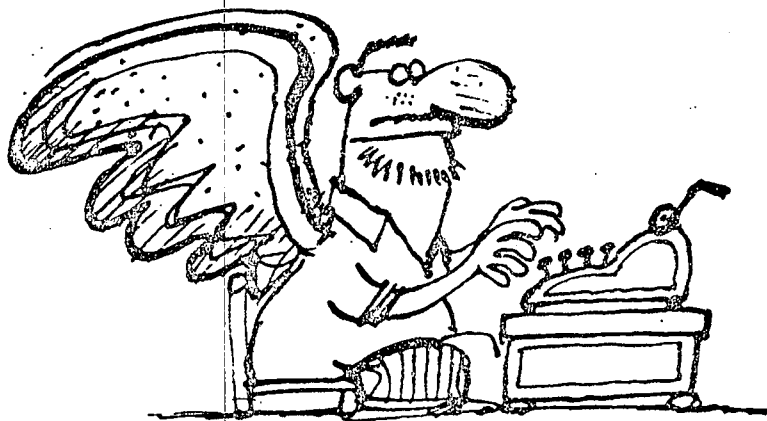
\* SEBASTIÃO DE PAULA VIEIRA - PRESIDENTE DA APMP \*

Redação e Administração:

Ivo Pitz e Valdir Dallagnol

Colaboradores:

Doralice Lobo de Almeida, Mario José Zanatta, Bernadete Lobo de Almeida, Desolina Veloso de Souza e Cleto Tamanini.



Associação dos Professores de Paraná - APP  
Associação dos Professores Licenciados de Paraná - APLP  
Associação de Posgraduados de Magistério de Paraná - APMP  
Confederação dos Professores de Brasil - CPB

JORNAL *Est. de Paraná*  
*P. A.P.P.*  
 Data *05-08-80* Estado *PR*

# ASSEMBLÉIA

17 DE AGOSTO

# ESTADUAL

**PROFESSOR:** O Governo PROMETEU que nos dê uma resposta até a data acima, sobre as reivindicações fundamentais da classe.

**Não Falte:** Venha marcar posição. Some com os que lutam pelos SEUS direitos.

**EXIJA:**

- a- Reajustes salariais semestrais, a partir de julho de 1980, de acordo com o índice inflacionário e mais 15% a todos os professores, inclusive aos inativos.
- b- Piso salarial de 3 maiores salários mínimos vigentes no País.
- c- Elevação do nível PA1 para o P92 dos Professores Normalistas que já tenham cumprido o estágio probatório.
- d- Cumprimento pleno do Estatuto do Magistério.

**Local: COLÉGIO ESTADUAL AS 9 HORAS**

*A. J. Supp para expedir  
 papéla ao DEP.*

*[Assinatura]*

*Feita P.S. à SUP, n.º 045/80  
 15/08/80  
 [Assinatura]*

*Facto Inference n.º 299/80  
 Em 20-08-80*

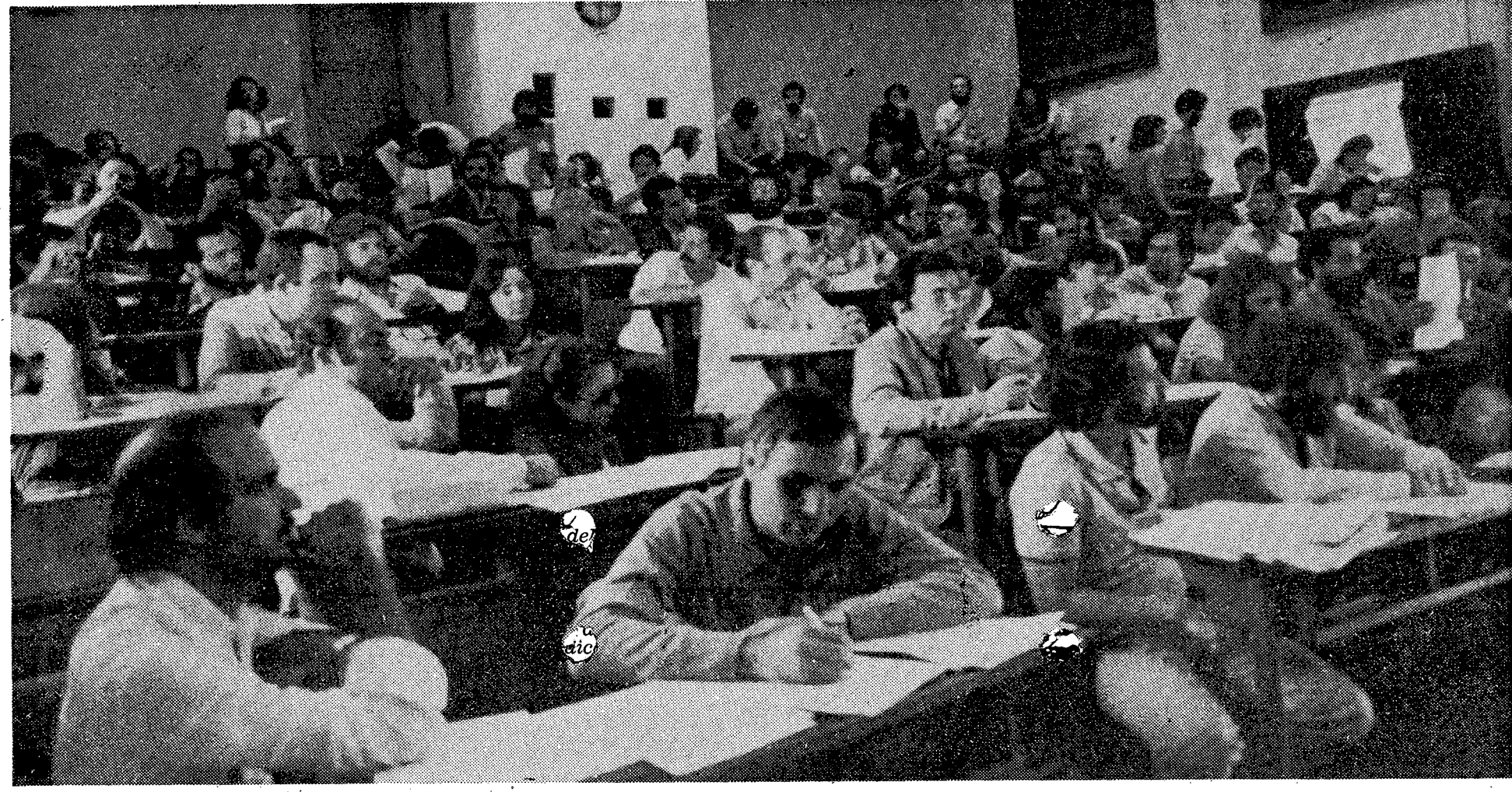


# BOLETIM NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES

Nº 4 — JULHO 80

EDIÇÃO COM AS RESOLUÇÕES DO ENExAD

RIO DE JANEIRO



## ENCONTRO TEVE NÚMERO RECORDE DE ENTIDADES

*Numa prova de que o movimento dos docentes universitários se vem ampliando e fortalecendo, atingindo um número cada vez maior de professores, este Encontro Nacional Extraordinário reuniu nada menos de 49 associações de docentes de todo o país, número recorde dentre todos os encontros até hoje realizados.*

*Foi relatado, ainda, que em diversas Universidades e IES isoladas já existem movimentos de professores visando à formação de suas associações locais, dando-nos a perspectiva de que nos próximos encontros teremos uma quantidade de AD's ainda maior.*

*É a seguinte a relação das AD's que participaram deste encontro:*

ASDUEJ (Associação de Docentes da Univ. do Estado do Rio de Janeiro) ADFIB (Associação dos Docentes das Faculdades Integradas Bennett) — ADPUC (Associação de Docentes da PUC—RJ) — ADUFRGS (Associação dos Docentes Universitários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) — ADEPM (Associação dos Docentes da Escola Paulista de Medicina) — ADPPUCRS (Associação de Docentes e Pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) — ADUSP (Associação dos Docentes da USP) — ADUFAL (Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas) — ADUFFa (Associação de Docentes da Universidade Federal do Pará) — ADUNIMEP (Associação de Docentes da Universidade Metodista de Piracicaba) — ADUFSCar (Associação de Docentes da Universidade Federal de São Carlos) — ADUNICAMP (Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas) — ADSVSL (Associação dos Docentes da Sociedade Visconde de São Leopoldo) — ADUFPEL (Associação de Docentes da Universidade Federal de Pelotas) — ADFOC (Associação de Docentes Pesquisadores e Tecnologistas da Fundação Oswaldo Cruz) APUBH (Associação de Professores Universitários de Belo Horizonte) ADUFES (Associação dos Docentes da Universidade Federal do

Espirito Santo) DOCEND (Associação de Docentes da Faculdade Notre Dame) — ADUFC (Associação de Docentes da Universidade Federal do Ceará) — APROFAAP (Associação dos Professores da Fundação Armando Alvaros Penteado) — ADHUEL (Associação de Docentes do Hospital Universitário Regional Norte Paraná) — ADUCAP (Associação dos Docentes da Universidade Católica de Pernambuco) — APROPUC/SP (Associação dos Professores da PUC/ S.Paulo) — ADUR-RJ (Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro) — ADUFEPE (Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco) COMISSÃO PRÓ-ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES UNIVERSITÁRIOS DE MOGI DAS CRUZES ADUFFPI (Associação de Docentes da Universidade Federal do Piauí) — ADUnB (Associação dos Docentes da Universidade de Brasília) — ADUNESP (Associação Docente do Professores da Universidade Estadual "Julio Mesquita Filho" — SP) — ADUSU (Associação dos Docentes da Universidade Santa Úrsula) ADUFG (Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás) — ADUFRJ (Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro) APUFSC (Associação

dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina) — ADUFFb—CG (Associação de Docentes da Universidade Federal da Paraíba Campina Grande) — APES-JF (Associação de Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora) APUB (Associação dos Professores Universitários da Bahia) APROPUC (Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de Campinas) — ADPFGV (Associação de Docentes e Pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas) — ADUA (Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas) — APEAESP (Associação dos Professores da Escola de Administração de Empresas de São Paulo) — ADESP-SP (Associação dos Docentes da Escola de Sociologia e Política de São Paulo) — APROFASA (Associação dos Professores da Faculdade Santo Amaro) — ADCUP (Associação de Docentes do Centro Unificado Profissional) — ADUFF (Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense) — APUSM (Associação dos Professores da Universidade de Santa Maria) — ADUFFb—JP (Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba — João Pessoa) — ADUFS (Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe) — APRUMA (Associação dos Professores da Universidade do Maranhão).

PT 10696 123

## EDITORIAL

A grande diversidade de instituições de ensino superior no Brasil vem trazendo problemas de natureza muito diversa para o movimento dos docentes. A separação entre as instituições de ensino públicas e particulares somam-se as distinções entre autarquias e fundações estaduais, entre as universidades federais e estaduais, entre algumas universidades confessionais e demais particulares, entre universidades e estabelecimentos isolados.

Cada um desses setores tem seus problemas que vão desde a incerteza do emprego e sobrecarga de trabalho em sala de aula no ensino privado à ingerência direta do governo nas universidades públicas, da compressão salarial generalizada à nomeação direta pelo governo federal dos dirigentes das fundações federais.

ESTE quadro aparentemente desconexo assume coerência quando focalizado do ponto de vista de uma política governamental em curso nos últimos 15 anos, cuja característica marcante é a progressiva desobrigação do Estado com relação à educação. Os problemas dos docentes das instituições particulares não são mais do que o reflexo dessa política que procura criar mão-de-obra barata, aviltada profissionalmente pelo rodízio e pela falta de condições de trabalho, sem estabilidade e perpetuamente ameaçada de desemprego pela avidez de lucro dos grupos que exploram o ensino privado. Os aumentos salariais dos professores do ensino privado não são pagos, os acordos não são cumpridos, e muitos colegas são despedidos enquanto as anuidades aumentam, as instituições alegam dificuldade financeira enquanto os "donos" das mantenedoras prosperam.

Por outro lado, no ensino público federal o governo apresenta agora um novo projeto de carreira do magistério que desconsidera totalmente o conjunto de reivindicações trabalhistas e salariais encaminhadas pelas Associações de Docentes de todo o país durante o ano passado, em grande parte incluídas no projeto original do MEC. Este novo projeto, fruto de um acordo entre o MEC, DASP e SEPLAN, fere de forma clara e evidente as aspirações dos docentes de conquistar uma carreira digna e séria que efetivamente contribua para a formação de profissionais inteiramente dedicados ao ensino e à pesquisa em nossas Universidades.



No âmbito das fundações, o que significa a lei de nomeação de seus dirigentes se a tentativa de atrelar ainda mais todas as decisões ao poder central, desmascarando a farsa da autonomia propalada das funda-

ções? Reflexo desta política a nível estadual é o exemplo de São Paulo, em que o governo do Estado procura solapar três universidades estaduais — USP, UNESP e UNICAMP — de uma só vez, promovendo perseguições pessoais, comprimindo salários e cortando verbas.

ESTA diversidade de questões específicas, sobre as quais necessariamente devem se fundamentar as formas de luta concretas, cria também o risco de mantermos estagnado o movimento das Associações de Docentes. No entanto, ao entendermos que estas questões têm uma origem comum, que é a política deliberada do governo em se desobrigar com relação à Educação, vemos que esta só pode ser eficazmente combatida pelo desenvolvimento da consciência dos objetivos comuns a todos os docentes, o que leva à unificação da luta e ao relacionamento das questões específicas entre si, sem com isso esvaziá-las nem relegá-las a um plano inferior.

No Encontro Nacional Extraordinário do Rio de Janeiro foi demonstrada a capacidade do movimento docente de construir sua unidade em cima de reivindicações comuns, tais como melhores salários e melhores condições de trabalho, estabilidade no emprego, mais verbas para a educação, ensino público e gratuito, democratização interna das instituições de ensino superior, carreira docente. A criação de uma Entidade Nacional, como uma das formas para que o movimento continue avançando de maneira unitária, será discutida em um Congresso convocado especificamente para este fim, que terá lugar em São Paulo, no mês de fevereiro de 1981.



CONSTRUIR A UNIDADE EM CIMA DAS REIVINDICAÇÕES COMUNS



## CONGRESSO POR UMA ENTIDADE NACIONAL

Os aspectos nacionais de muitas linhas encetadas pela comunidade universitária, o grande número de AD's existentes e as dificuldades de funcionamento da Coordenação Nacional apontam para a formação de uma entidade nacional. No IIº ENAD, em João Pessoa, e no Encontro Extraordinário do Rio de Janeiro, considerou-se imprópria e a anti-democrática qualquer decisão de criação de tal entidade, nesse tipo de fórum. Como fórmula consensual, deliberou-se pela convocação de um Congresso Nacional, em fevereiro de 1981, no Estado de São Paulo, que será o foro adequado de discussão sobre este assunto, de magna importância para o movimento dos docentes universitários.

A preparação deste Congresso em cada Instituição de Ensino Superior brasileira é fundamental para sua

força e representatividade, sem as quais não há sentido em se criar uma entidade nacional, que seria apenas uma sigla a mais. A participação de todos os professores na discussão do caráter desta entidade e na eleição de seus delegados representantes é vista, pela Coordenação Nacional como condição essencial para o avanço das nossas lutas. A participação no Congresso é aberta a qualquer docente eleito em Assembléia Geral, convocada, especialmente, para tal fim pelas Associações de Docentes. As escolas que ainda não têm sua AD terão direito a representação, devendo entrar em contato com as entidades representantes regionais na Coordenação Nacional.

O avanço e unificação do movimento depende da preparação e participação dos docentes. Todos pelo Congresso!

As Associações Docentes reunidas no Encontro Extraordinário discutiram a participação no I Congresso Nacional dos Profissionais da Educação a ser realizado em São Paulo de 14 a 17/07 e adotaram a seguinte resolução.

## PARTICIPAÇÃO NO CONGRESSO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Considerando: 1) que o movimento de professores assumiu dimensão nacional, tanto no 1º e 2º graus, quanto no 3º grau; 2) que demos hoje um passo no sentido de construir nossa entidade nacional e definimos lutas importantes para o 2º semestre; 3) que o Congresso Nacional dos Profissionais da Educação discutirá também a criação de uma entidade nacional e o encaminhamento de lutas no 2º semestre.

Propomos: 1) Aceitar o convite da Comis-

são Executiva Nacional e enviar à Coordenação Nacional para participar do Congresso, levando: a) Moção de Apoio para a abertura do Congresso (14/07 em São Paulo) se solidarizando com a realização do mesmo; b) Informe do Encontro Nacional Extraordinário de Associações de Docentes; c) Proposta de lutas que poderão ser encaminhadas conjuntamente — Reajuste semestral, — Unificação de datas base, — Ensino Público e Gratuito, — Mais verbas para a Educação.

## RESOLUÇÕES DO ENEXAD-RIO SOBRE O CONGRESSO

**I. Realização de um Congresso Nacional para deliberar sobre a criação de uma entidade nacional.**

**II. Participação do Congresso delegados de associações de docentes obedecendo o seguinte critério de proporcionalidade:**

1 delegado para cada 100 associados ou fração até o limite de 500 associados; 1 delegado para cada 250 associados ou fração, acima de 500 e até o limite de 1000 associados; 1 delegado para cada 500 associados ou fração acima de 1000, sem limite.

**III. Participação ainda um delegado de cada diretoria de associação e um delegado de cada Comissão Pró-Associação.**

**IVa) Os delegados das associações de docentes deverão ser escolhidos em assembleia geral da entidade. A ata desta assembleia deverá ser enviada à Coordenação Nacional das AD's antes do congresso.**

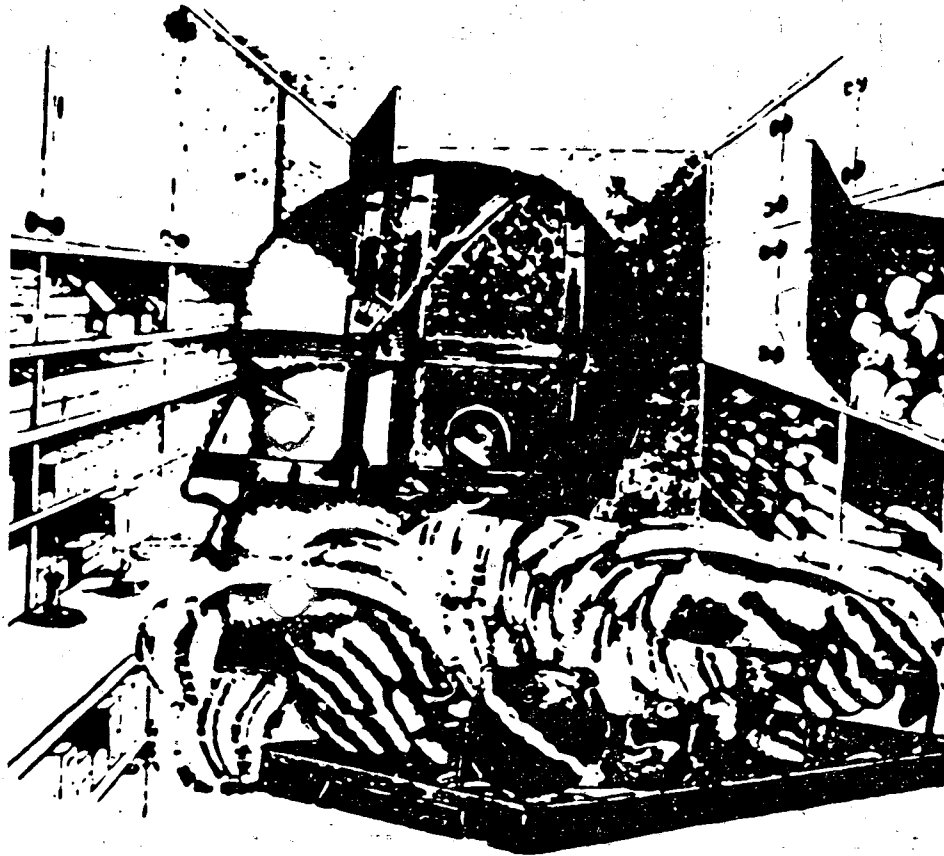
**IVb) Os delegados das Comissões Pró-Associação deverão ser escolhidos em reunião pública amplamente convocada e com a presença de um representante indicado pela Coordenação Regional das AD's. A ata desta reunião, assinada por pelo menos 20 professores da IES em questão e pelo representante da Regional deverá ser enviada à Coordenação Nacional até 30 dias antes do Congresso. Em caso de não haver condições de convocação por professores da própria IES, a Coordenação Regional fará a convocação por solicitação de professores interessados.**

**V. O Congresso se realizará em S. Paulo, em fevereiro de 1981 e sua preparação ficará a cargo da Regional de São Paulo.**

**VI. As Associações de Docentes localizadas próximas a S. Paulo deverão fornecer auxílio financeiro àquelas situadas a maior distância para ajudar a suprir as despesas com transporte de seus delegados.**

## CONVOCADO O III ENCONTRO NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES

As Associações de docentes, em reunião plenária realizada no dia 07 de julho, decidiram realizar o III ENAD (Encontro Nacional de Associações de Docentes) no Estado de São Paulo, três dias antes do Congresso Nacional de Docentes Universitários.



### EXPEDIENTE

#### COORDENAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

Regional Rio de Janeiro  
Bloco H — Sala 329 — C. T.  
Caixa Postal: 1191  
Cidade Universitária

Diagramação: Sylvio Marinho  
Composto e Impresso na Gráfica JB

### RELATÓRIO FINANCEIRO DA COMISSÃO ORGANIZADORA

A fim de cobrir as despesas com a montagem da infra-estrutura do ENEXAD e a edição deste boletim, a comissão organizadora estipulou uma taxa de Cr\$ 2000,00 (dois mil cruzeiros) a serem pagos pelas associações participantes. A entidade com problemas financeiros poderiam apresentar uma justificativa e ter esta taxa reduzida para Cr\$ 1000,00 ou mesmo serem dispensadas. Foram as seguintes as associações que contribuíram: ADUFAL, ADUSU, ADPUC-RJ, ADFOC, ADUFRJ, ADUNIMEP, ASDUERJ, ADURN, APROPUC-SP, ADPPUCRS, ADUFRGS, ADUFPEL, ADUFEPE, ADUFFa, ADUR-RJ, ADUFFI, ADUFS-CAR, ADHUEL, ADUHB, ADUNICAMP, ADEPM, APROFAAP, ADUSP, DO-CEND, ADUFC, ADUFG, APUBH, ADUNESP, ADUFES, APROPUC-Campinas, APUB, APES-JP, ADUCAP, ADUFF, ADCUP. A receita total foi de Cr\$ 68000,00 e as despesas se distribuíram como se segue:

xerox	970,00
material de escritório	4941,00
pessoal (secretária, datilógrafas, faxineiros, porteiro)	11900,00
impressos (cartazes, convocatórias)	4900,00
impressão deste boletim	67000,00
total das despesas	89.711,00

As associações que ainda não contribuíram ADUA, ADESPSP, APEAESP, APROFASA, ADSVSL, APUSM, ADUFGV, APUFSC, ADUFPb-CG, ADUFPb-JP, ADFIB, ADUFS, APRUMA devem enviar pelo correio a taxa estipulada em cheque nominal em favor da ADUFRJ para o seguinte endereço: ADUFRJ — Cidade Universitária, Centro de Tecnologia, Sala H 329, Caixa Postal 1191, CEP 21910, Rio de Janeiro — RJ.

O saldo será enviado para Secretaria da Coordenação Nacional das Associações de Docentes.

No último dia 3 de julho, a SESU/MEC divulgou, em reunião realizada na Universidade Federal de Santa Catarina, uma nova proposta do Governo para a reestruturação da Carreira do Magistério Superior. Esta proposta já foi aprovada pela SEPLAN e pelo DASP, e encaminhada por este último órgão governamental à Casa Civil da Presidência da República, no dia 24 de junho passado. Apresentamos a seguir o texto deste projeto de lei, precedido de uma nota da Coordenação Nacional das Associações de Docentes, elaborada após o encerramento do Encontro Extraordinário, no qual este novo projeto foi unanimemente repudiado por todas as AD's presentes.

### NOTA DA COORDENAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES

No 1º Encontro Nacional de Associações de Docentes do Ensino Superior (São Paulo, Fevereiro de 1979) foi pela primeira vez discutida a situação salarial dos docentes universitários.

A partir deste Encontro, e durante todo 1º semestre de 1979 foram realizadas Assembleias Gerais de várias AD's em diversos Estados nas quais foram aprovadas reivindicações salariais, trabalhistas e de carreiras.

Em meados de 1979, a Comissão do Grupo Magistério da Secretaria de Ensino Superior do MEC divulgou um estudo para a reestruturação da carreira do magistério. Na introdução deste estudo é feita a seguinte apreciação: "O Plano de Classificação de Cargos do Grupo Magistério, frustou a expectativa do corpo docente não apenas em relação aos níveis estabelecidos, como também pela sua própria concepção. A legislação não fugiu aos padrões tradicionais, negligenciando as características peculiares ao magistério superior. Só apresentou uma frágil tentativa de fugir a rotina na medida em que instituiu os incentivos funcionais de titulação acadêmica e de produção intelectual. Tais incentivos, por sua vez, da maneira como foram concebidos logo se tornaram pouco atraentes e inadequados. A atual legislação representa, sob certos aspectos, um retrocesso em relação a anterior".

A partir destas observações sobre a inconveniência dos incentivos funcionais, a SESU elaborou durante o ano de 1979 um anteprojeto de reestruturação da Carreira do Magistério, o qual foi discutido com as Associações de Docentes e as IES federais em 3 encontros regionais promovidos pelo MEC em novembro de 1979; nestes encontros o MEC se comprometeu a acelerar as providências necessárias à sua aprovação e implantação. A urgência se impunha como uma decorrência da posição do MEC segundo a qual as reivindicações salariais e de carreira dos docentes seriam atendidas pelo novo plano.

Este no entanto não era o entendimento das AD's e de algumas Universidades. Exemplo disto foi a manifestação de um dos grupos de trabalho do 3º Encontro Regional, realizado em Porto Alegre: "É opinião unânime do Grupo que a crítica situação em que se encontram os professores e funcionários da universidade brasileira não permite que se aguardem os efeitos; ainda que positivos, das medidas legislativas que ora se discutem. Assim sendo, enfatiza a imperiosa necessidade de uma pronta reposição de seus níveis salariais. Esta reposição deve ocorrer, no máximo, até 1º de janeiro de 1980, sob pena de grave desestruturação dos recursos humanos com que hoje conta o ensino superior no Brasil".

Em 13 de março de 1980, o MEC promoveu nova reunião entre as IES, AD's e a Equipe Técnica que elaborou o projeto de carreira para apresentar a nova versão deste projeto, preparada à luz das sugestões apresentadas nos 3 Encontros Regionais anteriores. Esta nova versão incorporou diversas reivindicações dos docentes, as quais resultaram de discussões amplas em assembleias gerais das AD's de todo o país, tais como:

- progressão funcional por titulação, tempo de serviço e experiência acadêmica
- inclusão dos atuais Auxiliares de Ensino e Colaboradores na Carreira do Magistério
- aposentadoria com proventos integrais
- reajuste semestral de salários

A partir de então, o movimento das AD's, a nível nacional, explicitou duas reivindicações básicas:

- 1 — 48% de reajuste salarial a partir de 1/3/80, como reposição do poder aquisitivo dos professores ao nível de 1970.
- 2 — envio imediato ao Congresso Nacional do anteprojeto de reestruturação da Carreira do Magistério na versão apresentada em março de 1980, de Belo Horizonte.

O não atendimento destas reivindicações até junho motivou uma paralisação das atividades docentes por 3

# CARREIRA DO MAGISTÉRIO

## O PROJETO DO GOVERNO

dias em 12 Universidades federais, e por 1 dia em mais 3, na qual estiveram envolvidos cerca de 25000 professores universitários brasileiros.

Nada disso parece ter sensibilizado o Governo, o qual através de negociações desconhecidas da Classe Docente chegou a uma nova proposta de reestruturação da Carreira que foi enviada pelo DASP à Casa Civil da Presidência da República no dia 24 de junho p.p.

Essa proposta, divulgada pela SESU no dia 03 de julho em reunião realizada na UFSC foi repudiada unanimemente pelos professores reunidos no Encontro Nacional Extraordinário de Associações de Docentes, entre outras pelas seguintes razões:

- 1 — Desvirtua totalmente as concepções fundamentais do projeto discutido na reunião realizada em 13 de março p.p. na cidade de Belo Horizonte.
- 2 — Implica na manutenção dos chamados "incentivos funcionais" como elementos de "valorização" do exercício profissional do magistério superior.
- 3 — Não resolve a defasagem salarial dos professores, pois não atinge a todos os docentes.
- 4 — Os incentivos funcionais não constituem direitos jurídicos e trabalhistas dos docentes, mas concessões de um órgão burocrático que, a qualquer tempo, podem ser suprimidos pelas mais variadas razões que se possam alegar (falta de verbas, prioridades de áreas privilegiadas, perseguições de chefias autoritárias ou de natureza político-ideológica).
- 5 — Investe, drasticamente, contra a Autonomia das Universidades ao fixar percentuais rígidos e arbitrários para a lotação das Classes integrantes da Categoria funcional do Magistério Superior.
- 6 — Fixa, arbitrariamente, um percentual para contratação dos chamados Instrutores, destinados a atender necessidades eventuais do ensino incluindo, nesse percentual, os atuais professores colaboradores e os atuais Auxiliares de Ensino, os quais, além do mais, não exercem apenas atividades de caráter eventual.
- 7 — Inclui os atuais ocupantes de emprego de Professor Colaborador e de Auxiliar de Ensino em tabelas especiais em extinção que devem ser submetidas à aprovação do Presidente da República, através do DASP, burocratizando enormemente a solução de um problema criado pelo próprio Governo.

- 8 — Os atuais Auxiliares de Ensino e Colaboradores serão inscritos *ex officio* em concursos para Professor Auxiliar, para se habilitarem a empregos que já exercem de fato.
- 9 — Ignora totalmente a progressão horizontal proposta no projeto.
- 10 — Nega reivindicações trabalhistas fundamentais contempladas no projeto original como aposentadoria com proventos integrais e reajuste semestral de salários.
- 11 — Atinge a estabilidade dos docentes devido à criação de um órgão, a CPPD, que será definido posteriormente por meio de decreto, e pela possibilidade da exoneração de docentes depender desta CPDD e do colegiado do Departamento, que normalmente tem uma composição não democrática.

As AD's registram seu protesto diante do tratamento dado pelo Governo ao projeto de reestruturação da Carreira proposto pelo MEC e que incluiu várias reivindicações dos docentes.

De nada terá valido o esforço da comunidade docente na discussão desse projeto realizada nas Assembleias Gerais das AD's se o resultado de todo esse trabalho for desvirtuado pela mutilação das idéias centrais do projeto. Essa é exatamente a implicação da proposta negociada entre o MEC, SEPLAN e o DASP e enviado, pelo último, à Casa Civil da Presidência da República.

A desconsideração com as reivindicações fundamentais das Associações de Docentes deve ser inteiramente assumida pelo Governo. Nós os docentes, não devemos nos omitir frente a esta situação inaceitável marcada por dúvidas, incertezas e protelações.

O Encontro Nacional de Associações de Docentes, nos dias 5, 6 e 7 de julho, no Rio de Janeiro, decidiu por unanimidade reafirmar as seguintes reivindicações:

- 1 — Reajuste salarial de 48% a partir de 1º de março de 1980, o que representa uma reposição aos níveis salariais de 1970.
- 2 — Envio imediato pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional do anteprojeto da Carreira do Magistério elaborado pelo MEC na versão apresentada em reunião com as IES e AD's em março de 1980, em Belo Horizonte, pois este anteprojeto contém várias de nossas reivindicações.
- 3 — Reajuste semestral de salários.

### PROJETO-LEI ENCAMINHADO PELO DASP À CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

LEI Nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 1980

Dispõe sobre a categoria funcional do magistério superior nas instituições federais autárquicas e dá outras providências.

#### O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Nas universidades e nos estabelecimentos isolados mantidos pela União, sob forma autárquica, entendem-se por atividade de magistério superior:

- I — as pertinentes à pesquisa e ao ensino de graduação ou de nível mais elevado, que visem à produção, ampliação e transmissão do saber;
- II — as que estendem à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa;
- III — as inerentes à direção ou assessoramento superiores exercidas por professores na própria instituição.

§ 1º — São privativas dos integrantes da categoria funcional do magistério superior as funções de administração acadêmica, exceto aquelas compreendidas nas áreas de planejamento ou equivalentes, de pessoal, de finanças e de serviços gerais.

§ 2º — As atuais requisições de professores pelo Ministério da Educação e Cultura, para o exercício de cargos de direção ou assessoramento superiores, serão respeitadas como atividade de magistério superior vedada a ampliação do atual número de requisitados e permitidas as substituições necessárias.

Art. 2º — São atribuições do corpo de docentes as atividades de ensino superior, pesquisa e extensão constantes dos planos de trabalho da instituição, bem como as de administração universitária ou escolar.

Art. 3º — A categoria funcional do magistério superior é integrada das seguintes classes:

- I — Professor Titular
- II — Professor Adjunto
- III — Professor Assistente
- IV — Professor Auxiliar

Art. 4º — O provimento dos empregos integrantes das classes de Professores Titular e de Professor Auxiliar far-se-á, exclusivamente, mediante a habilitação em concurso público de provas e títulos.

Parágrafo único — O provimento dos empregos integrantes das classes de Professor Adjunto e de Professor Assistente far-se-á, no limite de até 50% (cinquenta por cento) das vagas, mediante habilitação em concurso público de provas e títulos e, nas demais, através de progressão vertical, na forma a ser estabelecida em regulamento.

Art. 5º — No provimento dos empregos integrantes das classes do magistério superior, observar-se-á:

- I — aos empregos de Professor Titular poderão concorrer os Professores Adjuntos e as pessoas de qualificação científica, reconhecida pelo colegiado superior da instituição, ou possuidoras do título de Doutor ou Livre-Docente;
- II — aos empregos de Professor Adjunto e de Professor Assistente, mediante o concurso público de provas e títulos, poderão concorrer os portadores, respectivamente, dos títulos de Doutor ou Livre-Docente e de Mestre;

PT 10696.130

III — aos empregos de Professor Auxiliar poderão concorrer os portadores de diploma de graduação em curso de nível superior.

Art. 6º — O docente que, em virtude de habilitação em concurso público, ingressar em classe diversa daquela a que pertencer na categoria funcional do magistério superior poderá preservar o regime estatutário, mediante a transformação do cargo que ocupe.

Art. 7º — A estrutura da categoria funcional do magistério superior será constituída na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 8º — A lotação da categoria funcional do magistério superior será elaborada tendo-se em vista o número de servidores necessários ao regular desempenho das atividades afetas à instituição, com observância dos seguintes percentuais:

Professor Titular	— 10% (dez por cento);
Professor Adjunto	— 20% (vinte por cento);
Professor Assistente	— 30% (trinta por cento); e
Professor Auxiliar	— 40% (quarenta por cento).

1º — A lotação global será submetida à aprovação do Ministro de Estado da Educação e Cultura, precedida do pronunciamento do Departamento Administrativo do Serviço Público.

2º — O contingente de expansão será proporcional à modificação do número do corpo docente de cada instituição.

Art. 9º — O anexo da Lei nº 6.182, de 11 de dezembro de 1974, fica alterado na forma do Anexo II desta Lei.

Art. 10 — Além dos casos previstos em lei, o ocupante do cargo ou emprego de magistério superior poderá afastar-se de suas funções nos seguintes casos:

I — para aperfeiçoar-se em instituições nacionais ou estrangeiras;

II — para comparecer a congresso ou a reunião relacionada com sua atividade de magistério.

1º — Os afastamentos previstos no inciso I não poderão exceder a 4 (quatro) anos, incluídos as prorrogações, e serão autorizadas pelo Dirigente do estabelecimento, após o pronunciamento favorável do Colegiado do departamento ou outro órgão de ensino e pesquisa onde o docente tenha exercício, aprovado pelo Colegiado superior competente da instituição.

2º — No caso do inciso II, o afastamento dependerá da autorização do dirigente da instituição, quando o congresso ou reunião se realizar em país estrangeiro. Tratando-se de evento no País, a autorização dependerá do dirigente da unidade ou do órgão de ensino e pesquisa onde o docente tenha exercício, ouvindo sempre o Colegiado do departamento ou equivalente.

3º — No caso do inciso I, o professor docente somente poderá obter autorização para novo afastamento depois de exercer atividade de magistério, em sua instituição de origem, por período pelo menos igual ao do afastamento anterior.

4º — Em qualquer caso, a concessão de afastamento implicará no compromisso do docente de, no seu retorno, permanecer na instituição por tempo igual ao superior ao do afastamento, incluídas as prorrogações.

5º — O Colegiado Superior de ensino e pesquisa especificará as condições e normas a que devem obedecer os afastamentos previstos neste artigo.

Art. 11 — Poderá haver contratação, por prazo determinado, na forma da legislação trabalhista, de Professor Visitante e de Instrutor.

1º — O Professor Visitante será pessoa de reconhecido renome, admitida após manifestação favorável do Colegiado superior competente da instituição, para atender o programa especial de ensino ou pesquisa.

2º — O Instrutor deverá ser diplomado em curso superior ou possuir titulação mais elevada e será admitido, para atender a necessidade eventual do ensino, resultante de vacância de cargo ou emprego, de afastamento de docente ou de aumento de matrículas.

3º — A retribuição do Professor Visitante e do Instrutor será fixada pela instituição à vista da qualificação e experiência do contratado, observadas as disponibilidades orçamentárias.

4º — Os Instrutores serão contratados em número não excedentes de 15% (quinze por cento) da lotação global da categoria funcional do magistério superior de cada instituição.

5º — Enquanto houver Auxiliar de Ensino ou Professor Colaborador, a instituição o incluirá no número fixado no parágrafo anterior.

6º — O contrato do Professor Visitante ou do Instrutor será considerado automaticamente rescindido ao término do seu prazo e não poderá ser renovado.

Art. 12 — Haverá em cada instituição de ensino superior federal autárquica uma Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), incumbida de executar a política de pessoal docente da entidade, de acordo com as normas estabelecidas pelo Colegiado Superior de Ensino e Pesquisa da Instituição.

Parágrafo único — Serão estabelecidas em decreto as atribuições, o funcionamento e a composição da Comissão prevista neste Artigo, de forma a não haver predominância de representantes de nenhuma classe de magistério ou área de conhecimento.

Art. 13 — Para os efeitos desta Lei, serão aceitos:

I — os graus e títulos acadêmicos nacionais ou estrangeiros reconhecidos como válidos pelo Colegiado superior de ensino e pesquisa da instituição, comprovado terem sido obtidos em condições equivalentes às que são exigidas em cursos credenciados de pós-graduação;

II — exclusivamente os graus, títulos e certificados obtidos em áreas de conhecimento correspondentes ou afins àquelas em que seja ou venha a ser exercida a atividade de magistério;

III — apenas os certificados de cursos de especialização ou aperfeiçoamento com duração mínima de 450 (quatrocentos e cinquenta) horas e avaliação final de aproveitamento, ressalvados os certificados obtidos até a data desta lei, na forma do artigo 5º, alínea a, do Decreto nº 76.924 de 29 de dezembro de 1975.

Art. 14 — A dispensa ou a exoneração do professor, ex se voluntária, dependerá da aprovação do Colegiado do departamento a que esteja vinculado, ouvida a Comissão Permanente de Pessoal Docente e assegurados os direitos de defesa e de recurso.

Art. 15 — Os atuais ocupantes de emprego de Professor Colaborador e de Auxiliar de Ensino serão incluídos, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos, contado a partir da data de vigência desta Lei, em tabelas especiais, em extinção, a serem submetidas à aprovação do Presidente da República, por intermédio do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Parágrafo único — No prazo fixado neste artigo, as instituições de ensino realizarão concurso público destinado ao provimento de empregos da classe de Professor Auxiliar, procedendo-se à inscrição ex officio dos docentes integrantes das tabelas especiais, em extinção, que possuam graduação em curso de nível superior.

Art. 16 — Poderão ser estabelecidas em Regulamentos:

- I — os critérios para a atribuição e a alteração dos regimes de trabalho dos docentes;
- II — os critérios para a fixação da carga horária didática semanal do departamento, por docente;
- III — o processo de acompanhamento e avaliação das atividades docentes;
- IV — a estruturação, por referências, da categoria funcional do magistério superior.

Art. 17 — O disposto nesta Lei se aplica aos Centros Federais de Educação Tecnológica, no que couber, consideradas as peculiaridades da carreira do magistério dos mesmos Centros.

Art. 18 — Os efeitos financeiros desta Lei vigorarão a partir de 1º de março de 1980.

Art. 19 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Brasília, em de de 1980; 159º da Independência e 92º da República.

**ANEXO I**

Grupo: Magistério  
Código: M — 400 ou LT — M — 400

Categoria Funcional	Vencimento ou salário mensal (valor em Cr\$)
Professor Titular	23.545
Professor Adjunto	20.797
Professor Assistente	16.872
Professor Auxiliar	15.696

**NEXO II**

Grupo: Magistério  
Código: M — 400 ou LT — M — 400

REGIME DE TRABALHO	INCENTIVOS FUNCIONAIS (%)					
	I	II	III	IV	V	VI
20 HORAS SEMANAIS	—	50	35	20	—	—
40 HORAS SEMANAIS	100	100	70	30	30	80

# GOVERNO RECUSA DIÁLOGO COM DOCENTES

As IES Federais autárquicas receberam um RETEMEC do dia 27 de junho, no qual o secretário da SESu solicitou divulgar à comunidade acadêmica que o DASP encaminhou à Casa Civil da Presidência da República projeto-lei de reestruturação da carreira do magistério superior. O Prof. Tarcísio Della Senta assegurou a incorporação, neste novo projeto, de pontos que atendem aos anseios dos docentes, e afirma também a disposição do DASP em discutir pontos essenciais do projeto.

Ocorre que a Coordenação Nacional das AD's convidou o MEC, o DASP e a SEPLAN para um debate público no dia 9 de julho, durante o encontro anual da

SBPC, para discutir o projeto da carreira. O MEC e a SEPLAN sequer responderam ao convite, enquanto que o DASP enviou telex desculpando-se pela impossibilidade de comparecer.

Tal atitude revela o descaso do Governo com os docentes das instituições federais, apesar das afirmações de disposição ao diálogo. Perdeu-se a oportunidade, por não se realizar o debate público pela ausência dos convidados, de tornar claro por que os docentes repudiam este projeto de carreira MEC/DASP e quais as razões do governo para apresentar este novo projeto.

Transcrevemos a seguir os textos dos dois telegramas, do MEC e do DASP, referidos acima.

“Fineza divulgar junto comunidade acadêmica VG DASP encaminhou CASA CIVIL PRESIDÊNCIA REPÚBLICA VG Projeto-Lei reestruturação carreira magistério superior VG após incorporação diversos dispositivos projeto MEC PT Diretor Geral DAS sensível anseio classe docente ensino superior VG assegura disposição discutir pontos essenciais carreira magistério PT SDS”

Ass. TARCISIO DELLA SENTA  
Secretário Ensino Superior

“Lamentavelmente, em razão de compromissos assumidos anteriormente em Brasília, o senhor Diretor Geral não poderá participar do debate a ser promovido pela ADUFRJ dia 9 próximo no Rio de Janeiro. Posso porém informar que o assunto proposto por essa entidade já não está na área do DASP, conforme aliás já foi comunicado às Universidades por circular do MEC.

Cordiais saudações. Ernani Garcia dos Santos, chefe do Gabinete do Diretor Geral do DASP”.

PT 10696.130

# RESOLUÇÕES DO ENCONTRO

Para se discutir as reivindicações e lutas a serem encaminhadas pelas AD's dividiu-se os participantes em dois grupos: um que reuniu as AD's de IES públicas e outro de AD's de IES particulares. Desses grupos saíram propostas que foram discutidas em plenária por todas as AD's sendo aprovadas as seguintes resoluções.

## RESOLUÇÕES SOBRE A REINTEGRAÇÃO DE PROFESSORES ATINGIDOS POR ATOS DE EXCEÇÃO

- a) reiterar nossa posição a favor da reintegração de todos os professores atingidos pelos atos institucionais, sem quaisquer exceções, repudiando casos de não reintegração, como ocorreu com a Profª Miriam Limoeiro da UFRJ
- b) solicitar ao MEC e demais autoridades para processar prontamente a reintegração dos professores e pesquisadores e repudiar a morosidade e impedições que estão ocorrendo em vários locais, como a Fundação Oswaldo Cruz — Ministério da Saúde, na Escola Paulista de Medicina, na UFRGS, na UFFa e na UFPIauí
- c) levar à Assembléia da SBPC a denúncia da demora de muitas entidades para reintegração dos professores cassados
- d) fazer um movimento em favor dos professores que foram e continuam sendo vítimas de cassações brancas de caráter administrativo.

## RESOLUÇÕES SOBRE AS REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES DAS IES FEDERAIS AUTÁRQUICAS

1. Repúdio e exigência de suspensão do projeto de Carreira do Governo (DASP-MEC), entregue a AD da UFSC no dia 03/07/80 (e publicado neste boletim)
2. Reafirma as Reivindicações
  - a) Reajuste de 48% a partir de março de 1980
  - b) Envio imediato pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional do Projeto de Carreira elaborado pelo MEC na versão apresentada em Belo Horizonte, em março de 1980, o qual incorpora várias reivindicações docentes tais como
    - progressão automática por titulação e tempo de serviço
    - incorporação automática dos Colaboradores e Auxiliares de Ensino à Carreira do Magistério
    - reajuste semestral
    - aposentadoria integral
3. Formas de luta
  - a) Elaborar documento de análise da proposta DASP-MEC
  - b) Ato Público na quarta-feira, dia 09/07/80, na SBPC, em defesa de nossas reivindicações
  - c) Moção de Apoio à nossa luta a ser apresentada na Assembléia Geral da SBPC
  - d) Atuação junto a Parlamentares
  - e) Realizar Assembléias Gerais no dia 28 de agosto em todas as AD's de IES Federais Autárquicas para deliberar sobre as alternativas seguintes de encaminhamento da luta.
    - Paralisação de atividades docentes por uma semana, entre 8 e 15 de setembro
    - Paralisação total das atividades por uma semana
    - Greve por tempo determinado
    - Greve por tempo indeterminado
    - Outras formas de luta
4. Transformar as reivindicações aprovadas no encontro de Salvador e no II ENAD em artigos que serão entregues a parlamentares para serem introduzidos no projeto elaborado pelo MEC e apresentado em março de 1980 em Belo Horizonte, quando de sua tramitação no Congresso Nacional enviado pelo Executivo. A Coordenação Nacional fica incumbida deste trabalho, que deverá ser apresentado no próximo encontro para discussão inclusive de seu encaminhamento.

## RESOLUÇÕES APRESENTADAS PELAS AD's DE IES PÚBLICAS

- 1.a) Condenação da Lei 6733 que atribui ao Presidente da República a nomeação dos dirigentes das Fundações Federais, sem qualquer participação ou consulta às comunidades universitárias.
- b) Seja criada uma Comissão, constituída pelas AD's de Fundações Federais que estão na Coordenação Nacional para organizar a luta contra essa lei, a nível das associações de docentes, dos parlamentares e outros setores da sociedade.
- c) Que a Coordenação Nacional entre em contato com a UNE, juntamente com a comissão, para estender esta proposta aos estudantes.
- 2) Encaminhar como eixo de luta a reivindicação da extensão do reajuste semestral ao funcionalismo público. Essa reivindicação unifica os docentes das IES Federais Autárquicas e das IES Estaduais. Entre as várias formas de luta para a obtenção do reajuste semestral, realizar campanha junto aos Parlamentares com o objetivo de comprometé-los publicamente.
3. Que o projeto de reestruturação da Carreira do Magistério Superior, elaborado pelo MEC, na versão apresentada em março de 1980, inclua também os docentes das IES federais em regime de Fundação.

## RESOLUÇÕES APRESENTADAS PELOS DOCENTES DE IES PARTICULARES

ADs presentes: ADUSU; APROFUC-SP; ADPUC-RJ; ADUCAP; APROFAAP; APROFASA; ADUNIMEP; ADESP; ADCUP; ADSVLV; DOCEND; APEAESP; ADPUC-RS; APROPUC-CAMPINAS; Comissão Pró-ADUMC-SP e Sindicato dos Professores — RJ.

As ADs acima reunidas no Encontro Nacional Extraordinário, decidiram em votação majoritária os seguintes pontos:

1 — Desencadear uma campanha unificada e de âmbito nacional pela estabilidade no emprego e por um reajuste salarial compatível com o custo de vida. Essa campanha significa a luta por uma data base unificada em 1º de abril; por um índice de produtividade 15% acima do INPC e por um trabalho junto com o 1º e 2º graus no âmbito regional com o objetivo de unificar as campanhas salariais dos professores, atendendo as especificidades de cada grau.

2 — Com respeito ao sindicato, foi vista a necessidade de um trabalho no sentido de as ADs promoverem a sindicalização dos professores, lutando contra diretorias sindicais pelegas, com vistas a modificar a própria estrutura sindical vigente no país, desatrelando-a do Estado.

3 — Quando à estrutura de poder, decidiu-se pelo caráter livre e independente das ADs, devendo estas permanecerem desvinculadas da estrutura acadêmica. Além disso, deve-se lutar pela democratização da atual estrutura universitária, considerando os seguintes princípios:

— eleição direta para todos os cargos de direção das Instituições de Ensino Superior.

— abolição de hierarquias por titulação ou categoria funcional nas representações de docentes nos órgãos de decisão e deliberação das IES.

— participação de todos os segmentos (professores, alunos e funcionários) nos processos eleitorais e nos órgãos de direção.

— elaboração de um documento denunciando todo desrespeito ao direito de expressão e organização dos professores, com citação nominal de todas as IES recalcitrantes.

4 — Sobre a carreira docente foi constatada a inexistência da mesma na maioria das IES. Assim, foi recomendada uma troca de informações entre as ADs sobre o assunto e também a formação de comissões a nível regional para estudar formas alternativas de contratação de professores. Além disso foi decidida a feitura de uma comissão de ADs para elaborar uma proposta de carreira docente unificada, considerando os seguintes aspectos:

— a instituição do regime de contratação por tempo de dedicação semanal e não mais por hora/aula.

— a garantia de pisos salariais que impeçam a redução salarial na passagem do regime atual (hora/aula) para o novo regime proposto.

— a limitação do número de horas/aula no total do tempo de trabalho, assegurando-se tempo para pesquisa e outras atividades extra-aula em cada regime de contratação numa proporção de 50%.

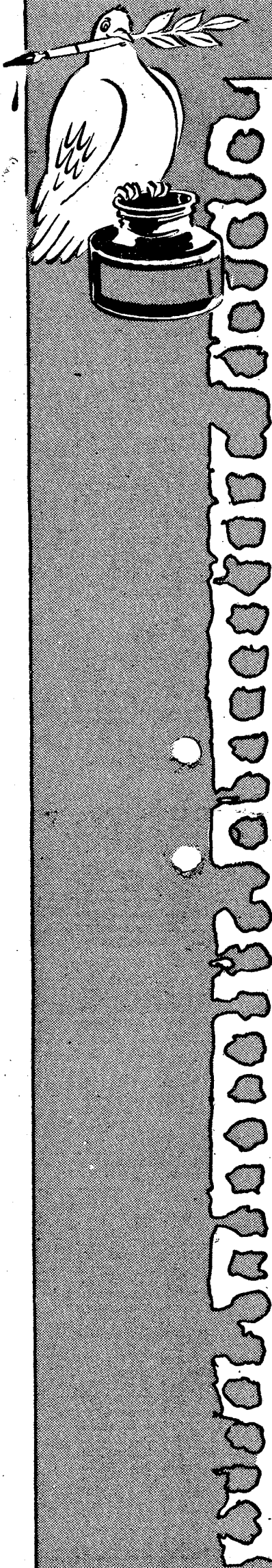
— a garantia de estabilidade anual para os professores.

— a progressão funcional por titulação e por tempo de serviço.

## DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Este tema foi objeto de ampla discussão realizada em reunião plenária das AD's presentes, resultando nas seguintes resoluções:

1. A condição inicial e básica para democratização da Universidade é a ampla liberdade de organização e expressão das entidades representativas dos diversos segmentos da Comunidade Universitária e a manutenção de sua independência em relação à estrutura da instituição.
2. Realização pelas AD's de uma campanha nacional pela estabilidade no emprego das Diretorias das AD's durante o mandato e por mais um ano inserido dentro de uma campanha mais ampla pela estabilidade no emprego para todos os docentes.
3. Estudar e divulgar as experiências de democratização nas Universidades para definição de pautas comuns de luta.



— o controle pelos docentes das admissões, com o estabelecimento de critérios públicos de contratação.

— a elaboração de quadro de lotação de pessoal nas IES particulares, que seja de conhecimento dos professores e seja, no mínimo, proporcional ao quadro de professores autárquicos (titular, adjunto, assistente e auxiliar).

5 — Denunciar a progressiva desobrigação do Estado no custeio da Educação. Decidiu-se por uma luta por mais verbas para a educação, pressionando-se os parlamentares na época da votação do orçamento da União, com vistas a ampliar o percentual destinado à educação. Além disso, é reafirmado o apoio de todas as ADs às lutas estudantis levadas a cabo por entidades representativas (UNE, UEE e DCEs) pelo ensino público e gratuito.

## RESOLUÇÕES SOBRE ENSINO PÚBLICO E GRATUITO

No dia 07 de julho realizou-se uma reunião plenária das AD's para discussão das questões sobre Ensino Público e Gratuito e sobre Democratização da Universidade.

Neste plenário foram aprovadas, como questões de princípio, a reafirmação das resoluções do II ENAD (J. Pessoa — Fev/80) e a vinculação da Campanha pelo Ensino Público e Gratuito às lutas específicas das AD's.

A respeito da Campanha pelo Ensino Público e Gratuito e para mais verbas para a Educação, foram as seguintes as resoluções:

- a) luta pelo percentual de 12,4% do orçamento da União (índice recomendado pela UNESCO) para a Educação
- b) apoiar os Comitês pelo Ensino Público e Gratuito
- c) entrar em contato com a UNE para articular um Dia Nacional de Luta pelo Ensino Público e Gratuito
- d) realizar um seminário sobre Ensino Privado e luta pelo Ensino Público e gratuito
- e) divulgar esta campanha através:
  - 1) de cartaz nacional (buscando a participação de entidades de outros setores da sociedade)
  - 2) dos boletins locais e regionais das AD's
- f) protestar contra a nota de "O Globo" do dia 07/07/80, que afirmava que este Encontro Nacional Extraordinário havia aprovado uma luta por mais verbas para o ensino privado
- g) apresentar moção à Assembleia Geral da SBPC, pelos 12,4% para a Educação no Orçamento da União.
- h) Considerando que o regime jurídico de Fundação nas Universidades Estaduais representa a progressiva desobrigação do Estado quanto à dotação orçamentária das Universidades, aprovou-se:
  - 1) lutar pela criação de dispositivo legal que assegure a obrigatoriedade do Estado quanto à dotação orçamentária necessária ao funcionamento de todas as Universidades Estaduais.
  - 2) manifestar-se contra a tendência geral de transformação das Universidades de regime autárquico em fundações e pela gratuidade total do ensino e pelo fim de quaisquer taxas escolares
- i) formação de uma comissão de estudo para analisar os problemas dos regimes de Fundação e Autarquia.

### MOÇÃO Nº 1

As AD's reunidas em Encontro Nacional Extraordinário protestam contra a atitude de dirigentes de universidades do Rio de Janeiro que se negam a ceder suas instalações para a realização de um seminário sobre Universidade promovido pela União Nacional dos Estudantes — UNE e vem se solidarizar e dar todo apoio ao referido seminário.

A universidade é o lugar natural para os estudantes se reunirem. A interdição do campus universitário a estudantes que desejam debater os problemas do ensino superior é contraditória com a própria destinação natural da universidade e é incompatível com as liberdades democráticas que desejamos ver implantadas no país.

Julgamos que esse não foi um bom exemplo de prática democrática dado pelas autoridades do ensino superior.

### MOÇÃO Nº 2

As Associações de Docentes reunidas em Encontro Nacional Extraordinário repudiam o covarde atentado de que foi vítima o Professor Dalmo de Abreu Dallari, Jurista da comissão de Justiça e Paz de São Paulo.

Esse ato de natureza tipicamente fascista é mais um indicio da escalada de grupos de extrema direita com intuito de intimidar aqueles que se colocam decididamente a favor das liberdades democráticas do país.

É necessário, nesse momento, que todas as forças empenhadas na redemocratização do país se unam para impedir o prosseguimento desses atos terroristas e exigir das autoridades uma atitude inequívoca para apurar os fatos e prender os criminosos para que sejam levados à Justiça. Não é admissível que esses grupos continuem a atuar protegidos pela impunidade que lhes é garantida pela omissão do governo.

### MOÇÃO Nº 3

As Associações de Docentes reunidas em Encontro Extraordinário no Rio de Janeiro manifestam seu reconhecimento e apoio ao Diretório Geral dos Estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pelo posicionamento firme e decidido que tiveram no episódio da demissão injusta do professor Walter Motta.

A capacidade de resistência demonstrada pelos estudantes da Rural, face às sucessivas ameaças de reprovação e coação policial, é um exemplo de luta contra o autoritarismo imperante no país, que se reflete na vida Universitária, que permite que um Reitor demita arbitrariamente um professor, sem lhe dar o direito de defesa, sem ouvir os órgãos colegiados competentes e é capaz de manter indefinidamente essa atitude a despeito do repúdio dos estudantes e professores. Esse fato é revelador dos limites da abertura democrática do governo e a luta dos estudantes da UFRJ é um passo decisivo para conquistar as verdadeiras liberdades democráticas.

### MOÇÃO Nº 4

As AD's reunidas em Encontro Extraordinário no Rio de Janeiro em Julho de 1980, aprovam Moção pela extinção imediata e definitiva das Assessorias de Segurança e Informação, ou órgãos semelhantes em denominação diversa, ainda existentes em Universidades brasileiras, resíduo de um período de arbítrio incompatível com a vida acadêmica.

### MOÇÃO Nº 5

As AD's reunidas em um Encontro Nacional Extraordinário aprovam Moção de solidariedade e agradecimento aos estudantes das Universidades Federais e seus órgãos, pelo apoio efetivo, corajoso e indispensável que deram aos Professores por ocasião das paralisações no primeiro semestre.

### MOÇÃO Nº 6

Considerando o ato de arbítrio da direção da Universidade de Fortaleza CE — UNIFOR concretizado na demissão de cinco Professores; considerando que tal fato reveste-se de maior gravidade visto que naquele momento os Professores daquela Universidade mobilizavam-se no sentido de criação de uma entidade representativa da categoria; considerando um dos princípios básicos que norteiam a ação das Associações Docentes — a defesa dos interesses da categoria;

As Associações Docentes participantes do Encontro Nacional Extraordinário de Associações Docentes realizado em julho/80 repudiam este ato de arbitrariedade da direção da UNIFOR, solidarizando-se com os colegas atingidos, cuja reintegração imediata torna-se uma exigência, e reafirmam o direito inalienável de livre organização, o qual, neste momento, está sendo negado na prática aos Professores da UNIFOR.

### MOÇÃO Nº 7

Nós, Professores do Ensino Superior de Entidades Particulares do Estado de São Paulo, vimos a esta Assembleia denunciar o clima de total instabilidade que os Professores têm vivido, em particular nos cursos de Psicologia do Instituto Unificado Paulista — Faculdade Objetivo, Faculdade Paulista e Faculdade Metropolitana Unidas.

Esse clima de instabilidade pode ser caracterizado principalmente pelo grande número de demissões arbitrárias, a que os Professores vêm sendo submetidos nos últimos semestres. Essa rotatividade crescente que a categoria vem vivendo tem, pelo menos, dois aspectos:

— redução flagrante do nível salarial da categoria, na medida em que novas contratações se dão sempre em bases salariais substancialmente inferiores;

— descontinuidade no planejamento e implementação dos cursos, levando a uma evidente deterioração na qualidade do ensino.

Acreditamos que as ocorrências aqui denunciadas não sejam singulares, mas reflitam uma tendência geral das instituições particulares de Ensino Superior.

Portanto, conclamamos os colegas a denunciarem situações semelhantes. Solicitamos a esta Assembleia o repúdio e o questionamento da política educacional dessas entidades.

### MOÇÃO Nº 8

Que o ato público de repúdio às violências contra o Professor Dalmo de Abreu Dallari — a ser promovido pela ADUSP — segunda-feira às 18:30 horas na Reunião da SBPC — seja apoiado e encampado pelas AD's presentes e que seja lido manifesto conjunto de repúdio.

### MOÇÃO Nº 9

Que as AD's em todo o país participem da Campanha Nacional pelos Reajustes Semestrais para o funcionalismo público brasileiro.

Que as AD's recolham assinaturas de apoio dos Deputados Estaduais e das Entidades de funcionários públicos de cada Estado, a fim de que sejam denunciados à opinião pública os que não nos derem apoio.

### MOÇÃO Nº 10

As AD's de todo o país, reunidas no 2º ENEXAD's do Rio de Janeiro nos dias 5, 6 e 7 de julho expressam seu repúdio à atitude antidemocrática do Reitor da Univ. Rural Federal do Rio de Janeiro que demitiu injusta e ilegalmente o Prof. Walter Motta Ferreira e manteve-se intransigente a despeito do protesto dos professores e estudantes.

Enquanto as AD's defendem como questão de princípios a autonomia Universitária, denunciam a atitude do Reitor Arthur Orlando Lopes da Costa que, em vez de usar esta autonomia para defender o interesse da Comunidade Universitária, a utiliza para dar vazão a interesses e opiniões pessoais.

**MOÇÃO Nº 11**

As Associações de Docentes Universitários, presentes à Reunião Nacional Extraordinária do Rio de Janeiro, vêm protestar perante V. Ex.<sup>a</sup> contra a falta de providências em relação à demissão arbitrária e ilegal do professor Waldomiro Cavalcanti da Silva e a igualmente arbitrária e ilegal não renovação do contrato do Professor Marcelo Gravina Antimoni, ambos professores visitantes da Universidade Federal de Pernambuco.

Além das providências legais no âmbito interno da UFPE em defesa dos direitos dos mencionados professores, a ADUFEPE encaminhou a V. Ex.<sup>a</sup> um memorial que até o momento não obteve resposta, bem como o Prof. Waldomiro Cavalcanti da Silva interpsó um recurso ao próprio MEC que, igualmente até o presente, continua sem resposta.

Face ao arbítrio e ao desrespeito sistemático das normas estatutárias e regimentais da UFPE, gerando um clima de completa intranquilidade na comunidade acadêmica daquela Universidade, sem que as autoridades superiores, mesmo quando legalmente recorridas se pronunciem, vêm estas AD's manifestar a V. Ex.<sup>a</sup> o repúdio contra tal situação bem como exigir a imediata reintegração desses docentes.

Alertamos finalmente a V. Ex.<sup>a</sup> que na UFPE poderá se repetir o mesmo problema causado pela demissão igualmente arbitrária e ilegal do professor Walter Motta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, provocando mais uma vez desgastes inúteis ao meio universitário, motivados por atos ilegais de reitores e seus auxiliares diretos. Atos que, quando impunes, transferem-se também ao nível de responsabilidade de V. Ex.<sup>a</sup>.

**MOÇÃO Nº 12**

As Associações de Docentes do Ensino Superior, reunidas no Rio de Janeiro por ocasião do Encontro Nacional Extraordinário, decidem por unanimidade enviar uma Moção de Congratulação à Editoria de Educação do Jornal Folha de São Paulo pela ampla e precisa cobertura que vem dando ao Movimento Nacional de Docentes e, em particular, à Jornalista Iredé Cardoso por sua destacada atuação nesse movimento como profissional da Imprensa e Educ.

**MOÇÃO Nº 13**

As Associações de Docentes do Ensino Superior, reunidas no Rio de Janeiro, nos dias 5, 6 e 7 de julho, por ocasião do 2º Encontro Nacional Extraordinário, manifestam total repúdio à intervenção nos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo e Santo André, bem como nas demais entidades sindicais que têm dirigido a sua luta no sentido de representar efetivamente os interesses dos assalariados. As Associações de Docentes exigem, em nome da democratização e da autonomia das entidades sindicais, a imediata reintegração dos dirigentes arbitrariamente afastados de seus cargos.

**MOÇÃO Nº 14**

As Associações de Docentes de todo o país, reunidas em Encontro Nacional Extraordinário no Rio de Janeiro em 5, 6 e 7 de julho de 1980, REPUDIAM A DEMOLIÇÃO DO PRÉDIO SEDE DA UNE, promovida pelo Governo autoritário brasileiro, como mais uma tentativa de eliminar os marcos de luta democrática em nossa história.

**MOÇÃO Nº 15**

As AD's reunidas no 2º ENEXAD's repudiam a forma arbitrária pela qual a reitoria da UFPb, com o aval dos conselhos superiores, interrompeu o processo de discussão iniciado pela comunidade acadêmica com o apoio da Associação de Docentes da UFPb com vistas a assegurar a participação da Comunidade Universitária na eleição do novo reitor; pelas eleições livres e diretas de todos os cargos executivos da universidade, inclusive Reitor e Vice-Reitor; pela democratização da universidade.

**MOÇÃO Nº 16**

As Associações de Docentes de todo o país, reunidas em Encontro Extraordinário no Rio de Janeiro em 5 e 6 de julho de 1980, considerando:

Que as demissões que atingiram os docentes ligados à APROPUC, em particular as dos membros de sua diretoria, constituíram um claro atentado à liberdade de organização dos docentes universitários;

Que tal medida representou uma retaliação da antiga Reitoria da PUC de Campinas às sucessivas denúncias, por parte da APROPUC, do caráter autoritário e centralista da estrutura do poder na Universidade;

Que o recente afastamento dessa Reitoria e a consequente nomeação de uma Reitoria pró-tempore deva significar um primeiro passo no processo de real democratização da Universidade;

Que a plena liberdade de organização e expressão das entidades representativas dos diversos segmentos da Comunidade Universitária (AD's, DCE's e AF's) é condição 'sine qua non' para a democratização da Instituição universitária;

Propõe:  
A imediata readmissão daqueles docentes, afastados sumária e arbitrariamente de suas atividades, particularmente o caso do Professor Adalberto Paranhos, demitido quando em exercício da Presidência da Entidade, o respeito ao princípio básico do direito de defesa nos casos em que alegue razões de ordem didático-pedagógica, e o fim do cerceamento à liberdade de organização da comunidade universitária.

**MOÇÃO Nº 17**

As Associações de Docentes presentes ao Encontro Nacional, registram seu repúdio à forma como está se processando a escolha dos novos dirigentes da Universidade Federal de Sergipe, a qual implica numa ingerência direta do Poder Executivo Estadual, aliada a uma completa substituição da Comunidade Acadêmica no processo de escolha dos dirigentes.

**MOÇÃO Nº 18**

Os Professores Universitários presentes no ENEXAD's, se manifestam contrários ao Projeto de Lei nº 2.780 do Deputado Salvador Julianelli (PDA), por considerá-lo inaceitável, totalitário e arbitrário.

Este Projeto propõe conferir aos médicos o caráter de uma superprofissão, encarregada de orientar, supervisionar e fiscalizar quase duas dezenas de outras profissões universitárias, que com isso, perderiam sua autonomia.

Reafirmamos o direito de autonomia e liberdade profissional e conclamamos todas as profissões da saúde a se mobilizarem, contra mais esta arbitrariedade que só é imaginável num regime autoritário.

**MOÇÃO Nº 19**

As Associações de Docentes reunidas no ENEXAD's, em 5 e 6 de julho de 1980, no Rio de Janeiro, aprovam uma moção de solidariedade aos 20 professores demitidos das faculdades Integradas Bennett. Condenam ainda a estrutura repressiva da Direção Acadêmica desta Instituição, responsável por tais arbitrariedades.

**MOÇÃO Nº 20**

As Associações de Docentes do Ensino Superior, reunidas em Encontro Nacional Extraordinário no Rio de Janeiro, nos dias 5, 6 e 7 de julho, solidarizam-se e dão integral apoio às Associações de Docentes que, neste encontro, denunciam casos de demissão de docentes e/ou de repressão a sua livre organização, e manifestam total repúdio às Instituições de Ensino Superior que, com esta prática, tentam impedir que os docentes universitários se organizem na defesa de seus interesses profissionais. Entre as IES que se vêm utilizando deste tipo de medida arbitrária e antidemocrática estão: Faculdades Integradas Bennett, Faculdade de Educação Jacobina, Universidade Estadual de Maringá, Hospital Universitário de Londrina, Faculdades Metropolitanas Unidas, Centro Unificado Profissional e Universidade Federal de Pernambuco.

**MOÇÃO Nº 21**

As AD's, reunidas no ENEXAD's, denunciam à opinião pública o descumprimento acintoso, por parte das mantenedoras do ensino universitário particular, de sentença judicial do Tribunal Superior do Trabalho que dá ganho de causa aos professores do Rio de Janeiro, em sua campanha salarial de 1979, encaminhada e dirigida pelo Sindicato dos Professores.

**MOÇÃO Nº 22**

As Associações de Docentes do Ensino Superior, reunidas no Rio de Janeiro por ocasião do 2º Encontro Nacional Extraordinário, resolvem repudiar a prática de inquéritos, com rúidas características policiais, levada a efeito pela direção do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá (PR) junto a estudantes, para "avaliar" a atuação profissional do professor, com nítida intenção de proceder a uma triagem ideológica.

**MOÇÃO Nº 23**

As AD's presentes ao ANEXAD's exigem que a admissão dos professores colaboradores horistas como auxiliares de ensino em 20 ou 40 horas não tenha como consequência a demissão de colaboradores horistas "excedentes", e que estes também venham a ser incorporados à carreira do magistério.

**MOÇÃO Nº 24**

As Associações de Docentes reunidos no Encontro Nacional Extraordinário, vêm a público manifestar seu mais veemente protesto contra as recentes arbitrariedades que atingiram a Universidade Brasileira pondo em risco mais uma vez a sua autonomia.

Sob pretexto de combater a inflação e acabar com as "mordomias" o governo atingiu duramente as Universidades Federais, congelando as contratações de docentes e funcionários por mais de 18 meses. Em muitas Universidades tal medida acarretará consequência da maior gravidade podendo implicar desde o cancelamento de disciplina até o fechamento de cursos.

O que está em pauta mais uma vez com estas medidas restritivas impostas pelo Executivo Federal, de funestas consequências para todo o funcionamento da Universidade, é a questão da autonomia da Universidade, ameaçada por disposições impostas à comunidade acadêmica, como o recente parecer do MEC, que estabelece a competência do disposto na Lei nº 6733 quanto à nomeação pelo Presidente da República dos reitores de todas as Fundações. As Associações de Docentes manifestam, ao lado do veemente repúdio à ingerência representada pela Lei nº 6733 na autonomia universitária, o seu mais firme posicionamento de que prevaleçam nas escolhas dos Dirigentes Universitários a mais ampla participação da comunidade universitária e repudia toda escolha de dirigentes feita por imposição à margem da vontade manifesta daqueles que efetiva e majoritariamente representam a comunidade universitária (como ocorreu na UnB, e que pode ocorrer com a escolha do Vice-Reitor da UFSCAR onde se encaminhou lista séxtupla pela elaboração por eleições diretas e paritárias pelo campus).

— PELA AUTONOMIA DA UNIVERSIDADE

— CONTRA O CONGELAMENTO DAS CONTRATAÇÕES NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

— CONTRA A LEI Nº 6733 E OS DIRIGENTES BIONICOS.

**MOÇÃO Nº 25**

As AD's reunidas no Rio de Janeiro apoiam a luta dos estudantes da Faculdade de Medicina de Mogi das Cruzes contra o aumento das anuidades exorbitantes.

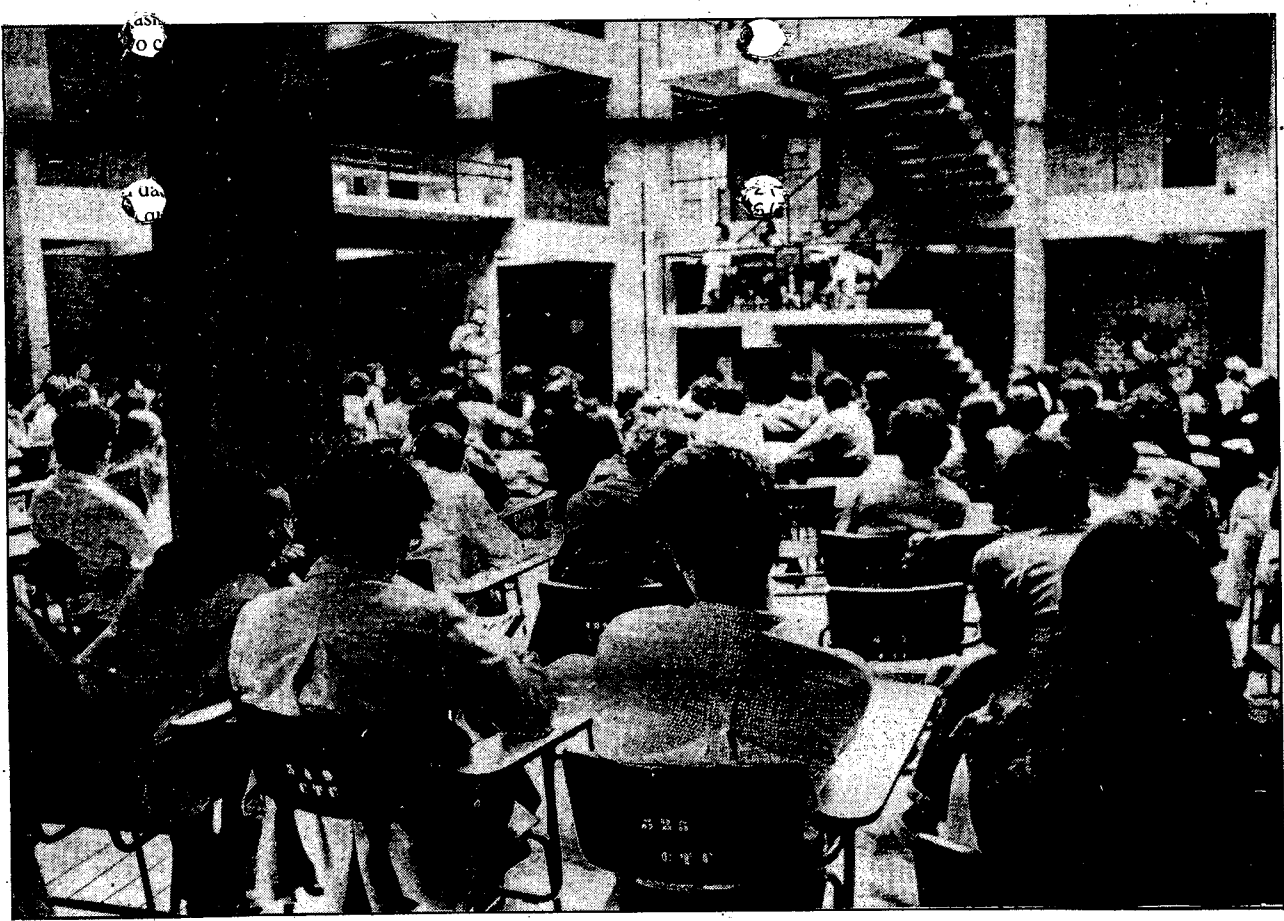
**MOÇÃO Nº 26**

As AD's aplaudem a APUFSC pelos trabalhos desenvolvidos na Secretaria Executiva da Coordenação Nacional das Associações de Docentes.

**PROJETO DE CARREIRA  
 ENCALHA NO DASP E SEPLAN**

Páginas 4 e 5

Passado o prazo dado pelos Professores das Universidades Federais ao Governo, para resposta às suas reivindicações nada de concreto foi anunciado. Agora, resta aos Professores dar a sua resposta ao Governo.



**O DIA NACIONAL DE LUTA NA UFSC** Página 3

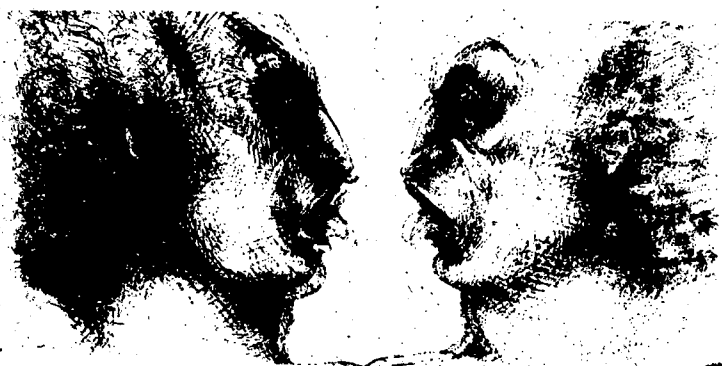
**Análise: GESTÃO STEMMER**  
 Página 8

**Expectativas: GESTÃO BAYER**  
 Página 9

**QUANTO O BRASIL GASTA EM EDUCAÇÃO?**  
 Páginas 6 e 7

PT 10695.130

**OPINIÃO**



Encerrada a reunião que a Coordenação Nacional de Associações de Docentes realizou em Brasília e avaliadas as informações obtidas do MEC, subsistem fortes razões para justificar a intranquilidade e a insatisfação que se verificam entre os professores universitários, diante da falta de resultados concretos das suas lutas reivindicatórias, que se estendem desde fevereiro de 1979.

Soube-se, por exemplo, que o DASP apresentara um substitutivo ao projeto de carreira que ignora totalmente as proposições principais, limitando-se a sugerir modificações nos percentuais relativos aos chamados incentivos funcionais. Não foram divulgadas as justificativas para tal posição, mas deverão ser muito fortes para ignorar todo um trabalho de estudo e discussão realizado pela Comunidade Universitária Brasileira e que resultou, afinal, num projeto de reestruturação da carreira do magistério superior, cuja remessa ao congresso constitui nesta altura, um compromisso do Governo.

Sabe-se, também, que a SEPLAN já chegou a formular um parecer técnico, a nível de assessoria, cujo teor seria ainda "Sigiloso" ou "Desconhecido", não sendo difícil de se perceber qual o sentido dessas manobras protelatórias encenadas pelo governo.

Enquanto isso, a curva da inflação ganha novos impulsos, atingindo 18% nos três primeiros meses de 1980, agravando acentuadamente a perda de 20% do poder dos salários do funcionalismo público federal, determinado pelo governo, em 1979.

Previendo justamente esse quadro, as Associações de Docentes reunidas em João Pessoa reivindicaram do MEC um reajuste salarial de 48% a partir de 1.º de março com o objetivo de minorar a defasagem salarial enquanto o projeto da carreira experimentasse sua longa trajetória nos caminhos burocráticos do Executivo, do Legislativo e das Universidades.

Para surpresa e desagrado de todos obteve-se a informação de que essa reivindicação não fora levada em conta. A SESU preferiu apostar na rápida tramitação do Projeto de Carreira.

Mas, como reconheceu o próprio Ministro, isto não está acontecendo, razão pela qual determinou à SESU a elaboração de um av. so ministerial, a ser enviado à SEPLAN, com o objetivo de solicitar recursos para pagamento do abono salarial pleiteado pelas Associações. Os resultados dessa nova orientação são absolutamente imprevisíveis.

Aos professores parece restar, portanto, muito poucas alternativas diante da falta de consideração demonstrada pelo Governo para com os docentes das Autarquias de Ensino Superior conforme foi informado ao MEC, através da carta entregue ao Ministro Eduardo M. Portella, esgotados os mecanismos do diálogo e da negociação, só restará a definição de formas de ação mais incisivas visando à obtenção de nossas justas reivindicações.

Com a palavra portanto as nossas Assembléias Gerais de um lado e do outro o Governo, o qual deve ser responsabilizado, daqui pela frente, por qualquer conseqüência ou prejuízo que sua insensibilidade vier a acarretar para as atividades universitárias.

A DIRETORIA

**JÁ DIRETO**

A posse do professor Ernani Bayer à frente da reitoria da UFSC, foi marcada por um incidente nada animador para quem se propõe aberto ao diálogo; é que foi negada a palavra aos representantes dos estudantes e professores presentes ao ato. Como é de praxe, foi alegada as dificuldades protocolares. Um mal início de gestão sem dúvida nenhuma.

**Os servidores Militares tiveram um reajuste salarial de 75% em 80, enquanto os servidores públicos, em geral, tiveram apenas 56%. Após esta injusta discriminação, agora novamente os professores são desconsiderados com a concessão de um reajuste extra de 30% à magistratura. Fala-se que em julho os servidores terão um reajuste que não inclui os professores. Até onde vai chegar este arrocho e este abandono à educação?**

A estas alturas do campeonato, uma coisa está clara em termos de reestruturação da carreira do Magistério. Só através de uma ampla mobilização dos professores universitários de todo país é que conseguiremos uma resposta concreta do governo às nossas reivindicações.

**A Universidade Federal do Paraná escom sua reputação seriamente abalada. Primeiro foram as dificuldades colocadas para a contratação do geneticista Newton Freire Maia, cientista de renome internacional, (menos para a administração da UFP). Outro fato nada reputável, é a notícia de que o professor Cassiano Cordi, chefe do Departamento de Filosofia da UFP, conhecido por suas posições a favor da pena de morte (para o chamado "delito político"), defensor da tortura e outros métodos "mais radicais" como forma de extrair confissões dos "criminosos políticos", admitiu a possibilidade de se fazer "uma triagem ideológica" na UFP, a fim de que sejam afastado professores que ele acusa de estarem provocando um tumulto organizado na universidade". É O FASCISMO AINDA PRESENTE NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA.**

A Associação dos professores da UFSC (APUFSC), recebeu no dia 17 de abril (DIA NACIONAL DE LUTA SALARIAL, TRABALHISTA E DE CARREIRA), manifestações de apoio das seguintes entidades:

- Associação Catarinense de Engenheiros (ACE)
- Associação dos Geógrafos Brasileiros (Núcleo Florianópolis)
- Sociedade Catarinense de Sociologia
- Conselho de Entidades Pró-UEE
- Centro Acadêmico Livre de Engenharia Sanitária (CALES)
- Centro Acadêmico Livre de Química (CALQ)

**A diferença de salários entre professores das universidades federais Autárquicas e das Fundações mostra claramente as reais intenções desse governo. Senão vejamos: um professor Auxiliar de Ensino da Universidade Federal de São Carlos percebe um salário de aproximadamente Cr\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil cruzeiros), enquanto um titular está na casa dos Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros). Isto é, por um lado esvazia as autarquias e por outro prestigia as Fundações. E daí ao ensino pago é um passo só.**

A Associação dos Professores da UFSC juntamente com outras entidades, promoveram em 1.º DE MAIO UNIFICADO e diferente este ano em Florianópolis. Um 1.º DE MAIO de luta, contra todas as formas de exploração e opressão a que estão submetidos os trabalhadores deste país, contra a intervenção nos sindicatos do ABC e a prisão e o enquadramento de "Lula" e outros companheiros trabalhadores, na famigerada LEI DE (in)SEGURANÇA NACIONAL E CONTRA a prisão de 5 professores da UTE de Minas Gerais.

Foi aprovado na Assembléia Geral dos Professores da UFSC, no dia 17 próximo passado, um levantamento de fundo de greve aos metalúrgicos do ABC. Até o presente cerca de 30 mil cruzeiros foram arrecadados e encaminhados para a arquidiocese de São Paulo.

**EXPEDIENTE**

Campus Universitário  
Trindade - Florianópolis  
Santa Catarina  
Fone: 33-1000 - Ramal 104

Órgão de Comunicação da  
Associação dos Professores  
da Universidade Federal de  
Santa Catarina

O Boletim da APUFSC é um veículo de comunicação aberto a todos os professores da Universidade, sejam ou não associados. Artigos e contribuições assinados terão livre curso em suas páginas, mesmo que sejam contrários às posições defendidas pelos atuais dirigentes da Associação.

Críticas, sugestões e colaborações para este Boletim serão sempre oportunas e bem recebidas.

Os Editores

Colaboraram neste número:  
Oswaldo de Oliveira Maciel  
Jorge Lorenzetti  
Nadir Ferrari  
Selvino José Asmann  
Liane Bielinski  
Luiz Carlos Halpapp  
Antonio Macedo  
João Sampaio  
Daniel José da Silva  
Editores: Daniel Hertz  
Neri dos Santos



# O DIA NACIONAL DE LUTA NA UFSC

Atendendo a deliberação do II.º Encontro Nacional de Associações de Docentes, os professores da Universidade Federal de Santa Catarina, paralisaram totalmente as atividades docentes no dia 17 de abril próximo passado, realizando o Dia Nacional de Luta Salarial Trabalhista e de Carreira.

Pela manhã houve Assembléia Geral dos professores, sendo dado continuidade ao movimento com uma série de resoluções:

- Carta aberta ao Presidente da República.
- Reafirmar o reajuste salarial de 48% a partir de 1.º de março.
- Exigir uma definição oficial do governo a respeito do Anteprojeto que reestrutura a carreira do magistério.
- Aprovar a realização de audiências com o Presidente da República, SEPLAN, DASP, e com o Ministro da Educação, durante o Encontro da Coordenação Nacional em Brasília nos dias 12, 13 e 14 de maio.

## Carta Aberta ao Presidente

Senhor Presidente:

Nos dois últimos anos os professores universitários tem manifestado uma insatisfação crescente com a progressiva diminuição das verbas para a educação e com a contínua deterioração de seus salários.

Isso determinou, durante o ano passado, uma mobilização permanente dos professores que realizaram reuniões, assembléias gerais, abaixo-assinados, audiências com Ministro da Educação, além de expedirem memorandos, cartas abertas e telegramas, encaminhando suas reivindicações.

Mesmo assim, constatou-se que no período de março de 70 a março de 80 os professores universitários tiveram uma despesagem salarial acumulada da ordem de 131%. E, que no ano passado, apesar de todo o nosso empenho, verificou-se a maior perda da década com o reajuste de apenas 56% frente a um índice inflacionário oficial de mais de 80%.

Por isso, os professores da Universidade Federal de Santa Catarina, reunidos no Dia Nacional de Luta Salarial e de Carreira, aprovaram a elaboração desta carta aberta à V. Excia, para solicitar, até o dia 1.º de maio, uma resposta do governo à nossa reivindicação de reajuste salarial de 48% a partir de março de 1980 e um posicionamento oficial sobre o projeto de reestruturação da carreira do magistério, que se encontra há cerca de um ano em elaboração e tramitação nos órgãos governamentais.

Senhor Presidente, a nossa luta pela valorização da educação e do trabalho do professor tem como principal objetivo garantir que a universidade possa cumprir o seu papel histórico no processo de desenvolvimento social reclamado por todos os brasileiros.

Florianópolis, 17 de abril de 1980  
DIA NACIONAL DE LUTA SALARIAL E DE CARREIRA.  
APUFSC.

## TRÊS IMPORTANTES MOÇÕES FORAM TIRADAS NO DIA 17 DE ABRIL, DURANTE A REALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA UNIVERSITÁRIA:

### 1

A Comunidade Universitária da UFSC em Assembléia Geral no DIA NACIONAL DE LUTA, reafirma sua disposição de continuar lutando por mais verbas para a educação, pelo ensino público e gratuito em todos os níveis e pela transformação da universidade, a fim de que ela se volte para os interesses da maioria da população brasileira.

Neste sentido, posicionam-se firmemente contra:

- A privatização do ensino e da pesquisa;
- O caráter antidemocrático e autoritário da atual estrutura da universidade;
- Os baixos salários e as péssimas condições de trabalho na universidade;
- As demissões arbitrárias;
- As perseguições ideológicas;
- A existência de Assessorias de Segurança e Informações nas universidades.

### 2

Professores, estudantes e representantes de entidades profissionais, reunidos em Assembléia Geral no dia 17/04/80, Dia Nacional de Luta por mais verbas e melhores salários, decidem, através desta moção, expressar o seu apoio irrestrito à greve dos trabalhadores metalúrgicos do ABC.

- PELO DIREITO DE GREVE;
  - POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E DO TRABALHO;
  - PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E ORGANIZAÇÃO
- TUDO APOIO À GREVE DOS METALÚRGICOS DO ABC

### 3

A Comunidade Universitária, Professores e Alunos, e representantes de entidades profissionais, reunidos em Assembléia Geral no dia 17/04/80, Dia Nacional de Luta, vêm expressar o seu repúdio pela arbitrariedade cometida quando da demissão de trabalhadores das Indústrias de Plástico de Joinville, pela greve realizada há alguns dias atrás e exigir o imediato reingresso dos já citados trabalhadores.

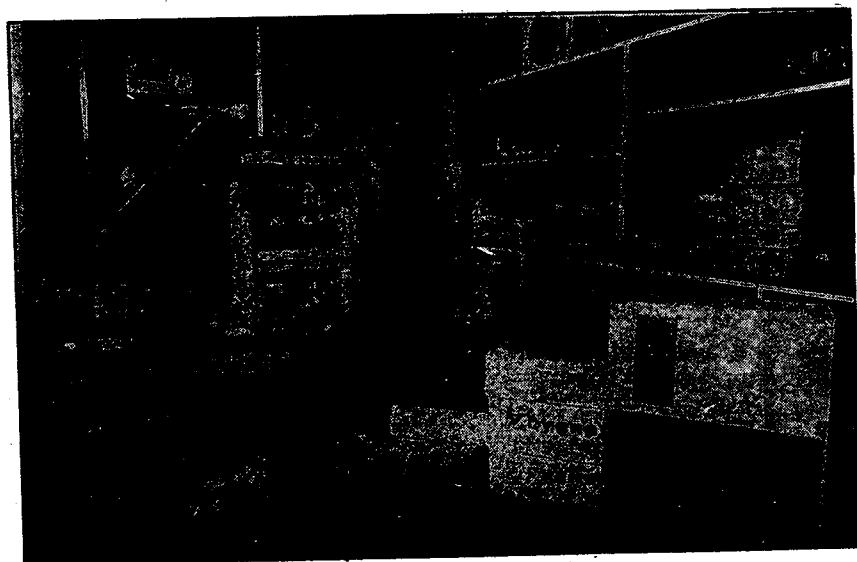
## Cliente amigo

Gostaríamos de chamar sua atenção para o equipamento de sua escolha, no que se refere a:

**Qualidade**  
**Preço**  
**Design**

Na FOTOCÂMERA você vai descobrir como é fácil adquirir seu equipamento de som tranquilamente sem ser pressionado, porém sim, bem informado sobre o que há de melhor no mercado.

FOTOCÂMERA rua Deodoro 21 - Fone 22-1804



# Reunião da Coordenação Nacional em Brasília

A Coordenação Nacional de Associações de Docentes reuniu-se em Brasília nos dias 12, 13 e 14 do corrente, com o objetivo de avaliar o movimento a nível nacional, realizar audiências e dar encaminhamento a mobilização nacional dos professores universitários, no sentido de pressionar o governo no atendimento às nossas reivindicações (abono de 48% retroativo a março e envio do anteprojeto que reestrutura a carreira ao Congresso Nacional).

Após as audiências com a SESU e com o Ministro da Educação, Prof. Eduardo Portella, ficou constatado que a perspectiva é das mais negativas com o bombardeamento das reivindicações pelo Ministro Delfim Netto e DASP.

Exmo. Sr.  
Prof. Eduardo Mattos Portella  
M.D. Ministro de Educação e Cultura.

Passados quase quinze dias do prazo dado ao MEC pelas Associações de Docentes Universitários do País, para resposta às nossas reivindicações (abono imediato de 48% a partir de março/80, e o envio imediato do projeto de Reestruturação da Carreira do Magistério Superior ao Congresso Nacional) nenhuma resposta concreta e objetiva nos foi dada. Muito ao contrário, em contato recente com a SESU/MEC, tivemos informação que a reivindicação de abono sequer fora encaminhada no sentido da obtenção dos recursos necessários a sua viabilização, ao mesmo tempo que o projeto de reestruturação da carreira vem encontrando obstáculos na esfera governamental que retardam seu envio ao legislativo.

Face a essa situação, deixamos lavrado aqui nosso protesto, na medida em que a encaramos como uma profunda desconsideração aos professores universitários que tem dado repetidas demonstrações de apreço pelo diálogo e pela negociação como forma de encaminhar suas reivindicações, sem que o governo responda, através dos mesmos procedimentos, aos nossos justos pleitos.

Ao lado da nossa manifestação de protesto, vimos informar à V. Exa., que há uma profunda inquietação entre os docentes quanto a indefinição governamental, levando-nos a um grau de intranquilidade incompatível com o desempenho normal e profícuo das atividades acadêmicas. Constatamos também que tal inquietação, justificada pela precária situação salarial e agravada pela crescente corrosão do poder aquisitivo dos nossos salários, se consubstancia na disposição apresentada pelos docentes em assembleias realizadas nas diferentes IES - FEDERAIS, da definição de formas de ação futura mais incisivas quanto a obtenção de nossas justas reivindicações.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos, Atenciosamente, Brasília, 13 de maio de 1980.

APUFSC; ADUFPBb-JP; ADUR-RJ; ADUFSCar; APUBH; ADEPM; APUB; APROPUC/SP; ADUnB; ADUFPA; ADUFES; ADUFF; APUSM; ADUFRJ; ADUA; ADUFAL.

## MOÇÃO DE APOIO

A Coordenação Nacional das Associações de Docentes Universitários, reunida em Brasília de 12 a 14 de maio do corrente, reitera as várias manifestações já expressas pelas ADs, repudiando a intervenção nos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo, Santo André e Diadema, exigindo a libertação dos seus dirigentes, punidos por uma legislação, dita de Segurança Nacional, que tem como objetivo principal sufocar as legítimas aspirações da classe trabalhadora e esmagar suas mais autênticas lideranças.

Brasília, 14 de maio de 1980.

## MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

As Associações de Docentes Universitários, reunidas em Brasília, nos dias 12, 13 e 14 de maio do corrente, apresentam aos colegas mineiros, atingidos pela repressão do governo estadual, sua irrestrita solidariedade. Apoiamos a continuação dessa luta, até que sejam atendidas suas reivindicações e o ensino passe a ser considerado como uma prioridade na política mineira e nacional.

Exigimos que sejam readmitidos os professores afastados e que se interrompa o inquérito contra as lideranças atingidas.

Brasília, 14 de maio de 1980.

## MOÇÃO DE APOIO

As Ads das Universidades brasileiras, reunidas em Brasília nos dias 12, 13 e 14 de maio do corrente, manifestam sua solidariedade aos colegas da Universidade de Brasília, em sua luta contra a possibilidade de continuísmo na administração da UnB.

A perpetuação do estilo autocrático de chefia e do absolutismo na determinação dos destinos da comunidade universitária constituem uma afronta aos princípios de convivência democrática, essenciais ao bom desempenho de qualquer instituição de ensino superior.

Brasília, 14 de maio de 1980.



**REVELE  
SEUS FILMES A CORES  
EM APENAS 48 HORAS**

Endereços: Felipe Schmidt, 21 e 46 (no Calçadão)  
Fulvio Aducci, 671

- fones: 22-9657 — 22-5823 — 44-0591



# Substitutivo do DASP

## PROJETO DE LEI

Altera percentual de incentivos funcionais de que trata a Lei n.º 6.182, de 11 de dezembro de 1974, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1.º - Fica alterado para 90% (noventa por cento), calculados sobre o vencimento ou salário do regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, o incentivo funcional a que se refere o item VI do artigo 5.º da Lei n.º 6.182, de 11 de dezembro de 1974, correspondente à dedicação integral e exclusiva ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem assim às atividades de administração universitária.

Parágrafo único - Aos Auxiliares de Ensino será atribuído o incentivo a que se alude este artigo, observado o disposto no parágrafo 3.º do artigo 5.º da citada Lei n.º 6.182 e calculado o seu valor em 45% (quarenta e cinco por cento) do salário básico percebido.

Art. 2.º - É facultado ao professor, quando investido em cargo em comissão ou função de confiança integrante do Grupo Direção e Assessoramento Superiores correspondente às atividades

des previstas no artigo 16 da Lei n.º 6.182, de 1974, optar pela retribuição de seu cargo efetivo ou emprego permanente, mais os incentivos funcionais que venha percebendo, acrescida de 20% (vinte por cento) do vencimento ou salário fixado para o cargo em comissão ou função de confiança, não fazendo jus à Representação Mensal.

Art. 3.º - O Professor do Ensino Superior, quando permanecer no regime de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, terá os incentivos de que tratam os itens II, III e IV do artigo 5.º da Lei n.º 6.182, de 1974, fixados nos percentuais de 67% (sessenta e sete por cento), 62% (sessenta e dois por cento) e 60% (sessenta por cento), respectivamente.

Parágrafo único - Os percentuais referidos neste artigo serão também aplicados ao salário-base do Auxiliar de Ensino na conformidade do disposto no parágrafo 3.º do artigo 14 da Lei n.º 6.182, de 1974.

Art. 4.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, ano de 1980, 152.ª da Independência e 99.ª da República.

## SALÁRIO REAL DOS PROFESSORES CAIU ATÉ 47. POR CENTO EM 20 ANOS

O magistério superior federal "não participou do processo de concentração de renda" (o que teria melhorado sua posição relativa), não se beneficiou com o aumento surpreendentemente alto da renda nacional "per capita" nos últimos 20 anos (o que poderia ter mantido a sua posição relativa), como também na década de 80 com um salário real entre 30 e 47 por cento inferior ao salário real do início da década de 60". Esta conclusão consta de estudos concluídos em janeiro último pelos professores Jacques Schwartzman, João Batista Vieira Péret e José Alberto Magno de Carvalho, todos da faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, a respeito da evolução do salário real dos professores universitários nas duas últimas décadas. Encomendado pela reitoria, o estudo foi encaminhado ao Ministério de Educação e Cultura, para servir como instrumental técnico-científico básico para os estudos feitos naquele ministério relativamente à reestruturação da carreira do magistério e transformados em projeto que deverá ser encaminhado para discussão e aprovação no congresso.

"A partir deste estudo, torna-se imprescindível uma análise das conseqüências da queda do poder aquisitivo do salário do

magistério superior sobre a qualidade do ensino e pesquisa na universidade, assim como dos meios que tiveram de ser encontrados para que a deterioração não fosse maior, em um terrível esforço de complementação salarial que, de qualquer maneira, não é acessível a todos os setores do magistério e que, mesmo entre aqueles que o conseguem, cria um clima de total insegurança, com conseqüências muito óbvias.



### REGIME DE 20 HORAS SEMANAS

#### SITUAÇÃO ATUAL

DENOMINAÇÃO	A SALÁRIO	SALÁRIO + INCENTIVO		
		II (+ 17% de A)	III (+ 12% de A)	IV (+ 10% de A)
TITULAR	23.545	27.547	26.370	25.899
ADJUNTO	20.797	24.332	23.292	22.876
ASSISTENTE	18.040	21.118	20.216	19.855

#### PROPOSTA MEC

TITULAR	41.597
ADJUNTO	34.869
ASSISTENTE	25.604
AUXILIAR	18.876

#### SUGESTÃO DASP

DENOMINAÇÃO	A SALÁRIO	SALÁRIO + INCENTIVO		
		II (+67% de A)	III (+62% de A)	IV (+ 60% de A)
TITULAR	23.545	39.320	38.142	37.672
ADJUNTO	20.797	34.730	33.961	33.275
ASSISTENTE	18.050	30.143	29.241	28.880

### REGIME DE 40 HORAS SEMANAIS

#### SITUAÇÃO ATUAL

DENOMINAÇÃO	A SALÁRIO	SALÁRIO + INCENTIVO		
		II (+ 17% de A)	III (+ 12% de A)	IV (+ 10% de A)
TITULAR	47.090	55.095	52.740	51.799
ADJUNTO	41.594	48.664	46.585	45.753
ASSISTENTE	36.100	42.237	40.432	39.710
AUXILIAR	31.393	36.729	35.160	34.532

#### PROPOSTA MEC

DENOMINAÇÃO	SALÁRIO
TITULAR	83.194
ADJUNTO	69.738
ASSISTENTE	51.208
AUXILIAR	37.752

#### SUGESTÃO DASP

DENOMINAÇÃO	A SALÁRIO	SALÁRIO + INCENTIVO		
		II (+ 67% de A)	III (+ 62% de A)	IV (+ 60% de A)
TITULAR	47.090	78.640	76.285	75.344
ADJUNTO	41.594	69.461	67.382	66.550
ASSISTENTE	36.100	60.287	58.482	57.760
AUXILIAR	31.393	52.426	50.856	50.228

#### DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

##### SITUAÇÃO ATUAL

DENOMINAÇÃO	A SALÁRIO 20 HORAS	B SALÁRIO 40 HORAS	C DEDICAÇÃO EXCLUSIVA (20% de A)	B + C + INCENTIVOS		
				II (+35% de A)	III (+25% de A)	IV (+15% de A)
TITULAR	23.545	47.090	4.090	60.039	-	-
ADJUNTO	20.797	41.594	4.159	53.031	50.952	-
ASSISTENTE	18.050	36.100	3.610	46.027	44.222	42.417
AUXILIAR	-	31.393	3.139*	40.849	39.044	37.239

(\*) 10% de B

#### PROPOSTA MEC

DENOMINAÇÃO	A SALÁRIO 20 HORAS	B SALÁRIO 40 HORAS	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA (B+60% de A)
TITULAR	41.597	83.194	108.152
ADJUNTO	34.869	69.738	90.659
ASSISTENTE	25.605	51.208	66.570
AUXILIAR	18.876	37.752	49.077

#### SUGESTÃO DASP

DENOMINAÇÃO	A SALÁRIO 40 HORAS	B DEDICAÇÃO EXCLUSIVA (90% de A)	A + B + INCENTIVOS		
			II (+35% de A)	III (+25% de A)	IV (+ 15% de A)
TITULAR	47.090	42.381	105.952	-	-
ADJUNTO	41.594	37.434	93.585	89.426	-
ASSISTENTE	36.100	32.490	81.225	77.615	74.005
AUXILIAR	31.393	14.126*	58.154	54.544	50.934

\* (45% de A)

# Os recursos para a Educação

A seção Radar, na edição n.º 605 (9 de abril) da revista Veja, informa que o Ministério da Educação e Cultura descobriu que a indústria que mais cresce em São Paulo, durante o ano de 1979, foi a de Ensino, cabendo-lhe também o primeiro lugar em movimento financeiro.

Esperemos, que, a partir dessa descoberta, seja deflagrada uma ação saneadora visando eliminar as graves irregularidades e distorções que caracterizam o campo do Ensino Empresarial. Como tal, entendemos aquele que é produzido por estabelecimentos de ensino, organizados segundo uma lógica empresarial estrita, em que o lucro é o principal, quando não o único objetivo.

Para atingi-lo, pratica-se uma dupla exploração: paga-se pouco aos professores e funcionários que produzem o ensino, e cobra-se muito dos alunos, consumidores sacrificados e desprotegidos de um ensino de má qualidade.

Excluamos dessa generalização, por uma questão de pura justiça, algumas instituições particulares com reconhecidos serviços prestados ao ensino e à pesquisa de nível superior. Estes, no entanto, representam hoje uma minoria pouco expressiva, diante da proliferação, avassaladora dos cursos caça-níqueis e seus diplomas de fim de semana.

Esse processo foi favorecido e até estimulado pelo Estado, pois ao crescimento explosivo do ensino empresarial correspondia uma diminuição progressiva da participação do Governo no custeio do Ensino Superior, sem que fossem sacrificadas as estatísticas oficiais da parte do "milagre" brasileiro a cargo do Ministério da Educação.

Excluamos dessa generalização, por uma questão de pura justiça, algumas instituições particulares com reconhecidos serviços prestados ao ensino e à pesquisa de nível superior. Estes, no entanto, representam hoje uma minoria pouco expressiva, diante da proliferação avassaladora dos cursos caça-níqueis e seus diplomas de fim de semana.

Esse processo foi favorecido e até estimulado pelo Estado, pois ao crescimento explosivo do ensino empresarial correspondia uma diminuição progressiva da participação do Governo no custeio do Ensino Superior, sem que fossem sacrificadas as estatísticas oficiais da parte do "milagre" brasileiro a cargo do Ministério da Educação.

O aumento desenfreado das matrículas do

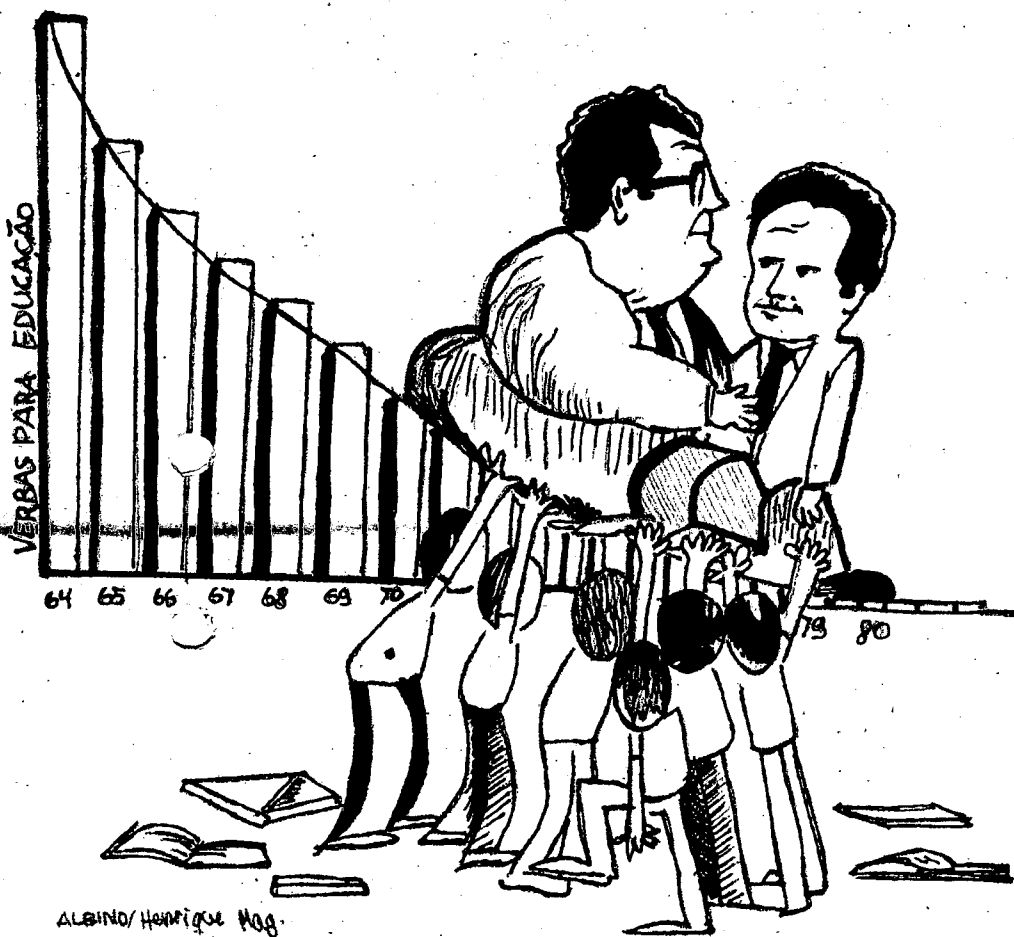
ensino empresarial ganhou impulso quando o Coronel Jarbas Passarinho ocupou o Ministério da Educação e Cultura e continuou na gestão do Coronel Nei Braga. Hoje, os números indicam que mais de 70% do total de matrículas no ensino superior, representando cerca de 800 mil alunos, correspondem do ensino privado. Em São Paulo, esse percentual pode chegar até 90%, conforme denúncia feita, em conferência realizada em Florianópolis, no dia 08 p.p. pelo Professor Rogério Cezar de Cerqueira Leite. Esse aumento pode ser considerado irreal na medida em que existe um enorme desemprego aparente de graduados no Brasil, segundo informa um estudo recentemente divulgado pela publicação Debate, editada pela CAPES (1). De acordo com a mesma fonte a situação tem um aspecto agravante que é o fato de o mercado de trabalho para graduados ser artificialmente inflado (e inflacionado) no Brasil, por artifícios legais ligados ao reconhecimento de profissões. Por isso, conclui o artigo, "gera-se um mercado para diplomas, e em consequência, uma demanda em diplomas. Em suma, o país tem 1,5 milhões de estudantes de nível superior em busca de um diploma que lhes permita barganhar um emprego num mercado grandemente gerado por dispositivos legais".

Até mesmo o tempo, o percentual orçamentário destinado à Educação e a Cultura situa-se no mais baixo nível dos últimos anos, a despeito das reivindicações em favor do ensino, formuladas por alunos e professores através das suas entidades representativas.

Alguns dados, divulgados nos últimos meses, através da imprensa e em vários Encontros de Educação, constituem a melhor evidência do estado de semi-abandono a que o Estado Brasileiro relegou a Educação Nacional. Em 1965 o percentual orçamentário do MEC foi de 11,07%; já em 1970 esse percentual era só de 7,60%.

Esses recursos diminuíram progressivamente desde então para atingir os escassos 4,28% do orçamento de 1980, como mostra o quadro n.º 1. Ora, sabe-se que é recomendável que os países com baixo nível de desenvolvimento invistam um mínimo de 12% no custeio da Educação, pois o caminho do progresso e do desenvolvimento nacionais autônomos passa, obrigatoriamente, pela formação de

Oswaldo de O. Maciel  
Presidente da APUFSC



**sistema**  
**CURT**  
opcional de  
**Filme Grátis**  
Você ganha também:

- **POSSIBILIDADE DE ESCOLHA:** é você quem escolhe: SISTEMA CURT DE FILME GRÁTIS ou SISTEMA CURT TRADICIONAL.
- **FOTOS COM DATA:** você vai sempre saber quando suas fotos foram feitas.
- **ÁLBUNS COLORIDOS GRÁTIS:** o CURT dá de presente, lindos álbuns coloridos para você guardar suas fotos.
- **VOCÊ SÓ PAGA O QUE SAI:** se de um filme de 36 poses, só saíram 20 fotos, por exemplo, você só paga as 20 fotos.
- **VANTAGEM NOS FILMES:** quando você manda revelar e ampliar pelo SISTEMA CURT DE FILME GRÁTIS um filme:  
125/12, você ganha de volta um filme 125/20.  
110/12, você ganha de volta um filme 110/20.  
135/12, você ganha de volta um filme 135/24.

## FOTO FELIPE

DEODORO 03

- REPRODUÇÕES FOTOGRAFICAS
- SLIDES
- REVELAÇÕES PRETO E BRANCO EM 24 HORAS
- FOTOS PARA DOCUMENTOS

E MAIS O SISTEMA CURT DE FILMES GRÁTIS

quadros humanos qualificados. Evidentemente, a formação desses recursos humanos tem um custo social significativo, mas o retorno é largamente compensador.

Já o quadro 2, adaptado de uma excelente contribuição do Prof. Walter Celso de Lima, permite visualizar, de forma comparativa, as parcelas do Produto Nacional Bruto (PNB) empregados em Educação por vários países das Américas.

Com base nesses dados, o autor se surpreende com a posição relativa do BRASIL, ocupando um modestíssimo 21.º lugar, atrás de países mais pobres que o nosso como o Panamá, Costa Rica, Peru e Chile, de aproximadamente a mesma idade e o mesmo tipo de colonização. A surpresa é maior, no entanto, quando se considera que também El Salvador, Honduras, Equador, Bolívia, que segundo o autor, são países pobres e com graves problemas internos sociais, econômicos e políticos, se comparados com o Brasil.

Neste mesmo sentido, porém com um caráter mais abrangente, o estudo divulgado pela CAPES compara dados de alguns países desenvolvidos e subdesenvolvidos, conforme mostra o Quadro n.º 3.

Em função desses números, conclui o estudo que alguns países subdesenvolvidos têm um número excessivo de estudantes de nível superior (ENS) comparado com o PNB, colocando entre eles o BRASIL e a COREIA DO SUL. Indo um pouco mais além, expressa o ponto de vista de que esse elevado número de estudantes pode dar uma aparência ilusória de que estes países estão realizando um grande esforço em Educação; mas a realidade é outra, pois é mínima a fração do PNB gasta em educação, especialmente no caso brasileiro. "O grande número de estudantes de nível superior, nestes países, reflete provavelmente uma distorção na política educacional e um baixo padrão das instituições de ensino superior", concluem os autores.

Neste contexto, inserir-se a luta das Associações de Docentes das Instituições de Ensino Superior as quais, depois de quatro reuniões realizadas entre fevereiro de 1979 e fevereiro de 1980, firmaram uma posição clara e definitiva quanto às obrigações do Estado para com a Educação.

A Educação, assim como a Saúde, é um dever do Estado e um direito do cidadão. É necessário aumentar as verbas a ela destinadas com o objetivo de permitir a um maior número de brasileiros acesso ao ensino público em todos os níveis. Tal ensino deve ter, como pressuposto básico, um padrão de qualidade compatível com a necessidade de formar recursos humanos aptos a assumir os encargos da construção de uma sociedade democrática e autônoma. Isto implica em que as Instituições de ensino, especialmente as de nível superior, disponham em seus quadros de um contingente de professores com capacidade e expe-

riência acadêmicas indispensáveis à formação e ao treinamento dos estudantes universitários do Brasil. Implica, também, na necessidade de verbas públicas para financiar as despesas de manutenção do ensino, da pesquisa e da extensão de boa qualidade, tais como salários condizentes para o pessoal docente, técnico e administrativo, manutenção de linhas de pesquisa, bibliotecas e laboratórios.

A relutância do Estado em assumir esses encargos tem acarretado grandes prejuízos ao Ensino Brasileiro, na medida em que a drástica limitação de recursos que vem sendo imposta aos Sistemas Educacionais significa, obrigatoriamente, um decréscimo na qualidade das atividades universitárias. O resultado dos erros acumulados dos últimos anos é essa crise permanente da Educação que tem sido reconhecida até pelo próprio Ministro Prof. Eduardo Mattos Portella, em pronunciamento recentes.

Uma das conseqüências mais danosas da escassez de recursos públicos para a Educação é a incapacidade de remunerar adequadamente o professorado brasileiro, ocasionando um esvaziamento dos quadros docentes, submetidos hoje a uma fuga constante de elementos qualificados, muitas vezes formados com bolsas de estudos estatais, para as empresas privadas em busca de melhores salários e condições de trabalho.

Mudar essa situação é uma das grandes propostas da luta pela valorização do exercício do magistério, como uma opção profissional, que hoje empolga uma grande parcela do professorado brasileiro, através de suas Associações e Entidades de Classe. Durante todo o ano passado várias mobilizações de Docentes marcaram a cena brasileira. Essa mobilização continua, ainda mais forte, em 1980, numa clara evidência de que a Educação continua a ser, junto com a Saúde, uma das filhas encastadas do Governo, a despeito das reiteradas proclamações oficiais acerca das prioridades sociais de sua ação.

A recuperação da Educação brasileira passa a constituir, doravante, o objetivo comum de todos os movimentos encetados pelos professores do Brasil, os quais já começam a dar mostras de uma promissora unidade, quando da realização, no último dia 17 de abril, do DIA NACIONAL DE LUTA SALARIAL E DE CARREIRA. Esta iniciativa das Associações de Docentes Universitários, que em boa hora recebeu o valioso apoio de outras entidades representativas de professores e estudantes, deve ser ampliada e reforçada com o objetivo de alcançarmos os resultados urgentemente reclamados pela Educação Brasileira.

REFERÊNCIAS:

- (1) ALAOR SILVÉRIO CHAVES; PAULO ROBERTO SILVA e JOSÉ LUIZ AARESTRUP ALVES Contribuição ao debate, sobre a Universidade Brasileira — DEBATE (CAPES) n.º 1, Fevereiro de 1980
- (2) WALTER CELSO DE LIMA — Quanto o Brasil gasta com a Educação — O ESTADO (Fpolis) 06/04/80.

QUADRO N.º 1 -- PERCENTUAL DO MEC EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO

Ano	Perc.	Ano	Perc.	Ano	Perc.	Ano	Perc.
1970	7,60	1973	5,21	1976	4,66	1979	5,72
1971	6,78	1974	4,95	1977	5,31	1980	4,28
1972	5,62	1975	4,31	1978	5,20		

\*Fonte: JORNAL DO BRASIL, 19/11/1979.

Quadro n.º 2 PNB gasto em Educação

País	PNB gasto em educação		PNB (milhões de US\$)
	(% do PNB)	(ano)	
1. Canadá	7,6%	(1974)	152.000 (1975)
2. Estados Unidos	6,6%	(1974)	1.573.000.000 (1975)
3. Barbados	6,4%	(1968)	349 (1975)
4. Guiana	6,3%	(1974)	401 (1974)
5. Panamá	5,9%	(1974)	1.680 (1975)
6. Granada	5,7%	(1974)	38 (1977)
7. Jamaica	5,5%	(1973)	2.200 (1974)
8. Costa Rica	5,2%	(1974)	1.860 (1975)
9. Bahamas	4,9%	(1974)	390 (1973)
10. Venezuela	4,7%	(1973)	26.100 (1975)
11. Peru	4,2%	(1973)	12.290 (1975)
12. Chile	4,0%	(1974)	7.640 (1976)
13. El Salvador	3,6%	(1973)	1.500 (1974)
14. Uruguai	3,6%	(1970)	3.610 (1975)
15. Trinidad Tobago	3,5%	(1972)	1.770 (1974)
16. Colômbia	3,3%	(1975)	12.400 (1975)
17. Honduras	3,3%	(1974)	1.590 (1975)
18. Equador	3,2%	(1971)	4.800 (1976)
19. Bolívia	3,1%	(1969)	2.122 (1975)
20. México	3,0%	(1973)	65.000 (1974)
21. BRASIL	2,9%	(1973)	77.220 (1975)
22. Rep. Dominicana	2,6%	(1973)	3.500 (1976)
23. Argentina	2,2%	(1973)	31.385 (1976)
24. Nicarágua	2,2%	(1973)	1.760 (1976)
25. Guatemala	1,7%	(1973)	3.500 (1975)
26. Paraguai	1,4%	(1974)	1.310 (1974)
27. Haiti	1,1%	(1973)	726 (1971)

QUADRO N.º 03

DADOS POPULACIONAIS, EDUCACIONAIS E ECONÔMICOS DE ALGUNS PAÍSES DESENVOLVIDOS E SUBDESENVOLVIDOS

PAÍS	População milhões (1978)	ENS (ano) mil	PNB-bilhões de dólares (1978)		ENS por mil habitantes	
				% do PNB gasto com educação (ano)		
Alemanha	61	837 (76)	550	14	1,5	4,1 (73)
EUA	219	10105 (76)	2200	46	4,6	6,6 (74)
França	53	765 (75)	450	14	1,7	4,7 (74)
Japão	115	1972 (75)	650	16	2,8	4,3 (71)
Reino Unido	56	6 (76)	250	5,1	1,1	9,8 (?)
Suécia	9	126 (77)	80	14	1,6	7,6 (74)
URSS	269	4854 (76)	1200	19	4,0	7,5 (73)
Argélia	19	36 (75)	20	1,9	1,8	7,2 (70)
BRASIL	115	1437 (78)	150	12	9,6	2,9 (69)
Coreia do Sul	37	230 (76)	33	6,2	7,0	4,1 (74)
Cuba	10	77 (76)	?	7,7	—	9,3 (74)
Índia	840	2900 (75)	120	4,5	2,4	2,5 (69)
México	67	359 (72)	110	5,4	3,3	3,0 (73)
Tailândia	45	22 (75)	20	0,5	1,1	2,6 (74)

— Estudantes de nível superior

— Gastos com ensino público e privado nos três níveis

NOTA: Dados sobre PNB e educação obtidos no "Almanaque Abril 1979". Muitos dados referentes ao PNB estavam desatualizados de alguns anos e foram atualizados usando-se os índices de crescimento do PNB no período 1970-1977 fornecidos pelo "Monthly Bulletin of Statistics" da ONU de março/79 e o índice de 7% a.a. para a depreciação do dólar. As populações foram obtidas desta última referência.

QUEM PRECISA DE INFORMAÇÃO ?

Muita gente. O ideal mesmo seria que todo mundo fosse bem informado. A verdade, infelizmente, é que se lê muito pouco neste Brasil. Daí a importância de uma participação maior dos universitários., nos destinos de nossa terra. Professores e estudantes suficientemente preparados para assumir posições, substancialmente munidos de conhecimentos, para responder às necessidades do país com as soluções mais adequadas. É preciso assimilar o bastante. Ler jornal todo dia não é tudo, mas ajuda muito. O jornal informa, atualiza, dá bagagem. O Jornal de Santa Catarina não preten-

de ser um dos mais completos noticiosos do País, mas tem o que interessa para um bom panorama do mundo, da Nação e, especialmente, do nosso Estado. Em cima da notícia, o JSC reúne objetivamente as matérias de interesse que merecem destaque a cada 24 horas, entregando a você toda manhã assuntos nacionais e internacionais, revelando as últimas do esporte, cinema, política, teatro artes, negócios, ciências e muitos outros setores da atividade humana. Colunas assinadas, como as do Joelmir Beting e Carlos Chagas, são hoje leitura

obrigatória do JSC. Faça do JSC o seu hábito de leitura diária. E garanta um bom suprimento de informações para tornar ágil e eficiente o seu instrumental de trabalho e integração social.



# Expectativas: GESTÃO BAYER

O início do mandato do Prof. Ernani Bayer à frente da Reitoria da UFSC é marcado por uma grande expectativa. De nossa parte desejamos à nova Administração pleno sucesso na gestão dos assuntos da Universidade. Esses votos são extensivos aos Pró-Reitores que assumiram no dia 9 pp.

Prof. Juarez Philippi --Pró-Reitoria de Ensino de Graduação  
 Prof. Silvio Coelho dos Santos --Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.  
 Prof. Hamilton Savi --Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e de Extensão.  
 Prof. Rodolfo Pinto da Luz --Pró-Reitoria de Administração.

## MEMORIAL DE REIVINDICAÇÕES DOS PROFESSORES DA UFSC AO NOVO REITOR:

A posse do professor Ernani Bayer na reitoria da UFSC para a gestão dos próximos 4 anos, abre novamente no seio do corpo docente uma série de expectativas, no sentido da concretização das aspirações dos professores.

Com o objetivo de viabilizar estas aspirações, o conselho de representantes da APUFSC organizou discussões em cada centro da UFSC e montou um MEMORIAL DE REIVINDICAÇÕES que será entregue ao novo Reitor como sendo o compromisso dos professores com a Universidade.

Aqui um resumo deste memorial:

- 1) Definição pelo colégio do departamento de sua política de ensino, pesquisa e extensão, integração destas 3 atividades.
- 2) Autonomia administrativa e financeira para obtenção das condições necessárias à política definida. (Ex: autoridade para admissão e afastamento de professores e possuir dotação orçamentária).
- 3) Eleições diretas para chefes de departamento como pressuposto básico ao cumprimento de suas funções.
- 4) Melhores condições de trabalho e remuneração condigna aos professores com adesão da administração da UFSC ao movimento dos professores por:

— Melhores condições de trabalho e remuneração condigna aos professores com adesão da administração da UFSC ao movimento dos professores por:

- 1) Recuperação do nível salarial de 1970, pois o poder aquisitivo dos professores hoje é mais de 1/3 inferior ao de 70.
- 2) Implantação da nova estrutura da carreira do magistério, que atende à maioria das reivindicações dos professores tais como:
  - a) Criação de uma carreira do magistério, de fato, com auxiliares, assistentes, adjuntos e titulares.
  - b) Progressão funcional e salarial automática.
  - c) Reajuste semestral de salários.
  - d) Maior estabilidade no trabalho, etc.
- 3) Mais verbas públicas à educação, para que o Estado assumira sua responsabilidade pelo ensino público e gratuito em todos os níveis. Estas são as reivindicações básicas em toda a UFSC muitas questões gerais e específicas serão também encaminhadas, com a anexação dos relatórios dos centros. A união de todos os professores e o apoio da administração tornarão estas aspirações uma realidade na UFSC.

Na posse do professor Ernani Bayer na Reitoria, a APUFSC iria fazer um pronunciamento, porém foi impedida, sob o pretexto de não ser protocolar.

Eis aqui na íntegra:

A oportunidade é propícia para a firmação de compromissos e a fixação de posições.

Entendido como um momento da história desta universidade, o presente ato público se realiza num contexto pleno de dúvidas, mas marcado por novas expectativas.

As dúvidas dizem respeito ao projeto do Governo para a educação brasileira em geral, e para a universidade brasileira em particular. Não é mais possível ignorar, a marginalização que a educação vem sofrendo na distribuição dos recursos orçamentários da União. Não mais é lícito que os responsáveis e interessados diretos se calam, e se omitam diante dos graves riscos que corre a universidade face ao estrangulamento financeiro, lento, gradual e implacável, a que vem sendo submetida. Referimo-nos aos Administradores, professores, estudantes e funcionários das Instituições Públicas de Ensino Superior.

Da nossa parte, reafirmamos o compromisso de lutar pela defesa da qualidade das atividades essenciais da universidade, e fixamos uma clara posição de lutar intransigentemente por mais verbas públicas para a educação, e pelo Ensino Público e gratuito em todos os níveis.

Reafirmamos o compromisso de lutar pela valorização do exercício profissional do Magistério, revertendo a situação hoje existente.

Reafirmamos o compromisso de lutar pela integração dos Professores colaboradores aos quadros das IES.

Reafirmamos o compromisso de lutar pela democratização dentro e fora da universidade, no exercício pleno de um direito de cidadania. Entendemos que quaisquer propostas de abertura serão vagas e imprecisas se não forem traduzidas por uma efetiva participação popular na gestão da sociedade.

Os professores querem participar das decisões da universidade, os trabalhadores querem participar da riqueza que ajudam a produzir, o povo quer governantes legítimos.

Reafirmamos o compromisso de lutar pela autonomia universitária, velha aspiração da Universidade, pois é o único meio capaz de lhe assegurar a liberdade necessária para debater, discutir e criar num ambiente de independência ideológica.

Por isso, fixamos a posição dos professores da Universidade Federal de SC, através da sua associação, na comunhão de ideais que nos irmana com os companheiros das demais associações de Docentes do Brasil: apoiaremos todas as medidas que concorram para a consecução dos nossos objetivos; opor-nos-emos a todas aquelas que signifiquem a negação dos nossos princípios, e das nossas reivindicações.

As novas expectativas são geradas pela proposta de trabalho da Administração que hoje se instala: mais união e maior integração com a comunidade; incluída as idéias de legitimação, de democratização e de participação, obtidas através de uma ampla discussão comunitária teremos aí a base de um projeto que poderá transformar a UFSC.

Trabalhemos para isso.

Esperamos que ela se concretize.

Ao final ressaltamos a importância de uma definição favorável do Governo, ao projeto de reestruturação da carreira do magistério, como uma forma concreta de propiciar melhores condições de trabalho e remuneração condigna aos professores, fator indispensável para a melhoria da qualidade do ensino e de todo o trabalho da universidade.

Pelo Ensino Público gratuito em todos os níveis

Pela Democratização da Universidade

Por melhores condições de TRABALHO e melhores Salários aos professores.

Muito obrigado!

## COPEX

### MATERIAL DE ENGENHARIA LTDA.

Materiais de Engenharia, Desenho, Arquitetura, Topografia, Cópias, Heliográficas, Xerox, e Redução de documentos, Máquinas Heliográficas, Plastificação e Encadernação

Rua Tenente Silveira, 56 - End. Tel. "COPEX" - Caixa Postal, 477 - Fone 22-4530 Florianópolis - SC.

## ELÓI PEÇAS

Peças - Acessório - Baterias

Recondicionamento de Motores - Total garantia  
 Amplo financiamento.

Rua Fúlvio Aducci, 994 - Estreito

Fones: 44-0992 - 44-1359.

# DEBATES

2

1

## Convênios

10.2 Liane Belinski

(A Respeito da Universidade Autônoma de Guadalajara)

Caro colega você pretende fazer seu mestrado ou doutorado no exterior? Vai amparado por um convênio? Cuidado!

Você conhece realmente a Universidade onde pretende estudar? Leu e releu (mil vezes) as cláusulas deste convênio? E também no que não consta?

Analisou, pensou, e refletiu em todos os problemas que podem surgir quando você estiver fora de seu país?

Se você não tiver respostas muito claras a estas e muitas outras perguntas, permanece em seu país, pois do contrário só irá se arrepender.

A vida em um país estrangeiro, mesmo latino americano (ou com muitas influências norte americanas) representa um mundo totalmente novo, onde a vida, os costumes, a cultura, a sociedade são incógnitas que, a cada momento surpreendem, chocam e paralisam.

A necessidade de preparação, consciência de nossa realidade como representantes de um país, de uma instituição é que realmente estamos buscando é algo indispensável e que jamais podemos perder de vista ou do contrário sucumbimos em um mundo de fantasia, de trevas ou quem sabe a perda de nossa própria personalidade.

Quando saímos para realizar estudos no exterior, muitos nos desejam felicidades, acompanhados de frases como: "Aproveitem", "passeiem muito", "conheçam vários lugares", sem sequer ocuparem-se com o objetivo que vamos perseguir.

Mal sabem estes, todos os problemas, sofrimentos e trabalhos que passamos por estarmos em terras estranhas, expostos a todos os tipos de dificuldades, a fim de complementar estudos e, ao regressar, possuir melhores condições de fazer algo mais por nosso país, e nossa gente.

Se estamos comentando estes fatos é por que não queremos ver outros colegas passarem pelos mesmos horrores que estamos sendo submetidos há um ano, pela universidade na qual viemos fazer mestrado e doutorado, e que possui convênio com nossa universidade.

Esta universidade particular, desde o dia que chegamos nos obriga passar uma série de humilhações e a trabalhar 20 horas semanais (item que não consta do convênio) para podermos receber a bolsa a que temos direito pelo referido convênio.

Após três horas de trabalho em esta universidade recebemos carta oficial do governo exigindo nossa saída do país por infringir leis constitucionais. Por sermos estudantes não podemos realizar espécie alguma de atividade remunerada ou não.

Já pensaram o que isto significa? Na metade de um curso?

A universidade responsável por todos estes problemas se exime de toda a culpa, assume uma atitude de ré, penaliza-se muito e nada faz.

Agora, o mais chocante é vermos que nossa universidade prefere acreditar em meia dúzia de palavras proferidas por um estrangeiro, a levar em consideração os relatos de seus professores, irmãos por nacionalidade e que ademais fazem parte da mesma instituição e que tudo fazem para elevar o nome desta instituição.

Creemos já ser hora que este mundo de irregularidades se acabe.

Se uma universidade quer organizar convênios com universidades estrangeiras e enviar seus professores a primeira atitude correcta deve se responsabilizar-se por estes, afinal professor ainda é um cargo de confiança, e sobretudo os convênios não devem ser unilaterais.

Ademais, os responsáveis por estes convênios devem ser pessoas que além de conhecimentos possuam honra.

Como professores, cidadãos brasileiros e de conduta idônea, cremos não necessitar buscar soluções ilegais, por trás dos bastidores, para nos mantermos em um país estrangeiro e coadjuvar com sistemas falidos, pondo em risco nossa própria individualidade.

## Títulos

**TITULAÇÃO, EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL e CARREIRA DOCENTE PARA PROFESSORES DAS ÁREAS CLÍNICAS DE MEDICINA E OUTRAS ÁREAS PROFISSIONAIS:**

Um aspecto importante do projeto de carreira que o MEC e a comunidade universitária discutiram durante 1979 é a possibilidade da dispensa da titulação formal para progressão funcional dos professores de ensino superior. O parágrafo único do artigo 12 que trata do provimento no nível I(um) da classe de professores assistente, diz: — Para inscrição no concurso previsto no inciso II exige-se no mínimo, o grau de mestre ou titulação julgada equivalente na forma da lei.

Estas considerações parecem oportunas na hora em que colocamos em debate o caso de um docente da área Clínica de medicina, que há pouco foi apreciado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Trata-se do professor Savas Apóstolo Ptísica, com exercício no Departamento Materno Infantil e que requer a equiparação em nível de mestrado e doutorado com base em vários cursos e um estágio realizado no exterior.

Os cursos foram realizados em Portugal e EEUU e o estágio foi realizado na França, com duração de um ano, sendo que aí obteve o título de assistente estrangeiro, após apresentação e defesa de uma monografia. Outro curso foi realizado no Centro Latino-Americano de Perinatologia e Desenvolvimento Humano, em Montevideu de 24/03/1978 a 24/01/1979, culminando com a elaboração e defesa de um trabalho experimental.

O processo foi relatado pelo conselheiro Danilo Freire Duarte de cujo parecer retiramos o seguinte:

"Muito já se escrever sobre mestrado e doutorado neste País. Contudo, vale a pena transcrever algumas opiniões importantes sobre a pós-graduação "sensu stricto" na área clínica da Medicina, por ser assunto extremamente controverso.

Copiamos, em grande parte, o modelo norte-americano.

Entretanto, "O médico nos EUA, quando termina o seu curso, não vai fazer mestrado ou doutorado em medicina (área clínica) e, sim especialização ou aperfeiçoamento em uma determinada área". O Prof. J. E. Dutra de Oliveira, de quem transcrevi estas palavras conclui, em sua excelente revisão sobre pós-graduação da área médica, publicada na Rev. Bras. de Med. em setembro de 1975, "Sem o devido cuidado iremos partir para o caminho oposto da situação anterior: antes, tínhamos o médico que não era treinado para professor e agora parti-

Oswaldo Maciel

riam para ter o professor que não foi devidamente treinado para médico".

O Prof. Mário Rigatto, atual Vice-Reitor da UFRGS, diz textualmente no realto apresentado ao II Simpósio Nacional de Pós-Graduação: "O legislador brasileiro, ao redigir os seus pareceres, ignorava, o que é pouco provável, ou ignorou, o que é certo, que as roupas do mestrado e doutorado, festivamente recebidas pela maioria de nossas áreas universitárias, até então desnudas de qualquer roupagem oficial, iria encontrar sérias dificuldades para se ajustarem às áreas clínicas da Medicina". Analisando a contradição entre a exigência oficial e a realidade, diz em outro trecho: "Assim, enquanto a maioria das áreas da Universidade já possuía, antes de se iniciar a implantação da pós-graduação no País, um grande número de mestres e doutores titulados no estrangeiro, as Faculdades de Medicina não possuíam e não possuem, nenhum que tivesse chegado ao título por esse caminho. A explicação é óbvia. Embora os professores das Faculdades de Medicina figurem entre os que com mais freqüência se aperfeiçoam no exterior, por melhor que tenha sido o estágio por eles cumprido em centros de 1ª. qualidade; ainda que tenham como fruto destes estágios publicado excelentes trabalhos, nenhum deles retorna com o título de Mestre ou de Doutor. Simplesmente porque não é tradição nos grandes núcleos médicos estrangeiros que o treinamento médico pós-graduado conduza a estes títulos".

Infelizmente o relator, face à legislação vigente, vê-se obrigado a concordar com os pareceres emitidos pelo Prof. Aquiles A. Santos, em ambos os processos, discordando que a documentação apresentada qualifique o Prof. Savas Apóstolo Ptísica como Mestre e Doutor. Não pode a Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa da UFSC alterar os pontos de vista firmados pelo CFE, único órgão competente para legislar sobre o assunto.

O relator tomou a liberdade de fazer estas digressões para que seja sentido que o Prof. Savas Apóstolo Ptísica seguiu um caminho normal que lhe ofereceria uma titulação suficiente para o acesso à carreira universitária, em outros países. Na mesma situação encontram-se muitos colegas da área médica, em todo o País.

Aberta a discussão, neste sentido, cremos que se deva meditar na Universidade sobre as áreas de conhecimento em que a titulação formal possa ou até deva ter equivalência com estágios, cursos, residência médica ou outros tipos de treinamento adequados à formação de profissionais e de docentes nas áreas das ciências médicas, das artes e dos esportes, entre outras.

# Política Educativa e nível de ensino

Selvino José Asmann

Quando, em fevereiro de 1974, o Coronel Jarbas Passarinho apresenta a política e estratégia do Plano Setorial de Educação e Cultura (1975-79), da Secretaria-Geral do MEC, e define as grandes linhas gerais "consonantes com a concepção neocapitalista do regime político vigente", confirma que "a diretriz básica, no campo da educação, deveria ser a democratização do ensino em todos os seus graus..." (In: GARCIA, Pedro Benjamim. **Educação: modernização ou dependência?** Rio de Janeiro, F. Alves, 1977. p. 115-6). E como resposta à pergunta: "Deve ela (a educação) corresponder às necessidades, esperanças e desejos dos indivíduos, ou deve ser orientada para a satisfação das necessidades do Estado?", ele diz: "Optou o Governo pela resposta que, assegurando o inteiro respeito pelas vocações individuais, carreasse, contudo, os meios existentes preferentemente para as carreiras que mais convinhem ao modelo econômico do Brasil... Ao invés dos 'excedentes profissionais', a agravar os mercados já saturados da espécie (sic), definiamo-nos pela prioridade da formação de profissionais de que o mercado estava ávido". E isso também para "colocar o Brasil na vanguarda dos países que se punham a experimentar as tecnologias avançadas de educação" (p. 116-7). E para que o sistema educativo possa assegurar a reprodução do sistema social e seja "consistente básica no processo do desenvolvimento auto-sustentado", torna-se necessário "integrar o projeto educativo no projeto de desenvolvimento global do País" (p. 120). Após definir as finalidades essenciais, bases da política educativa, entre estas a "pesquisa de um novo humanismo", humanismo fundamentado em "valores permanentes", Passarinho afirma que "a educação brasileira há de concorrer para o objetivo comum que é o projeto do desenvolvimento nacional, e, então possibilitado por este, o projeto humano pessoal de cada indivíduo" (p. 123).

Como se observa, a realização do projeto de desenvolvimento nacional, que tem como "suposto fundamental o crescimento econômico", possibilita a consecução do projeto humano pessoal. Por isso mesmo, "a palavra de ordem é a coordenação entre a política educacional e a política econômica" (p. 123). E não devemos esquecer que a política econômica é determinada pelas necessidades do Estado, o que significa que os indivíduos brasileiros devem subjugarem-se à "concepção neocapitalista do regime político vigente". Defende-se, portanto, que a própria democratização do ensino deve estar submetida ao crescimento econômico; consequentemente "as necessidades técnicas do desenvolvimento obrigam o Governo a adotar uma política de incentivo à expansão de matrículas, embora fixando áreas prioritárias no ensino superior" (p. 125).

Na mesma apresentação da política educacional de 1975-79, o ex-Ministro afirma: "A necessidade de democratizar o ensino em termos de expansão de matrículas, na conjuntura atual, levou o Governo a uma opção do maior alcance. Entre a decisão de se criar um sistema educativo de alto padrão, mas de capacidade restrita, incorrendo, em última análise, numa inevitável seletividade social e o risco de uma eventual baixa de qualidade, estendendo-se a escola ao maior número possível, optou-se pela segunda alternativa, por ser mais democrática e mais ajustada ao estágio atual de nosso desenvolvimento" (p. 126). O texto aqui referido é de clareza meridiana, se fizermos uma leitura sob o ponto de vista ideológico e se atentarmos para o fato de a linguagem do poder sempre ser veiculada para dissimular e justificar o "status quo". A partir dele, já não podemos ficar admirados com a queda na qualidade do ensino.

Deduz-se das palavras do titular da Pasta da Educação — e sabemos muito

bem quanto influenciou no modelo educacional o período Jarbas Passarinho — que já se sabia, se previa e se incentivava a democratização do ensino que consiste em promover "o risco de uma eventual baixa de qualidade"! Seria subversão confirmar que se atingiu o objetivo educacional previsto: a queda do nível de ensino?! Isso vem corroborar a afirmação do educador Darci Ribeiro: "Eu acho que não houve fracasso algum nesta matéria (educação brasileira), mesmo porque o principal requisito de sobrevivência e de hegemonia da classe dominante que temos era precisamente manter o povo chucro" (RIBEIRO, Darci. "Sobre o Óbvio". In: **Encontros com a civilização brasileira.** (1):17, jul. 1978).

Muitas decisões no âmbito legislativo durante estes anos só aprofundam o que está subjacente no texto que acabamos de delinear sucintamente. Sabemos muito bem que o poder nunca advogará ser contrário ao "bem de todos", contrário à "democracia", contrário à "formação integral da pessoa humana". Confrontando a teoria e a prática educacionais, verificamos, por exemplo, que, para "experimentar as tecnologias avançadas em educação", foram importados modelos pedagógicos alheios, sobretudo norte-americanos (V. Acordo MEC-USAID); ignorando que também nos Estados Unidos o "Joãozinho não sabe ler", apesar das "tecnologias avançadas" (Cf. análise feita pela politóloga norte-americana Hannah ARENDT em **Entre o passado e o futuro**, São Paulo, Perspectiva, 1972, p. 221 ss.). Importou-se o "sistema de créditos", sob a pretensa alegação de que assim funciona melhor o ensino e de que o aluno pode programar com maior liberdade a sua vida intra e extra-escolar; procura-se esconder, porém, o objetivo da adoção deste sistema nas universidades: impedir a formação de grupos, de solidariedades, o que sem dúvida não se deseja. Neste contexto também devem ser entendidas as barreiras interpostas à formação de entidades representativas tanto dos estudantes como dos professores. Estes e aqueles, de fato não se encontravam: apenas passavam uns pelos outros, muitas vezes com medo disfarçado, por motivos óbvios após o AI-5 e o 477.

Em nome da democratização, que sempre favorece os mais capacitados e aptos, ou seja, os mais capazes de pagar um "cursinho" — cuja existência esvazia de sentido o segundo grau — existe a múltipla opção no vestibular, tema de polêmicas atuais na UFSC. Em nome da seleção dos candidatos mais qualificados (em que medida o vestibular classifica?), os que demandam a universidade muitas vezes têm uma primeira opção (curso ou área), mas, no afã de ingressarem no rol dos privilegiados brasileiros em termos de qualificação profissional, decidem por segundas, terceiras e quartas opções que de fato não são pretendidas senão como meio de entrar no sagrado templo secular onde reecebem o batismo (o diploma) dos que sonham, e sonham desesperadamente, estar do lado de cima desta sociedade de classes. Mais simplesmente, a presença de um número enorme de pessoas que fazem cursos efetivamente não desejados, demole a (pouca) vontade de estudar e, consequentemente, também diminui as (poucas) fibras do docente que vê diante de si alunos desinteressados. Parece há na UFSC um "pacto silencioso" entre educando e educador. — "Eu estudante, sou levado a não querer estudar muito e, também não posso exigir do professor, que, coitado, ganha pouco!" — "Eu professor, tenho que fazer outras coisas além de lecionar. Ademais, não adianta: os alunos não têm nada de primeiro e segundo graus de baixo nível!" Nivela-se tudo por baixo e todos, alunos e professores, se consolam enviduados...

Aliás, é paradoxal quase todos insistirem em indicar os primeiros graus de ensino como causa do nível insatisfatório no grau superior. As feridas continuam abertas, não obstante a aplicação de curativos muitas vezes representados pelas atividades e/ou estudos iniciais na graduação e pós-graduação que servem para suprir deficiências dos respectivos graus anteriores. Evidentemente, a proliferação de cursos de pós-graduação (de 1970 a 1976 houve um incremento de 617%) deve-se também ao fato de se tentar recuperar o valor econômico e simbólico do diploma.

Nem alunos nem professores se sentem culpados. Sentem-se até heróis e o círculo vicioso continua corroborando mais uma vez a façanha educacional empreendida. Tal heroísmo é frustrante para alunos e professores, repercutindo no processo de ensino-aprendizagem. Por um lado sente-se a necessidade do diploma na ânsia de ascender socialmente, e por outro, ao mesmo tempo, percebe-se que a mobilidade social através da escolarização é falsificada, pois a estrutura ocupacional não absorve o número crescente de diplomados. A supervalorização dos conceitos de aproveitamento escolar em detrimento do que se aprende, é um indício da concorrência em ocupar as raras vagas existentes no mercado de trabalho. Foi sintomática (trágica) a observação de um aluno de engenharia da UFSC no fim de uma aula: — "Nesta universidade, muito fácil é passar; o difícil é aprender alguma coisa".

Sabe-se que certos cursos são desvalorizados e outros supervalorizados, o que também influi na qualidade de ensino. Manifesta-se que os cursos valem na razão direta do valor atribuído às funções sociais exercidas pelos graduados. Se a realidade social fosse outra, a disputa de vaga no vestibular também sofreria mudanças. Exemplificando, se no Brasil e em Santa Catarina se valorizasse a pesquisa científica pura (matemática, química, física, biologia), levando o país a menor dependência na

formulação de soluções técnico-científicas, não teríamos tantos alunos de segunda, terceira e quarta opções nesses cursos e nem as constantes desistências. A colação de grau dos biólogos e dos físicos seria tão importante quanto a dos médicos e dos engenheiros!

Com referência a salários e ao investimento educacional no Brasil um dos aspectos que mais se evidencia é o seguinte: declara-se que sem educação não há desenvolvimento econômico, político, social e cultural. Todos de acordo. E num país neocapitalista, que dá muita importância a números, entrevemos a ameaça da falência no ensino superior... Segundo informações (Cf. **Folha de S. Paulo**, 17 ago. 1979. p. 2, c. 3-4), para 1980 destinam-se apenas 2,5% do orçamento do Governo Federal para o MEC (em 1965 eram 12,25%). Já estamos em 93.º lugar entre os países com relação às verbas da educação e cultura. E quem mais irá ressentir-se com os parcos 2,5%, segundo o próprio Ministro Eduardo Portella? O ensino superior.

Não se pode simplesmente defender uma relação direta entre nível de ensino-pesquisa e salário do professor. Quem percebe mais nem sempre é mais qualificado e "qualificante" em termos de ensino. Contudo, num sistema como o nosso manifesta-se a importância (pouca) que se dá à educação e ao educador na proporção do dinheiro pago à mercadoria vendida (o trabalho docente). A reivindicação de melhores salários é sobretudo, ou também, busca de valorização da educação. Neste sentido tal reivindicação pode e deve ser um "xe-que" ao projeto político-educacional, ou, pelo menos, um desmascaramento da contradição em que incorrem os defensores da educação como "fator imprescindível para o desenvolvimento social". É óbvio que todo poder defenderá um "messianismo pedagógico": só pela educação institucionalizada se alcançará a superação dos problemas. Messianismo justificado na medida em que muitos educadores também crêem nele. É bastante pacífico que a Escola é Aparelho Ideológico de Estado mais

importante, enquanto "assegura reprodução da qualificação da força de trabalho no regime capitalista, não só ensinando 'saberes práticos' mas também as 'regras' dos bons costumes, ou seja o comportamento que todo o agente da divisão do trabalho deve observar, segundo o lugar que está destinado a ocupar: regras da moral, da consciência cívica e profissional, o que significa exatamente regras de respeito pela divisão social-técnica do trabalho, pelas regras da ordem estabelecida, pela dominação de classe" (ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa, Presença, p. 20-1). Ensina-se já não tanto falar e a redigir bem, mas, pelo menos, a mandar bem.

Neste contexto é claro que a Escola não muda a sociedade, ou melhor, se a sociedade for conservadora a Escola ajudará a reproduzir a conservação, se pelo contrário, for transformadora, a Escola também o será. Queremos dizer com isso que o nível de ensino não é gerado apenas na relação professor-aluno, ou aluno-professor, nem apresenta como causa exclusiva as condições materiais, pelo número de livros na biblioteca, número de alunos na sala de aula ou memos pela boa ou má aplicação de métodos e legislações de ensino.

Para se analisar com maior propriedade o nível do ensino na universidade, é necessário levar em consideração o fato de que esta implica diretamente na estrutura social que a engendra. Assim, quanto mais autoritária for a elite governante, tanto menos debate haverá na universidade, tanto mais os poderes estarão concentrados em poucas mãos e tanto mais se intervirá na produção do saber, o que levará a produzir menos intelectualmente, com a preocupação de se reproduzir a verdade já estabelecida. Por outras palavras, um conservadorismo social e político, só pode engendrar um conservadorismo pedagógico, acentuando-se a tarefa de criar o "homem da ordem", o "homem da obediência", o que não precisa de maiores confirmações, tal a demonstração da dificuldade de pensar na maioria dos universi-

tários. A situação agravou-se na medida em que o professor "cão de guarda" se transformou em "cão pastor" acompanhando "a passagem da universidade pretensamente humanística e mandarinesca à universidade tecnocrática, onde os critérios lucrativos da empresa privada funcionarão para a formação das fornadas de 'colarinhos brancos' rumos às usinas, escritórios e dependências ministeriais"; universidade na qual se troca "o poder da razão pela razão do poder" (TRAGTENBERG, Maurício. "A delinquência acadêmica". In: **Educação e Sociedade**. Ano I. (3):76-7, maio 1979). Segundo o mesmo Autor, "a universidade brasileira se prepara para ser uma 'multiversidade', isto é, ensina tudo aquilo que o aluno possa pagar", uma "prestadora de serviços", onde se pretende evitar, a todo o custo o debate sobre a responsabilidade social dos professores e pesquisadores universitários. A eficiência docente é medida em número de projetos ou textos fabricados, e "a não preocupação com as finalidades sociais do conhecimento produzido, se constitui em fator de 'delinquência acadêmica' ou de 'traição do intelectual'. Em nome do 'serviço à comunidade', a intelectualidade universitária se tornou cúmplice do genocídio, espionagem, engano e todo o tipo de corrupção dominante, quando domina a 'razão de Estado' em detrimento do povo" (Ib. p. 79). Quando em nome da cientificidade se procura ser neutro, quando se discutem os meios e não os fins do que se faz, quando se transformam os problemas políticos em problemas técnicos, quando a ideologia do estudante e do professor é não terem nenhuma ideologia, torna-se fácil encontrar motivos fortes para a própria queda do nível do ensino, sobretudo na medida em que não são colocados problemas a resolver, mas já é unicamente se pretende dar respostas feitas. Em vez de depositar nos alunos soluções ou verdades, a universidade deveria ser o lugar onde se busquem soluções mas só após um levantamento e um debate dos problemas.



# O DIREITO DOS ÍNDIOS

Luiz Carlos Halfpap(\*)

A Semana do Índio que ora se inicia vai proporcionar, sem dúvida, oportunidade para algumas reflexões sobre a dramática condição em que vivem os índios brasileiros na atualidade. Também deve permitir a máxima difusão possível desses temas, possibilitando discussões muito amplas para o maior número de pessoas dessa cidade, desse Estado. Pois é somente através do conhecimento da verdade, da discussão dos fatos sociais que se torna possível pensar também em transformações sociais.

É muito ampla e bastante complexa a realidade indígena brasileira. Nesta palestra rápida quero apenas partir de um dado fundamental, mas que é muito importante. Refiro-me aos índios como povos dominados, povos oprimidos por séculos de colonização, que só conheceu a violência, o esbulho de suas terras e riquezas nelas existentes, a destruição física e cultural. Enfim, estamos diante de povos sem direitos, mesmo os mais elementares.

Os índios do Brasil, por exemplo, são tutelados pelo Estado que os considera crianças e incapazes. Daí porque só podem locomover-se pelo território nacional com a expressa autorização desse mesmo Estado, representado pela FUNAI. Esta situação de opressão foi muito bem apreendida por um índio argentino de nome Nilo Caiuquero durante um congresso Latino-Americano dos Povos Indígenas recentemente realizado no Peru. Diz ele: "O governo brasileiro, além de oprimir os indígenas e permitir passivamente seu extermínio, os destrói em sua personalidade ao tutelá-los o que significa que os trata como incapazes e animais, incapazes não só de decidir seu destino como de mesmo realizar viagens, negando-lhes um direito fundamental que até a Idade Média respeitava, o direito de ir e vir livremente". E dou mais um exemplo: no próprio Direito Brasileiro o índio também é considerado incapaz, débil mental, irresponsável. Não tem portanto nenhum direito e também nenhum dever. É, em resumo, considerado um marginal.

Assim, a categoria índio resulta da relação colonizador-colonizado e se define a partir do próprio colonizador, sempre situado em posição dominante, quer do ponto de vista econômico, político ou cultural. Inútil, pois, tentar caracterizar essas minorias tão somente por diferenciações raciais, culturais ou mesmo através de critérios subjetivos como o de auto-identificação étnica. O que determina em última instância a categoria índio é basicamente a subordinação desses grupos frente aos interesses da sociedade nacional.

Neste contexto, passa-se a entender com mais clareza as práticas racistas ostensivas manipuladas e desenvolvidas pelas classes dominantes brasileiras, bem como o vasto arcabouço ideológico legitimador da opressão sistemática de que são vítimas as nações índias deste país. Os indígenas são considerados povos inferiores, primitivos, selvagens, ou então como portadores de culturas exóticas ou folclóricas.

Compondo ainda o universo ideológico do dominador, vastos setores da sociedade nacional, independente de sua situação de classe, mantém rigoroso silêncio sobre a realidade indígena brasileira ou, quando a ela se referem

o fazem em termos de um passado muito distante e, portanto, pouco comprometedor. Em síntese, o etnocentrismo que aqui se revela integralmente e que compõe uma das muitas faces da ideologia colonial ainda persistente, se expressa na definição do "outro", no caso o índio, pela "ausência", porque os dominados não existem, não tem história.

Como explicar a destruição maciça dos povos indígenas do Brasil? E como explicar a falta de debates sobre um assunto tão condente e ao mesmo tempo tão escandaloso? Observemos: Entre 1900 e 1957, 87 nações indígenas desapareceram no Brasil, nos informa Darcy Ribeiro. No documento lido pelo representante dos índios brasileiros no recente Congresso Latino-Americano dos Povos Indígenas, no Peru, Daniel Matena Cabixi, foram apresentados os seguintes dados: "Existe no Brasil atualmente uma população estimada de 210 mil e 360 índios puros (83.876 nos Estados e Territórios do Amazonas, Pará, Acre, Roraima, Rondônia e Amapá; 9.228 no Maranhão e Norte de Goiás; 32.478 índios em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; 26.278 índios nas regiões Leste e Nordeste e 13.500 índios no Sul do País). Além disso, há uma estimativa de 15 mil indígenas de nações ainda não contactadas pelo homem branco e 30.000 índios considerados destruídos, vivendo em situação de miséria em favelas e periferias de cidades como Manaus, Belém, São Paulo e outras capitais". O documento continua dessa maneira: "A História do Brasil tem sido a história do extermínio dos povos indígenas. Segundo estimativas de pesquisadores havia no século XVII, somente na Amazônia Brasileira, mais de 2 milhões de índios. Somente no Estado do Amazonas havia, segundo as estimativas históricas 500 mil índios. Grande parte desta população foi destruída por uma verdadeira guerra de extermínio que se acentuou com a penetração e hegemonia do capitalismo no Brasil nas últimas décadas".

Frente aos dados aqui apresentados que não contam toda a história do massacre dos povos índios, é profundamente necessário torná-la presente em todos os setores da sociedade nacional que lutam por transformações sociais significativas. A questão indígena é uma questão política e é nesse nível que deve ser tratado. E sua importância é tão evidente quanto as questões salariais, ao movimento sindical brasileiro, dos graves problemas dos bóias-frias, da matança do povo negro pelo esquadrão da morte no Rio de Janeiro.

É esse sentimento de ausência ou no máximo de distância em que se traduz a questão indígena que permite à FUNAI traçar livremente os rumos de sua política indigenista, de acordo com os interesses dominantes da sociedade nacional. Uma política oficial que não revela preocupação maior pela causa indígena e cujo critério de orientação básica alicerça-se na expectativa de integração das várias nações índias na sociedade brasileira, critérios que adquiriram extremado vigor a partir de 1964. Essa expectativa integracionista não se dá por acaso, mas encobre motivações mais profundas que nem sempre são devidamente observadas. Escutemos uma vez mais o impor-

tañte documento dos índios brasileiros apresentado no Peru: "A política indigenista oficial brasileira, negando inclusive a propriedade comunal, que é essencial à sobrevivência dos povos indígenas, é racista e opressora e nega o direito desses povos de obter sua autodeterminação e a propriedade comunal sobre a terra. Em suas assembleias os indígenas brasileiros lutam para impor seu regime de propriedade comunal própria de toda nação indígena do mundo inteiro, frente ao sistema de propriedade capitalista. Em razão disso a FUNAI resolveu modificar o Estatuto do Índio e, através de recentes medidas, em vez de resolver este problema acaba com as poucas conquistas das minorias étnicas".

Assim, uma das medidas de cunho essencialmente integracionistas que o governo tentou sancionar foi a chamada "emancipação indígena", discutida intensamente no ano de 1979. Através desse decreto que acabou esvaziado depois de séria resistência das populações mais visadas e de intensa mobilização dos setores mais progressistas da sociedade nacional, revela-se uma das faces mais cruéis da perspectiva integracionista. Em seu artigo 12, parágrafo 1.º a minuta da Emancipação do Índio dizia: "A doação de terras, à comunidade indígena e seus membros, será feita nos termos do artigo 1.178, do Código Civil, passando a constituir propriedade individual do índio emancipado, ou declarado integrado, a área que a este for doada". Os objetivos que a dita Emancipação queria alcançar tornam-se agora bem claros. Através de instrumentos legais pretendia o Estado brasileiro destruir várias nações indígenas plenamente viáveis e democráticas, introduzindo em seu território a propriedade privada e estimulando, ao mesmo tempo, a competição entre os próprios índios.

Mas a capacidade de manobra; de manipulação dos donos do poder hoje no Brasil são muito grandes e contam com imensos recursos financeiros. Por isso a FUNAI já deu para um novo projeto nebuloso e, sem dúvida, muito problemático para os índios. Um projeto mantido ainda em relativo segredo. Refiro-me ao plano de **estadualização** na condução dos negócios indígenas. Explico melhor: a FUNAI pretende transferir para os Estados que abrigam populações indígenas a responsabilidade da proteção. Exemplo: em Santa Catarina existem dois grupos indígenas. Xikleng, em Ibirama e Kaingang, em Xanxerê. Caberia, assim, ao governo deste Estado organizar a política indigenista e não mais o governo Federal. A medida, se um dia for aprovada, será catastrófica para os índios, pois os Estados não terão as mínimas condições de controlar os interesses dos regionais pelas terras indígenas e pelas riquezas ali existentes.

Tudo isso suscita muitas indagações e muitas dúvidas quanto ao futuro dessas populações que teimam em sobreviver quase sempre sozinhas e sem grande ajuda.

Olhamos um pouco mais de perto a situação das populações indígenas de Santa Catarina. Os problemas que enfrentam são imensos. Os Xikleng de Ibirama, por exemplo, terão suas melhores terras, aqueles em que residem e onde fazem suas plantações completamente inundadas pela grande barragem de contenção

de cheias que o D.N.O.S. está construindo próximo à reserva. Jamais foram indagados sobre o assunto, se desejavam ou não aquela barragem em cima de suas terras. O Estado autoritário brasileiro não se dá ao luxo de indagar a ninguém sobre os interesses da maioria oprimida. Nada mais resta aos Xikleng senão refugiar-se no meio das montanhas em locais de difícil acesso e de sobrevivência precária.

Evidencia-se uma vez mais a tese levantada no início desta palestra. Os índios porque considerados selvagens, inferiores não tem nenhum direito.

Em todo o caso a história avança e a prática social condiciona novas atitudes, formulam-se novas indagações, novas práticas políticas libertadoras. Os oprimidos, paulatinamente tomam consciência de sua historicidade. Um bom exemplo dessa consciência história que se vai formando pode ser encontrada na Ata Constitucional da Confederação Indígena da Venezuela, publicada em 1973. Em certo trecho ela diz: "Nossa história a partir do Descobrimento é a história do saque; o colonizador nos tirou as terras, rios e bosques. Diante desta situação, tivemos que decidir entre lutar, entregar ou morrer. Os que lutaram perderam porque foi uma luta desigual. Não porque os que venceram eram de uma cultura superior, mas porque eram a expressão mais acabada das classes exploradoras européias e que já haviam saqueado o resto do mundo e se voltavam agora contra nós. Não era a luta do novo mundo contra a península Ibérica, mas a aliança do mundo da opressão contra o que restava de liberdade neste hemisfério. Nossos arcos e flechas, instrumentos que nos proporcionavam alimentos, nada puderam contra as armas que durante séculos foram aperfeiçoadas para matar homens. Por isso fomos derrotados".

Tudo isso é muito significativo e nos faz pensar em outros tempos que estão para chegar. Não podemos esquecer que a resistência do oprimido só é possível quando ele tem consciência de sua historicidade e de sua opressão. E os fatos são significativos. No Brasil, os indígenas de diversas regiões já realizaram várias assembleias onde são discutidos seus problemas comuns. Em vários países latino-americanos formaram-se confederações indígenas. Em fins de fevereiro foi realizado no Peru, um Congresso Latino-Americano dos Povos Indígenas. Nesse encontro as delegações participantes indicavam dois membros para compor o Conselho Regional dos Povos Indígenas da América Latina. E já não é mais nova entre os índios da América a ideia de comporem uma representação índia com assento na ONU.

Tudo isso expressa um momento histórico importante. Na medida em que os oprimidos se organizam, mais difícil se torna dobrá-los por qualquer decreto presidencial ou por interesses particulares das classes dominantes brasileiras. A partir dessa expectativa que se torna cada vez mais real, poderemos, quem sabem, a começar então a falar em direito dos índios.

(\*) Palestra pronunciada em 16/04/1980 nas dependências do Centro Diocesano de Pastoral, em Florianópolis, durante a Semana do Índio.

**SUPERMERCADOS**

# COM A PALAVRA OS ESTUDANTES

## ESTUDANTES E A GREVE DO ABC

A União Nacional dos Estudantes reafirmou o seu compromisso com a luta dos trabalhadores, se posicionando e pedindo o apoio dos estudantes do Brasil à Greve dos metalúrgicos do ABC paulista.

No dia 18 de abril, a UNE, através de seu conselho de entidades gerais encaminhou para todos os estudantes do país um manifesto de solidariedade, recomendando a realização de fundos de greve, manifestações de repúdio, divulgação dos fatos através de jornais, murais, etc.

A resposta dos estudantes brasileiros ao apelo da UNE foi clara. Por todo o país, realizou-se atos públicos fundo de greve, etc.

Mais uma vez, na prática, o conjunto do estudantado brasileiro, passou por cima daquelas lideranças reacionárias que não assumiram na prática o 7.º ponto da carta de princípios da UNE, APOIO ÀS LUTAS DOS TRABALHADORES.

## ESTUDANTES CONSTRÓEM A UEE

Nos dias 14 e 15 de junho, os estudantes catarinenses estarão realizando o congresso de construção da União Estadual dos Estudantes com delegados de todo o estado de Santa Catarina.

O critério obedecido para a escolha de delegados será o de 1 (um) delegado (eleito livremente) para cada 50 estudantes ficando os DAs ou CAs encarregados pela efetivação da escolha desses delegados!

A comissão pró-UEE tem se reunido constantemente, com a participação de entidades estudantis de todo o estado e está encaminhando a organização do congresso.

Um problema que se levanta, porém, é a falta de informação da maioria dos estudantes, que até agora estão a margem desse processo.

Para isso achamos fundamental o jornal da construção da UEE que deverá ser distribuído em todo estado, e a formação de comitês de apoio à construção da UEE, que já estão sendo organizados.

A UEE, sem sombra de dúvida deverá representar um grande salto qualitativo nas lutas dos estudantes catarinenses. Será através de nossa entidade máxima, a nível estadual, que podemos integrar as nossas lutas por mais verbas para a educação, por um ensino público e gratuito, lutas que interessam ao conjunto do estudantado catarinense, principalmente aos colegas que estudam em fundações educacionais, pagando taxas exorbitantes. Além disso estaremos fortalecendo a União Nacional dos Estudantes.

Portanto é fundamental que a UEE reafirme o compromisso do conjunto dos estudantes catarinenses com os eixos centrais de sua carta de princípios, aprovada por mais de 3.000 (três mil delegados, reunidos no XXXI Congresso da UNE em Salvador:

— AÇÃO INDEPENDENTE, SUBORDINADA UNICAMENTE A TODOS OS ESTUDANTES.

— ENSINO PÚBLICO E GRATUITO ESTENDIDO A TODOS E EM TODOS OS NÍVEIS.

— A LUTA CONTRA TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO E EXPLORAÇÃO, E A SOLIDARIEDADE IRRESTRITA AOS TRABALHADORES DE TODO O MUNDO.

VIVA O 1.º CONGRESSO DA UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE SANTA CATARINA.

João Sampaio

## PEG E PAG Antonio Macedo

### 1. Introdução

Em que espaço social se situa a Universidade? Ou será que ela não faz parte de nenhum corpo social, não sofre influências do que se passa ao seu redor?

Uma coisa é certa: a Universidade faz parte de um complexo educacional, sujeito às diretrizes traçadas pela chamada Política Educacional do Governo (PEG).

Mas, e daí, o que isso tem a ver com a questão acima colocada?

### 2. Universidade e Sociedade

Tanto a Universidade Brasileira, como de qualquer parte do mundo, sofreram várias mudanças a fim de se ajustarem às novas exigências das respectivas sociedades das quais fazem parte.

Nossa universidade surge para atender à formação de uma elite intelectual, os ideólogos da classe dominante de então. Como forma de evitar que seus filhos precisassem ir ao exterior, os donos de engenhos e plantadores de café, financiam a criação de escolas destinadas a dar uma formação humanística (exemplo Direito).

A indústria cresce, se desenvolve e passa a ser o setor mais dinâmico da economia. O poder político sofre um remanejamento, passando a dominar os interesses dos capitalistas. Industriais também aliados ao capital monopolista inglês. Para atender a expansão do complexo econômico, o sistema educacional universitário é ampliado. Deve se adequar ao fornecimento de mão-de-obra com caráter técnico (administradores, engenheiros, etc.). Aumenta o contingente da pequena burguesia, que tem acesso à universidade.

No entanto, nem sempre o filho segue os desejos dos pais e a universidade extrapola os objetivos para os quais foi criada. Nos momentos de crise social (econômica e/ou política) a universidade se transforma em palco de debate político, emcabecado pelos filhos da classe média. Os financiadores desgostosos com os rumos tomados por sua criação, impediam os debates e reprimiam as manifestações.

Apesar de todas essas manifestações porque passou, o setor educacional carecia de uma política planejadora global. Essa situação permanece até os idos dos anos 60, quando é formado o debate político sobre as leis de Diretrizes e Bases. Em 1964 esse debate é bruscamente interrompido; no entanto a idéia de uma política educacional permanece. A supremacia no sistema capitalista mundial do capital monopolista norte-americano, orientará a nova Política Educacional do Governo.

### 3. Quem faz e para quem interessa a PEG?

A idéia de uma política educacional global, vai se concretizar através do acordo MEC—USAID (United States Agency for International Development). Este acordo, coloca sob a res-

ponsabilidade de cinco planejadores educacionais norte-americanos a reorganização do sistema educacional brasileiro, cabendo ao MEC por execução dado plano. Cabe aqui uma pergunta: qual o conteúdo de tal projeto?

“Nascido sob o signo modernização, o projeto MEC—USAID está assentado sobre três pilares: EDUCAÇÃO e DESENVOLVIMENTO; EDUCAÇÃO e SEGURANÇA; EDUCAÇÃO E COMUNIDADE. Vejamos de que maneira foram interpretados tais itens.

Quando colocados em prática todos os itens foram diretamente relacionados ao espírito desenvolvimentista, que culminaria com o “milagre”.

EDUCAÇÃO e DESENVOLVIMENTO, propunha a formação rápida de profissionais para atender às necessidades mais urgentes do país no que respeita a tecnologia avançada. Não haveria grandes problemas, pois, o que se objetivava não era a formação de pesquisadores mas apenas operadores de um saber vindo de fora. As chamadas áreas técnicas passaram a ser privilegiadas. Nesse conto toda a pequena burguesia ávida de ascensão social é enrolada e levada de arrasto. Como forma de neutralizá-la politicamente é alimentada a ideologia da “neutralidade científica”.

Para compensar o enfoque tecnificante do tópico anterior, EDUCAÇÃO e SEGURANÇA visaria a formação “humanística”. Assim, foram criadas as disciplinas de Moral e Cívica nos cursos de nível médio e Estudos dos Problemas Brasileiros nos cursos superiores. A brecha para extinção do ensino de filosofia no curso secundário e seu desprestígio no curso universitário, estava aberta. O objetivo: eliminar qualquer possibilidade do surgimento de uma visão crítica de nossa realidade.

Porém, o item mais importante que põe as claras como essa política se concretizou e quais os interesses atende é: EDUCAÇÃO e COMUNIDADE. Discricionariamente, comunidade foi entendida como: a burguesia. Isto se traduziu na formação dos Conselhos Universitários (Colegiados), que reunia os representantes do patronato industrial, comercial, agrário, financeiro e professores. Mas a ligação Universidade—empresa não fica apenas nesse nível: a escola aparece também vinculada à empresa tanto no que tange à natureza da mão-de-obra (sua qualificação), como ao barateamento, pois satura o setor de oferta. Assegurar-se-ia, assim, a formação de um exército de reserva de profissionais que aceitarão qualquer trabalho por qualquer salário. Mas, ainda tem mais: a própria Universidade teria de se transformar numa empresa geradora de lucros e capaz de se auto-sustentar. Somente neste aspecto pode-se entender a autonomia universitária, isto é, como autonomia de gerir o lucro.

Em resumo, todos os tópicos propunham a gradativa transformação da escola em empresa encarregada de produzir com sucesso o capital.

# CULTURA

## Palestras

Conferência e debates promovidos pela APUFSC dentro do programa sócio-cultural de 1980, a APUFSC registrou as seguintes atividades:

### 1

No dia 29 a 30 de abril conferências a cargo do engenheiro agrônomo Luiz Carlos Pinheiro Machado, em co-promoção com a Associação de Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina — Núcleo de Fpolis.

No dia 29, o tema abordado foi AGRICULTURA E INFLAÇÃO e no dia 30, O PAPEL DO ENGENHEIRO AGRÔNOMO NA SOCIEDADE ATUAL.

Em ambas as ocasiões um numeroso contingente de professores e profissionais da área agrônômica se fez presente as conferências, participando depois de animados debates, estimulado pela proposta e pela postura do expositor.

Ao abordar o primeiro tema, disse o Prof. Machado que a inflação é fenômeno não universal, que nem sempre existiu no nosso País e que não podemos aceitá-la como um determinismo contra o qual não se possa fazer nada. Ao contrário, a inflação é o produto de determinadas políticas adotadas pelos governos. Fazendo uma retrospectiva histórica do problema o conferencista disse que ao se instalar o governo Kubitschek tinha de fazer uma opção: prosseguir e aprimorar o desenvolvimento dos bens de produção ou estimular os bens de

consumo. A opção favoreceu ao consumo, registrando-se então o surgimento da era dos automóveis, dos eletrodomésticos e de um novo modelo econômico.

Ao analisar as causas da inflação, o conferencista deu ênfase especial às distorções causadas pela opção consumista, criticando a construção de prédios governamentais suntuosos, o consumo de supérfluos estimulado por gerações de necessidades através da propaganda, a concentração de créditos e as obras faraônicas, entre outras.

Referindo-se, especificamente, ao crédito rural, adiantou que 0,3% dos mutuários absorvem 30% de todos os recursos distribuídos pelo Banco do Brasil, sendo que apenas 18% do crédito rural Brasileiro é produtivo, sendo que o restante é inflacionário.

Depois de denunciar mais algumas distorções no setor agrícola, entre os quais a elevação dos juros o uso abusivo de insumos, e a insuficiência estrangeira nas importações e nas exportações brasileiras, o Prof. Pinheiro Machado afirmou que não é possível combater a inflação sem democracia, citando os países sul-americanos que apresentam as maiores taxas inflacionárias, Argentina, Brasil e Chile.

Ao encerrar, referiu-se ainda aos problemas da concentração de terras e das safras frustradas como um dos mecanismos causadores do fenômeno.

No final de suas conferências o prof. Pinheiro Machado recebeu o aplauso unânime dos presentes e agradeceu a oportunidade que lhe fora proporcionada, de conviver novamente com uma comunidade universitária.

### 2

No dia 7 de maio, conferência a cargo da professora Marilena Chauí do Departamento de Filosofia da USP, que a convite dos alunos da UFSC veio participar da semana de Filosofia onde abordou o tema: O MITO DA NÃO VIOLÊNCIA, no horário das 14 horas.

Na parte da noite o assunto abordado foi A CRISE NA UNIVERSIDADE quando a conferencista abordou a proposta para a Universidade, formulados pelos governos militares.

Segundo ela, a partir de 1964 ela consistiu em colocar a universidade a serviço do desenvolvimento e da segurança nacional com o objetivo de preservar as relações de produção capitalista e permitir o controle ideológico da universidade. A partir de 1977, sobrepõe-se a isso o projeto de construção de uma identidade nacional, época em que se promoveu e patrocinou a pesquisa que visava reconstruir a memória, a história e a cultura nacional.

Focalizando o momento atual, a conferencista disse que na atualidade a SEPLAN, ao decidir sobre a política econômica e social decide também sobre o cultural, ao decidir sobre o que será definido como prioritário, para fins de financiamento. Declara que o projeto do Ministro Portela visa chegar a Universidade auto-financiada, através de métodos culturais, administrando segundo regras de trabalho organizado. Apon- tou os perigos que representa o projeto de autarquias e de fundações autofinanciadas para a Universidade Brasileira; no momento atual.

### 3

Depois de permanecer muito tempo quase um ermitão, numa casa escondida pelo verde que ainda circunda a Lagoa da Conceição, na harmonia do trabalho com a terra, só interrompida pelos longos diálogos com amigos, Wilson Rio Apa resolve, com o lançamento do livro MANIFESTO DO POVO, entregar-se de peito aberto a auditórios dispostos a ouvi-lo.

Assim no dia 13 de maio, no auditório da reitoria, ele falou sobre cultura popular, homem povo, homem urbano, e sobre os processos que depredam a identidade do homem como indivíduo parte da natureza. Talvez a maneira foi apocalíptica de mais para os positivistas e reformistas, mas foi terrivelmente lúcida e real. Não houve uma proposta, que esta cada qual deve procurar a sua, mas uma constatação da realidade sob o seu prisma.

Rio Apa foi universitário, marinheiro e escritor. Viveu algum tempo num pequeno barco, com a família; na ilha da Cotinha, onde ensinou em escola de pescadores; em Antonina onde escreveu, fez teatro e engajou-se na luta pela criação de uma cooperativa de pescadores; na Ilha de Santa Catarina, onde escreve, encena peças populares, e vive...

Nadir Ferrari

Daniel J. da Silva

## Cinema

A tentativa é colocar da contemporaneidade deste grande mestre do cinema russo. Eisenstein em seus filmes não só definiu um estilo como também inovou uma técnica e nesta arte inovadora do registro do movimento, o Diretor russo marcou época. Como Orson Welles em seu Cidadão Kane, suas obras tornaram-se antológicas e hoje vê-se em filmes com mais de 50 anos de defasagem em relação as produções de Eisenstein, as mesmas artimanhas e tomadas utilizadas pelo Diretor no primeiro quartel deste século. Em "AGREVE" (1924) Eisenstein utilizou com maestria o efeito da lente "olho de peixe", quando ela nem mesmo existia, através de um espelho côncavo; também o paralelismo simbólico com a sangria de um animal, recentemente vista no "Apocalipse" de Coppola, foi utilizada por Eisenstein para reforçar a cena do massacre dos operários grevistas pela cavalaria cossaca.

De uma cena de um massacre, a famosa cena da escadaria, o "Encouraçado Potemkin" legou-nos sua relevância. Poderia-se dizer que no cinema mudô de Eisenstein o forte são as cenas. São elas que, montadas, nos comunicam todo o universo de sua obra. Como àquela do doutor que chamado ao barco para fiscalizar a qualidade da comida fornecida aos marinheiros do "Potemkin"; a lente de aumento sobre a comida, os vermes em polyorosa, e por trás o olho da câmara, como a mostrar como se movem aqueles que exploram. Agora, depois de 16 anos proibido nas telas brasileiras, retorna este clássico do cinema, sem que não provoque nenhuma revolução no País. É ver para conferir.

## Livros



### "EVOLUÇÃO POLÍTICA DOS CATÓLICOS E DA IGREJA NO BRASIL"

Luiz Gonzaga de Souza Lima, Ed. Vozes, Petrópolis, 1979.

Com o propósito de dar elementos a uma discussão que nos dias de hoje, mais e mais, toma um caráter nacional; o Autor fornece, além de suas próprias reflexões sobre o tema, uns anexos de relevante importância histórica, escritos no início dos anos 60.

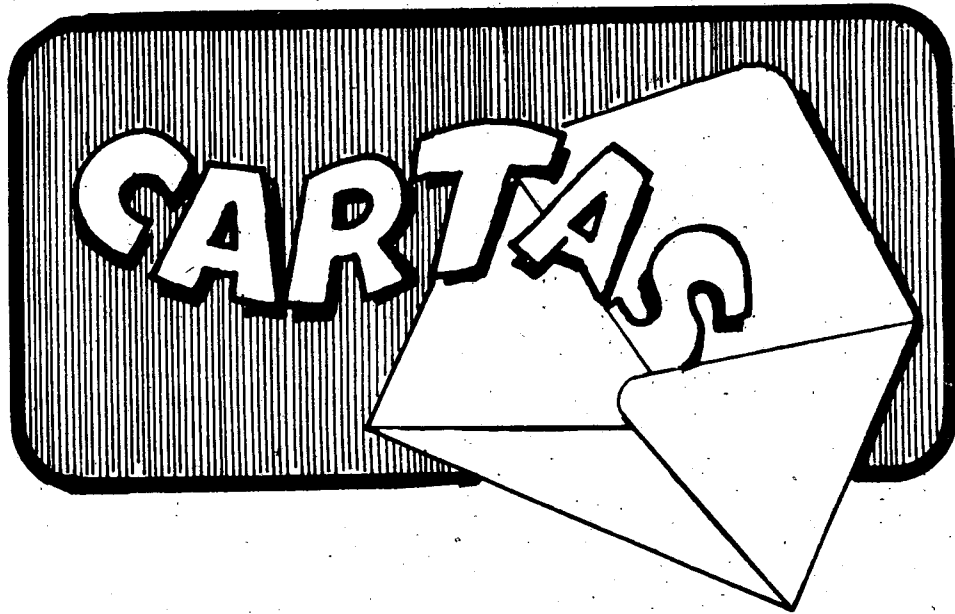
As origens da militância política dos quadros cristãos é apresentada e o documento básico da Ação Popular é transcrito na íntegra, além de ser apresentado um ideário católico que aborda a questão tão escorregadia do reordenamento econômico numa nova sociedade mais justa e humanitária.

Um livro importante para católicos praticamente e brasileiros em geral!

# CONSELHO DE REPRESENTANTES DA APUFSC

**FÍSICA** - Antonio Rogério de Souza; Armando de Pádua Fiuza  
**MATEMÁTICA** - José Luiz Pinho; Roberto Moreira  
**QUÍMICA** - Ricardo Nunes; Wilson Erbs  
**BIOLOGIA** - Ana Maria Viana; Antonio D'Acampora  
**CIÊN. FISIOLÓGICAS** - Pedro de Oliveira; Gilberto Moraes  
**MICRO. PARASITOLOGIA** - Artur Smania Júnior; Aquiles C. Santos  
**MORFOLOGIA** - Newton Alves Carvalho; Geraldo Morgado Fagundes  
**ARTES** - José Arno Schiedt; Neri dos Santos  
**L.L.E.** - Dilvo Ristoff; Maria Elizabete Albuquerque  
**L.L.V.** - Isolde de Souza; Regina Carvalho Pacheco  
**BIBLIOTECONOMIA** - Adélia dos Santos Silveira  
**COLÉGIO DE APLICAÇÃO** - João Tachini; Gilberto Ângelo  
**ESTUDOS ESP. EDUCAÇÃO** - Luzete Adelaide Pereira; Elizabete J. Machado Leal  
**METODOLOGIA DE ENSINO** - Valpi Costa; Eliane Campos  
**CIÊNCIAS SOCIAIS** - Remy Fontana; Justino Fachini  
**FILOSOFIA** - Iná Maria Campos; Lauro Guesser  
**GEOCIÊNCIAS** - Neide O. de Almeida; Mariléa M. Leal Caruso  
**HISTÓRIA** - Walmir Martins; Ondina Bossle  
**PSICOLOGIA** - Maria Zita Köerich D'Avila; Mareli C. Garcia  
**ARQUITETURA E URB.** - Lino Fernando Peres; Eloá de Castro Campos  
**ENG. CIVIL** - Marciano Macarini; Ricardo Miranda Barcia  
**ENG. ELÉTRICA** - Carlos Alberto Livramento; Carlos R. Borenstein

**ENG. MECÂNICA** - Antonio Bento Filho; Irlan Von Linsingen  
**ENG. PROD. E SISTEMAS** - Marcos Oltani; Jaime Baú  
**CIÊNC. ESTATÍS. DA COMPUT.** - Bernardo Gonçalves Riso; Luís Fernando J. Maia  
**CIÊNC. FARMACÊUTICAS** - Gunther José Ammon  
**ENFERMAGEM** - Jonas Salomão Spricigo; Maria da Graça P. Nascimento  
**CLÍNICA CIRÚRGICA** - Newton W. Luz; Osvaldo Vieira  
**CLÍNICA MÉDICA** - Geraldo N. Vieira  
**PATOLOGIA** - Giles Rae; Thereza Cristolina M. L. Nogueira  
**ESTOMATOLOGIA** - Osny Lisboa  
**PROC. DIAG. TER. COMP.** - Arício Treitinger  
**SAÚDE PÚBLICA** - Lúcio José Botelho; Alcides R. Coelho  
**CIÊNC. ADMINIST.** - Raimundo Nonato de O. Lima  
**DIREITO PROC. E PRÁT. FORENSE** - Ruy Collaço Barbosa  
**DIREITO PRIV. SOCIAL** - Rafael Murilo Digiácomo  
**DIREITO PÚB. E CIÊNC. POLIT.** - João José H. Fagundes  
**ECONOMIA** - Célio Gregório Espíndola; Armândo de Melo Lisboa  
**EDUCAÇÃO FÍSICA** - Joaquim F. de Jesus; Matias J. Batista  
**FITOTÉCNIA** - Saírci Odílio Paul Trebien; José Carlos F. Padilha  
**CIÊNC. E TECNOL. DE ALIMENTOS**  
**RECRE. E PRÁT. DESPORTIVA** - Ronaldo L. Schraib; Airode P. dos Santos  
**CONTABILIDADE** - Ernani Cosme Glória; Joceli José Coelho



Porto Alegre, 02 de maio de 1980

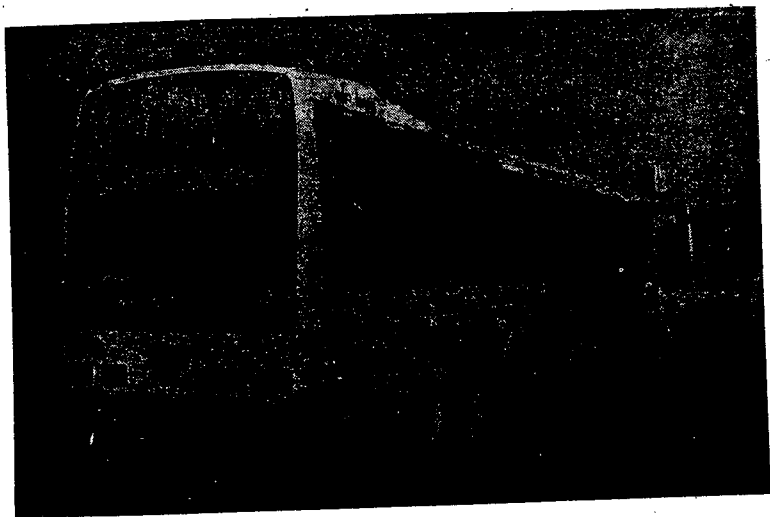
Ilmo. Sr.  
 DIRETOR DO JORNAL DA APUFSC  
 Campus Universitário  
 Trindade  
 88000 - FLORIANÓPOLIS - SC

Senhor Diretor:  
 Em recente visita a essa cidade, para atender convite da APUFSC para discutir com os colegas catarinense a "Inflação e a Agricultura", recebi, das mãos do presidente Oswaldo Maciel, um exemplar do JA.  
 Desejo felicitar a APUFSC pela edição, senão do melhor, de um dos melhores jornais de ADs do País.  
 Com excelente feição gráfica, ótimo material redacional e firme posicionamento o JA! será um importante fator de mobilização dos professores catarinenses na sua justa luta por melhores condições de ensino e de trabalho.  
 Tomo a liberdade de fazer algumas sugestões: 1 - abrir espaço no jornal aos estudantes através de suas entidades representativas. Isso facilitará a integração professor/aluno; 2 - o mesmo aos funcionários da UFSC tornando-se o jornal o elo de uma ampla integração, por todos os motivos desejáveis.  
 Finalmente, uma referência ao espírito democrático e cristalino do jornal: "Artigos e Contribuições assinados terão o curso em suas páginas, mesmo que sejam contrários às posições defendidas pelos atuais dirigentes da Associação".  
 Só os fortes, ainda que não os poderosos, podem ter essa abertura. Parabéns.  
 Cordialmente,  
 Luiz Carlos Pinheiro Machado,  
 Cx. Postal, 913 - 90.000 - P. Alegre - RS.  
 PS - Desejo receber regularmente o JA! É possível fazer sua assinatura?

Cartas para:  
 Jornal "JA"  
 APUFSC  
 Campus Universitário - Trindade - 88.000 - Florianópolis S/C

## SOL DA TERRA RESTAURANTE E EMPORIO Alimentação Natural

de 2ª a 6ª das 8:00 às 20:00 horas Rua Vidal Ramos, 43 A



## AGÊNCIA IMPERATRIZ DE TURISMO LTDA.

REG. EMBRATUR Nº. 080071900-0 - CGC/MF 83.473.439/0001-69  
 RUÁ TENENTE SILVEIRA, 35 - TELEFONES: (0482) 22-5860 - 22-7258  
 88.000 - FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA

PT 1069 b. 130

**a vez e a voz dos professores:  
ASSEMBLÉIA GERAL APURSC**




**29 de maio reitoria 20 h**

PT 1069b 130

PT 1069b 130

# joia!



**jornal da apufsc**

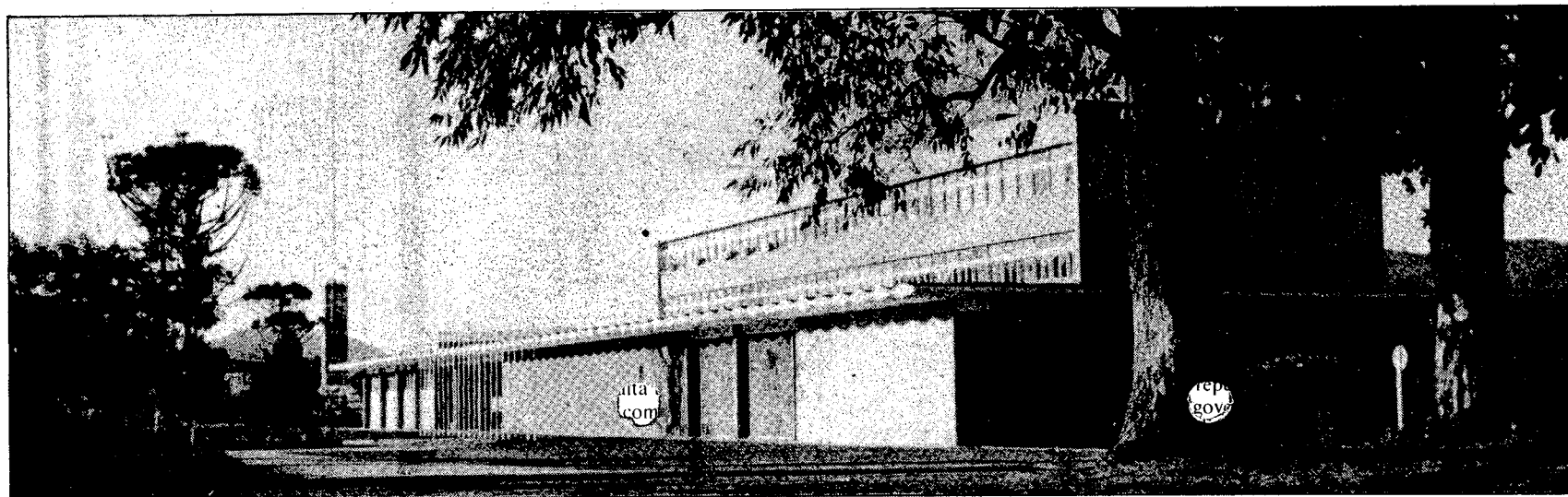


Nº 3 - JUNHO/1980

Órgão de comunicação da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina



# ENFIM...



# ELEIÇÕES DIRETAS NA UFSC

Páginas 6 e 7



# O BALANÇO DO MOVIMENTO

Página 3

# OPINIÃO



A Categoria Docente das universidades brasileiras, acaba de dar uma demonstração promissora de unidade e de capacidade de organização: pela primeira vez, uma reivindicação foi levada a nível nacional, por mais de dez Instituições, com os dias de paralisação.

Ao que tudo indica, o movimento teve repercussão suficiente para despertar o Governo para a precariedade da situação dos professores das universidades federais autárquicas. Esperam-se, para breves dias, medidas concretas de atendimento às reivindicações dos Docentes.

Antes que possamos considerar o movimento como bem sucedido é necessário ter informações exatas e evitar precipitações imprudentes que aceitem apenas o atendimento das reivindicações salariais, esquecendo que a implantação do Projeto de Carreira constitui a melhor garantia da obtenção de conquistas importantes, pois permanentes e definitivas.

Apesar disso, não devemos minimizar o significado do avanço conseguido pelas Associações de Docentes no planejamento, organização e condução do movimento de paralisação a nível nacional. Ficou evidenciada, definitivamente, a potencialidade dos pleitos unificados e a necessidade de aumentar a base e a representatividade das ADs. Em muitas universidades a paralisação representou uma conquista real, por ser uma iniciativa inédita e por mostrar aos professores a possibilidade de parar para discutir os seus problemas (como trabalhadores de Ensino), da universidade e da Educação em geral.

As poucas resistências encontradas, como a que foi patrocinada pela Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, perde significado por ter sido uma posição isolada, desionista e antedemocrática, característica daquela entidade pelega, pois não foi uma resolução de Assembléia Geral e sim da Diretoria da Associação. E contrasta violentamente com a opinião do próprio Ministro da Educação, que reconheceu a justeza do movimento de paralisação, classificando-o como construtivo e de encaminhamento correto. Isso serve também para os poucos professores da UFSC que não souberam ser ao menos solidários com a esmagadora maioria dos seus colegas.

Cumpra-se agora dar continuidade ao esforço de organização do movimento das Associações de Docentes. Para tanto parece ser muito importante não deixar esmorecer o ânimo revelado nos dias de paralisação, levando em frente as ações programadas para reforçar a base da APUFSC. Igualmente importante é a proposta de criação de uma Entidade Nacional de Representação dos Professores, cujo marco referencial deverá ser Encontro Extraordinário das Associações de Docentes a ser realizado nos próximos dias 5 e 6 de julho. Esperemos que dele resultem diretrizes ainda mais mobilizadoras para reforçar e consolidar o trabalho das Associações de Docentes na sua luta para viabilizar as reivindicações dos professores e pela valorização da Educação.

A DIRETORIA

# ja! direto

## CORRETA

A conduta da administração da UFSC na paralisação dos dias 11, 12 e 13 p.p. Sem o exercício de nenhuma forma escusa de pressão a este legítimo movimento dos professores, como era praxe na gestão anterior.

## CONSTITUINTE

Uma das mais importantes resoluções do 1º. ENCONTRO DOS TRABALHADORES DE OPOSIÇÃO À ATUAL ESTRUTURA SINDICAL, realizado no dia 22/06 p.p. em Florianópolis, foi a forma como a Plenária se posicionou contra a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, por entender que a atual correlação de forças é desfavorável aos Trabalhadores, e apenas os representantes dos Patrões é que se beneficiariam desta Constituinte, tendo em vista, principalmente, que sob o jugo da famigerada Lei de (in) Segurança Nacional, é impossível uma Assembléia Constituinte. Livre e Soberana. Nesse sentido, os Trabalhadores entendem que a Luta maior é a derrubada da Ditadura dos patrões e o fim de todos os seus aparatos repressivos.

## ENCONTRO DE ADs

Nos dias 05 e 06/07, será realizado no Rio de Janeiro, por ocasião da Reunião Anual da SBPC, o Encontro Nacional Extraordinário das Associações de Docentes. Neste Encontro, teremos uma avaliação nacional do movimento no 1º. semestre, o encaminhamento das lutas para o 2º. e uma definição da forma de organização a nível nacional (Entidade Nacional de Professores Universitários).

Todos os professores da UFSC que forem a SBPC, estão convidados a ir um dia antes e assim, participar deste importante Encontro. Confirmações de presenças na APUFSC.

## CONGRESSO NACIONAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Será realizado em São Paulo no período de 14 a 17 de julho próximo. Neste Congresso os professores de 1º. e 2º. grau da rede pública pretendem criar uma Entidade Nacional. Os professores interessados poderão obter informações mais detalhadas na APUFSC.

## ESCORPIÕES

Entre os "raros" docentes que furaram o movimento de paralisação, duas "figuras" já por demais conhecidas dos professores da UFSC, o ex-Reitor Caspar Erich Stemmer e o presidente da ASUFSC, Luiz Alves Rodrigues (Dorado). É esse pessoal não aprende...

## APOIO

Dois importantes pronunciamentos de apoio ao movimento dos professores, foram feitos na Câmara Federal nos dias 12 e 13/06 p.p., pelos Deputados Pedro Ivo (PMDB-SC) e Luiz A. Cechinel (PT-SC), respectivamente.

## BRINCADEIRA

A respeito das eleições que estão sendo realizadas em todos os Centros da Universidade, o ex-Reitor Caspar Erich Stemmer proferiu a seguinte opinião: "isso é uma brincadeira". Claro, para quem nunca foi eleito por eleições diretas, livres e democráticas, e sempre se beneficiou de cargos "biônicos", enfrentar um processo eleitoral aberto sem cartas marcadas, deve ser realmente uma brincadeira.

### — EXPEDIENTE —

Campus Universitário  
Trindade - Florianópolis  
Santa Catarina  
Fone: 33-2844

— ja! —

Órgão de Comunicação da  
Associação dos Professores  
da Universidade Federal de  
Santa Catarina

O Jornal da APUFSC é um veículo de comunicação aberto a todos os professores da Universidade, sejam ou não associados. Artigos e contribuições assinados terão livre curso em suas páginas, mesmo que sejam contrários às posições defendidas pelos atuais dirigentes da Associação. Críticas, sugestões e colaborações para este Boletim serão sempre oportunas e bem recebidas.

OS EDITORES

### EDITORES:

Daniel Hertz  
Neri dos Santos  
Colaboram neste número:  
Oswaldo de Oliveira Maciel  
Jorge Lorenzetti  
Regina Carvalho Pacheco  
Luiz Henrique Mendes de Campos  
Tânia Ramos  
Armando Fiuza  
Remy Fontana  
Raul Günther

# O BALANÇO DO SEMESTRE

## INTRODUÇÃO:

Durante todo o ano de 1979 os professores procuraram um fortalecimento de sua organização através das Associações de Docentes. O crescimento das ADs deu-se de início, principalmente, pelo caráter sindical que progressivamente elas foram assumindo. Este caráter ficou bem definido na Luta das ADs pela valorização dos salários, para dizer um basta ao arrocho salarial imposto aos professores universitários e por melhores condições de trabalho.

A posição do Governo em 1979, diante das nossas reivindicações de recuperação do poder aquisitivo dos salários, foi de que um reajuste diferenciado aos professores somente seria possível através de uma nova reclassificação de cargos.

Surgiu assim, por consequência, o anteprojeto de reestruturação da carreira do magistério. Este anteprojeto, originalmente, apesar de possuir um conjunto de pontos positivos tinha uma série de aspectos obscuros e indesejáveis aos interesses dos professores. Assim, no ano passado, os docentes cuidaram de englobar no anteprojeto sugestões que garantissem o atendimento das aspirações fundamentais dos professores: tais como: uma carreira de fato, funcional e salarial, (com inclusão dos atuais Auxiliares de Ensino e Colaboradores), progressão funcional e por titulação, aposentadoria integral, reajustes semestrais de salários não inferiores aos índices inflacionários e maior autonomia às Instituições de Ensino Superior e dentro destas, aos Departamentos.

Ao final do ano que passou, chegou-se a um texto definitivo do anteprojeto com a incorporação deste leque de reivindicações dos professores das universidades federais autárquicas do país.



Um repúdio a política educacional do governo

## O II.º ENAD

No início desse ano, em João Pessoa na Paraíba, os professores universitários do Brasil, realizaram o II Encontro Nacional de Associações de Docentes, onde pela primeira vez, chegaram a um bloco de lutas unitárias a serem levadas em todo o país e podemos destacar:

- 1 - Luta por um abono salarial de 48% a partir de 1.º de março, de 80 para recuperar o nível salarial de 1970, como forma de antecipar os benefícios financeiros da aprovação da carteira do magistério.
- 2 - Campanha nacional pelo Ensino Público e Gratuito em todos os níveis.
- 3 - Luta pela democratização da universidade, fazendo com que ela se volte para os interesses da grande maioria da população.
- 4 - Fortalecimento da Coordenação Nacional de Ads e criação de uma Entidade Nacional de Professores Universitários.

As deliberações deste II.º ENAD refletiram de uma forma muito feliz as discussões iniciadas e desenvolvidas pelas ADs que demonstravam a ligação e a estreita relação destas lutas. Estava ficando cada vez mais claro aos professores que lutar por melhores salários e uma carreira justa é lutar por melhores condições de ensino. E, que esta luta está subordinada à luta pelo Ensino Público e Gratuito porque esta situação do ensino, das condições de trabalho e remuneração dos professores é fruto da política de privatização da educação imposta pelo governo. E ainda, que a questão da democracia dentro da universidade está ligada à necessidade da mudança do papel destinado pelo governo à universidade, pela sua função social, voltar-se para as necessidades da população brasileira. Deste modo, a transformação democrática da universidade está articulada com a democratização econômica e política da sociedade pela ótica da maioria da população.

## AS LUTAS DO 1.º SEMESTRE:

A visão de que a luta salarial e de carreira é uma luta política dos professores contra a privatização da educação e de que ela está combinada com a transformação da universidade e da sociedade brasileira cresceu e se ampliou neste 1.º semestre de 1980. Ela foi ficando mais clara à medida que o governo pura e simplesmente, ignorava as nossas reivindicações, ou então, como nestes dias, posicionava-se através do DASP, contrário à aprovação da nova estrutura de carreira do magistério, sem nenhuma resposta concreta à questão salarial. Aliás, a questão salarial agravou-se de maneira nesse semestre, graças à inflação voraz e opant. Ao reajuste de 48%, que está sendo solicitado a partir de março, precisam ser acrescidos os altos índices inflacionários (oficiais) dos meses de março a junho, mais de 25%.

Assim, à medida que os professores foram percebendo claramente a desconsideração do governo para com nossas reivindicações e vendo a isto reflete o descaso, o abandono e o seu descompromisso para com a educação, foram se conscientizando da necessidade deste caráter das lutas, fazendo e aprovando propostas neste sentido. Senão vejamos:

1 - Na paralisação do dia 17 de abril, se por um lado demos um prazo ao governo (1.º de maio) para uma resposta e enviamos representantes para conversar com o Ministro da Educação, por outro, aprovamos a criação da Comissão Provisória do Comitê de Defesa do Ensino Público e Gratuito, e definimos o movimento dos professores como sendo identificado com as lutas dos trabalhadores e seus interesses.

2 - A paralisação realizada nos dias 11, 12 e 13 p.p., foi a resposta organizada, unitária e expressiva a nível nacional (apenas duas universidades Federais Autárquicas não aderiram: a do Paraná e do Mato Grosso) dos professores ao desrespeito e

desconsideração do governo (Nesta paralisação já havia a manifestação oficial do DASP contrária ao projeto de reestruturação da carreira do magistério).

Nesta paralisação, ficou consolidada a tendência da necessidade de ampliação do movimento, ficou clara a impossibilidade de conseguirmos vitórias substanciais isoladamente, quando a questão da educação é ampla e envolve toda a população, que é a quem ela deve servir, como um bem público.

Ficou assim reforçada a necessidade de fortalecimento do movimento dos professores com a criação de uma Entidade Nacional de Professores Universitários e a sua articulação com todos os segmentos da Educação e a população através de suas organizações autênticas e representativas dos seus interesses. A repercussão de apoio recebido destes setores e dos parlamentares dos diversos partidos bem demonstram a correção deste caminho.

3 - A forma como os professores vêm encaminhando as eleições para diretores do Centro e representantes nos Órgãos Colegiados superiores é uma prova concreta das transformações que o movimento está realizando na UFSC, pois, a escolha de Dirigentes representativos, mesmo num processo indireto e antidemocrático, é uma demonstração clara de como os professores estão vitalizados, conscientes e trabalhando para a construção de uma verdadeira universidade.

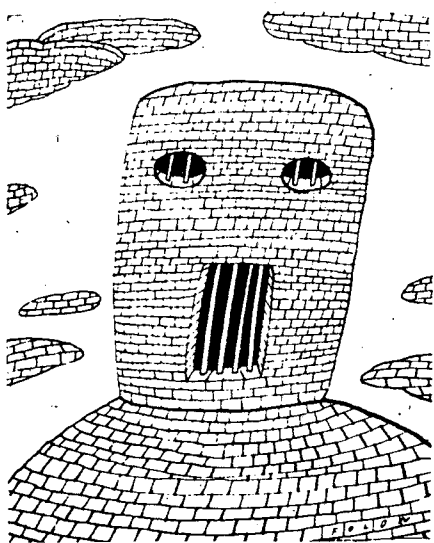
## CONCLUSÃO:

A expectativa que temos é de que neste segundo semestre o encaminhamento destas lutas e da organização dos professores avancem ainda mais, criando-se a nossa Entidade Nacional e vinculando bem fundo estas lutas com os demais setores educação e com as lutas dos trabalhadores em geral.

**PROFESSOR!  
ASSOCIA-TE  
À APUFSC**

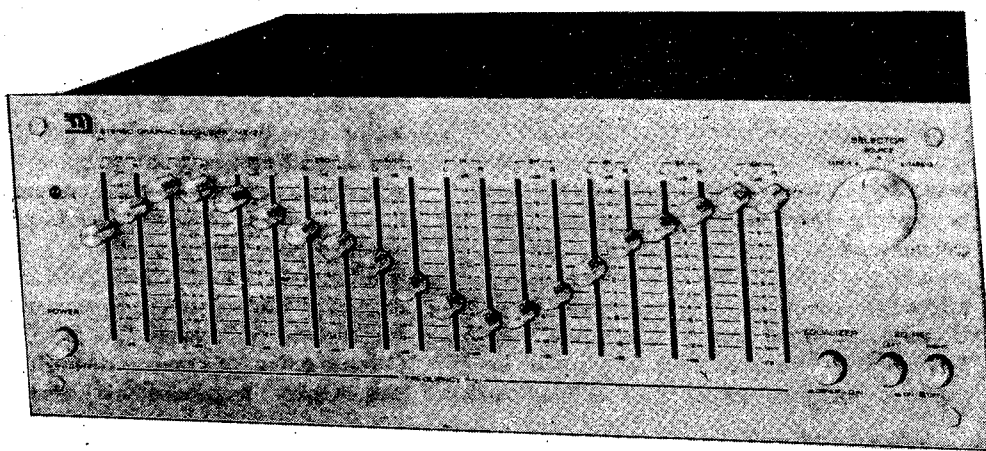


ESTA É A ÚNICA FORMA DE VOCE DEFENDER SEUS DIREITOS COMO TRABALHADOR.



## FOTOCÂMERA

**FOTOCÂMERA**  
R. DEODORO, 21  
FONE 22-1804  
FLORIANÓPOLIS - SC





# O MOVIMENTO DOS PROFESSORES DA UFSC

## NOSSAS RAZÕES

A Educação é muito importante para o desenvolvimento de uma nação. Situada na área da ação social, a educação tem repartido com a saúde o triste privilégio de ter seus recursos progressivamente diminuídos, cedendo, a cada ano, fatias crescentes dos seus orçamentos para outras áreas definidas como prioritárias pelo Governo.

Essa é, certamente, uma das causas da crise permanente que se abateu sobre a Universidade Brasileira, embora não seja a única. Outra, há de ser encontrada na ação governamental que optou pela massificação do ensino superior, com base no aumento explosivo das matrículas, particularmente as da rede privada.

As dificuldades que a Universidade enfrenta, atualmente, são bastante conhecidas.

A crônica insuficiência de recursos tem determinado uma perda continuada da qualidade do ensino, limitado as possibilidades de pesquisa e diminuído as atividades de extensão. Faltam laboratórios, salas de aula, aparelhos, drogas e muitos outros materiais indispensáveis ao ensino e a pesquisa. Os baixos níveis salariais que a Universidade oferece não permite manter um bom quadro funcional. Professores, administradores, engenheiros e operários especializados entre outros, têm deixado a Universidade, atraídos por remunerações mais compensatórias. O que isto significa, em termos de um esvaziamento ruinoso para a Instituição, pode ser facilmente avaliado. Neste sentido, a luta que os professores vêm realizando há mais de um ano, para conseguir melhores salários, situa-se num contexto geral muito mais amplo. Trata-se, na verdade de resistir à política de redução dos recursos públicos destinados à

Educação. Se, em 1980 tivéssemos 8,5% do orçamento federal a ela destinados, em vez dos magros 4,28%, as atuais dificuldades não seriam tão grandes. Por isso também os estudantes apoiam firmemente o movimento dos docentes. É claro que a intranquilidade dos professores tem muito a ver com a violenta deterioração dos salários que atinge o funcionalismo público em geral. A situação agravou-se muito com o injustificável arrocho salarial traduzido no último reajuste de apenas 2% escalonado em 2 parcelas. Esse percentual, absolutamente insuficiente, já está quase superado pela voragem inflacionária do 1.º semestre, a qual progride à uma taxa-média superior a 6% mensais.

Ora, o povo não pode ser culpado mais uma vez pela inflação. A ele, durante muitos anos, tem sido negado o direito de influir na tomada de decisões, na escolha dos governantes, nas opções sociais, políticas e econômicas.

Por isso não mais está disposto a pagar pela falha das estratégias e prioridades oficiais que já nos levam a uma inflação inédita de 100%, enquanto se gastam preciosos recursos com comunicação oficial, importação de tecnologia nuclear não testada, construção de prédios suntuosos. Ao mesmo tempo esvazia-se as aplicações na Saúde, na Educação, na produção e na comercialização agrícolas.

Essas são, entre outras, as razões que nos levam a reivindicar melhores salários para os professores, mais verbas públicas para a Educação, Ensino Público e gratuito.

Esperamos contar com o valioso apoio da comunidade a nossa luta.

HUMMMMM...

BRASÍLIA DF - 27-06-80  
FLN/MR

NR 219/80 FINEZA DIVULGAR JUNTO COMUNIDADE ACADÊMICA DASP ENCAMINHOU CASA CIVIL PRESIDÊNCIA REPÚBLICA PROJETO LEI REESTRUTURAÇÃO CARREIRA MAGISTÉRIO SUPERIOR VG APOS INCORPORAÇÃO DIVERSOS DISPOSITIVOS PROJETO MEC PT DIRETOR GERAL DASP, VG SENSIVEL ANSEIO CLASSI: DOCENTE ENSINO SUPERIOR VG ASSEGURA DISPOSIÇÃO DISCUTIR PONTOS ESSENCIAIS CARREIRA MAGISTÉRIO PT SDS-BSB/SU (AH)

DOUTOR JOSÉ CARLOS SOARES FREIRE  
DIRETOR GERAL DO DASP  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BRASÍLIA - DF  
N.º 083/UFSC de 26-06-80 — CONSELHO UNIVERSITÁRIO ESTA UNIVERSIDADE VG SESSÃO HOJE REALIZADA VG DECIDIU VG POR UNANIMIDADE VG APROVAR SOLICITAÇÃO ASSOCIAÇÃO PROFESSORES SENTIDO SEJAM ENVIDADOS ESFORÇOS OBJETIVO APROVAÇÃO MAIOR BREVIDADE POSSÍVEL PROJETO CARREIRA PROPÓSTO PELO MEC COM SUGESTÕES CLASSE DOCENTE ATUALMENTE EM DISCUSSÃO CONJUNTA DASP E MINISTÉRIO EDUCAÇÃO E CULTURA PT ATENCIOSAMENTE  
PROFESSOR ERNANI BAYER/REITOR/UFSC

Um!

PROFESSOR EDUARDO MATOS PORTELLA  
MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BRASÍLIA - DF

N.º 082/UFSC de 26-06-80 — CONSELHO UNIVERSITÁRIO ESTA UNIVERSIDADE VG SESSÃO HOJE REALIZADA VG DECIDIU VG POR UNANIMIDADE VG APROVAR SOLICITAÇÃO ASSOCIAÇÃO PROFESSORES SENTIDO SEJAM ENVIDADOS ESFORÇOS OBJETIVO APROVAÇÃO MAIOR BREVIDADE POSSÍVEL PROJETO CARREIRA PROPÓSTO PELO MEC COM SUGESTÕES CLASSE DOCENTE ATUALMENTE EM DISCUSSÃO CONJUNTA ESSE MINISTÉRIO E DASP PT ATENCIOSAMENTE PT  
PROFESSOR ERNANI BAYER - REITOR/UFSC

O movimento recebe apoio!

## QUEM PRECISA DE INFORMAÇÃO ?

Muita gente. O ideal mesmo seria que todo mundo fosse bem informado. A verdade, infelizmente, é que se lê muito pouco neste Brasil. Daí a importância de uma participação maior dos universitários, nos destinos de nossa terra. Professores e estudantes suficientemente preparados para assumir posições, substancialmente munidos de conhecimentos, para responder às necessidades do país com as soluções mais adequadas. É preciso assimilar o bastante. Ler jornal todo dia não é tudo, mas ajuda muito. O jornal informa, atualiza, dá bagagem. O Jornal de Santa Catarina não preten-

de ser um dos mais completos noticiosos do País, mas tem o que interessa para um bom panorama do mundo, da Nação e, especialmente, do nosso Estado.

Em cima da notícia, o JSC reúne objetivamente as matérias de interesse que merecem destaque a cada 24 horas, entregando a você toda manhã assuntos nacionais e internacionais, revelando as últimas do esporte, cinema, política, teatro, artes, negócios, ciências e muitos outros setores da atividade humana.

Colunas assinadas, como as do Joelmir Beting e Carlos Chagas, são hoje leitura

obrigatória do JSC.

Faça do JSC o seu hábito de leitura diária. E garanta um bom suprimento de informações para tornar ágil e eficiente o seu instrumental de trabalho e integração social.

**JNC**  
JORNAL DE SANTA CATARINA  
O IMPORTANTE PAPEL DA INFORMAÇÃO

# IGREJA, POVO E GOVERNO

As atividades da Igreja Católica a cada dia que passa, vem se identificando com a grande massa de explorados e miseráveis que compõem a sociedade brasileira.

Os movimentos grevistas que surgiram em vários Estados do Brasil, receberam o apoio integral do clero, com suporta da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), num justo apoio àqueles que lutam por uma vida mais humana e justa.

A verdadeira missão da Igreja é ser "a voz da consciência" e todo relacionamento vital entre a Igreja e o Estado implica, na época atual, em tensão e reação em virtude dos objetivos, discricionários e reacionários do Estado, enquanto a Igreja Ecumênica volta-se para o crucial problema social. Volta-se portanto, pelas causas populares onde o povo angustiada, amargurado, sofrido, marginalizado e cansado de ser explorado por uma minoria insana, inconsequente e irresponsável, começa a despertar pela luta reivindicatória, em busca de seus inalienáveis direitos, dentro dos princípios mais elementares de justiça.

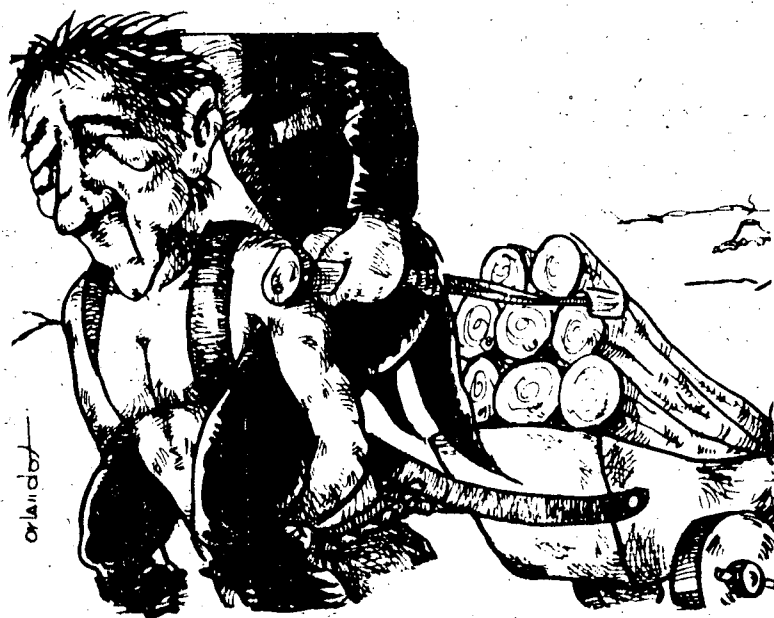
O apelo da Igreja Ecumênica Brasileira é, entre outros, um apelo à justiça. É, portanto, correto o protesto contra as injustiças existentes. Cabe fundamentalmente a Igreja conscientizar essas injustiças, ou, como quiserem uma expressão mais conservadora e tradicional, "provocar um exame de consciência" nos que vive exclusivamente a explorar o seu semelhante.

O governo brasileiro (dito ainda revolucionário...?) só se preocupa com os índices inflacionários, com o preço do petróleo, com exportações, com desenvolvimento industrial e tecnológico, em proteger os grandes banqueiros, latifundiários e industriais e, pouco se dá conta da tragédia que assola milhões de brasileiros que vivem na mais extrema miséria! É justo que se fale em justiça social, em melhor distribuição de renda, numa maior participação do proletariado nos lucros das empresas, na justa distribuição da terra, na maior participação do povo nas decisões governamentais e se procure uma solução pacífica (enquanto for possível) para a grave crise que enfrentamos.

No Brasil é fácil constatar que a pregação da Igreja atualmente, tem sido em defesa da justiça que contribui poderosamente, para oferecer às classes populares alternativas espiritualmente revolucionárias, enquanto o governo provoca soluções a base da violência.

Não suscita dúvidas a mudança da forma de agir e pensar da Igreja que passa assim a uma ação fundamentada nos princípios verdadeiramente cristãos. A identificação da Igreja com o poder e os poderosos economicamente foi um dos fatores que comprometeu seriamente o catolicismo nos séculos XVIII, XIX e meados do atual. A Igreja antiga, e a de uns doze anos atrás, estava demasiadamente "preocupada em manter o que nos parecia ser a ordem social da autoridade" excessivamente passiva, uma Igreja demasiadamente atrelada e comprometida com o governo e os grupos privilegiados.

Alicerçada nos princípios ditados por Jesus Cristo, que é o símbolo da honestidade, da justiça, da bondade, da fraternidade humana e da igualdade social, identifica-se com essa grande massa de explorados e marginalizados, pois Cristo jamais aliou-se aos poderosos e aos que usavam o



poder para explorar o seu semelhante; para iludir demagogicamente as massas, torturar, corromper, roubar e tirar a liberdade do homem. Abomina a falta de respeito pelo próximo, a desonestidade, a imoralidade, a o egoísmo e a corrupção.

Não suscita dúvidas que a Igreja Ecumênica afasta-se rapidamente da alta burguesia nacional que atrelada e seriamente comprometida com os detentores do poder e dos grupos econômicos nacionais e internacionais procura, desesperadamente, manter o seu falso "status social" mesmo que isso venha a representar a desgraça e a miséria da maioria, ferindo assim os mais comensais princípios da fé cristã.

A alta burguesia nacional tenta agora difamar e levar a desconfiança sobre os nomes do clero. Transformaram-se em detratores, usando, como sempre usaram, os mesmos mecanismos da traição, da difamação, do perjúrio, do ódio e da falta de sensibilidade humana.

Os verdadeiros líderes da Igreja Ecumênica são homens conscientes e atuantes. Conhecem a miséria, a fome e a marginalização por que passam milhões de brasileiros sob o abominável capitalismo selvagem que impera neste país.

Por isso exigem do governo mais senso de humanidade, reformas sociais profundas e sobretudo justiça.

O caráter humanitário das notas emitidas pelos líderes da Igreja Católica em apoio aos grevistas são sinceras, deixando os grupos reacionários perplexos pois tinham na Igreja, no passado, o seu grande aliado. Hoje ela encontrou o seu verdadeiro caminho, ou seu, o cumprimento fiel das palavras de Jesus Cristo. Volta-se para um comportamento que não é só espiritual mas fundamentalmente social e humano.

A nota emitida pelo CNBB de apoio aos grevistas de São Paulo e Minas Gerais, procurou dar a estes movimentos a sustentação necessária afir-

mando que "a justiça não se consolida com o jogo ambíguo das autorgas e captações mas sim com a participação do povo". A CNBB não fez outra coisa senão exigir "justiça", "solidariedade social", "superção fraterna dos conflitos sociais", "esforços comuns por um desenvolvimento social" além de manter a posição firme de apoio daqueles que lideraram o movimento e repúdio pelas arbitrariedades cometidas por um governo que não aprendeu o "be-a-bá" da democracia, da liberdade, da justiça social, de respeito pelos direitos inalienáveis do homem.

Prender, agredir, violentar a liberdade, cometer arbitrariedades, intimidar e chegar a induzir a justiça (?) a voltar atrás em suas decisões... declarando a greve dos metalúrgicos ilegal, é a fórmula que somente um governo de incompetentes encontra para poder intimidar e pressionar o proletariado e professores para que voltem ao trabalho sem que possam conseguir seus direitos mais que justos.

Ilegal mesmo é a fome, a miséria, o desemprego, a inflação, a exploração vil e desonesta que exercem sobre o homem, a corrupção administrativa que assola este país.

Nos dá um novo alento ver a Igreja Ecumênica, que tem em Cristo a sua imagem e semelhança, engajar-se na luta pelos oprimidos e explorados. É a verdadeira encarnação histórico-social de Cristo. A liderança inflexível do Dom Ivo Lorscheiter, Presidente da CNBB, é o exemplo da consciência e da fé na justiça. A luta de Dom Evaristo Arns, apoiando as reivindicações e protestando contra as prisões arbitrárias de operários e líderes sindicais, é a maneira verdadeiramente cristã de defender a ideologia da Igreja, é a fé nos ensinamentos de Cristo. A árdua luta de Dom Helder Câmara, que enfrentou a ditadura na pior de sua fase em defesa da liberdade dos direitos humanos, seguindo, pois, a trilha de Cristo, é a

verdadeira missão da Igreja. O incisivo protesto do valoroso Pastor Willian Schisler é outra ação da atividade Ecumênica quando diz: "As religiões do homem têm duas tendências básicas — ou de negação deste mundo com seus erros, projetando suas esperanças para o "mundo do além", ou da afirmação para que se torne aquilo que Deus almeja ao criá-lo. O cristianismo falso toma a primeira posição; o verdadeiro, a segunda". Diz ainda o Pastor Schisler: "Onde o cristianismo verdadeiro penetra ele traz consigo modificações sociais e políticas: acabou com a escravidão, afirmando que todos são iguais perante Deus; promoveu a democracia, porque reconheceu em cada homem a liberdade de sua consciência e direito de escolher o governo que lhe convém; defendeu o direito do trabalhador, porque o trabalho é igualmente digno e merecedor de justa remuneração; libertou a mulher, porque ambos são igualmente criados à imagem e semelhança de Deus; promoveu os marginalizados, porque Cristo disse que neles é que se identificaria e a favor deles que orientou tanto dos seus ensinamentos". A religião derruba todas as barreiras do egoísmo humano e isso não interessa àqueles que vivem a custa da injustiça. Por isso, como diz o Pastor Schisler, a preocupação da burguesia de empurrar o cristianismo às sacristias para que permaneça na "busca do céu", numa aceitação do mundo como ele é. Por isso, toda vez que os cristãos redescobrem a Bíblia, eles fazem tremer os alicerces de todas as escravidões e idolatrias humanas. Não há força militar, política e econômica que resista à força do cristianismo verdadeiro que transforma a sociedade de baixo para cima, de dentro para fora, recebendo a violência mas não respondendo com ela pois sua arma tem sido a verdade, o amor e a justiça.

Antes de combater a ação da Igreja Ecumênica, seria melhor e mais importante por parte do governo e seus asseclas, que refletissem melhor sobre a miséria que assola milhões de brasileiros que inevitavelmente nos acarretará sérios riscos e inevitavelmente conflitos sociais de conseqüências imprevisíveis. A ação dos Bispos de Santo André, no já famoso ABC de São Paulo, corresponde "às ações prioritárias de Puebla". Pode-se mesmo falar em comunhão de princípios entre a CNBB e as decisões de Puebla com a Igreja Ecumênica Brasileira. Identificamos a CNBB com a Igreja em sua totalidade e não em algumas de suas partes e alguns de seus representantes. A Igreja não pode abandonar a sua missão que lhe foi confiada por Cristo que hoje, mais politizada, procura secularizar a regularizar a religião. Lícito está na identificação da CNBB com os problemas sociais brasileiros que não têm conotação política como maldoamente muitos oportunistas querem transparecer.

A Igreja de hoje tem autoridade para cumprir sua missão ou seja, ensinar a verdade, presidir e promover a luta pelos direitos humanos, discernir e representar formas da presença da Igreja pela palavra de Cristo. É a presença da Igreja espiritual mas também social e essencialmente humana. Se a religião era, na época de Marx, o ópio do povo, talvez o marxismo possa ser hoje a vitamina da religião.

(Luiz Henrique Mendes de Campos)

**SOL DA TERRA**  
**RESTAURANTE E EMPORIO**  
**Alimentação Natural**

de 2ª a 6ª das 8:00 às 20:00 horas Rua Vidal Ramos, 43 A

# A

# DEMOCRATIZA

## CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

No Centro de Ciências da Educação, o processo para eleição de Diretor de Centro, foi deflagrado no dia 23 de maio, após uma reunião ampla aberta à participação de todos os professores vinculados aos Departamentos de Biblioteconomia, Estudos Especializados em Educação e Metodologia de Ensino e ao Colégio de Aplicação. Esse processo constituiu-se de duas etapas: na primeira, cada professor deveria votar em 6 professores (essa etapa permitiu a elaboração de uma Lista Sêxtupla, constituída pelos 6 professores mais votados). Na segunda etapa, cada professor deveria votar em apenas um candidato, dentre os que compunham a Lista Sêxtupla; que ficou assim constituída: VALPI COSTA - 36 votos; ALZIRA R. DUTRA - 26 votos; MARIA DA CONCEIÇÃO A. RODRIGUES - 12 votos; CARLOS C. SOUZA - 8 votos; TELMA MACENTINI - 3 votos; ELIANE D. CAMPOS - nenhum voto. O nível de participação dos professores nas duas etapas foram de 79% e 72,9% respectivamente, o que mostra a disposição para o exercício democrático dos docentes do Centro de Ciências da Educação. Vale ressaltar que as Professoras TELMA e ELIANE, solicitaram que a elas não fossem destinados votos.

## CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

No dia 19/06/80, realizou-se uma reunião dos professores do Centro de Ciências da Saúde, com a participação de cerca de 20 docentes. A reunião, que havia sido convocada para discussão do processo eleitoral para renovação da direção do nosso Centro, debateu e aprovou o seguinte:

- 1) Discussão nos Departamentos sobre: o papel do Centro de Ciências da Saúde e seus problemas; os pontos que deveriam ser defendidos para valorização do CCS, no contexto da Universidade e Comunidade; o perfil do Diretor do Centro desejado pelos professores; o processo eleitoral para Diretor de Centro e a forma de participação direta dos docentes, para garantir um maior poder divisório dos professores e a redução dos interesses alheios ao centro e à própria Universidade. Os nomes dos docentes que poderiam vir a representar o desejo da maioria dos professores do CCS.
- 2) Nova reunião geral dos professores do CCS dia 30/06/80, para: aprovar os pontos de princípio que seriam defendidos pela nova Direção do Centro; definir a forma de participação direta dos professores no processo eleitoral para escolha do Diretor e Vice do CCS.

A convicção dos professores presentes nesta reunião é de que somente com a participação efetiva do corpo docente do Centro de Ciências da Saúde, poderemos atingir a almejada valorização do Centro de Ciências da Saúde.

## NO CENTRO TECNOLÓGICO

A Assembléia Geral do Centro Tecnológico, realizada no dia 13/06 para aprovar o memorial de reivindicações ao novo Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, decidiu desencadear um processo eleitoral direto para Diretor de Centro. Nesse sentido, foram realizadas outras assembleias onde foi discutido o Plano de Ação e deliberado que o processo seria executado em duas fases. A primeira fase foi realizada com o objetivo de possibilitar o surgimento de candidatos, na qual cada professor votou em dois nomes de professores de Departamentos diferentes, sendo candidatos todos os docentes do centro. A segunda fase foi realizada com o objetivo de escolher diretamente o Diretor do Centro, e simultaneamente preencher a lista Sêxtupla.

Foram realizadas quatro etapas sequenciais. Na primeira elegeram-se o Diretor do Centro. Na segunda foi tirado o 2º nome da lista, que será indicado como Vice-Diretor. Na terceira, foram eleitos o 3º e 5º nomes da lista, que também, são indicados como representantes do Centro no Conselho Universitário, Titular e Suplente respectivamente. E na última, foram eleitos os nomes que ocuparão a 4ª e 6ª posições da Lista, entendendo-se serem também indicações do Centro para representantes, Titular e Suplente do Conselho de Ensino e Pesquisa. Entre a Primeira e a Segunda fases do processo, foi realizado um debate com os candidatos, no qual estes se posicionaram quanto ao plano de ação aprovado em Assembléia.

Na eleição para Diretor, participaram 75% dos Professores (90% dos D.E.), tendo sido eleito o Professor LONGUINHO DA COSTA MACHADO LEAL. Na eleição para Vice-Diretor, participaram 78% dos Professores (94% dos D.E.E.), sendo eleito o Professor LUIS JAIRO BRANCO MACHADO.

## CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Em Assembléia Geral do dia 12 de junho, o C.C.B. deliberou pela votação direta de uma lista de candidatos à Direção e Vice-Direção do Centro. Uma votação preliminar foi realizada no dia 20 de junho, da qual participaram 77% dos professores em exercício e os 6 (seis) mais votados foram os seguintes: OSVALDO DE OLIVEIRA MACIEL - 35 votos; CARLOS ARAMY DORNELES - 31 votos; NEWTON A. DE CARVALHO - 24 votos; ANTÔNIO BREZOLIN - 24 votos; AYRTON R. DE OLIVEIRA - 23 votos; CARLIXTO COLIN - 22 votos.

Em Assembléia Geral realizada no dia 30 de junho, foi realizado um debate com os candidatos mais votados e foi marcada uma data para a votação definitiva.

Ao assumir a Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina, o Reitor ERNANI BAYER, reafirmou o seu compromisso de democracia, transformando-a num fórum permanente de debates e debates "biônicos". Foi levando isso em consideração, que os Professores da Universidade, deflagraram a partir de uma discussão de Assembléia, o processo de eleições diretas, livres e democráticas, para o Centro e Representantes nos colegiados superiores da Universidade (Ensino e Pesquisa e Universitário). Com a paralisação das

## CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

No dia 12 de junho, numa concorrida Assembléia Geral, onde mais de 80% dos Professores do Centro estavam presentes, foi deflagrado o processo eleitoral para a Direção e Representantes junto aos órgãos Colegiados Superiores da Universidade. Depois de um caloroso debate sobre a questão, ficou marcada uma nova assembleia para dar encaminhamento eleitoral. Nesse sentido, dia 26 de junho foi realizada essa assembleia que definiu alguns pontos fundamentais. Em primeiro lugar, frente a uma reivindicação dos funcionários, a assembleia decidiu pela participação dos mesmos no processo eleitoral. Em segundo lugar, quanto aos cargos a serem ocupados (Diretor, Vice-Diretor, e representantes no CU e CEP) serão realizadas eleições independentes, sendo que cada professor votará em 2 nomes para cada cargo. O professor mais votado no 1º. escrutínio, será o Diretor para os professores do Centro. O mesmo será aplicado para o caso de Vice-Diretor (2º. escrutínio). Para os Conselhos serão escolhidos os dois primeiros professores mais votados, titular e suplente, respectivamente. Ficou decidido ainda, a realização de um debate, a ser marcado com os candidatos, objetivando se conhecer as suas plataformas de trabalho à frente da direção do Centro. Tudo indica que somente em agosto, esse centro terá o seu processo eleitoral decidido.

## CENTRO DE DESPORTOS

De acordo com o que foi deliberado na reunião dos Professores do Centro de Desportos, no dia 18 de junho foi realizada a eleição prévia para Diretor do Centro, no dia 24 de junho, onde todos os Professores poderiam votar e serem votados. Dos 52 Professores, apenas 3 deixaram de votar, num total de mais de 90% de participação. Os 6 candidatos mais votados foram: LUIZ PEGORARO - 24 votos; JOÃO JOSÉ CORDEIRO - 12 votos; ERNESTO VAHL FILHO - 10 votos; IVETE DESCHWANKE - 01 voto; MAURO J. MOSER - 01 voto; VALMIR GOMES - 01 voto.

No Centro Sócio-Econômico, o processo eleitoral foi deflagrado no dia 12 de junho, quando foi realizada a eleição para o Auditorio do Centro. Foram discutidos e aprovados os pontos referentes à forma de condução do processo eleitoral para a indicação dos cargos de Vice-Diretor e Representante do Centro no Conselho Universitário e de Ensino e Pesquisa.

Na ocasião, ficou estabelecido que os dados seriam eleitos em dois turnos, sendo que as urnas seriam colocadas nos vários Departamentos do Centro. Foi eleito o Professor JOSÉ ROBERTO DE LIMA, para o cargo de Vice-Diretor, e o Professor JOSÉ ROBERTO DE LIMA, para o cargo de Representante do Centro no Conselho Universitário e de Ensino e Pesquisa.

A se destacar, em todo o processo eleitoral, o empenho dos professores dos departamentos na APUFSC, que inclusive tiveram a participação do Conselho Departamental, para garantir a realização do processo eleitoral. Os resultados foram os seguintes: para o cargo de Vice-Diretor, o Professor JOSÉ ROBERTO DE LIMA, com 10 votos, e para o cargo de Representante do Centro, o Professor JOSÉ ROBERTO DE LIMA, com 10 votos.

As eleições foram realizadas no dia 1º de julho, três dias para a recepção de vista o fato de que muitos professores não compareceram suas aulas, indo ao trabalho na sexta-feira, o movimento de professores eleitores participando no processo eleitoral, não tenha havido algumas consequências negativas de voto.

Após contatos mantidos com os professores elegíveis do Centro, três dias para concorrer à Direção do Centro, o Professor JOÃO BATISTA BOBATO, para o cargo de Representante do Departamento de Economia; o Professor RODRIGUES CAMPELLI, para o cargo de Representante do Departamento de Administração; o Professor EDUARDO DE LIMA, para o cargo de Representante do Departamento de Economia. Não surgiu nenhuma objeção para a Vice-Direção, ficando

# ÇÃO DA UFSC

atarina, o Profes-  
ratizar a Univer-  
livre de Dirigen-  
fessores da nossa  
mbliéa Geral da  
al de Santa Cata-  
ara Diretores de  
idade (Conselho  
tividades docen-

tes nos dias 11, 12 e 13, essa discussão foi amplamente debatida, principal-  
mente nas Assembléias Gerais por Centro, onde os professores se conscientiza-  
ram de que a democracia é algo que se conquista e não algo a ser dado por  
decreto.

Ao findar o semestre, os professores deixaram um saldo muito positivo  
rumo à democratização da Universidade. Dos dez centros, cinco já estão com  
seus processos eleitorais praticamente definidos, quanto aos outros cinco  
deverão definir até agosto. A seguir damos uma visão geral da situação em  
todos os centros e a forma como o processo eleitoral foi ou está sendo  
encaminhado.

## CENTRO SÓCIO ECONÔMICO

ômico, o processo  
o último dia 20 de  
da uma Assembléia  
Centro. Na mesma,  
os vários itens refe-  
ir a prévia eleitoral  
iditados a Diretor,  
ntes nos Conselhos  
Pesquisa e Exten-

o segundo mais votado para o Cargo de Dire-  
tor teria seu nome encaminhado para compor  
a lista de Vide.

Para a representação no Conselho Universi-  
tário, os candidatos são os Professores: TEO-  
DORO ROGÉRIO VAHAL (Administração);  
OSVALDO MORITZ (Economia) e FER-  
NANDO NIZZO BAINHA (Economia). Para  
o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão,  
são candidatos: ANTÔNIO NICOLLÓ  
GRILLO (Administração); CUSTÓDIO HO-  
RÁRIO DA SILVEIRA (Economia), e GIL-  
BERTO MONTIBELLER FILHO (Economia).

Fundamental, para o perfeito encaminha-  
mento do movimento, foi o apoio manifestado  
pelo atual Diretor do CSE, Prof. ANTÔNIO  
ADOLFO LISBOA, o qual mostrou-se favorá-  
vel à consulta aos docentes, da forma como  
foi feita. Também importante, foi o apoio  
quase unânime dos Chefes dos Departamentos  
do Centro, permitindo a instalação de urnas  
em suas Secretarias, e mesmo deixando um  
funcionário encarregado pela mesa eleitoral.

Uma vitória do movimento foi também a  
Assembléia realizada quinta-feira, dia 27 de  
junho, às 20:00 horas, quando os candidatos,  
com exceção do Prof. Bonassis, apresentaram-  
se aos docentes, expondo seus pontos de vista  
sobre vários problemas ligados ao Centro  
Sócio-Econômico, e mesmo outros mais am-  
plos, de interesse da classe. (Bonassis, não  
compareceu por estar acamado). Na oportuni-  
dade, o Prof. Navarro e a Profª. Crenilde,  
foram argüidos pelos professores presentes os  
quais queriam saber suas posições sobre vários  
temas de interesse.

Como podemos observar, através dessa rá-  
pida visão geral, os professores levaram a sério  
as palavras do novo Reitor. Agora, é preciso  
que as suas expectativas não sejam frustradas,  
quando da elaboração pelos Conselhos Depar-  
tamentais das Listas Sêxtuplas, e da escolha  
pelo Reitor, junto ao Ministro, dos futuros  
Diretores de Centro. Já que para a esmagadora  
maioria dos professores universitários, eles  
estarão escolhidos, num processo livre e  
democrático, ainda que para alguns, acostu-  
mados a cargos biônicos, e interesses pessoais  
e de grupos, isso não passou de uma brincá-  
deira. É hora de abrir o jogo e sem cartas  
marcadas, mostrar que as intenções não passa-  
ram de meras falácias próprias dos pseudo-  
liberais teleguiados pelo sistema.

De qualquer modo, uma coisa está clara, os  
professores da nossa Universidade não mais  
aceitarão dirigentes impostos.

## CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Na assembléia geral do Centro de Ciências  
Humanas, realizada no dia 12 de junho, foi defla-  
grado o processo de eleições livres e diretas para a  
direção e representantes junto aos colegiados su-  
periores da universidade. Foi acertada, então, a  
realização de uma prévia eleitoral dos professores  
e com direito a voto, também, representantes dos  
funcionários e dos estudantes.

A comissão coordenadora promoveu uma nova  
enquete de opinião, objetivando compor um perfil  
de candidato, em termos de posições políticas,  
programas e de capacitação pessoal, que servi-  
riam como balizamento e eventual comprometimento  
dos postulantes ao cargo de diretor do  
centro.

Feita a pesquisa, marcou-se nova assembléia  
geral com a participação de professores, estudan-  
tes e funcionários. Nessa assembléia, depois de  
um longo debate sobre os critérios de participa-  
ção, foi decidido o direito de voto à todos os  
funcionários e estudantes do centro.

As vésperas da "prévia", no dia 24 de junho,  
realizou-se mais uma assembléia geral, com o au-  
ditório da reitoria tomado por professores, fun-  
cionários e estudantes. Numa prova de maturi-  
dade política, depois de realizada uma avaliação  
dos últimos encaminhamentos, a plenária resol-  
veu, após alguns esclarecimentos e debates, rede-  
finir os termos do processo eleitoral. Assim, ficou  
deliberado que os professores, estudantes e fun-  
cionários participariam paritariamente, isto é, te-  
riam peso eleitoral igual: 1/3 para cada categoria.  
Com isso foram neutralizadas algumas reservas  
que cercavam o pleito e saiu fortalecido o pro-  
cesso. Foram a seguir lançados alguns nomes e  
discutidas algumas propostas de candidaturas.  
Estavam abertas, democraticamente, possibilida-  
des para o surgimento de qualquer candidatura;  
pretendia-se discutir publicamente as plataformas  
de eventuais postulantes. Tudo foi feito clara-  
mente, com amplo chamamento à participação de  
todos, em todas as fases do processo.

A participação de professores e funcionários foi  
bastante expressiva, quanto aos estudantes, em  
função de fatores diversos, especialmente o fato  
de sua participação só ter sido decidida no dia  
anterior, pode ser considerada razoável.

Ao final, o resultado da prévia eleitoral para  
diretor do centro, apresentou o seguinte resul-  
tado: Zuleika Lenzi 152 votos, Hélio Romito de  
Almeida 49 votos, Paulo Lago 42 votos, Emiliaña  
33 votos, Francisco de Sales Bianchini 9 votos e  
Ecy 4 votos.

## CENTRO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E MATEMÁTICAS

No CCFM as eleições começaram a ser defla-  
gradas dia 12 de junho, quando em Assembléia  
Geral os professores do Centro aprovaram a se-  
guinte proposta do prof. Luis Henrique Verant:  
que consistia do seguinte: inscrição natural de  
candidatos aos cargos eletivos, apresentação de  
cada candidato em Assembléia Geral dia 20 de  
junho. Votação secreta de até (3) três nomes por  
cargo e uma prévia eleitoral no dia 20 de junho.

Dia 19 de junho encerraram-se as inscrições, ao  
meio-dia, para que a comissão eleitoral pudesse  
providenciar as cédulas para a votação no dia  
seguinte.

Na assembléia do dia 20 de junho decidiu-se  
ampliar o prazo das inscrições de candidatos por-  
que até aquele momento alguns cargos não apre-  
sentavam candidaturas. A assembléia permane-  
ceu em aberto com convocação para o dia 23 de  
junho, quando as inscrições foram encerradas. A  
assembléia decidiu então, que a prévia não fazia  
mais sentido e que se impunha que se deflagra-se a  
eleição definitiva.

A assembléia decidiu que dia 30 de junho se  
faria a eleição e cada eleitor votaria em um candi-  
dato para cada cargo. A eleição encerrou-se apre-  
sentando o seguinte resultado dos 126 professores  
votantes:

**para Diretor do Centro:**  
Jaime Oltramari 52 votos, Osvaldo Monn 45 vo-  
tos, Valmir Dias 22 votos, Jane Crippa 2 votos,  
Rodi Hickel 1 voto, M.ª Emilia nenhum voto.

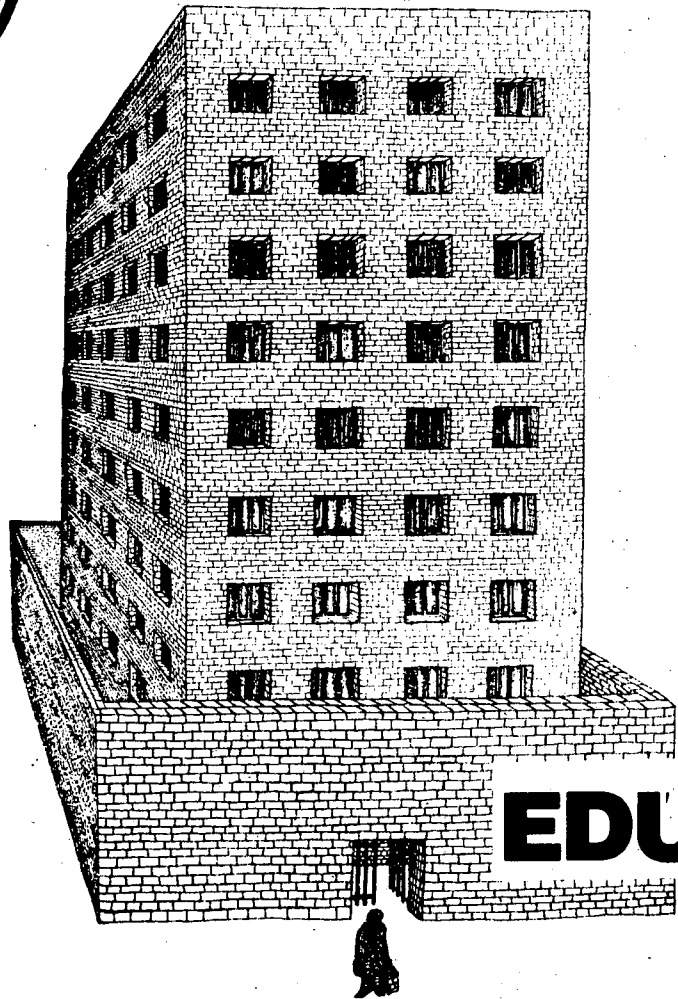
**para vice-Diretor:**  
Aparício Siqueira 51 votos, J.J. Eduardo  
Hummeres 35 votos, Nilo Kuelkamp 9 votos,  
Afonso Alles 8 votos, Severiano Volpato 8 votos,  
John Gault 6 votos.

**para o Conselho Universitário** foi escolhido os  
professores Mauro F. Vieira (titular) e Jane  
Crippa (suplente).

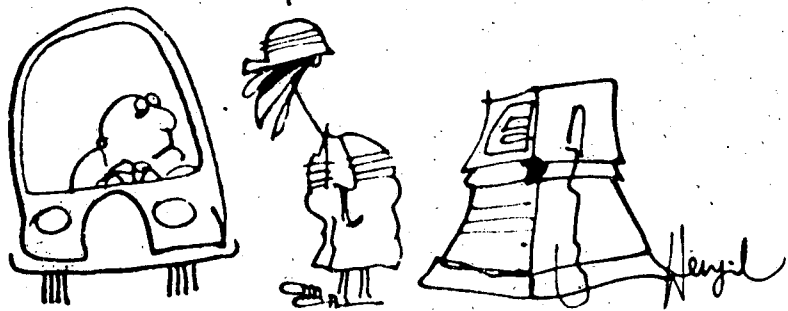
**Para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Exten-  
são** houve empate de votos (33) entre os profes-  
sores Carlos L. R. do Carmo e Milton Valente (tita-  
lar) e Olimpio Scalco (suplente).

## CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Durante os dias de paralisação (11, 12 e 13/06),  
os professores do CCA estiveram reunidos para  
debater vários problemas relativos ao Centro.  
Nessa oportunidade, foi discutido a elaboração de  
um memorial de reivindicações ao novo reitor a  
exemplo do que estavam fazendo outros Centros.  
Quanto às eleições diretas para a Direção do  
Centro e representantes para os Conselhos Superi-  
ores da Universidade ficou para ser debatido  
numa reunião posterior. Até o presente, o pro-  
cesso eleitoral nesse Centro ainda não foi devida-  
mente encaminhado. Espera-se para o início de  
agosto uma maior movimentação nesse Centro.



TA PROIBIDO VENDER  
GASOLINA HOJE PRA  
ECONOMIZAR DIVISAS!  
NO DOMINGO SÓ PODEMOS  
VENDER CHICUETTES, WHISKY,  
CASSETTES, CALÇAS LEE, LEVIS,  
CAMISAS LABOSTE, XEROX,  
MICKEY, MARLBORO, SONY,  
KUDAKS, GRAVADORES SANYO...



# EDUCAÇÃO SIMPLEMENTE

(Artigo extraído da Folha de S. Paulo de 29/06/80)

MARILENA DE SOUZA CHAUI

Lendo o artigo, publicado nesta "Folha" de 22 de junho, "Educação em País Rico", foi possível, enfim, compreender por que alguns insistem em traçar um paralelo entre a Universidade brasileira e a norte-americana. Ao saber que Reagan, o canastrão-candidato à presidência dos Estados Unidos, quando governador da Califórnia demitiu reitores e professores por razões ideológicas, a comparação com o Brasil tornou-se infofismável. Que isto sirva de lição aos incautos que andam apostando na democracia liberal a ser brevemente inaugurada no País.

Nos debates sobre o ensino pago tem imperado o desejo de "cientificidade", isto é, os números. Pretende-se, com eles, apelar a uma neutralidade numérica, que jamais é neutra, e fazer de uma abstração o índice da objetividade. No Brasil, o uso de números tem agravantes: além de serem abstratos e de não serem neutros, aqui os números não costumam ser muito rigorosos. Quem não se lembra dos números de 1973, sobre a inflação, os de 1979 sobre a pólio? Ou os que indicam erradicação da malária quando centenas de pessoas estão morrendo desse mal no centro do País, ou os do BNH, fazendo supor que as favelas se acabaram? Não há, pois, motivo algum para crermos em números no tocante à educação, nem para enveredarmos por um caminho tão desmoralizado entre nós.

Se a questão do ensino gratuito concerne à despesa pública, por que não transferir para a educação, por exemplo, recursos despendidos a manchetes no setor de informação? Se, como muitos alegam, uma das tarefas prioritárias da educação é impedir que crianças e jovens caiam na criminalidade, por que não transferir para as escolas recursos gastos nos "aparelhos da ordem", de modo a prevenir o crime em vez de remediá-lo? Mas todos sabem que não há relação causal direta entre crime e escolaridade. Afinal, os assassinos de Araceli e os de Cláudia Lessin não são trombadinhas analfabetos. Nem os de Manuel Fiel Filho. Não é o analfabetismo a causa da ação dos flagelados pela seca no Nordeste. Nem foi a ausência de escolas a causa das mortes em Conceição do Araguaia. A violência não é violação de leis, mas toda ação que reduza um sujeito à condição de coisa. Ela vem do alto. Muitas vezes, da própria lei.

Argumentos rápidos nem sempre são pertinentes. E a rapidez tem sido a tônica de muito texto em defesa do ensino pago. Assim, quando defensores do ensino pago, como o reitor de Brasília, estabeleceram uma relação imediata entre gratuidade do ensino, estatização e totalitarismo, precisariam, pelo menos,

definir o que entendem por Estado. Se, por Estado, entender-se a centralização e concentração do poder, a burocratização e verticalidade da autoridade definida por postos e cargos, o reforço dos órgãos executivos e dos mecanismos de repressão ou controle sócio-político e cultural, a participação direta na acumulação e reprodução do capital, a separação radical entre dirigentes e executantes, a identificação entre sociedade, partido e Estado, então estatização e totalitarismo podem caminhar juntos. Mas isto significa, ainda, que todo reforço social e político do Estado que al está vai na mesma direção, pois totalitarismo não é apenas sinônimo de stalinismo, mas também de fascismo. Por outro lado, quando alguns, como o reitor de Brasília, estabelecem uma relação direta entre ensino pago, liberdade e democracia, certamente queimam etapas no raciocínio. O ensino pago apenas define a educação como mercadoria e o mercado da compra e venda do trabalho educativo sob a forma da livre-concorrência. O que tais determinações econômicas têm a ver com liberdade e democracia é o que fica por demonstrar.

Quando, em tom solene, muitos convocam a Nação para, numa corrente pra frente, aceitar unida essa hora de esforço e sacrifício, parecem esquecer-se de que convocam toda a sociedade brasileira a assumir responsabilidades pelos desastres da política econômica e social dos mandantes. Convocar a sociedade toda para gerir crises provocadas por uma parte dessa sociedade, justamente aquela parte que nada irá sacrificar, é impor uma tarefa coletiva sem consultar os interessados. Como de costume, aliás.

Falar em reforma do ensino no Brasil é triste eufemismo. As decisões sobre educação têm sido da alçada do Ministério do Planejamento, do qual o Ministério da Educação, como os outros, é apenas dócil executante de ordens. Embora a forma e o conteúdo do ensino tenham sido responsabilidade do MEC, as linhas-mestras da educação foram traçadas pelo Planejamento. Quando se lêem decretos, portarias e leis educacionais, tem-se a impressão de ler planos empresariais, pois os textos são vazados num vocabulário feito de termos como demanda, investimento, rendimento, produtividade, eficácia, input, output etc.

No caso das universidades, por exemplo, a reforma impôs a departamentalização, cuja finalidade é reunir num mesmo espaço e tempo o maior número de alunos para um único curso, diminuindo as despesas materiais (do giz à contratação de docentes) e facilitar o controle administrativo (entenda-se, econômico e ideológico). A introdução

das matrículas por disciplina faz com que o estudante componha seu currículo matriculando-se em disciplinas obrigatórias e optativas, porém o que é obrigatório para um aluno é optativo para outro, de sorte que um mesmo professor, num mesmo espaço e num mesmo tempo, atenderá a maior número de alunos sem necessidade de ampliar o corpo docente, e sem que se indague qual será a qualidade de um curso ministrado em tais condições, às vezes quase circenses. O curso básico foi introduzido com a finalidade de aproveitar a "capacidade ociosa" de certos cursos, isto é, reunir estudantes de cursos pouco procurados com outros muito requisitados, deixando-os a cargo de um único professor. Com isto, não só foi barateada a mão-de-obra docente (em geral, o básico é ministrado pelos jovens professores assistentes que preparam teses, cumprem créditos em cursos de pós-graduação e que, na USP, recebem ordenado correspondente a tempo parcial — Cr\$ 10 mil — embora sua carga de trabalho se equipare à do regime de tempo integral), como ainda se criou o "vestibular interno", que suscita menos celeuma e rebelião estudantil do que o "vestibular externo" do passado. O básico permite controlar gastos e insatisfações. A unificação do vestibular e o sistema de classificação garantem o preenchimento de vagas em escolas pouco procuradas e, forçando o aluno à opção, o levam a matricular-se em escolas privadas que, sem este recurso, não seriam procuradas. Básico e vestibular criam o "mercado unificado da educação universitária".

A fragmentação da graduação e as licenciaturas curtas visam, por um lado, atender às "demandas" estudantis, mas, por outro lado, manter os estudantes por pouco tempo nas escolas, diminuindo os gastos do Estado e transferindo para o mercado da compra e venda de graduados as tensões sociais. A pós-graduação, restabelecendo a verticalidade do ensino universitário, tem como finalidade aparente criar docentes de alto nível e mão-de-obra altamente qualificada para as burocracias estatais e empresariais. Na verdade, ela restabelece o caráter discriminatório do ensino e a discriminação social em geral, pois a titulação comanda não só a carreira universitária e a estrutura de poder dentro das universidades, mas também confere, além do prestígio simbólico, a oportunidade de melhores empregos para os que tiveram tempo e dinheiro para a titulação, lançando o graduado à condição de degradado ou de peão universitário. E por esta estrutura do ensino que as pessoas deverão pagar, a fim de receber uma educação livre e democrática.

Não cabe aqui analisar a situação dos

1.º e 2.º graus, mais alarmante. Interessamo-nos simplesmente avaliar o sentido geral da reforma do ensino. A escola sempre foi o local privilegiado para a reprodução da ideologia dominante, das estruturas de classe e das relações de poder. Agora, porém, com a entrada do Brasil no "concerto das nações civilizadas", a educação é tomada fundamentalmente pelo seu aspecto econômico imediato, sendo a função da escola reproduzir a força de trabalho. Se, no passado, a educação era luxo e bem de consumo das elites e da alta classe média necessária ao regime, hoje a educação é encarada imediatamente como capital, produção e investimento que deve gerar lucro social. Como se legitimou esse novo sentido da educação perante a sociedade brasileira? Em primeiro lugar, pela afirmação de que o crescimento escolar bruto é em si uma forma de democratização sem que se pergunte qual escola, para quem e para quê. Em segundo lugar, pela afirmação de que a educação é fator de desenvolvimento econômico da Nação, beneficiando a todos a longo prazo, ainda que com o sacrifício de alguns, a curto prazo. Pondo a Nação como beneficiária, todos aqueles que criticarem os projetos educacionais, denunciando seu caráter não-cultural e não-democrático, aparecem como gongóricos inimigos da Nação. Em terceiro lugar, pela afirmação de que um país moderno deve racionalizar a educação, escondendo, porém, o verdadeiro sentido dessa racionalidade, qual seja, reproduzir as relações de classe pela mediação da estrutura ocupacional definida pela escolarização. A reforma do ensino deixa patente que a educação não é encarada sequer como criação e produção de cultura, mas como investimento "racional" para preparar o educando para o trabalho, isto é, torná-lo o mais produtivo possível para a empresa que irá contratá-lo. E como a empresa não pode aparecer como o beneficiado, inventa-se que o benefício é da Nação.

Se, do lado dos que clamam por mais verbas para a educação é preciso, primeiro, que indaguem "qual educação?", do lado dos que defendem o ensino pago como fator de democratização é preciso, primeiro, que esclareçam "qual democracia?". Incautos uns, cínicos outros, todos nós silenciámos a discussão sobre o significado cultural da educação e sobre a reprodução das relações sociais através do ensino e da pesquisa. Esse silêncio é a "crise da Universidade".

Marilena de Souza Chaui é professora de Filosofia Política no Departamento de Filosofia da USP e vice-presidente do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec).

# CULTURA

## Livros



### O ABC DO ENTREGUISMO NO BRASIL

(Ricardo Bueno)

Nesse levantamento especial você conhecerá as origens da política entreguista em nossa História e como ela foi intensificada depois do golpe de 1964. Veja de que forma os trustes controlam os diversos setores de nossa indústria, de que maneira especulam no mercado financeiro e enchem o bolso de dinheiro sem nada produzir, de que forma burlam a legislação sobre o capital estrangeiro, que parece ter sido feita exatamente para ser burlada e para nada controlar. Conheça o "escrete do entreguismo", formado pelos brasileiros que ultimamente se dedicaram com mais ardor aos grandes monopólios internacionais — não sem evidentemente deixarem de receber pelos seus préstimos. Informe-se sobre o que o governo já entregou e sobre os mais recentes planos para novas entregas, pois num país como o nosso sempre se descobrem novos e excelentes negócios para serem entregues aos trustes, em nome da salvação da economia e do nacionalismo sadio, sinônimo do mais deslavado entreguismo. Um documento para você ler e guardar, depois de ficar estarelecido e indignado.

(Editora Vozes)

### OS PEÕES DO GRANDE ABC

(Luiz Flávio Rainho)

"Eu acredito que o trabalho 'Os Peões do Grande ABC', feito pelo Rainho, demonstra que o trabalho para ser sério não precisa ser feito dentro de uma linha totalmente intelectualizada. Ele pode ser retratado pura e simplesmente com as palavras da boca dos trabalhadores. E, lendo o trabalho, a gente chega a ter certeza de que, em termos de entendimento da sua situação, os trabalhadores não ficam devendo nada a nenhum intelectual, a nenhum estudioso da matéria dos problemas do trabalhador. Eu gostaria que daqui para frente outros intelectuais que fizeram uma tese procurassem dar a ênfase que o Rainho deu à classe trabalhadora. Permissem que os trabalhadores fizessem o seu próprio depoimento com palavras erradas, com palavras até fora do contexto das respostas que eles estão dando aos entrevistadores, mas que procurassem retratar efetivamente o trabalhador. Fica claro que quando um trabalhador se dispõe a contar, dentro da sua humildade, os problemas do dia-a-dia que ele enfrenta, o trabalho fica muito mais verdadeiro, muito mais coerente com aquilo que a pessoa que fez a tese procura mostrar a quem vai julgar esse trabalho. Eu acho que o Rainho está de parabéns e espero que sirva de exemplo. Eu já tenho lido outras teses de outras pessoas que procuram fazer uma análise filosófica da classe trabalhadora e a gente percebe os erros absurdos que se cometem quando se tenta julgar a classe trabalhadora sem conhecer a classe trabalhadora. Esse trabalho não julga a classe trabalhadora, ele é o próprio depoimento da classe trabalhadora" (Luiz Inácio da Silva — Lula —, Sindicato dos Metalúrgicos, São Bernardo do Campo, SP) Editora Vozes.

## ENTREVISTA

Maria del Carmen Riviera Bohn, brasileira, professora assistente do Depto. de Biblioteconomia da UFSC, mestre em Biblioteconomia pela University of Austin, Texas, especialista em Administração Pública pela University of Albany, New York, assumiu em 03.06.80 a direção da Biblioteca Universitária da UFSC.

Tendo em vista a importância do fato para a comunidade acadêmica, decidimos entrevistá-la com a finalidade de esclarecer alguns aspectos pertinentes à Biblioteca.



(Esta entrevista foi concedida à Professora Kátia M. Lemos Montalli, ex-representante do Depto. de Biblioteconomia na APUFSC, em 06/06)

**P** — Durante sua gestão, qual a função que desempenhará a Biblioteca Universitária com relação ao ensino e à pesquisa, em seus diversos níveis?

**R** — Tentaremos fazer da B.U. um local onde os alunos, professores e demais membros da comunidade universitária encontrem os instrumentos necessários ao desenvolvimento das suas atividades acadêmicas.

**P** — E como pretende atingir isto?

**R** — Planejando os serviços de acordo com as necessidades reais dos usuários. Para identificar essas necessidades solicitamos a participação da comunidade acadêmica através de sugestões e críticas. Tentaremos manter contatos contínuos com os departamentos e de suas unidades universitárias.

**P** — Com quem você conta para alcançar essas metas?

**R** — Contamos com o apoio da administração superior da Universidade, com a experiência e participação dos bibliotecários, com a colaboração dos funcionários da Biblioteca e com a assessoria dos colegas do departamento de Biblioteconomia, assim como da assessoria técnica e bibliotecária de outras instituições do país.

**P** — Pretende fazer algumas mudanças imediatas?

**R** — Em princípio estamos estu-

dando a possibilidade de ampliação do Horário de funcionamento da Biblioteca para melhor atender a comunidade universitária. Um outro aspecto refere-se ao estabelecimento de uma política de seleção e aquisição de materiais.

**P** — Qual a sua posição diante do problema centralização e descentralização do acervo?

**R** — Sendo nosso principal objetivo atender às reais necessidades dos usuários da Biblioteca, esse assunto será cuidadosamente estudado. Para isso esperamos contar com as sugestões da comunidade universitária.

**P** — Gostaria de fazer outras colocações?

**R** — Sim. Através de estudos de comunidade pretendemos detectar as necessidades dos usuários e prever condições de satisfazê-los através do serviço de disseminação seletiva de informação, ou seja, levar ao usuário a informação pertinente a sua especialidade. Agradecemos a oportunidade concedida e solicitamos apoio e sugestões da comunidade universitária.

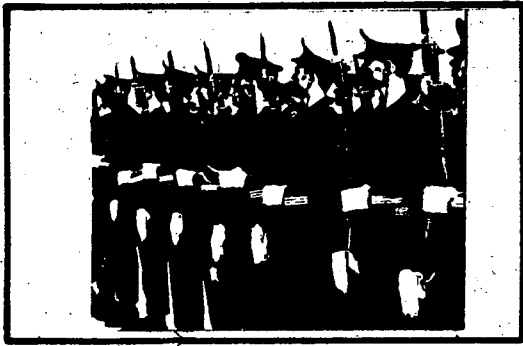
**P** — Poderíamos entrevistá-la em outras oportunidades?

**R** — Com muito prazer.

Professora, desejamos-lhe sucesso em sua administração. E muito obrigado pela entrevista.

**SUPERMERCADOS**





## Integra do Decreto

Artº 1º — Até 31 de dezembro de 1981, fica vedada aos órgãos da administração direta, inclusive os dotados de autonomia administrativa e financeira, nas entidades da administração indireta que recebem transferências de recursos do Tesouro Nacional, bem assim nas fundações mantidas, total ou parcialmente, pela União, a realização de despesa decorrente de:

I — Ingresso de pessoal, a qualquer título;

II — Criação ou elevação de níveis de cargos ou funções de confiança de direção e assessoramento superiores (DAS), de direção e Assistência Intermediária (DAI), bem como de Funções de Assessoramento Superior (FAS);

III — Ampliação de mão-de-obra quer mediante convênio, que através de firmas particulares de prestação de serviços;

IV — Criação ou ampliação de quadros ou tabelas de empregados permanentes, temporários ou em comissão.

Parágrafo Único — O disposto neste artigo não se aplica nos casos de:

a) Preenchimento de cargos ou empregos que venham a vagar por exoneração, demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento, desde que não haja aumento de despesa em relação ao pessoal em atividade;

b) Nomeação ou designação para cargos ou funções indicados no Item II, existentes na data deste decreto.

Artº 2º — O disposto no Artigo 1º não se aplica aos casos de excepcionalidade reconhecida expressamente pelo Presidente da República, mediante solicitação fundamentada de Ministro de Estado ou dirigente de órgão integrante da Presidência da República.

Parágrafo Único — A Secretaria de Planejamento da Presidência da República — Seplan — analisará a solicitação e emitirá parecer conclusivo evidenciando a efetiva disponibilidade orçamentária para fazer face à despesa, respeitada a área de atuação do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 3º — Para os fins deste decreto, entende-se como disponibilidade orçamentária a existência de saldos nas dotações próprias de pessoal dos órgãos e entidades a que se refere o Artigo 1º, atendidas as despesas normais com "pessoal e encargos sociais" e as relativas aos reajustes salariais legalmente autorizados.

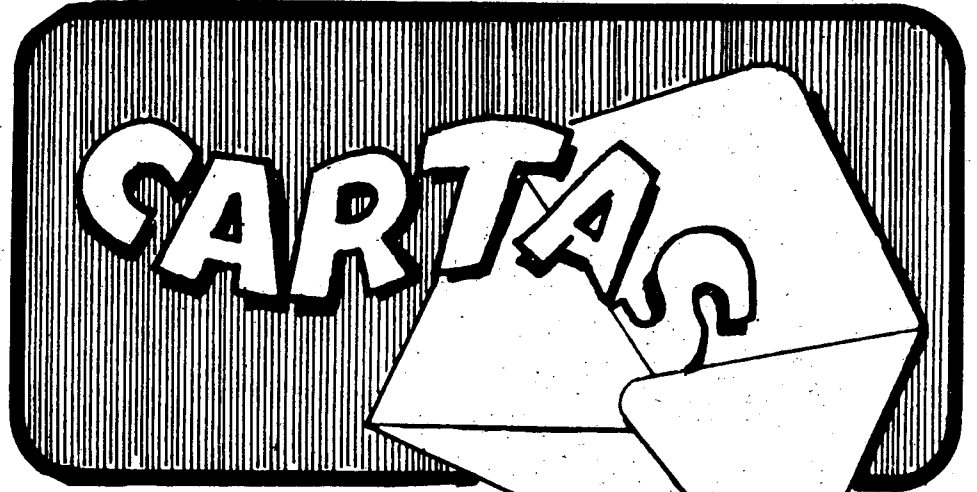
Art. 4º — Os saldos verificados nas dotações "outros custeios e capital" somente poderão ser utilizados para cobertura das despesas decorrentes dos reajustes salariais legalmente autorizados não constituindo disponibilidade orçamentária para os fins do disposto neste decreto.

Art. 5º — Na hipótese de que trata o Artigo 2º, a reserva de contingência, a critério da Seplan, poderá compor a disponibilidade orçamentária referida no Artigo 3º, desde que o previo reexame da programação de capital do órgão ou entidade haja identificado despesas passíveis de cancelamento.

Art. 6º — Durante a elaboração da proposta do orçamento anual, não será admitida a inclusão, nos orçamentos dos órgãos e entidades de que trata o Artigo 1º, de recursos adicionais para atender a medidas relativas a pessoal que não tenham sido objeto de comprovada disponibilidade orçamentária.

Art. 7º — A Secretaria de Planejamento da Presidência da República poderá baixar normas complementares para a execução do disposto no presente decreto, ressalvada a competência do DASP.

*O governo federal baixa decreto vedando contratação de pessoal até dez. 1981... E nós como é que ficamos? enquanto isto, o número de alunos na UFSC aumenta 30% ao ano!!*



Cartas para:  
Jornal "JÁ"  
APUFSC  
Campus Universitário - Trindade 88.000 - Florianópolis S/C

## SERVIÇOS APUFSC

CÓPIAS NASHUA:

ENCADERNAÇÕES:

- Capa Dura para Teses e Livros.
- Com Garra Diversas
- Com grampos — até 150 folhas

PLASTIFICAÇÕES:

- Documentos

FOTO — CINE:

- Vendas de Filmes e Revelações

## CONVÊNIO APUFSC

### MEDSAN ODONTOLÓGICO

CICLO  
CLINODONTO  
WILSON STEINWATER

### COMERCIAL

ELOI PEÇAS  
ÁGUA MINERAL STA. CTA.

### ELÓI PEÇAS CONVÊNIO APUFSC

Peças - Acessório - Baterias.

Recondicionamento de Motores - Total garantia  
Amplio financiamento.

Rua Fúlvio Aducci, 994 - Estreito

Fones: 44-0992 - 44-1359.

# **ENCONTRO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO DE ADS**



**RIO DE JANEIRO - 05 e 06/07**





81

PT 10695.130



6. VETOR MOPESKI FELCO

81a

PT 10696.130

DESENHO DE ARQUITETURA  
CONTABILIDADE SECRETARIA DO  
ADMINISTRAÇÃO PUBLICIDADE

PELA LIBERTAÇÃO DOS  
COMPANHEIROS de S.C.  
REPRESSIVO DE UFP

REPRES...  
ESTUDANTES  
E TRABALHADORES

AGUARDANDO ALSN



2. VEREANTE

2. LIDOU MANBO MEBA A PILLAD

81b



2. ON A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z  
1. A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

81d

PT 10696.130







1. CEBRATO (1980)  
(Antonio Sérgio Cunha Cebato)

BIF

PT 10696 130



1 - WILSON SOUSA TEIXEIRA

2 - ANTONIO LUIZ ARAUJO

3 - PEDRO ENRIQUE DA SILVA

8/8



Clube Teresopolense (2)

81R

2. Rubem de Alencar





1. PLATEO BARBOSA DOS SANTOS  
2. AUTOCALC PARA CASO PERES DE OLIVEIRA

81i

PT 10695-130



2. ERIC JOSE SEAN FELHO

02j

PT 10696.130



1- ALIA MZ R 4 MDC

2- AN-2 MZ R MAR 27 50 CER 25 DE 225 MZ R 4

81 f

PT 10696 130



82K

PT 10696.130





1-14-83 LEAL

832

PT 10696 130



89m

PT 10696 130